# BOLETIM GEOGRÁFICO

ANO XII

JULHO - AGÔSTO DE 1954

N.º 121

### Sumário

- EDITORIAL: I Centenário das Ferrovias Brasileiras VIRGILIO CORREA FILHO (p. 139).
- TRANSCRIÇÕES: O Mercado Mundial da Banana PIERRE BARRÊRE (p. 141).
- CONTRIBUIÇÃO À CIÊNCIA GEOGRÁFICA: O Desenvolvimento Econômico do Brasil PIERRE VAN DER MEIREN (p. 159). Rumos da Reforma Agrária JOSÉ ARTUR RIOS (p. 169) A Toponímia Brasilense VALDEMAR PARANHOS DE MENDONÇA (p. 177).
- CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Águas subterrâneas. Águas correntes. Ciclo de Erosão. Peneplano — ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA (p. 201) — Leituras Geográficas — Tradução de diversos autores (p. 221).
- NOTICIÁRIO: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Conselho Nacional de Geografia (p. 227) Ministério da Agricultura (p. 239) UNIDADES FEDERADAS Minas Gerais (p. 240) CERTAMES XVIII Congresso Internacional de Geografia (p. 240).
- RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: Relatórios apresentados à XIII sessão ordinária da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia. São Paulo (p. 242) Santa Catarina (p. 245).
- BIBLIOGRAFIA E REVISTA DE REVISTAS: Registos e Comentários Bibliográficos Livros (p. 248).
- LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL integra da legislação de interêsse geográfico Leis (p. 250) Decretos (p. 250) Câmara Federal dos Deputados (p. 252) Legislação Estadual integra das leis, decretos e demais atos de interêsse geográfico Leis (p. 254) Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Conselho Nacional de Geografia Diretório Central integra das resoluções ns. 448 a 460 de 1953 (p. 256).

### I Centenário das Ferrovias Brasileiras

É o título do volume que a Secretaria-Geral organizou, para comemorar auspicioso acontecimento assinalado há um século, a 30 de abril. Nesse dia, com festiva solenidade, como bem merecia a iniciativa de Irineu Evangelista de Sousa, inaugurou-se a primeira via-férrea brasileira, de Mauá, cujo topônimo se lhe gravou nos brasões do baronato, então adquirido, a Fragoso, em rumo de Raiz da Serra. O industrial, arrojado no empreendimento, valeu-se do ensejo para revelar as suas aspirações, diante do Imperador, que lhe fêz mercê, na ocasião, do diploma nobiliárquico, "Esta estrada, senhor, não deve parar, e se puder contar com a proteção de V.M. seguramente não parará mais, senão quando tiver assentado a mais espaçosa das suas estações na margem esquerda do rio das Velhas". Assim principiou a utilização, pelo Brasil, da locomotiva, que deveria, com a sua crescente capacidade de transporte, atuar como poderoso agente de transformação nas paragens alcançadas pelos trilhos. Não lhes seria fácil o avanço nas tentativas de adaptação do terreno, em que se alteia a denominada serra do Mar, sobranceando o litoral. Não obstante, à custa de esforços perseverantes e habilidade profissional, as íngremes escarpas orientais foram transpostas, em vários trechos, mediante apropriada solução técnica. Escalado, o planalto proporcionou mais propícias condições para a expansão das linhas férreas, que foram estimular o povoamento da hinterlândia. Acompanhando as pontas dos trilhos, os desbravadores fecundaram as glebas incultas, ajeitadas para as plantações produtivas. O transporte rápido incentivou a lavoura, a que se dedicaram ondas sucessivas de povoadores, atraídos pelas promissoras terras virgens. Em pouco, transfigurava-se a paisagem, pelo trabalho humano. Ainda neste século, repetiu-se o fenômeno, ao longo da E.F. Noroeste do Brasil, a cujos flancos brotaram cidades, onde pouco antes frondosa mataria sombreava os rudes caminhos de índios refratários ao convívio dos civilizados. A Alta Sorocabana, a Alta Paulista, através dos sertões despovoados, seguiram-lhe o exemplo, na multiplicação de povoados, viveiros de cidades, onde não havia anterior vestígio de morador branco. A expansão ferroviária manifestou-se também ao sul e ao norte, afinal articulados por traçado contínuo. No rumo indicado pelo barão, mais tarde, visconde de Mauá, foi atingido o São Francisco, em Pirapora, por emprêsa diferente da que fundara. Assim é que se acham, como êste, os principais rios brasileiros, do calibre do Grande, Paraíba, Paraná, ligados ao litoral atlântico. Inclusive o Paraguai, de cuja margem parte a E.F. Brasil-Bolívia, de interêsse internacional. Ressalta, ao mais simples exame, a relevância das estradas de ferro, como agente propulsor do engrandecimento do país. Por bem compreender a influência exercida pela estrada de ferro pioneira, cujo exemplo estimulou análogas iniciativas contemporâneas, o C.N.G. decidiu assinalar o feito memorável, por meio de um livro, que enfeixasse em 44 páginas contribuições de técnicos de nomeada. Era a mais expressiva homenagem que poderia prestar, de um lado, aos promotores do progresso nas vias e meios de comunicação, e de outro, examinar o desenvolvimento que apresentam na primeira centúria de aplicação. Assunto fundamentalmente geográfico, o estudo das vias térreas brasileiras, pelas consequências resultantes na expansão do povoamento e das atividades econômicas, na lavoura, nas indústrias e no comércio, incluía-se, a primor, no âmbito do Conselho Nacional de Geografia, que, por isso, lhe consagrou a publicação, trazida recentemente a lume.

VIRGILIO CORRÊA FILHO Diretor da Divisão Cultural do C.N.G.



### O Mercado Mundial da Banana

PIERRE BARRÈRE

Les Cahiers d'Outre-Mer - N.º 12.3me année — Octobre-Decembre 1950. Pp. 343/369 - Bordeaux.

A bananeira é sem contestação, a planta frutífera de mais valor no mundo¹. É antes de tudo, uma cultura de subsistência, cuja importância na alimentação diária dos habitantes de certos países quentes e úmidos, o europeu, que a aproveita apenas como sobremesa ou gulodice, nem sempre pode avaliar.

Importância do produto alimentício e do consumo mundial

Na região da Ásia Meridional, onde os botânicos concordam em situar a origem do gênero Musa, 2 múltiplas espécies são utilizadas pelos indígenas, sobretudo pelos agricultores itinerantes das colinas e das montanhas médias da Birmânia, do Sião, da Indochina Francesa, da China do Sul e das Índias onde variedades adaptadas à altitude penetram no Iunã e no Himalaia.

A zona de predileção da bananeira é, entretanto, a das grandes precipitações e das temperaturas elevadas. Assim, quando introduzida, em época antiga, por migrações bantus, na Africa intertropical encontrou-se em excelentes condições ecológicas, que facilitaram a formação de um centro de diversificação secundária de variedades. Na maior parte das regiões da África em que a pluviosidade atinge dois metros, as bananeiras medram espontâneamente; em altitude, a frescura noturna limita-lhes a extensão e; em latitude, a agravação da estação sêca acrescida da influência nefasta do "harmattan", constitui-lhes obstáculo intransponível.

No Sudão, encontraria a grande luminosidade e a adequada aeração que lhes são necessárias, mas lhes faltaria a umidade atmosférica indispensável à conservação da turgescência. No Sudão oriental, ao norte do sétimo grau de latitude, as bananeiras são raras; desaparecem totalmente na zona sêca entre o décimo primeiro e o décimo quarto grau. Em todos os outros lugares, incorporam-se a uma série de plantas úteis : "Kapokiers", coqueiros, mamoeiros, "taros" mandioca, batatas. Destacam-se, entretanto, pois, constituem a base da alimentação; poucas frutas são comidas cruas, a maior parte cozida ou assada em grelhas. As bananas são aproveitadas ainda verdes. Dêste modo possuem maior quantidade de elementos azotados. Determinadas espécies podem servir ao preparo de bebidas: cerveja de Uganda, vinho de bananas de certas tribos bantus. Inúmeras povoações aproveitam as fôlhas das bananeiras para cobrir cabanas, para obter as fibras grosseiras de suas tangas, ou mesmo para extrair verda-

Nota da Redação: A tradução dêste trabalho foi feita por Olga Buarque de Lima.

Trabalhos gerais: Ver bibliografia no fim do artigo.

Textos citados por R. Wagner (v. bibliografia) procuram provar a origem americana de determinadas variedades ou pelos menos introdução precolombiana da banana da Asia no Novo-Mundo.

<sup>8</sup> As bananas cultivadas pelos europeus podem sofrer "frisure" e pigmentação quando a temperatura noturna desce a 14°.

A fruta madura contém aproximadamente 8% de água. <sup>5</sup> Gourou "Les Pays Tropicaux P.U.F. pp. 44, 46 et 100.

deiras fibras têxteis. Há sempre algumas bananeiras nos "jardins" que cercam as moradias. Vegetam de modo notável aproveitando resíduos da cozinha. O . negro africano empreende, muitas vêzes, uma verdadeira cultura da bananeira que apresenta a vantagem de render muito mais que os cereais da zona tropical ou mesmo que os diversos tubérculos, para os quais desempenha o papel de planta-abrigo. Em Uganda, em plantações de um hectare, uma família pode produzir, por ano, 12 000 quilogramas; tal rendimento permite que tribos menos exigentes cultivem extensões modestas: por exemplo os Bulus do Camerum contentam-se com umas 60 bananeiras em pequenas colinas para a manutenção anual de um indivíduo; sendo necessário desbravar apenas um terreno de 100 metros quadrados. Praticado com instintiva precaução pelo indígena, o cultivo da bananeira degrada pouco o solo: o próprio emaranhado das plantas protege-as durante o período vegetativo e o excelente hábito de restituir ao solo os vários resíduos, fôlhas e "troncos", renova em grande parte o humo indispensável ao vegetal. Há mesmo regiões que empregam técnicas superiores no cultivo da bananeira; técnicas que os europeus em suas plantações-modêlo das Canárias e da Guíné, apenas recriaram. Os Tchaggas e os Parés, entre os Bantus do nordeste, utilizam irrigação artificial por meio de canais, diques, barragens e mesmo terraços em zonas montanhosas.

O Novo Mundo devia proporcionar a esta planta-providência um notável campo de expansão. De fato, a bananeira acompanhou bem de perto os conquistadores: da Africa, penetrou, em 1516, em São Domingos; em 1531 no México; em 1535 no Peru; em 1607 no Panamá. Figurou nas narrativas dos primeiros viajantes e tornou-se depressa alimento importante das populações das Antilhas e da América tropical. Por um paradoxo singular, comum entre as plantas tropicais, é a região mais afastada do lugar de origem e a última a ser atingida pela migração, que se tornou o domínio de preferência da planta veiculada pelo homem. Para as bananas "plantains" (bananas que se cozinham), o Brasil, onde um ditado afirma "não haver fome onde cresce a bananeira", tornou-se o mais forte produtor mundial; sua produção está avaliada em 50 milhões de cachos. Na América Central, sobretudo, a bananeira identificou-se de tal modo com a vegetação espontânea, que se os botânicos não fôssem tão formais, seria bem difícil deixar de crer que esta região não é sua área de origem. Por motivos diversos, a bananeira se integra na economia de "plantation". A densidade e flexibilidade de suas fôlhas tornam-na útil como planta de sombra para os pés de café ou de cacau pelo menos nos primeiros anos de vegetação. Nas Antilhas francesas, ordenanças reais obrigavam os plantadores a manter vinte e cinco bananeiras por cabeça de negro de trabalho, o que assegurou a proliferação da espécie. A banana depois que se tornou comerciável passou a ser cultivada nos cacauais e nos cafèzais a fim de proporcionar certo rendimento durante os cinco ou seis anos em que as plantações arbustivas nada produziam.

A medida que se multiplicavam as conquistas da banana, procedia-se a uma seleção empírica de suas variedades, separando-se mais nitidamente os dois tipos, o "plantain", banana-legume, e o "figo", banana-fruta. Assim que o produto adquiriu certo valor comercial se procedeu a uma seleção racional e por vêzes científica, reservando-se a determinados tipos a preferência dos cultivadores e de planta de subsistência ou accessória, a banana, aproveitando-se dos aperfeiçoamentos técnicos, em particular os dos navios isotérmicos, tornou-se a fruta mais comercializada do mundo.

As exportações mundiais, insignificantes na última década do XIXº século, chegaram a 2 400 000 toneladas nas proximidades de 1930, decaíram durante a crise econômica, para retomarem fàcilmente o impulso, atingindo 2 700 000 toneladas em 1937, sejam 120 a 130 milhões de cachos. O comércio resultou da popularidade crescente das frutas exóticas em países de civilização européia, que constituem os únicos centros importantes de consumo da banana-fruta. Nas vésperas da guerra 7, o primeiro lugar, neste comércio, era ocupado com bastante distância pelos Estados Unidos; absorviam perto de 60 milhões de ca-

É possível obter-se fibras grosseiras de qualquer bananeira; assinalando-se para exemplificar que a "Musa textilis" é cultivada especialmente com esta finalidade (abaca ou cânhamo de Manilha).
 Médias 1934-1938.

chos seja com o Canadá (2 milhões) 60% das exportações mundiais; o dôbro pois, da Europa, onde, só a Inglaterra (13 milhões) a França (7 milhões), a Alemanha (5 milhões), a Espanha (2 milhões), e a Holanda (1 milhão), recebiam quase dois terços das importações; assim os países industriais, com padrão de vida elevado, e, por isso mesmo, fortemente abertos ao grande comércio internacional, absorviam o essencial do tráfico da banana. Do mesmo modo a Argentina (6 milhões) monopolizava 75% das importações da América do Sul, o Japão (5 milhões) 95% da Asia. Tal concentração dos mercados de consumo, onde apenas nove países no mundo compravam anualmente mais de um milhão de cachos cada um e controlavam 94% do tráfico, não deixava de pesar de modo ponderável na economia dos centros produtores. A enorme capacidade de absorção do mercado americano permitiu aos Estados Unidos impor sua política da banana em tôda América Central.

#### Os mercados de vizinhanca

O transporte da banana é delicado. Fruto muito aquoso, muito sensível aos choques, apresenta o inconveniente de amadurecer ràpidamente, circunstância que, durante muito tempo, lhe impediu a exportação para as latitudes elevadas. Dêsse modo seu primeiro comércio foi um comércio de vizinhança.

#### A "chasse gardée" propriedade privada da U.F.C.

A América Central e as Antilhas foram as primeiras a comercializarem a banana \*. De 1868 a 1872, o capitão Baker utilizou-a como frete em suas viagens de volta da Jamaica para os Estados Unidos, vendendo-a, então, em Nova Orleães. A iniciativa passou a ser imitada por vários navegadores de cabotagem, em seus circuitos pelo mar das Caraíbas, incentivando, assim, o desenvolvimento de verdadeiras plantações de bananeiras, graças, sobretudo, à seleção de uma variedade bastante resistente ao transporte, que havia sido trazida da Ásia pelo fazendeiro Baudin e introduzida na Martinica, onde foi denominada "Figue Baudin", Musa Sapientium; o fazendeiro poyat expandiu-a na Jamaica de onde alcançou Cuba, e depois, com o nome de "Gros Michel", conquistou tôda a América Central e grande parte das Antilhas. Os métodos de cultura permaneceram por muito tempo rudimentares, diretamente inspirados em métodos indígenas. As plantações são feitas em terrenos de florestas virgens, onde sòmente as grandes árvores são abatidas e o mato cortado a fação é deixado no próprio solo. Uma capina de três em três ou de quatro em quatro meses é suficiente para conservar a plantação que não é lavrada nem adubada. Há pouca preocupação quanto às condições naturais de fertilidade e umidade, procura-se antes de tudo assegurar a evacuação do produto dispondo-se as plantações ao longo de uma via férrea ou de um caminho que facilite o transporte até a costa atlântica ou pacífica. A economia é destrutiva; esgota o solo em menos de duas décadas, o que acarreta o abandono da lavoura alguns anos depois de sua amortização. Esta política podia ser catastrófica tanto para os solos quanto para a mão de obra indígena, obrigada a constantes deslocamentos. Mas os escrúpulos não embaraçavam as sociedades americanas de plantação. O govêrno dos Estados Unidos as sustentava — várias vêzes resgatara a dívida interna e externa dêsses

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Trabalhos particulares sôbre êste capítulo:

<sup>M. Y Aubrat: Le bananier en Amérique Centrale, segundo C.-Wardiaw.
The banana in central America Nature, London. Marck 1941. Fruits d'Outremer, vol. I, n.º 1, 1945, pp. 21-25. Ver também F.O.M., vol. I, n.º 14, 1946.
M.-Y.Aubrat: Renseignements recents sur une plantation de bananes en Amérique Centrale. F.O.M. vol. 1, n.º 15, 1946, pp. 482-484.
M.-Y.Aubrat: La banane au Guatemala. F.O.M., vol. 2, n.º 1, 1947, p. 28.
M.-Y.Aubrat: Bananes, Agrumes et Ananas dans l'État de São Paulo. F.O.M., vol. 2, n.º 11, 1947, pp. 386-387.</sup> 

n.º 11, 1947, pp. 386-387.

<sup>-</sup> M.-Y. Aubrat: Production et commerce des bananes en Equateur. (Documento comunicado pelo Centro Nacional de Comércio Exterior). F.O.M., vol. 4, n.º 12, 1948, p. 430.
- M.-Y. Aubrat: Importations frutières argentines pendant les huit premiers mois. F.O.M., vol. 4, n.º 12, 1948, p. 440.

<sup>-</sup>R. Naville: Exportations fruitières des pays d'Amérique Centrale (d'après Frücht und Gemüse, 1949-3). F.O.M., vol. S. n.º I, 1950.

-Goulart da Silveira: Cultura da bananeira. Bibl. Agric. Pop. Brasileira. Vamos para o

campo: n.º 35, 18 p.

países (Honduras, Guatemala, em particular) — e, por processos políticos e financeiros diversos, assegurou a companhias particulares o benefício de imensas concessões em que a bananeira era vizinha de outras culturas tropicaisº. Ao mesmo tempo operava-se a concentração financeira das sociedades de exploração; em 1899, foi criada a *United Fruit Company*, que ou diretamente ou por suas filiais (Fruit Dispatch Co, Standart Fruit Ltd, Elders and Fyffes, sociedades agrícolas diversas) domina a produção porque a suscita, mas, sobretudo, porque dela participa em escala desconhecida dos nativos: fazendas de 5 000 a 8 000 acres de superfície, em que um "mandador" (administrador) dirige os operários agrícolas recrutados na região ou os imigrantes vindos da Jamaica. Em Tiquisate, na Guatemala, a Companhia Agrícola, filial da U.F.C., possuia uma plantação de 121 000 hectares, distando vinte e quatro ou trinta horas da via férrea de Puerto Barrios, no Atlântico; 7 270 hectares de bananeiras em plena produção<sup>10</sup>, graças a um rendimento de 625 cachos por hectare, fornecem atualmente 4,5 milhões de cachos, o que equivale quase à quantidade exportada pelas Canárias ou à consumida na Alemanha antes da guerra. A plantação divide-se em fazendas, de 343 hectares, agrupando 230 trabalhadores; 20 000 pessoas, incluindo as famílias, aí vivem permanentemente em vastas extensões, florestas e pastagens, que não se destinam à cultura de bananeiras; os colonos desbrayam e cultivam para uso próprio, sem que isto implique qualquer exigência de retribuição, o milho. Ao mesmo tempo se dedicam ao reflorestamento e cuidam das 5 000 cabeças de gado que fazem parte da propriedade. Amplos recursos técnicos são empregados na irrigação por aspersão e na pulverização da "calda bordalesa" contra doenças." Para citar-se apenas um exemplo, a U.F.C. em Costa Rica possuía nas proximidades de 1935, 17 000 acres dos 23 000 consagrados à banana. Se cultivadores isolados conseguem instalar-se junto às grandes plantações (assim como em Honduras, onde fornecem 50% da produção) estão, entretanto, sob o domínio das sociedades, a que se ligam por contratos de venda, deixando-lhes, dêsse modo, o benefício da comercialização do produto. Em Tiquisate, vinte propriedades de 160 a 200 hectares, vizinhas da plantação, vendem-lhes os frutos que produ-zem e por sua vez a Companhia instala nas terras dêstes pequenos cultivadores a aparelhagem de regadio.

Igual evolução observou-se na Jamaica onde, exportada desde 1869, a banana cedo representou a principal cultura e metade das exportações. Até 1896, 5 milhões de cachos partiam, anualmente, para os Estados Unidos. Navios isotérmicos começaram, então, a transportá-la para a Grã-Bretanha e a Jamaica permaneceu até 1935 como primeiro produtor mundial, exportando de 1926 a 1939 a média de 20 milhões de cachos. Nem por isso a U.F.C. perdeu o monopólio do produto nas Antilhas, pois a 'Elders and Tyffes'', que se encarregava da venda e do transporte para a Europa, era-lhe estritamente ligada.

Dêsse modo formou-se, graças à proximidade dos Estados Unidos e mais tarde ao desenvolvimento das técnicas de transporte, o próprio tipo do "mercado de vizinhança", que era ao mesmo tempo o primeiro mercado mundial, verdadeira "chasse gardée" dos importadores americanos. De um total de 55 milhões de cachos, exportados em 1934, representando 50% do comércio mundial, a América Central e as Antilhas passaram a 72 milhões de cachos, média dos anos 1934-1938, ou sejam 66% do tráfico mundial. A Jamaica conservava sempre a dianteira com 14 milhões de cachos, seguida de perto por Honduras (12 milhões), Panamá (9 milhões), Guatemala (7), Cuba (5), Costa Rica (4), e Nicarágua (2). Estes exemplos incentivaram a produção nos países politicamente menos dependentes dos Estados Unidos e da Inglaterra. A Colômbia que só exportou 3 milhões de cachos em 1917, deixou a U.F.C. apoderar-se de 27 000 hectares na zona costeira e do contrôle da via férrea; a exportação subiu a dez milhões de cachos em 1928, para estabilizar-se mais ou menos em 7 milhões de cachos no período de 1934-1938. A riqueza dos solos compensava não só os estragos cau-

<sup>9</sup> Parece que neste momento dificuldades bem graves se levantaram entre a U.F.C. e os sindicatos guatemaltecos.

Em 1946; deve-se acrescentar 2 848 hectares de novos bananais criados em 1947.
 80 milhas de vias férreas, 500 milhas de caminhos empedrados 200 tratores, 110 000 barricas de óleo diesel por ano, aparelhos giratórios, irrigando cada um 1 ha. 64, trinchelras de drenagem de 3 m. 65 de profundidade, foram instalados na plantação poços de 213 m.

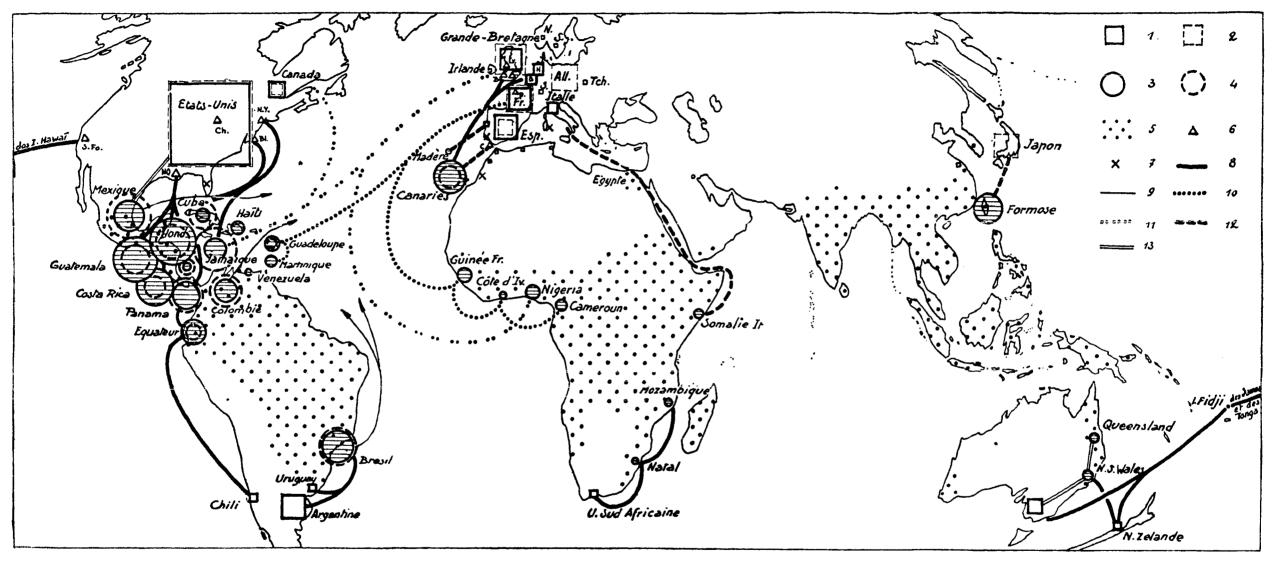


Fig. 1 — A produção e o mercado mundial da banana: 1. Importações 1948. — 2. Médias das importações dos anos 1934-1938. — 3. Exportações 1948. — 4. Médias das exportações dos anos 1934-1938. (Para estas quatro rubricas, a superfície dos símbolos é proporcional à quantidade comercializada). — 5. Zonas de cultura alimentícia ou de crescimento espontâneo da bananeira. — 6. Principais portos importadores e mercados (S. Fo.: São Francisco; N.O.: Nova-Orleans; BL.: Baltimore; N.-Y.: Nova York; Ch.: Chicago; C.: Cadiz; D.: Dieppe; Br.: Bristol; L.: Londres; Lv.: Liverpool. — 7. Ensaios de cultura da bananeira fora do seu domínio climático. — 8 a 13. Principais correntes comerciais: 8. Mercados de vizinhança; 9. Exportações secundárias dos Estados Americanos para a Europa (e para os Estados americanos para a Europa e para os Estados Unidos no caso do Brasil). — 10. Tráfico interno da União Francesa. — 11. Tráfico interno do Império Britânico. — 12. Outros tráficos protegidos. — 13. Principais tráficos por via férrea (México e Austrália).

sados pelos ciclones como os ônus que pesavam sôbre o preço de custo provenientes da necessidade de irrigação durante o período de sêca. O sul do México de clima muito favorável, iniciou nas proximidades de 1922 a cultura da banana, conseguindo exportar seis milhões de cachos em 1930 e alcançar o terceiro lugar, com doze milhões de cachos anuais, no decorrer do qüinqüênio que antecedeu a guerra. Nestes dois países o "boom" surpreendente da produção e da exportação teve causas próximas: a exploração recente e executada sem grande cuidado pela conservação do solo é a mais remuneradora; o aparecimento de grande número de pequenos cultivadores ao lado de grandes sociedades agrícolas ativa a produção desde que sejam estabelecidas instalações comerciais. Em todo caso, o consumo local é muito grande. O México possui, entretanto, originalidade própria: a legislação protege, de modo notável, os produtores nacionais da banana da influência exercida pelas companhias estrangeiras.

Para os países exportadores da América Central, os Estados Unidos, que haviam suscitado a produção, representavam o principal cliente. Recebendo cinqüenta e nove milhões de cachos, absorviam 55% das bananas que entravam no comércio internacional. 60 000 vagões frigoríficos partiam, anualmente, em composições inteiras, dos portos importadores: Nova Orleães, Baltimore, Nova York, onde são estabelecidas as cotações mundiais, para alcançar os grandes mercados do interior, particularmente Chicago, o maior centro redistribuidor dessa fruta frágil, mas muito apreciada. Nas grandes cidades americanas e canadenses depósitos para amadurecimento da fruta recebiam os cachos redistribuindo-os depois no comércio a varejo.

A semelhança dêste grande mercado de vizinhança, perfeitamente organizado, operavam-se junções em outras fachadas marítimas entre zonas temperadas e zonas intertropicais próximas.

#### A Europa e o hemisfério sul

O segundo grande centro a ser abastecido agrupava os países de alto nível de vida da Europa ocidental, que importavam, antes da guerra de 1939, em média, 32 milhões de cachos, ou sejam 30% das vendas mundiais, pouco mais da metade do consumo total dos Estados Unidos e do Canadá.

O consumo de cada país, em particular, não era proporcional unicamente à sua população, mas à eficácia da propaganda das companhias de transporte e sobretudo às suas disponibilidades em divisas liberadas para compra de um produto de luxo. Com 12 milhões de cachos, a Inglaterra distanciava-se ponderàvelmente da França (7 milhões), da Alemanha (5 milhões), da Espanha (2 milhões), da Holanda e da Bélgica (1 milhão cada uma). No início a "Elders and Fyffes" dominara o tráfico, escolhendo como portos de desembarque da mercadoria dos portos inglêses de Londres, Bristol e Liverpool (as primeiras bananas que entraram em Dunquerque vinham da Inglaterra) ou holando-belgas: primeiro Antuérpia, depois Rotterdam, de onde, durante vários anos, vieram por vagões especiais isotérmicos os frutos destinados aos depósitos de "Saint-Ouen".

As condições econômicas e financeiras contribuíram dêsse modo para que a Europa consumisse parte importante das bananas americanas, mas as dificuldades de transporte e as condições geográficas haviam por outro lado criado próximo à Europa um importante centro de produção: as Canárias. Com 5 mi-Īhāes de cachos, portanto 48% da produção africana, na média anual do período 1934-1938, as Canárias dominavam a produção africana, como a América Central dominou a produção da América. Aqui, a banana nanica (Musa nana Loureiro: banana da China), introduzida desde o início do XIX século, é a única variedade cultivada e cobre 4000 hectares aproximadamente das costas setentrionais das ilhas Tenerife e da Grande Canária. Muito apreciada pelo perfume e delicadeza da polpa, é, entretanto, bem inferior à "Gross Michel" no que se refere ao transporte. A proximidade da Europa, o papel de escala desempenhado pelas Canárias, o aumento da velocidade dos navios fizeram, entretanto, que a partir de 1885, estas ilhas espanholas exportassem para a Europa. Sob a influência a "Elders and Fyffes", que canalizou o essencial do tráfico para a Inglaterra, em seguida para a França, Espanha e Alemanha, as Canárias desenvolveram ràpidamente a produção. Pela primeira vez, a cultura da bananeira, empreendida com finalidade especulativa, incentivou o aperfeiçoamento de uma técnica cultural intensiva, pois a região disponível era ao mesmo tempo pouco extensa e encontrava-se no limite climático norte da espécie. A banana das Canárias tornou-se o produto de uma horticultura científica, herdeira direta das técnicas mediterrâneas. Em certos casos foi necessário transportar terra, dotá-la constantemente de grandes doses de adubos, o que permitia plantar-se os vários pés em fileiras cerradas, conservando cada pé apenas um "tronco". Sobretudo, o terreno foi preparado em terraços, única maneira de promover a irrigação nestas regiões de fortes declives. Com efeito, com 250 a 300 milímetros de precipitações anuais, estritamente de inverno, a região está muito longe de optimum de pluviosidade exigido pela bananeira, sendo necessário irrigar-se durante oito meses. As condições de cultura são mais ou menos semelhantes às da Madeira. Conhecida desde o século XVI, a banana só veio a ser produto de exportação em 1925. A Madeira abastece apenas o mercado português que pôde absorver, em 1947, as 9 000 toneladas colhidas 12. Em terras continentais, dentro do quadro dos climas mediterrâneos, as tentativas de cultivo da fruta lograram pouco êxito; no Marrocos algumas plantações européias, em Skirat, Taroudant e Agadir as pequenas produções são destinadas ao mercado interno; as plantações do Algarve, no sul de Portugal, têm a mesma vocação restrita; quanto à Sardenha, ainda está à procura de uma variedade lucrativa.

No hemisfério sul, correntes comerciais da mesma natureza foram estabelecidas. O Brasil tem possibilidades enormes de produção, notadamente nas baixadas do litoral paulista, onde chuvas de mais de dois metros, regularmente distribuídas favoreceram há trinta anos a expansão da banana nanica. Os Estados Unidos permaneceram fechados às bananas brasileiras: a Inglaterra em certos anos recebe, entretanto, mais de um milhão de cachos. O volume das exportações é, porém, determinado pela procura da Argentina (6 a 7 milhões de cachos) e do Uruguai (300 000 cachos), que só encontram no vizinho Paraguai algumas dezenas de milhares de cachos exportáveis.

Em outros litorais, procedeu-se do mesmo modo; o Equador iniciou a produção, a fim de enviar ao Chile os 500 000 cachos consumidos, anualmente, por êste país. Na África Austral, a União Sul-Africana absorve a maior parte da produção de Angola, do Natal e sobretudo os 350 000 cachos expedidos de Mocambique por Lourenço Marques. No Pacífico, as ilhas Fidji, as Tongas e as Samoa, enviavam sobretudo para a Austrália e a Nova Zelândia, como Formosa remetia para o Japão; enfim as ilhas Havaí reservavam a totalidade de suas produções ao mercado de São Francisco. É ainda possível, nos casos citados, falar-se em mercados de vizinhança, mas nos dois últimos, a localização do tráfico explica-se também pelo desejo evidente de destinar a produção da colônia à respectiva metrópole.

#### O esfôrço das autarquias imperiais

Segunda tendência marcante do comércio mundial da banana: as autarquias imperiais tentaram libertar-se do domínio absoluto dos grandes trustes frutíferos e garantir unicamente pelos seus territórios de além-mar o abastecimento em frutas exóticas.

#### O exemplo da "Commonwealth" 13

A Jamaica, foi, desde cedo, destinada pela Grã-Bretanha a desempenhar esta função: em 1894 foi organizada por iniciativa inglêsa a fazenda-modêlo de "Hope Gardens" para cultivo e multiplicação dos bananais; cabia-lhe difundir pelos 68 000 explotadores, que possuíam de 3 a 5 hectares em média, méto-

<sup>12</sup> O. Ribeiro. A ilha da Madeira. Lisboa 1949. 126 p.

<sup>13</sup> Trabalhos particulares sôbre êste capítulo:

<sup>-</sup> Jacques Faugéras: La Jamaïque fruitière à la fin de la seconde guerre mondiale. F.O.M.,

vol. I, n.º 10, 1946. – Jacques Faugéras: La production des bananes et agrumes aux Antilles anglaises. F.O.M., vol. I, n.º 12, 1946, p. 384 et suivants.

dos de cultura, seleção e defesa da planta; mas a Metrópole influiu sobretudo pelo aperfeicoamento de um sistema de comércio original, que funcionava no quadro da Commonwealth. Em 1925, a Jamaica assinava um tratado de preferência com o Canadá, que absorvia dois milhões de cachos, e, gozando da predileção imperial, a partir de 1926, exportava anualmente 20 milhões de cachos em média (27 milhões em 1932), a maior parte dos quais destinada à Grã-Bretanha; a banana representava dêsse modo 50% das exportações da colônia. A baixa da produção já verificada nesta época, ameaçava ser catastrófica: o govêrno inglês viu-se forçado a interferir cada vez mais no comércio jamaico da banana e a obrigar os produtores a se integrarem em uma organização comunitária e centralizada. Tôda a produção exportável do país passou a ser adquirida pelo govêrno da Jamaica e revendida posteriormente ao govêrno inglês; retiravam-se dos lucros as taxas destinadas ao funcionamento dos diversos organismos necessários a um comércio racional; assim são retribuídas as companhias de manutenção, como a U.F.C., que garante 40% das exportações, a "Standard Fruit Co" (20%), sua filial; a "Jamaica Banana Producers Association"\*, da Sociedade de seguros contra as tempestades "(Banana Industry Insurance Board)"14. Sobretudo a "Jamaica Banana Producers Association" que, já subvencionada como sociedade de manutenção (destinada a fazer equilíbrio à influência dos trustes americanos), passou a sê-lo também na qualidade de organismo destinado a elevar a produção. Agrupa 21 613 associados dos quais 186 apenas possuem mais de 16 acres (6ha.4), que elegem um comitê diretor de 22 plantadores. A Sociedade difunde entre os sócios informações técnicas e legislativas. indica a melhor maneira de distribuir os empréstimos feitos pelo govêrno aos plantadores, promove a fabricação de adubos e incentiva estudos de novas variedades. Tal esfôrço era necessário para levantar uma produção enfraquecida que se procurava do mesmo modo vivificar nas outras Antilhas inglêsas: (Trinidad) e Tobago desde 1935 associam banana e cacau. A "Canadian Company" em Granada, São Vicente, Santa Lúcia e na República Dominicana assinou contratos de remessa com os grandes proprietários ou com as associações de plantadores, estimulando por toda parte a produção. Por outro lado os inglêses procuravam desenvolvê-la no Camerum britânico.

O exemplo anglo-canadense foi logo seguido na Europa por outros sistemas de proteção aduaneira; a Alemanha que cultivava a "Gross-Michel", desde 1907, desenvolveu as culturas do Camerum, onde franceses e inglêses aproveitavam êste primeiro surto. A Itália esforçou-se muito. Se os ensalos feitos na Tripolitânia (1929-1931) com bananas egípcias não conseguira grande êxito, a Musa nana introduzida em 1928 na Somália italiana expandiu-se ponderàvelmente sob a proteção de fortes tarifas aduaneiras; a Itália possuía o monopópólio do milhão de cachos produzidos anualmente no país. O Congo Belga desempenhava, em parte, papel semelhante em relação à Bélgica, mas a cultura estava apenas no início (100 000 cachos) em 1939.

#### O Império francês

A França adotava enfim, bem depois da Inglaterra, a mesma política em suas possessões de além-mar. O consumo nulo em 1900, cresceu rapidamente para atingir, graças à campanha de propaganda da "Elders and Fyffes", 6 milhões

Jacques Faugéras: Jamaïque. F.O.M., vol. IV, n.º 1, 1949, p. 38.
 G. Merny: L'organization de la culture bananière en Jamaïque. F.O.M., vol. IV, n.º 4, 1949 pp. 428-429.

<sup>-</sup> G. Merny: Importation des bananes en Angleterre et en Irlande en octobre 1948. F.O.M., décembre 1948, p. 439.

G. Merny: Les importations de fruits frais pour le Royaume-Uni. F.O.M., vol. IV, n.º 3, p. 169; vol. IV, n.º V, p. 252; vol. IV, n.º IX, 1949, p. 382; vol. IV, n.º XI, 1949, p. 435; vol. V, n.º 3, 1950, p. 460.

- Uphof: La culture du bananier à Cuba. Rev. de Bot. Appl. et d'Agr. Coloniale, III,

<sup>774-777.</sup> 

<sup>--</sup> Uphof: L'industrie bananière à Haiti. F.O.M., vol. IV, n.º 12, 1948, p. 434.

<sup>\* (40%);</sup> désse modo são assegurados à atividade do comitê de luta contra as doenças (Banana Leaf Spot Control Central Committee), da Associação dos plantadores (All Island Banana Growers Association)

<sup>14</sup> Esta vive também das cotizações dos plantadores, proporcionais à produção de cada um e reembolsa quatro quintos dos estragos que ultrapassam 40% de destruição.

de cachos por ano; mas no comércio de importação da banana as colônias francesas ocupavam o último lugar, 7% apenas (700 toneladas da Martinica, 2300 toneladas de Guadalupe, 8 700 toneladas da Guiné, em 1930) em oposição a 20% das Antilhas inglêsas e da América Central e 70% das Canárias. A protecão aduaneira inverteu ràpidamente a situação. A França isentou as bananas de suas possessões do impôsto de importação, enquanto as de outros países enfrentavam um impôsto de 20 a 50 francos por quintal, constituído em parte de uma taxa de 0fr.15 por quilo importado, cujo produto era distribuído pelas colônias produtoras de bananas (os cultivadores da A.O.F. recebiam por exemplo 0fr.50 por quilo). O efeito foi imediato: em 1932, em 224 580 toneladas, 27 332 apenas vinham das colônias francesas; em 1937, 175 000 toneladas sôbre 176 000 procediam destas colônias, sejam 99,4% do consumo, o que acarretou um ganho de 500 milhões de francos para a balança comercial da França. Todo o consumo francês passou a ser suprido pelas colônias, a África (Guiné, Costa do Marfim e Camerum) produzindo 83 000 toneladas, as Antilhas e a Guiana, 93 000 toneladas, Madagáscar e Indochina enviando por vêzes pequenas tonelagens. Mas em breve o problema mudava de aspecto e temeu-se uma superprodução: outros, comparando a capacidade de absorção dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha com a da França, falavam ao contrário em subconsumo (fig. 2).

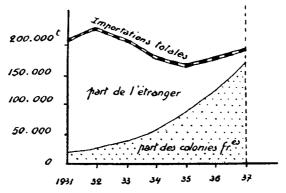


Figura 2 - Evolução do mercado francês da banana, de 1931 a 1937.

Diversas técnicas culturais haviam permitido o surto da produção colonial francesa. Iam da cultura irrigada do tipo canário (utilizada aliás para uma espécie igual à destas ilhas) à cultura extensiva do tipo Camerum feita de modo igual ao da América Central e para a mesma "Gros Michel". O camerum francês (à semelhança do Camerum inglês) tomava parte sempre mais ativa na produção do império colonial francês. Em melhores condições de clima e de solo que a Guiné e a Costa do Marfim, produz uma variedade capaz de suportar o transporte a granel, enquanto em outras colônias a banana nanica deve ser cuidadosamente empacotada antes de ser exportada, duplicando-se assim a despesa de mão-de--obra, que é ainda aumentada pelo custo da embalagem. O Camerum possui outra originalidade: os capitais invertidos nas bananas pertencem em grande parte à U.F.C. que age por uma filial com denominação e direção francesas. A "Compagnie des Bananes" era, antes da guerra, o único comprador do Camerum e ao mesmo tempo contribuía em parte para o cultivo da planta. Dêsse modo sua exploração se desenvolve em grandes plantações, sendo, porém, mais perigosa para os solos e as florestas degradados inconscientemente, como foram os da Guatemala e de Honduras ao iniciar-se o cultivo da banana. As Antilhas francesas procuram ainda uma orientação certa. A banana parece integrar-se cada vez mais numa rotação cultural com a cana. Obstinam-se, porém, estas colônias em plantar principalmente a *Musa nana*, cujo fruto é muito delicado no que se refere ao transporte. Os tipos culturais são pois variados; mas em tôda parte apresenta-se o problema técnico da evacuação rápida para os portos, as plantações localizam-se ao longo das vias férreas, assim na de Konakry por onde se escoam os centros de Goya, Friguiagbé, Kolenté e Konkouré; mas esta via férrea não possui cais especializado para frutas, o mesmo acontecendo com a de Port-Bouet que dá saída aos bananais de Anjomo, de Azaguié e Agboville, escalonados ao longo de seu percurso; em Sassandra, que só dispõe de estrada de rodagem, as plantações importantes estão localizadas a uns quinze quilômetros do pôrto.

Se a Jamaica conservava ainda laços estreitos com outros compradores e transportadores além dos inglêses, o Império francês havia chegado em 1939 à quase autarquia do comércio da banana, intensificada ainda pelo equipamento dos portos importadores especializados; Dieppe, mais próximo de Paris, vinha à frente, em 1938, com 30% das importações francesas, seguindo-se pela ordem Ruão, Havre, Marselha, Nantes e Bordeaux. Dieppe, preferido por duas companhias de navegação, equipava-se com 10 000 m³ de hangares isotérmicos aquecidos ou refrigerados, com cadeias de caçambas para descarregamento e manipulação automática dos cachos e com um parque especial de 130 a 150 vagões para expedições, particularmente destinadas à estação de "Batignolles" em que entravam na segunda-feira à tarde vários trens especiais.

Assim, fôsse qual fôsse o regime econômico no qual se processasse, o comércio da banana dava origem no mundo inteiro a uma extensão sempre maior de plantações e a uma organização técnica sempre mais avançada.

#### A sensibilidade do mercado da banana

A extensão por vêzes excessiva das plantações, acrescida da tendência sempre mais pronunciada para a monocultura, fazia, entretanto, pesar sôbre a produção da banana uma séria ameaça. Como tôda monocultura era uma soma de imprudências pondo em risco o equilíbrio das fôrças naturais.

#### Perigos da monocultura. Esgotamento dos solos e as doenças

O esgotamento dos solos fêz-se logo notar em tôdas as propriedades dos primeiros grandes produtores. Assim Costa Rica, no segundo lugar em 1911, com 11 milhões de cachos, recuava para o quarto lugar, em 1935, com 6 milhões de cachos; em Guatemala muitas foram as terras abandonadas, sobretudo nas regiões mal drenadas ou nas de argilas lateríticas cuja delgada camada de humo se esgotou ràpidamente devido à agricultura imprevidente. Havia porém ainda muito espaço em tôda a América Central e o primeiro remédio empregado foi o abandono das plantações segundo um ciclo bem curto, variável com a natureza do solo. Para completa rentabilidade o bananal deveria durar vinte anos. Em determinados solos ácidos porém, a plantação esgota-se ao fim de cinco ou seis anos. No Brasil, como na Jamaica, são escolhidos de preferência os solos aluviais das planícies. Nas regiões de cultura evoluída foram conjuntamente tomadas medidas para regenerar e proteger o solo. A Jamaica recorreu às leguminosas intercalares que cobriam o terreno e mesmo a uma verdadeira rotação de culturas de 6 em 6 anos com uma leguminosa. Generalizou-se em todos os centros produtores o hábito de enterrar-se o resíduo da cultura para reconstituir o humo, mas sobretudo o de recobrir-se o solo com palha, o que além de protegê-lo contra a forte insolação e contra os estragos causados pelas enxurradas, fornece o humo. Mas esta solução torna-se dispendiosa e difícil para a Guiné e principalmente para a Costa do Marfim, onde nem sempre se encontra, nas proximidades das plantações, a vegetação apropriada.

A Jamaica, as Canárias e Cuba haviam resolvido adotar um emprêgo racional de adubos, entre os quais o nitrato de sódio pareceu o mais eficaz: verificou-se na Jamaica, em certos casos, um aumento de 23% no total de cachos cortados.

Porém a monocultura expôs o bananal a flagelos bem mais graves<sup>15</sup>. Desde o comêco do século, a doença de Panamá (Fusarium bulbigeum cubense), devastou as zonas de grandes plantações, forcando-as ao abandono ao fim de quatro ou cinco anos, sobretudo aquelas cujos solos eram ácidos ou mal drenados. A praga parece ter sido o corolário do esgotamento dos solos, com efeito, a regeneração dêstes constituiu, em geral, o meio mais eficaz de luta; retôrno a um pH de 7,5 a 8 por incorporação de 30 a 38 toneladas de cal por hectare, desinfecção "biológica" acompanhada de semeadura de leguminosas que ocasionam a proliferação de bactérias anaeróbias as quais impedem o desenvolvimento dos cogumelos da doença. Mas êstes remédios são recentes e escassamente aplicados, de maneira que muitos produtores socobraram.

Mais graves ainda foram os danos causados pelo mal de Sigatoka (Cercospora musae Zimm.), que ataca principalmente a "Gros Michel" e suas subvariedades. Os tecidos foliares jovens são atingidos apenas começa o desenvolvimento das fôlhas; a planta perde o vigor, o cacho diminui de pêso, a polpa da fruta torna-se amarela e se altera. As regiões úmidas e as afastadas da costa, onde as trocas de ar são menos regulares, são as que mais sofrem. Os estragos foram enormes, e já antes da guerra, a "Sigatoka" acarretava uma reviravolta na classificação dos grandes produtores. Cuba, por exemplo, que produzia 7 a 8 milhões de cachos em 1937, passou a exportar apenas 4 milhões em 1940, produzidos nas províncias de Havana, de Matanzas e de Pinar del Rio, em direção das quais caminhou o bananal, pois em outras regiões tinha que enfrentar não só a sêca como os invernos frios; Honduras, invadida pela doenca desde 1936, perdia ràpidamente o primeiro lugar, fornecendo em 1938 apenas dez milhões de cachos em vez dos trinta e cinco milhões de 1929-30; Costa Rica procurou fazer as plantações no litoral do Pacífico onde existe uma prolongada estação sêca desfavorável ao Cercospora, o que não impediu que se verificasse, como em Nicarágua, a baixa constante da produção. O México, a partir de 1940, começou a declinar sob os golpes da doença: os pequenos produtores muito numerosos, mal equipados, não possuíam os capitais necessários ao combate do flagelo. Problema um tanto semelhante se apresentou aos cultivadores da Martinica e de Guadalupe cujos bananais, atingidos pela Sigatoka, não tinham superfície suficiente que tornasse possível o empreendimento da luta racional. Entretanto, os meios de combate são hoje perfeitamente conhecidos, sendo a calda bordalesa em pulverizações freqüentes o mais ativo. A Jamaica deu ainda o exemplo. O Comité do Cercospora (Banana Leaf Spot Control Committee) acrescentou ao seu organismo central de Kingston quatro centros de estudos distribuídos pela ilha, que emprestam gratuitamente aos interessados aparelhos de saneamento, distribuem, a partir de 65 depósitos, o sulfato de cobre e a cal e supervisionam a aplicação dos corretivos. Dêsse modo gracas ao

<sup>15</sup> Trabalhos particulares sôbre êste capítulo:

<sup>Roger: la production de la banane dans les colonies françaises. Conférences faites le mercredi 28 juin 1933. B. mens. Ass. franç. avancement des Sc., Paris 62º année, n.º 117. N. Ser. Déc, 1933, pp. 237-244.
P. Bourgoin: La culture du bananier et les colonies françaises Rev. Gén. des Sc., Paris, XLIV, 31 déc. 1933., pp. 711-716.
I'importation des bananes coloniales en France. Rev. int. des prod. coloniaux, année 1935, p. 56. Voir dans la même revue, mars 1936, pp. 89-1935, La banane de la Martinique, de la Guadeloune de la Guadeloune.</sup> de la Guadeloupe, de la Guyane.

de la Guadeloupe, de la Guyane.

J.-I. Ruysens: La production de la banane au Cameroun. Publ. I. National pour l'étude agronomique du Congo Belge, série technique, n.º 71. Gembloux, 1936, p. 237. Primeira conferência intercolonial da banana francesa. Paris, 25-30, janeiro 1937. G.V.B.S. d'Encouragement pour l'Industrie Nationale Paris, 136º année, mars-avril 1937, p. 176-179.

Aug. Chevaller: Evolution de production bananière en Guinée française. Rev. Bot. appl. et Agr. Trop. Paris, XVII., août-sept. 1937, pp. 618-624.

As importações de bananas coloniais francesas em 1938. Univers français, 1932.

Pierre Garance: Le marché de la banane des colonies françaises. Paris Libr. Soc. et Econ. 3 rue Soufflet. 1939. 17.80 115 p.

Econ., 3, rue Soufflot. 1939. In-8°, 115 p.

Jacques Félix: Sols et terres à bananiers de la Guinée Maritime, d'après A. Moity. Rev.

Bot. Appl. et-Agr. Trop. Paris, XIX, janv. 1939, pp. 56-60.

J. Richard-Molard: La banane de Guinée française. Rev. de Géog. Alpine, Grenoble

XXXI, 1943, n.º 3, p. 345-392.

- C.-R. Hiernaux: Les aspects géographiques de la production bananière de la Côte d'Ivoire.

Les Cahiers d'Outre-Mer, janv.-mars 1948, pp. 68-84.

— A. Du Plessis: La banane à la Martinique. Cahiers coloniaux, janv. 1949, n.º 1, pp. 14-22; mars 1949, n.º 3, pp. 131-136; mai 1949, n.º 5, pp. 200 et 204.

— E. Revert: La Martinique, étude geographique. These. Nouvelles Editions Latines, 1949.

espírito cooperativo, a divisão extrema da propriedade não se apresenta como um obstáculo à defesa das culturas. Procuram-se, ao mesmo tempo, soluções biológicas ao problema angustiante. No Colégio Imperial de agricultura tropical de Santa Augustina, em Trinidad, trabalhos importantes sôbre a bananeira estão sendo feitos desde 1932 para a obtenção de um híbrido da "Gros Michel" capaz de enfrentar a doença do Panamá. Mais decisivo ainda será o êxito da hibridação "Gros Michel" e "Lacatan", da qual resultará uma variedade resistindo tanto à doença do Panamá quanto à de Sigatoka. Os pesquisadores esforçam-se também para encontrar inimigos do gorgulho da bananeira (Cosmopolites Sordidus Germ.), espalhado mais ou menos pelo mundo inteiro; inquietam-se outrossim com a doença do "bout de cigare", com o apodrecimento da haste durante o transporte, com os mosaicos diversos que aparecem em numerosos produtores.

#### A técnica dos transportes. As consequências da guerra

As vésperas da guerra, pois, independente das condições puramente comerciais, o mercado mundial da banana estava em plena evolução. As servidões técnicas rigorosas a que se acha sujeito o comércio desta fruta tornaram as consequências decorrentes do conflito mais profundas para êle que para qualquer outro produto. O transporte da banana exige navios absolutamente especializados <sup>16</sup>: porões divididos em compartimentos a fim de que os lotes de cachos sejam tratados de acôrdo com o grau de maturidade; temperatura constante de 10 a 12°, que se obtém seja por ventilação, seja fazendo circular água, que permite enviar frigorias quando a embarcação circula em país tropical e calorias quando alcança as zonas temperadas ou frias; rapidez e sobretudo regularidade na marcha. Uma frota especial havia sido criada, composta de navios bem equipados e rápidos (16 nós, com 2 nós a mais nas experiências; 18,5 nós para um navio italiano e os novos navios americanos). Em 1938, a frota mundial do comércio da banana compreendia 170 unidades, avaliadas em 670 000 toneladas, seja uma capacidade média de apenas 4000 toneladas, justificada pela velocidade a ser atingida e pelo volume da carga: um navio moderno de 5 200 toneladas de transporte carrega 900 toneladas de bananas em 4 000 metros cúbicos de porões refrigerados, além de 1000 toneladas de mercadorias diversas. A U.F.C. possuía quase 100 dêstes navios e chatas frigoríficas; sua "White Fleet" era célebre em todo o Mar das Caraíbas e no Gôlfo, onde exercendo o seu comércio de frutas, transportava ao mesmo tempo parte dos passageiros daquelas paragens; a Grã-Bretanha, a Holanda, a Alemanha, a Itália se equipavam igualmente; a França era muito bem representada, em 1939, com 26 navios que perfaziam um total de 87 459 toneladas, quase todos novos, pois tinham apenas, em média, quatro anos. Unicamente a "Compagnie Générale Transatlantique", possuía onze dêstes navios (tipo Estérel e Quercy). A guerra veio tirar a estas frotas a possibilidade de ação. O transporte da banana não pôde acomodar-se ao sistema dos comboios, as embarcações destinadas ao tráfico das bananas requisitadas pelas marinhas beligerantes sofreram hostilidades: A U.F.C. perdeu quarenta navios; em 1946, a França encontrava-se apenas com duas unidades especializadas e teve de recorrer para recomeçar o comércio a navios mistos pertencentes a outras nações.

A guerra teve, pois, como primeiro efeito o de suprimir quase completamente o tráfico da banana, que caiu de 107 milhões de cachos, média de 1934-1938, a 93 milhões em 1939 e a 75 milhões em 1940; depois, quando os Estados Unidos entraram na guerra, desceu a 36 milhões e 30 milhões respectivamente em 1942 e 1943. Os Estados Unidos deixaram de exportar para a Europa. Excetuando-se o comércio Canárias-Espanha e Madeira-Portugal, o tráfico europeu foi interrompido.

Primeira conseqüência, os acontecimentos destacaram a importância relativa da América tropical e dos Estados Unidos. Os trinta e quatro milhões de cachos comercializados em 1944 foram quase totalmente absorvidos pelos Estados Unidos. A produção, apesar do declínio rápido, permaneceu superior às

<sup>16</sup> No momento atual capitais da Antilha e da Guiné, parece que se orientam para o Camerum.

possibilidades de transporte. Para manter as plantações foi necessário lançar mão de processos diversos. Recorreu-se, então, aos produtos manufaturados que suportam armazenagem ou longos transportes, bananas sêcas, doces de banana, farinhas de banana, dos quais os principais produtores são o México, a Guatemala, o Brasil, Honduras (Camerum, Guiné e Costa do Marfim procederam do mesmo modo, enquanto os meios de evacuação se conservaram insuficientes). A solução, porém, era de expectativa. Na propriedade privada, (chasse gardée) da Ú.F.C. os produtores que em 1938 periclitavam tentavam agora elevar-se. O México parecia bem colocado; era-lhe possível (excetuando-se o estado de Tabasco) exportar a mercadoria por via férrea para os Estados Unidos e mesmo para o Canadá. O Brasil que, por falta de frete, via suas exportações decaírem dos 6 milhões de cachos anteriores à guerra a 1,6 milhões em 1943, pôde enfim tomar parte no mercado norte-americano graças aos produtos manufaturados. Cuba, cuja proximidade permitia utilizar pequenos navios e veleiros, manteve contacto com os mercados ianques. Tal também o caso da Jamaica.

#### A técnica cultural — possibilidades desiguais de um novo desenvolvimento

Mas os esforços eram quase desesperados e apesar do reinício da luta não puderam ser sustentados. Esta ao contrário devia trazer novos transtornos. Já durante a guerra, nos países fortemente povoados, culturas alimentícias substituíram a bananeira de exportação; na própria Jamaica a banana só era encontrada no comércio local, onde floresceu mesmo o mercado negro da fruta. O abandono em que haviam sido deixadas as plantações dificultou ainda o esfôrço desta nova atividade. Como declarou R. Guillierme 17: "A bananeira é planta que não perdoa um abandono mesmo passageiro. Exige cuidados perseverantes, constante vigilância e não pode ser comparada a outras culturas industriais, que reagem mais vagarosamente a uma negligência momentânea". Assim, em 1948, a Jamaica, com 6 milhões de cachos, representa apenas 4,6% da produção mundial, em vez dos 13,5% do período que precedeu a guerra. O México perde 63% de suas exportações anteriores à guerra; o govêrno mexicano que estava a par das razões da crise, publicou decretos tornando obrigatório o tratamento da Sigatoka, estimulando novas plantações e cooperativas nos estados de Tabasco e Chiapas. As Honduras britânicas e a Nicarágua, que não possuem boas vias de comunicação e cujos proprietários são financiados por alguns exportadores, perdem 80% do total de 1938. A Sigatoka estende por tôda parte seus malefícios. O Brasil, quarto exportador mundial, não fornece mais que 78% de seu "record" de 1939 e 82% da média obtida antes da guerra. A Colômbia como nenhum outro país presenciou a ruína de seu comércio da banana (23 toneladas apenas em 1943) pois exportava muito para a Europa; a falta de navios impossibilitou o transporte do material de defesa anticriptogâmico e os pequenos cultivadores abandonaram as plantações substituindo-as pela criação ou por outras culturas, tanto assim que, em 1948, passou do sétimo lugar ao nono, com metade de suas exportações anteriores à guerra.

Parece impossível que as antigas posições venham a ser recuperadas. O mercado europeu continua retraído. Se as importações de 1948 marcam um progresso de 9% sôbre as de 1947, não chegam a representar 82% das que precederam a guerra. Alguns países aumentaram suas contribuições ao consumo mundial: Estados Unidos (10% a mais), Canadá (35% a mais), Argentina. Na

<sup>17</sup> La lutte entre le Cercospora Musae Zimm. (maladie de Sigatoka), F.O.M., vol. I, n.º 1, 1945.

<sup>—</sup> J. Puvis: Contribution à l'étude de la pigmentation des bananes en Guinée française

F.O.M., vol. I, n.º 4, 1945, pp. 119-120.

— J. Cuillé: Etude d'entomologie appliquée sur "Cosmopolites sordidus Germ.", charançon

du bananier. F.O.M., vol. IV, n.º 6, 1949, pp. 206-203.

- Quelques ennemis du bananier. F.O.M., vol. I, n.º 5, 1945.

<sup>-</sup> Jacques Brun et Jacques Merny: Sur une pourriture nouvelle des bananes, Gros Michel

F.O.M., vol. II, n.º 2, 1947.

Roger Heim: Moyens de lutter contre la pourriture de la hampe du bananier F.O.M., vol. II, n.º 8, 1947.

-G. Merny: Traitements contre le Cercosphora Musæ à la Jamaique. F.O.M., vol. V, n.º 3,

<sup>1950,</sup> pp. 89-92.

Europa, foram os mais fracos consumidores que intensificaram os pedidos (a Espanha duplicou, a Bélgica e a Suíça importaram um têrço a mais), enquanto países que eram grandes consumidores, diante das dificuldades financeiras, viram-se forçados a renunciar temporariamente ao consumo de produto tão caro. A França não recuperou totalmente o tráfico (83%), nem a Suécia (64%), mas as modestas compras da Holanda (35% antes da guerra) e sobretudo da Inglaterra (50% antes da guerra) fizeram baixar a procura européia a pouco mais do quarto do comércio mundial em vez do têrco.

Do lado dos produtores as transformações não foram menos importantes. Muitos conheceram, durante o novo desenvolvimento, um verdadeiro "boom" da banana, que veio acentuar a evolução já assinalada nas vésperas do conflito. Determinados países da América Central, onde domina a U.F.C. <sup>18</sup>, fizeram progressos sensacionais. A América Central e as Antilhas, apesar dos declínios particulares já citados, conseguiram produzir, em 1947, 73% das exportações mundiais. Entre os produtores reconhecidos, Costa Rica e Guatemala, dobraram os fornecimentos; Honduras tomou a dianteira com 15 milhões de cachos em vez de 12. Mas, principalmente, novos produtores de primeira importância começaram a aparecer: Haiti passa de 500 000 cachos a 7 milhões, a República Dominicana de 88 000 a 1 400 000, o Equador de 2 a 4 milhões (promete 15 a partir de 1951). A Venezuela aumentou de 6 vêzes suas remessas. Há, por certo, na base dêstes fatos, condições comerciais; foi o "Standard Fruit and Steamship Co", quem introduziu a "Gros Michel" em 3 000 hectares do Haiti: a República Dominicana pode fazer coincidir as mais belas colheitas de inverno com as volumosas exportações para os Estados Unidos na época das festas de Natal e do Ano Novo; no Equador, isento da Sigatoka, a U.F.C. e sua filial, a "Fruit Dispatch Co.", produzem, com a propriedade da "Hacienda Tenguel", 50% dos frutos exportados para o Norte; os pedidos chilenos, de junho a dezembro, preenchem o vazio deixado pelos pedidos dos Estados Unidos; além disto, o govêrno equatoriano ao mesmo tempo que se esforca grandemente em financiar os plantadores anima uma companhia nacional, a "Tropical Fruit Co.", que chega a fazer ensaios de expedição por via aérea para Miami e Chicago 10.

Um dos traços essenciais da evolução da produção durante as hostilidades foi sem dúvida a derrocada dos pequenos plantadores ao defrontarem a resistência das grandes sociedades agrícolas, sustentadas por companhias de financiamento; a solidez, que lhes é peculiar lhes permitiu atravessar o conflito conservando as plantações e defendendo-as das doencas: trataram, pois, da retomada de atividade com um grande adiantamento técnico, plantações intactas, senhoras portanto da situação. Na Jamaica, por exemplo, se as pequenas culturas de 3 a 5 hectares declinaram, a U.F.C. conservou em produção suas plantações feitas nas terras vermelhas da planície irrigável de Spanish Town, a oeste de Kingston; também na Colômbia só resistiram as grandes companhias; o mesmo aconteceu no Camerum, onde os cultivadores garantidos pela Companhia das Bananas, mantiveram culturas florescentes durante a guerra. O fato é que, pelo menos na América Central, as Companhias financeiras haviam investido capital suficiente para pôr em atividade "meios simples mas em escala impressionante" 20. O solo é prospectado de modo a eliminar as terras pobres ou propícias ao desenvolvimento da doença de Panamá; quando necessário se executam trabalhos de drenagem mas sobretudo irriga-se e cuida-se das plantações. A irrigação é aérea; uma central elétrica ativa bombas poderosas, distribuindo água nas canalizações de grande diâmetro (0m35), das quais se esgalham tubos verticais destinados às distribuições giratórias, regando cada uma 120 ares e funcionando várias horas por dia. A irrigação beneficia não sòmente as raízes, mas também os órgãos aéreos que a pulverização da água coloca em ótimas condições higrométricas. Iguais soluções grandiosas são observadas na luta contra o Cercospora: centrais de fabricação distribuem a calda bordalesa

<sup>18</sup> Trabalhos publicados sôbre êste capítulo:

<sup>-</sup> M. Le Masson: La technique frigorifique au service des transports par mer Science et Vie, LIV, oct. 1938, n.º 256, pp. 319-325. R. Cadillat: Où en est le trafic bananier. F.O.M., n.º 6, 1946.

<sup>−</sup>M. Dumas: État actuel de la flotte bananière. F.O.M., vol. I, n.º 1, 1945.

F.O.M., vol. n.º 4, 1945, pp. 108-118.  $^{20}$  Esta anunciou, aliás, oficialmente o desejo de aumentar a produção de 25%.

através de "pipe-lines" em tôda a plantação, os tubos principais têm 3 quilômetros de comprimento e possuem ramificações secundárias de 250 a 300 metros em cada 50 a 75 metros. O transporte é assegurado até os trilhos, por meio de tratores. A enormidade dos investimentos determina um acréscimo e uma tal regularidade da renda que a amortização se torna rápida e permite interromper a produção ao fim de 10 ou 12 anos, substituindo o bananal por uma floresta que é mantida durante dois anos por irrigação e que protege e regenera o solo.

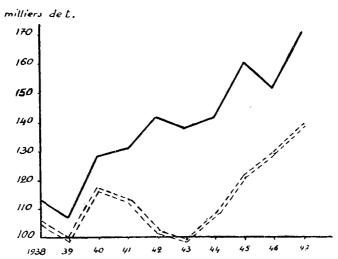


Figura 3 — Evolução do comércio da banana nas Canárias, de 1938 a 1947. Em traço prêto: produção; em pontilhado duplo: exportações (Sem incluir a Espanha). (Segundo Fruits d'Outremer, dez. 1948, p. 436).

Ao mesmo tempo, as Canárias aproveitaram o conflito para recuperar parte do terreno perdido nos anos de 30. Enquanto os outros produtores africanos não tinham atingido, em 1948, o nível de 1938, as Canárias viam sua contribuição às exportações africanas passar de 48 a 57%, isto porém, depois de uma modificação completa de seu campo comercial. A guerra interrompeu pràticamente as exportações para os países envolvidos na luta. A Suíça, e principalmente a Espanha ao contrário, aumentavam as importações. A Espanha já estava na dianteira dos importadores em 1938 com 2,3 milhões de cachos e elevou, desde 1940, seu consumo a 5 milhões de cachos; se as exportações recuaram em 1943, como aliás para todos os produtores, o excelente estado das plantações permitiu um aumento regular da produção, que de 110 000 toneladas em 1938, atingia 168 000 toneladas em 1947. Alguns importantes clientes tinham desaparecido: a Alemanha (2 milhões de cachos em 1938), a Dinamarca, a Noruega; outros, como a Holanda e a Bélgica, reduziam sensìvelmente as aquisições; mas os exportadores de Las Palmas e de Tenerife haviam reconquistado os mercados inglêses (1,8 milhões de cachos em 1948) e irlandeses (1,2 milhões) e retomavam pé na Suécia, no Marrocos francês, e mesmo na França 21.

Os progressos da América tropical e das Canárias assustaram os produtores enfraquecidos e, enquanto o total das exportações não atingiu o volume aproximado do consumo normal, observou-se o desenrolar de uma luta algo anárquica para a reconquista dos mercados. O Brasil procurou a clientela da Suécia, da Holanda e da Bélgica. A Colômbia agiu da mesma forma. As Antilhas inglêsas e as Honduras britânicas voltaram-se para os Estados Unidos e o Canadá, em conseqüência do retraimento do mercado britânico.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> À propós du marché bananier aux Etats-Unis. F.O.M., déc. 48, p. 433.

Mas esta situação provocou sobretudo reações de defesa das autarquias imperiais. Prosseguindo os notáveis esforcos na Jamaica, a Grã-Bretanha aprovou um plano da Associação dos produtores para exportação, em 1952, de 8 milhões de cachos da variedade "Lacatan" (imune às doencas de Panamá e de Sigatoka). Um grande esfôrco foi despendido na Nigéria e no Camerum britânico que passaram a fornecer 4 milhões de cachos, seja um aumento de 89% sôbre o de 1938. Atitude semelhante foi tomada em relação à Austrália e à Nova Zelândia; naquela, um tráfico interior por via férrea entre Queensland e a Nova Gales do Sul de um lado e as cidades do Sul do outro, não aparece nas estatísticas. Representa, entretanto, um novo exemplo de autarquia colonial zelosamente mantida pelo govêrno federal. Com os 11 000 hectares dos "New South Wales" e os 4 000 hectares do "Quennsland" em plena produção, 4 200 hectares de novas plantações elevarão em breve a produção a um total de 7 ou 8 milhões de cachos. É necessário, pois, criar sólidas barreiras alfandegárias junto aos produtos do mercado "vizinho" das Tonga, que durante a guerra, triplicaram a produção 22.

Dêsse modo, a luta é freqüentemente muito áspera. O estudo da evolução do mercado francês sintetiza as preocupações dos produtores da banana.

#### A evolução recente do mercado francês

A reconquista do mercado metropolitano francês pelos territórios de além-mar seria coisa fácil na medida em que condições técnicas permitissem o encaminhamento rápido das bananas para os depósitos franceses de amadurecimento da fruta 28.

A questão mais grave continuou sendo a do embarque nos territórios produtores; na África, as vias férreas, principalmente o caminho de ferro do Camerum, vêm sendo usadas ao extremo o que retarda a evacuação da mercadoria, a não ser Bonaberi que, com seu cais particular, assegura a saída normal, os "warfs" de Port Bouet, de Sassandra e os cais de Konaery são insuficientes; nas Antilhas, Basse-Terre podendo carregar apenas sete navios por mês, a produção não pode ser totalmente expedida em período oportuno. Quanto ao transporte, recorreu-se aos navios estrangeiros durante os primeiro anos da retomada de atividade; no que se refere ao desembarque, Dieppe reequipou-se ràpidamente e, em 1940, recebeu 82% das frutas enviadas à França, drenando assim as importações das Antilhas que iam antigamente para Ruão e as da Guiné e do Camerum que iam para Nantes e Havre. Em 1949, com 83 000 toneladas importadas, Dieppe vencia seu "record" de 1932. Eram previstas 87 000 toneladas em 1950, representando 50% das importações francesas, em vez dos 30% de 1938. Seguiam-lhe Marselha (23%), Havre (17%), Bordeaux (4%) e Nantes (4%).

O mercado francês, insuficientemente abastecido, erguera-se ràpidamente de 1946 a 1949 e apesar das dificuldades técnicas quase atingia o nível registrado antes da guerra, (175 000 toneladas mais ou menos em vez de 178 000). Mas permanecia-se longe ainda do consumo "record" de 1932 (225 000 toneladas). As superfícies cultivadas haviam entretanto sido bem aumentadas: 1/4 em Guadalupe, 1/2 no Camerum e na Guiné, 2/3 na Costa do Marfim. Mas, por falta de cuidado e sobretudo por causa das doenças, a qualidade e o rendimento tinham diminuído. A Sigatoka devastou terrivelmente as Antilhas, produzindo-se então um marasmo econômico que retardou o equipamento dos cultivadores na luta racional contra as pragas. A contribuição de cada território no total do abastecimento à metrópole variou sensívelmente: Guadalupe e Martinica com 51 000 e 33 000 toneladas continuam a representar 50% das necessidades. Na Africa, a Costa do Marfim com 15 000 toneladas aumentou de um quarto a produção, enquanto com 41 000 toneladas, a Guiné fornece apenas três quartos do que exportava antes da guerra. Com 56 000 toneladas, os dois territórios da A.O.F., cobrem apenas 32% das necessidades metropolitanas em vez de 37%.

M.-Y. Aubrat, F.O.M., vol. I, n.º 1, 1945, pp. 21-25.
 La situation bananière aux Canaries (d'après Calo Carreras Mejias. La banane aux îles Canaries. Madrid, 1948). F.O.M., dec. 1948, p. 436. — La banane aux Canaries (d'après Siemba, avril 1948). F.O.M., vol. IV, n.º 9, 1949, p. 356.

Ao contrário, com 29 000 toneladas, o Camerum produz 18% das importações francesas em vez de 13%. As condições econômicas favorecem êste último território. Devido aos métodos culturais e à variedade cultivada, sua produção é mais barata que a de outros membros da União francesa. Durante a guerra, a Companhia das Bananas comprou dos plantadores parte de suas produções para as destruir no próprio local. Puderam, dêsse modo, manter os bananais enquanto outros os abandonavam.

Portanto, se as exportações das Antilhas atingiam o máximo, se as da Guiné decresciam apesar do deslocamento das plantações para o litoral, as do Camerum e da Costa do Marfim estavam em constante progresso. Mas, um problema econômico apresenta-se aos exportadores: a sufocação do mercado francês. Subconsumo dizem uns, demonstrando por meio de números: 3,8 quilogramas por habitante em 1948, em vez de 4,2 em 1938, 6,3 em 1932, enquanto os inglêses chegaram a consumir antes da guerra 8,5 quilogramas por habitante e por ano. A comparação dos preços reais de 1949 e dos preços ponderados de 1938 resolve parte do problema: a banana, em média, dobrou de preço (em relação ao poder de aquisição) aproveitando-se das taxas por ocasião da retomada de atividade perde, pois, a preferência do consumidor em proveito das frutas vermelhas, sobretudo das cítricas durante a estação fria.

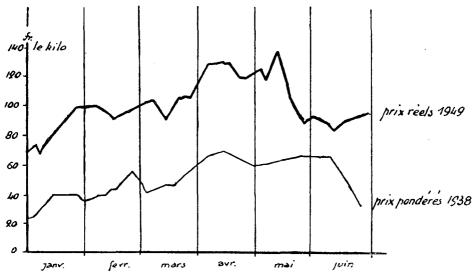


Figura 4 — Comparação dos preços reais de 1949 e dos preços avaliados de 1938 para o primeiro semestre, Guiné e Costa do Marfim reunidas. (Segundo Fruits d'Outremer, vol. 5, n.º 1, 1950. R.-M. Cadillat, Le problème bananier, p. 29-32).

Temendo a superprodução, os membros da União Francesa, seguindo o exemplo de outros países procuraram novos mercados. O Camerum, único entre os territórios que, logo depois do fim da guerra, podia exportar na cotação mundial, fêz desde 1947 contratos com os países escandinavos. As Antilhas, em 1949, expediram 7 000 toneladas para a Alemanha que reiniciava as importações, e menores parcelas para os Estados Unidos e a Irlanda; a Guiné voltou-se para a Itália, a Alemanha (4 000 toneladas) e os países do Norte. Mas, surgiram dificuldades; as várias nações querem comprar pela cotação geral e aos países da União francesa defronta-se a concorrência da Colômbia e do Brasil; freqüentemente, os compradores reclamam a "Gros Michel", que nem a Guiné, nem as Antilhas francesas podem fornecer. O futuro parece, pois, limitar-se nesta direção. Mais grave ainda foi a ameaça que pesou no mercado interior. Em

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> La banane en Australie. F.O.M., vol. IV, n.º 9, 1949, p. 355.

consequência de um relaxamento da proteção aduaneira, o mercado francês abriu--se primeiro a um contingente de 10 000 toneladas anuais de bananas das Canárias 25, depois a 3 000 toneladas de bananas do Brasil, estas a um preço muito baixo. A ameaça de superprodução acompanhava-se de nova concorrência que a tornava ainda mais sensível. Depois do período de anarquia comercial que parece ter presidido à retomada da atividade, um esfôrço de reorganização foi tentado: para diminuir os fretes e estudar o consumo da mercadoria, as federações de plantadores da Costa do Marfim e da Guiné acabam de se unir em Comitê de exportações de frutas da A.O.F. Enfrentarão, sem dúvida, neste empreendimento de tipo jamaico, o individualismo das Antilhas e o desprêzo de um Camerum muito bem armado. Tanto assim que o único sistema eficaz parece ser o do protecionismo a que se recorreu novamente: um decreto de 11 de maio de 1950 elevou de 4fr.50 o quilo das bananas de procedência estrangeira, restabelecendo-se dêsse modo as condições econômicas de antes da guerra.

Assim, o conflito mundial influenciou ponderàvelmente o mercado da banana, não transformando-o, mas salientando-lhe as tendências. Por ocasião da retomada a atividade do seu tráfico que havia sido anulado em quase tôdas as partes do mundo, assistiu-se ao retesamento das autarquias imperiais, ao fortalecimento da posição das Canárias, na participação sempre mais acentuada da América Central na produção e exportações mundiais: ao contrário. países produtores, onde a natureza era bem mais generosa, como a Colômbia, periclitaram por não terem encontrado a fórmula de equilíbrio entre os sistemas de cultura e a organização comercial; enfim, contraprova decisiva, a Jamaica, que pode ser a qualquer momento citada como exemplo de aperfeiçoamento nas técnicas e de inteligência mercantil, não pôde retomar a posição antiga porque os atentados do homem no equilíbrio das fôrças da natureza foram por demais precoces e por demois profundas. Um esquema se afirma, demonstrando a preponderância dos grandes meios financeiros a serviço dos aperfeicoamentos técnicos aplicados em tempo, sôbre as condições geográficas de produção por mais favoráveis que sejam.

- D. Kervégant: La préparation de la banane séchée à la Martinique. Agr. et Elevage. Congo Belge. Bruxelles. XIII. 1949, p. 150.
  R. Guillierme: Les cultures frutlères de la Côte d'Afrique française en 1945, pp. 108-118.
- R. Dumont: Quelques aspects économiques de la production frutière coloniale. F.O.M., vol. I, n.º 5, 1945, p. 131.
- P. Mouquet: Dieppe, port bananier. F.O.M., vol. I, n.º 7, 1946, pp. 201-206.
   Ph. Ariès: La distribution des fruits coloniaux en France. Étude géographique du marché, F.O.M., vol. I, 1946, pp. 265-275.

- Nantes, port bananier, vol. I, n.º 13, 1946, pp. 405 et suivantes.
   A. Martins: A propos du Cameroun. F.O.M., vol. I, n.º 15, 1946, pp. 479-480.
   Le marché bananier français en 1948. F.O.M., vol. II, n.º 6, 1947, pp. 194-197.
   A. Rimbaud: La banane dans l'économie martiniquaise. F.O.M., vol. II, n.º 7, 1947,
- pp. 232-234. E. Revert: Problèmes de Géographie antillaise. Cahiers d'Outre-Mer, Janv.-mars 1950,
- pp. 12-15. R. M. Cadillat: La production bananière de l'Union Française est en augmentation. F.O.M., vol., n.º 2, 1949, pp. 67-69.
- Fondation du Comité d'exportations fruitières de l'A.O.F. F.O.M., vol. IV, n.º 6, 1949. R.M. Cadillat: A propos de la consommation bananière en France. F.O.M., vol. IV, n.º 10, 1949, pp. 387-388.

  Janine Assa: Dieppe, premier port bananier. "Information géographique," sept-oct. 1950,
- pp. 152-154.
- Morel: A propos d'emballage des régimes de bananes en Guinée. F.O.M., vol. IV,
- Ch. Tanon: Ch. Tanon: Le cercospora est-il un danger pour la production bananière aux Antilles françaises? F.O.M., vol. IV, janv. 1949, p. 29.
- Les prix de vente de la banane en France, F.O.M., vol. IV, n.º 11, 1949, p. 433.
  G. Merny: La maladie de Sigatoka du bananier (Cercospora musæ Zimm) aux Antilles anglaises. F.O.M., vol. IV, n.º 7, 1949, pp. 263-264.
  R. M. Cadillat: La situation bananière française en 1949, F.O.M., vol. V, n.º 2, 1950, pp. 68-69.
- -R.-M. Cadillat: Problème bananier. F.O.M., vol. V, n.º 1, 1950, pp. 29-32.
- 28 Preço de venda, em França, em 1949, por quilo: Guinée, 88 francs; Guadeloupe: 83 francs; Martinique: 81 fr. 50; Côte d'Ivoire: 81 francs; Cameroun: 75 francs.
- <sup>27</sup> Não está excluído que considerações de ordem internacional tenham pesado sôbre a decisão tomada a respeito.

<sup>25</sup> Trabalhos particulares para êste capítulo:

#### BIBLIOGRAPHIE SOMMAIRE

#### Le Marché Mondial de la Banane

- Ray C.P. Boone: Le bananier. Culture, industrie, commerce. Paris, Soc. d'Ed. Georg. Mar. et Col. 1926.
- Maurice Appert: Le bananier et sa culture. Paris. Larose, 1933. In-8.º. 120 p.
- D. Kervégant: Le bananier et son exploitation. Paris, Soc. d'Ed. Geog. Mar. et Col. 1935. In-8.º VIII + 578 p. Un compte rendu de son ouvrage fondamental existe dans la Rev. de Bot. Appl. et d'Agr. Trop. Paris, 15 avril 1935, p. 285.
- Charles-David Kepner Jr. and Jay Henri Soothill: The banana Empire: A
   case study of Economie Imperialism (Studies in Amer. Imperialism).
   N. York-Vanguard Press, 1935. In-12 XIII + 392 p. Index.
- Em. Prudhomme: La banane et l'avenir du verger des pays chauds. Considérations générales et statistiques. L'Agronomie Coloniale, Paris, 15 janv. 1936, p. 110.
- Charles-David Kepner Jr.: Social aspects of the Banana industry Studies in History. Economies and Public Laws. N.º 414. New York. Colombia Univ. Press, 1936. In-8.º, 230 p.
- Mallauvaire: Histoire de la banane. I. La banane sur la terre "Monde colonial illustré". T. XV, 16.º année, 1938. Sept., p. 165.
- L. Fioresi: Il commercio mondiale delle banane: Autarchia alimentare. Roma. Milano. I. Ott. 1938, pp. 35-42.
- R. Wagner: Une contribution à l'histoire des plantes cultivées. Le Bananier (Musa Sapientum et Musa paradisiaca L.) Lyon Horticole. XVII. 1938, pp. 56-59.
- Jules Offner: Atravers l'histoire naturelle et économique de la banane. P.-V.-Soc. Dauphinoise d'Etudes Biol. Grenoble, XVIII, 1939, pp. 62-65.
- A. Chevalier et J. Leroy: Les fruits coloniaux. Que sais-je? N.º 237, Paris 1946.
  Número spécial de Fructidor int. Déc. 1946, janv. 1949., vol. 3 n.º 1, p. 126 consacré à la banane et à l'ananas.
- F.-L. Hendrickx et J. Henderich. La Jachère à bananiers. Bull. Agric. Congo Belge, juin-juillet 1949, vol. 40, n.º 2, pp. 1.735 à 1.744.
- Ariès et Cadillat: Le commerce de la banane dans le monde. Institut des Fruits et Agrumes coloniaux. Série economique, 7 rue Saint-Dominique, Paris (7e.).
- Les revues "coloniales" contiennent de nombreux articles que nous ne citerons pas tous dans le courant de cet article: il faut signaler toutefois la documentation particulièrement riche contenue dans la revue Fruits d'Outre-Mer (désignée ici par les initiales F.O.M.), publication mensuelle de l'Institut des Fruits et Agrumes Coloniaux.
- N. Grumberg: Les engrais du bananier. F.O.M., vol. I, n.º 2, 1945, pp. 56-59.
- Les sols à bananiers (traduction et adaptation par Dr. Richardeau de la Technical communication n.º 34 de l'Imperial Bureau of Soil Science, 1936. Tropical Soils in relation to Tropical crops) F.O.M., vol. I, n.º 14, 1946, pp. 438-439.
- J.Champion: Classification, origine et répartition géographique des espèces du genre Musa. F.O.M., vol. II, 1947. N.º 3, pp. 73-79 n.º 8, pp. 251-254; vol. III, 1948; n.º 5, pp. 173-180; vol. IV, 1949. N.º I, pp. 16-24, essentiel.
- La maturation artificielle des bananes. F.O.M., vol. IV, n.º 2, 1949, pp. 51-62.
- J. Lemaistre: La repartition des racines du bananier (d'après W. A. T. Summerville: Root distribution of the banana. Queensland Agricultural Journal, oct. 1949, pp. 376-392). F.O.M., vol. IV, n.º 8, 1949, pp. 294-296.
- J.P. Loram et A. Le Gall. "La multiplication du bananier d'après H. W. Eastwood. The propagation of banana plants. Bull. New York, South-Wales Department of Agriculture F.O.M., vol. IV, n.º, n.º 1949, pp. 322-337.
- Bananes: aperçu sur la situation mondiale de 1939 à 1944. F.O.M., vol. I,
   n.º 14, 1946, pp. 448-450.
- R.M. Cadillat: Aperçu sur la situation mondiale. F.O.M., vol. IV, n.º 10, 1949, pp. 390-392.

## Contribuição à Ciência Geográfica

### O Desenvolvimento Econômico do Brasil

Jornal do Comércio — 6/11/1952. Rio de Janeiro.

PIERRE VAN DER MEIREN (Da Fundação Getúlio Vargas)

Não há dúvida que durante o último decênio o Brasil fêz grandes progressos no sentido de um mais alto nível de desenvolvimento econômico. Os sinais de crescente bem estar econômico-social, são notados na vida cotidiana; o povo anda mais bem vestido, gasta mais em bens de consumo, de natureza mais ou menos luxuosa, tais como, aspiradores de pó, enceradeiras, aparelhos de televisão, refrigeradores, etc., e dispõe de mais dinheiro para férias e para as horas de lazer.

Este fenômeno têm chamado a atenção dos economistas e dos institutos de pesquisa econômica. Todos são acordes no reconhecer o progresso econômico geral do Brasil, embora essa mesma concordância não se verifique quando se trata de analisar a natureza do desenvolvimento e medir o grau de progresso. Esta discordância tem origem principalmente na deficiência do material estatístico capaz de ser utilizado na análise e mensuração do progresso econômico. Todavia, nestes últimos anos, alguns dados se tornaram disponíveis, permitindo fiscalizar o problema com maiores possibilidades de êxito.

Um importante material estatístico foi fornecido aos economistas, através dos resultados dos censos econômico e demográfico de 1939 e 1949, dos cálculos da renda nacional, do investimento e dos totais que a êle se relacionam, cálculos êstes empreendidos pela Fundação Getúlio Vargas, e ainda, através de dados econômicos de atualidade, regularmente publicados por "Conjuntura Econômica", da mesma entidade, e de modo geral, através das abundantes estatísticas que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fornece. Valendo-nos dos dados retirados dessas fontes, tentaremos analisar o grau de progresso da economia brasileira e a direção em que ela se orienta.

A renda nacional do Brasil, isto é, a soma das rendas de tôda a população do país, aumentou de 34 bilhões de cruzeiros em 1939, para, aproximadamente 225 bilhões de cruzeiros em 1951. Os algarismos correspondentes aos últimos 5 anos, são os seguintes:

#### RENDA NACIONAL

		(Bilhões em Cr\$)					
1939	1947	1948	1949	1950	1951		
34	126	145	170	210	225		

Esses algarismos indicam que, em 1951, a renda total de todos os brasileiros era quase sete vêzes maior que a renda de antes da guerra. Evidentemente isto não significa que todos os indivíduos tenham um padrão de vida sete vêzes superior ao de antes da guerra, e, não representa o grau de desenvolvimento econômico obtido pelo Brasil. Todos sabemos que desde antes da guerra, os preços de todos os bens têm aumentado consideràvelmente e que também a população cresceu de forma significativa. Em outras palavras, o que o economista deve fazer, é eliminar dos algarismos acima o efeito da inflação e do crescimento de população; em resumo o que desejamos obter é um índice da renda real por habitante.

O cálculo do produto e da renda real, que constitui uma das partes mais difíceis dos levantamentos de renda nacional, foi feito pelo autor dêste trabalho num estudo anterior. Resumindo os resultados dêsses cálculos os seguintes dados foram obtidos:

#### INDICE DO PRODUTO REAL

	1939	1947	1948	1949	1950	1951
Produto total	100	110	118	133	146	
Produto per capita	100	92	96	105	113	

Estes algarismos permitem concluir que já em 1847 o volume total de bens e serviços produzidos no Brasil era aproximadamente 10% maior que o volume de 1939; porém, como a população no mesmo período cresceu de 20%, o índice da renda real per capita é mais baixo do que o de antes da guerra. E somos obrigados a esperar 1949, para ver êste índice ultrapassar seu nível de 1939. Todavia, fato alentador é que o grau de desenvolvimento econômico que pode ser inferido dêsses dados parece ganhar terreno a partir de 1947, e embora ainda não existam algarismos para 51, tudo indica que êste ano a renda real estará consideràvelmente acima da de 1950.

Outro importante fator que deve ser tomado em consideração quando se leva em conta a riqueza crescente do povo brasileiro é a melhoria dos chamados "terms of trade" (relações de troca). "Terms of trade" significa a relação entre os preços dos bens de exportação nacional e os preços de bens de importação do mesmo país, por exemplo, a relação entre o preço do café brasileiro e o preço do equipamento e maquinaria importados pelo Brasil, dos Estados Unidos e da Europa.

Nos dados acima, de aumento da produção, não se levou em conta o fato de os preços dos produtos brasileiros de exportação (café, algodão, cacau, minério de ferro, etc.) terem aumentado desde 1939 em muito maior proporção que os preços de importação de matérias primas e produtos manufaturados. Para a mesma quantidade de café exportado, é possível, hoje em dia, comprar consideràvelmente mais aos Estados Unidos e à Grã Bretanha, do que nos dias imediatamente anteriores à guerra, quando os preços do café no mercado mundial eram miseràvelmente baixos.

Uma vez que a renda é simplesmente o valor do conjunto de bens que podem ser comprados não se pode negligenciar a melhoria das relações de troca. Como podemos ver no quadro abaixo, depois das correções decorrentes da melhoria das relações de troca, pode-se dizer que a partir de 1947 a renda real está acima de seu nível de pré-guerra e em ritmo ràpidamente crescente.

#### ÍNDICE DE RENDAS REAIS PER CAPITA

1951	1950	1949	1948	1947	1939
_	138	112	101	99	100

O esquema acima, do progresso econômico geral, é alto, quaisquer que sejam os padrões considerados; e para um país pouco desenvolvido como o Brasil, é na realidade muito alto. Não devemos todavia esquecer que em grande parte êsse crescimento é devido a fatôres externos, como por exemplo, a alta dos preços do café a partir do fim do ano de 1949. Conseqüentemente é desnecessário salientar que uma boa parte do bem estar do Brasil, aumenta ou diminui com os preços que sefixam no mercado mundial para seus principais produtos de exportação.

Antes de entrarmos numa análise mais pormenorizada dos principais setores da economia, e de seus respectivos graus de progresso, não será demasiado chamar a atenção, para a desigualdade com que se distribui a renda nacional — do ponto de vista geográfico — pelo território brasileiro.

Antes da guerra, não existiam dados sôbre a distribuição geográfica das rendas, mas, provàvelmente, essa distribuição é nos dias de hoje de maior desigualdade que em 1939.

A tabela abaixo, procura mostrar um quadro das diferenças entre a renda per capita, no Distrito Federal, em São Paulo, na Região Sul e no resto do país.

#### DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA RENDA NACIONAL EM 1949

		<i>Renda</i> ( <b>Bilh</b> ões de <b>Cr</b> \$)	População (Milhões de habitantes)	Renda per capita
2.	Distrito Federal e São Paulo Região Sul Resto do país	98 27 45	11,3 7,7 32,1	Cr\$ 8 700,00 Cr\$ 3 500,00 Cr\$ 1 400,00
4.	Brasil	170	51,1	Cr\$ 3 300,00

Na primeira parte dêste trabalho analisamos apenas o grau geral de desenvolvimento econômico do Brasil. A segunda parte trata de saber, se o desenvolvimento econômico se processou na mesma proporção em todos os ramos de atividade, ou se alguns ramos manifestaram maiores progressos que outros.

Para que se possa compreender, como chegamos ao cálculo acima apresentado, de um desenvolvimento econômico geral, é preciso considerar a estrutura econômica do país, e as mutações que nela se processaram durante a última década. É ainda o cálculo da renda nacional que nos permite responder a esta indagação.

No tocante ao valor líquido adicionado em cada ramo de atividade econômica, (isto é, o valor dos bens e serviços produzidos numa emprêsa, menos, a depreciação do capital fixo e o valor dos bens e serviços utilizados no processo de produção, comprados de outras emprêsas) verifica-se que o setor agrícola em 1939 detém aproximadamente 1/3 das rendas totais do Brasil. Nesse mesmo ano, a indústria — incluindo a construção e os serviços públicos — participou com 18% do valor total líquido da produção. O comércio com 10% das rendas totais, e os salariados dos governos federal e estaduais, com aproximadamente um montante da mesma grandeza, são outros setores importantes da economia brasileira.

Ao contrário do que se poderia pensar, a mineração é um setor relativamente pouco importante da atividade econômica. Tanto em 1939 como em 1949, menos de 1% da renda nacional se gerou no setor da mineração. A riqueza mineral do Brasil, tão decantada na literatura estrangeira, é sómente potencial, no sentido de que os recursos existentes permanecem inexplorados, e presentemente, mais vale falar de uma relativa escassez de minerais. Na realidade, em 1949 o Brasil importou nada menos de 811 milhões de cruzeiros, em matérias primas de origem mineral, exportando sòmente 269 milhões em produtos da mesma categoria.

Vjamos agora, qual o panorama que apresenta a estrutura econômica do Brasil, no período 1949-50. Não obstante a grande diferença no aumento da produção, entre a agricultura e a indústria, como será assinalado mais adiante, a agricultura participa ainda com 1/3 da renda nacional, enquanto a participação da indústria cresce, embora lentamente, não ultrapassando 1/5 da renda nacional.

Para compreender êsse resultado que, sem dúvida, surpreende um pouco, é preciso considerar que a renda não depende unicamente da produção, mas também, e talvez em maior proporção, do preço que o produtor pode obter pelos seus produtos, no mercado.

Ninguém contesta, e as estatísticas existentes o provam, que o aumento da produção na indústria, é maior e mais rápido que na agricultura.

#### ÍNDICE DA PRODUÇÃO

	1939	1947	1948	1949	1950	1951
Agricultura	100	107	115	121	125	
Indústria	100	162	178	191	208	

O índice da produção agrícola acima apresentado baseia-se nas estatísticas publicadas pela Comissão Econômica para a América Latina, no "Estudo Econômico para a América Latina 1949". Uma vez que não existe um índice oficial do aumento físico da produção agrícola, esta estimativa feita pela Comissão Econômica para a América Latina, que cobre 80% da produção total da agricultura, foi considerada como representando a realidade do desenvolvimento da produção agrícola do Brasil.

Estes números indicam que no período de 11 anos — 1939 a 1950 — o volume da produção agrícola cresceu sòmente de 25%. Não se deve esquecer que durante o mesmo período a população aumentou nada menos 30%, de sorte que em 1950 cabe a cada habitante, uma quantidade menor de produtos agrícolas, relativamente a 1939.

Como a procura dos produtos agrícolas aumentou mais que sua oferta, é muito natural que os preços dos gêneros alimentícios crescessem consideràvelmente: o preço por atacado dos 12 mais importantes produtos agrícolas, em 1950, era 5 vêzes superior ao nível de 1939. Mesmo sem se considerar pressões inflacionistas de outras origens, os preços agrícolas tinham necessàriamente de subir.

Se examinarmos um pouco as razões da deficiência da produção agrícola, à luz do aumento da procura de seus produtos, parecem existir duas causas básicas para a lenta resposta da oferta ao aumento da procura: as migrações dos trabalhadores agrícolas para as cidades e centros industriais, e a insuficiência dos investimentos na agricultura.

Quanto às conseqüências da migração dos trabalhadores do campo para os centros urbanos industriais, a "Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil" publicada pelo Conselho Nacional de Economia, no início dêste ano, faz uma penetrante análise dêsse problema. A conclusão do Conselho Nacional de Economia, estudando os movimentos da população e as variações da produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, é de que, parece existir certa correlação entre a diminuição da produção dêsses bens (ou seu insuficiente aumento) e o maior crescimento das poulações rurais.

No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a população rural cresceu, entre 1940 e 1950, de 25%, enquanto a população dos centros urbanos cresceu de 75%. O resultado dêsses movimentos de população indica uma tendência de declínio da produção agrícola.

#### PRODUÇÃO AGRÍCOLA E MIGRAÇÃO

ESTADOS		DA POP Porcentagem)		AÇÃO PRODUÇÃO DE ALIM (1952 — 46 =				
ESTADOS	Total (%)	Urbano (%)	Rural (%)	1947	1948	1949	1950	
Rio de Janeiro	26	75	25	77	58	67	63	
Minas Gerais	16	61	39	97	107	116	118	
Rio Grande do Sul	27	88	62	128	128	182	187	
Paraná	74	24	76	98	111	108	18	
São Paulo	29	82	18	118	128	116	180	
Maranhão	30	16	84	165	180	174	191	
Ceará	31	24	76	148	148	158	182	
Paraíba	22	33	67	128	137	142	184	
Sergipe	22	38	62	102	113	113	110	
Alagoas	16	94	66	107	118	123	118	
Pernambuco	28	48	31	119	180	117	115	

Nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, onde o aumento da população rural foi grande, a produção agrícola também cresceu de forma considerável. Estados como Maranhão e Ceará, que manifestam tanto um grande aumento da

população total, quanto um aumento importante da população rural, demonstram grandes progressos na produção agrícola, excedendo mesmo os progressos da região sul. Estados há que apresentam pequeno aumento da população total, resultado da migração para o Sul, mostrando conseqüentemente um fraco aumento da produção agrícola.

Todos êsses casos parecem provar o fato de que a agricultura brasileira é quase totalmente dependente do trabalho, para manter ou aumentar sua produção. Todavia, o tão falado desemprêgo disfarçado parece ser pequeno ou mesmo inexistente. A produtividade do trabalho agrícola, pode ser baixa, mas é sem dúvida positiva.

Os dados do estado de São Paulo parecem contradizer a existência de uma correlação entre o aumento ou decréscimo da produção e a fôrça do trabalho agrícola. A exceção é, todavia, mais aparente do que real.

É bem verdade que a produção em São Paulo era, em 1950, 130% da produção média de 1942-46, enquanto a porcentagem do aumento de população urbana e rural foi, respectivamente, de 82 e 13% entre 1940 e 1950. O que provavelmente aconteceu foi maior diversificação da produção agrícola: a produção de café diminuiu continuamente nos últimos 10 anos de 12,4 milhões de sacos em 1939-40 para 8,4 milhões em 1950. Em lugar de cultivar café, os fazendeiros voltaram-se para o arroz, batatas, feijão, mandioca, milho, etc.

Dessa correlação acima explicada, entre o trabalho e a produção na agricultura, decorre mais ou menos lògicamente, o segundo motivo do fraco aumento da produção agrícola: a falta de equipamento ou maquinaria capaz de compensar a diminuição, ou insuficiente aumento da fôrça de trabalho na agricultura.

A verificação de que a porcentagem total da população econômicamente ativa da agricultura, diminui, é em geral considerada como um sinal de progresso, no sentido da obtenção de melhor padrão de vida, uma vez que a produtividade é tão alta na agricultura como na indústria.

Isto pressupõe todavia que os braços escassos da agricultura sejam suplementados, com maior quantidade de maquinaria, de tal modo que a produção total em lugar de diminuir, aumente.

No já citado relatório do Conselho Nacional de Economia, a insuficiência do investimento na agricultura, é explicada pela deficiência de organização, pela falta de padronização de equipamento, pela não coordenação dos investimentos bem como pelos investimentos inoportunos, mas altamente lucrativos, em construções imobiliárias. Tôdas as razões têm provàvelmente importância e significação. Todavia a razão básica, parece ser mais profunda, representada pelo deslocamento dos incentivos econômicos "normais", que decorre de uma séria e continuada inflação.

\* \* \*

Voltemos agora ao desenvolvimento da produção industrial no Brasil.

As estatísticas que se podem obter a respeito não são numerosas nem satisfatórias, como no caso da agricultura. De fato, os índices de produção industrial neste país, atualmente disponíveis, não são muito adequados devido à sua escassa cobertura do volume real da produção e de seus ramos.

O índice mais cotado é o computado por "Conjuntura Econômica". Este índice, feito na base do valor bruto da produção em 1946, cobre cêrca de 25% do valor da produção industrial e mede a produção da indústria pesada (aço, ferro, gusa, carvão, cimento) e açúcar, álcool, eletricidade e tecidos de algodão. Esta série não volta atrás além de 1944.

Como contribuição para preencher esta importante lacuna nas informações estatísticas, o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, tentou calcular um novo índice de produção industrial desde 1939.

Não se dispõe ainda dos resultados definitivos dêstes cálculos. Contudo, êste novo índice, que mostrará os movimentos da produção na mineração, manufatura, construção e utilidades públicas, abrange cêrca de 55% da produção industrial total. Em face dos elementos econômicos atualmente disponíveis, pode êste ser considerado como o máximo que possa ser pràticamente obtido. Os índices parciais foram combinados num único índice geral na base do valor bruto adicionado pelas várias indústrias no ano básico de 1939.

Este índice geral revela que a produção industrial duplicou pràticamente entre os anos de 1940 e 1950.

Os índices parciais apresentam algumas características muito interessantes.

O volume da produção da *indústria manufatureira* mostra claramente os efeitos da guerra e as repentinas mudanças nos canais do comércio mundial. Tendo sido cortado em seus suprimentos tradicionais, o país se aproveitou da situação para substituir parte dos produtos manufaturados importados pela produção nacional. O aumento, contudo, devido à falta de equipamento e a duráveis mercadorias de produtores, foi bastante módico. Desde 1949, quando o fornecimento de bens capitais se tornou bastante adequado, a produção industrial foi aumentanda consideràvelmente e muito embora os dados acima não incluam o ano de 1951, pode-se presumir que o último ano trouxe um outro salto para a frente no índice de produção na indústria manufatureira.

Quanto às construções, muito embora não tivessem sido feitas investigações minuciosas a êste respeito, parece haver certa correlação entre o volume das atividades construtivas e o grau de inflação: os pontos mais altos da construção ocorreram em 1941, 1948 e 1951. O período de 1947 a 1949, que foi caracterizado por condições monetárias algo estáveis, apresenta uma queda nas atividades construtivas.

A série que reflete a produção de *utilidades* públicas, indica claramente a crescente procura de eletricidade, quer por parte dos consumidores domésticos, quer por parte da indústria: a partir de 1939 a produção e o consumo foram aumentando continuamente.

O censo de 1949 da produção industrial revela a existência, naquele ano, de maquinaria na quantidade de 2,7 milhões de cavalos-vapor, enquanto o mesmo algarismo em 1939 era 1,2 milhões.

De fato, a indústria nacional aumentou tão ràpidamente durante os últimos anos que o suprimento de eletricidade não conseguiu acompanhá-la. Esta situação resultou nas condições atuais de verdadeira falta de corrente elétrica e da necessidade de um sistema de racionalmento.

De acôrdo com as mais recentes informações, o atraso industrial na região de São Paulo monta já em 500 000 H.P. e no Distrito Federal em, aproximadamente, 300 000 H.P. Comparando êsses dados com a capacidade verificada nos censos de 1939 e 1949, tem-se uma idéia da gravidade do problema. Esta falta resultará indubitàvelmente numa redução do aumento da produção nacional.

\* \* \*

O resultado do censo econômico de 1939, e os resultados preliminares até agora disponíveis do censo de 1949 permitem estudar a deslocação que se verificou no setor da indústria manufatureira. Estas deslocações são analisadas mais pormenorizadamente nesta parte.

Em 1949, o valor bruto da produção industrial (i.e., antes da dedução das matérias primas, combustíveis e descontos de depreciação) montavam em 104,8 bilhões de cruzeiros contra 15,9 bilhões em 1939, um aumento de valor de 6,5 vêzes tanto.

Conforme acima salientado, o volume do aumento de produção no mesmo período foi pouco menos do que duas vêzes tanto; parece, pois, que o índice do preço médio de um artigo produzido pela indústria nacional seria de cêrca de 3,5 vêzes seu nível pré-bélico.

O quadro abaixo indica com alguns pormenores quais os ramos de primeira importância na economia nacional. O valor bruto geral da produção foi neste caso usado como medida de comparação. Os dados indicados são um novo arranjo dos resultados obtidos pelos censos da produção industrial de 1939 e 1949.

#### VALOR DA PRODUÇÃO NOS VÁRIOS RAMOS

		1949	1939
1.	Gêneros alimentícios, bebidas, produtos de fumo	38,4	5,8
2.	Produtos de fábricas de tecidos	19,9	3,6
3.	Produtos químicos e farmacêuticos	8,9	1,4
4.	Metalurgia	8,1	1,0
5.	Produtos de pedra, argila e vidro	4,8	0,7
6.	Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	4,7	0,7
7.	Impressão e publicação	3,0	0,4
8.	Produtos básicos de madeira e lenha	2,9	0,4
9.	Equipamento de transporte	2,3	0,5
10.	Papel e produtos de papel	2,1	0,3
11.	Móveis e produtos acabados de madeira	1,8	0,3
12.	Borracha e produtos de borracha	1,7	0,1
13.	Maquinaria	1,6	0,2
14.	Couros e produtos de couro	1,6	0,3
15.	Equipamentos elétrico	1,5	0,1
16.	Diversos	1,5	0,1
	Total	104,8	15,9

Deduz-se claramente dêstes algarismos que a indústria do Brasil estava, em 1939 e em 1949, ainda grandemente concentrada em dois ramos, produção de gêneros alimentícios e bebidas e têxteis, os quais perfaziam mais da metade da produção industrial nacional. Isto não causará nenhuma surprêsa visto ser sòmente uma conseqüência lógica decorrente da estrutura da produção agrícola em que os mantimentos e o algodão ocupam posição proeminente e muito importante.

Depois dêsses ramos principais, vêm a indústria química e a metalúrgica, cada qual perfazendo cêrca de 8% do valor total da produção.

Esses quatro setores acima indicados, tomados em conjunto, representam já cêrca de 3/4 da produção industrial total. O restante quarto é constituído por um sem número de indústrias, que não variam muito entre si no que diz respeito à sua importância.

Uma breve comparação da importância relativa das várias indústrias em 1939 e 1949 mostra que a quota combinada das duas indústrias mais relevantes desceu cêrca de 5%, enquanto metalurgia, maquinaria, equipamento elétrico, borracha, materiais de construção são os setores que ganharam significância relativa. As deslocações em importância relativa com relação à década passada são, pois, em seu conjunto, inferiores ao que se poderia esperar. Ao contrário, parece que o aumento da produção industrial neste país, tem sido antes igual em todos os ramos, com poucas exceções.

Outro aspecto do desenvolvimento industrial é a localização geográfica da indústria. É verdade que a indústria atrai a indústria e que as grandes cidades e centros industriais do Sul se tornaram sempre maiores?

O quadro abaixo, baseado nos resultados do censo, indica os principais estados industriais e sua quota, em porcentagem, na produção industrial total.

#### DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

(Em porcentagem do total)		
• •	1939	1949
São Paulo	45,0%	48,0%
Distrito Federal	16,6%	14,0%
Rio Grande do Sul	10,0%	8,0%
Minas Gerais	6,5%	7,2%
Rio de Janeiro	5,0%	6,0%
Pernambuco	4,8%	4,1%
Subtotal	87,9%	87,3%
14 outros estados	12,1%	12,7%
Total	100,0%	100,0%

Estes algarismos revelam que algo menos do que a metade da produção industrial total vem da área de São Paulo e que a quota dêsse eminente estado industrial aumentou só muito pouco (3%) durante os últimos dez anos. O Distrito Federal, a segunda área industrial mais ampla com cêrca de 1/3 da importância de São Paulo, viu a sua quota descer um pouquinho.

Contràriamente ao que se presume geralmente, a concentração da indústria em São Paulo e no Distrito Federal não aumentou, portanto. O desenvolvimento da produção industrial parece pois estar igualmente distribuída nos vários estados.

\* \* \*

A conclusão geral a ser tirada do resumo acima é que, não obstante o progresso feito por êste país rumo a um bem estar mais elevado durante a última década, o padrão global da vida é ainda baixo. Uma renda nacional de 225 bilhões de cruzeiros em 1951, ou sejam 7,5 milhões de dólares norte-americanos, numa base per capita dá cêrca de 150 U.S.\$ por habitante. Não há dúvida de que com êste nível de renda per capita o Brasil deve ainda ser classificado no grupo de países de desenvolvimento econômico inferior.

O desenvolvimento de recursos econômicos que levantará êste baixo nível de vida é ainda uma tarefa no Brasil. Em vista do tamanho desta tarefa, parece-nos claro que êste trabalho não pode ser deixado inteiramente à iniciativa privada. O govêrno deve cooperar, guiar e suplementar o empreeendedor particular no investimento dos meios à sua disposição.

No passado não foi feita nenhuma contribuição relevante por parte do Govêrno ao problema do desenvolvimento econômico: sómente o orçamento concedia mais ou menos irregularmente um crédito especial para vários fins de desenvolvimento, tais como, por exemplo, a criação da indústria do aço, a campanha contra a sêca, a construção de certas linhas férreas.

Em anos mais recentes, contudo, o interêsse do Govêrno no desenvolvimento econômico foi aumentado e foram dedicados esforços consideráveis a êste assunto.

O Plano Salte, o Plano do Carvão e outros objetos foram o resultado dêste interêsse. Não foi, porém, elaborado um Plano Econômico Geral.

Em seu já citado relatório, "Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil", o Conselho Nacional de Economia trata, bastante demoradamente, da necessidade geral de se ter um plano de desenvolvimento econômico geral e coordenado. Voltaremos mais adiante a êste ponto.

Para continuarmos a relatar a contribuição do Govêrno ao problema do desenvolvimento econômico, temos que mencionar ainda os dois mais significativos esforços, a saber, a instituição, em 1951, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e, há algumas semanas, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

O trabalho da Comissão Mista foi considerável e não é bastante conhecido pelo povo brasileiro. De acôrdo com as palavras do afamado economista brasileiro, Roberto de Oliveira Campos, o trabalho da Comissão Mista pode ser melhor definido como "uma aventura pioneira no rompimento de círculos viciosos".

Conforme já salientado na secção em que foi descrito o desenvolvimento industrial, o Brasil veio a se chocar com uma série de engarrafamentos que dificultam grandemente seu ulterior desenvolvimento. Há, em primeiro lugar, o fornecimento de eletricidade que é consumido 100% de modo que não sobra energia que possa ser suprida a novas emprêsas industriais e, em segundo lugar, o sistema de transporte, o qual é de máxima relevância num grande país como o Brasil, onde os consumidores se encontram a considerável distância dos produtores, não está mais em condições de cuidar do fluxo das mercadorias.

A Comissão Mista considerou ser de primordial importância romper êstes empecilhos por meio de um programa de investimento talhado para as necessidades específicas do momento.

Um primeiro círculo vicioso foi encontrado no planejamento dêsse mesmo programa. Não tem valor prático realizar a tarefa árdua e longa de fazer planos e de preparar esboços para certos projetos se nada há de ser executado. São escassos, nos países de pouco desenvolvimento, os peritos e economistas em condições de elaborar um plano que possa ser pôsto em prática e coordenado. Apesar disto, instituições financeiras internacionais, tais como o International Bank for Reconstruction and Development e o Import-Export Bank exigiram um planejamento prévio, sem qualquer compromisso de sua parte de financiar os projetos submetidos para financiamento. O ponto de vista da Comissão Mista sôbre êste ponto era o de que estas instituições internacionais deveriam comprometer-se a conceder um certo crédito que deveria ser aplicado em projetos bem estudados e elaborados, a serem posteriormente apresentados.

Outro círculo vicioso a ser rompido era o financiamento dos investimentos.

Parece-nos claro que o desenvolvimento da agricultura e o da indústria deveriam ser realizados mediante o capital privado. Visto não haver disponível capital nacional em quantidade suficiente para dar conta do recado, torna-se necessário o capital privado estrangeiro. O único fator que fará com que o capital privado estrangeiro se dirija para países de escasso desenvolvimento é a perspectiva de um considerável lucro sôbre o investimento. Em virtude dos empecilhos causados pelo suprimento de energia e pelo transporte, em uma palavra, devidos ao atraso de "capital social geral" a ser encontrado, o investimento na indústria e na agricultura é grandemente obstado.

A Comissão Mista concentrou-se, portanto, na eliminação da falta de energia e na renovação das estradas de ferro e dos portos desgastados.

Um investimento nestes projetos não é altamente remunerativo dentro de breve período de tempo; o capital privado não está, portanto, interessado e tiveram de ser encontrados fundos públicos, quer nacionais, quer estrangeiros.

Visto não organizarem, neste sentido, os Estados Unidos — os principais fornecedores de capital público para investimento no estrangeiro — de forma alguma um programa de doação de fundo perdido, tinham de ser apresentados projetos bem equilibrados e analisados. Voltamos, desta maneira, ao primeiro ponto acima enumerado.

Chegou-se, finalmente, a um acôrdo sôbre o seguinte programa: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco de Importação e Exportação financiarão os gastos em moeda estrangeira de um plano de reequipamento que, expressado em cruzeiros, importaria numa despesa de cêrca de 10 bilhões de cruzeiros durante um período de cinco anos.

Estes 10 bilhões de cruzeiros deverão ser financiados por meio de um empréstimo obrigatório: tôdas as pessoas físicas e jurídicas que pagam um impôsto de renda superior a 10 000 cruzeiros, deverão pagar uma sobretaxa de 15% como participação neste empréstimo obrigatório. Lucro não distribuído estará sujeito a uma taxa adicional de 3%. Uma terceira possível fonte serão os depósitos

obrigatórios dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, das Caixas Econômicas e das Companhias de Seguros.

A fim de administrar êste fundo, foi organizado há algumas semanas um Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico.

O progresso do desenvolvimento econômico dependerá em grande parte dêste novo banco e da maneira por que se desincumbir da sua tarefa.

... — Entre as centenas de vilas que, durante a Idade Média, possuíram uma Corporação Comercial, só Preston, no condado inglês de Lancashire, manteve viva a institulção. Os arquivos indicam que já existia uma Corporação em Preston em 1532. Renovando as cerimônias tradicionais, os habitantes dessa cidade reuniram uma vez mais sua Corporação.

O título de "Burguês da Corporação" não confere mais hoje privilégios laterais, mas não

O título de "Burguês da Corporação" não confere mais hoje privilégios laterais, mas não era assim em tempos passados; o privilégio mais zelosamente guardado entre todos era o direito de comerciar livremente na cidade. Todo burguês era obrigado a reivindicar seus direitos diante do Tribunal da Corporação, sob pena de perdê-los. A Corporação de Preston reuniu-se regularmente todos os vinte anos desde 1542, mas essa tradição infelizmente foi interrompida

pela guerra.

A reunião de 1942 foi suprimida, mas as festas que acompanharam a do corrente ano atingiram amplitude extraordinária. O cortejo dos comerciantes tinha mais de 4 800 metros de comprimento; a história do algodão, que é a indústria principal de Preston, era ilustrada por uma sucessão de quadros; mais de 6 000 crianças das escolas da cidade compuseram uma cena histórica apresentando as Corporações antigas e mostrando o contraste da vida das crianças de então com a das de hoje.

O papel desempenhado pela cidade de Preston nas indústrias básicas do país foi salientado numa grande exposição em que o Ministério do Fornecimento da Grã-Bretanha apresentou um modêlo de duas toneladas, de uma das pilhas atômicas de Harwell, um diagrama ilustrava o emprêgo do urânio; a exposição incluía uma referência especial aos usos industriais dos isótopos.

emprego do uranio; a exposição incluia uma referencia especial aos usos industriais dos sociopos.

Uma antiga tradição exige que as pessoas originais de Preston que se estabeleceram em países estrangeiros voltem a essa cidade para assistir à reunião da Corporação, e, sem êsses visitantes, as cerimônias perderiam uma boa parte de seu interêsse. Convites pessoais haviam sido enviados aos antigos prestonienses ora residentes no Canadá, Estados Unidos, Austrália, e Nova Zelândia. Um grande número dos que se encontravam na impossibilidade de fazer a longa viagem inscreveram seus nomes num pergaminho gigante que percorreu cêrca de 16 000 quilômetros a fim de recolher tódas as assinaturas.

# Rumos da Reforma Agrária

COMUNIDADE — Revista do Centro de Treinamento de Missões Rurais de Pinhai — Ano I — N.º 1 — Setembro

José Artur Rios

Foi na década de 30 que se começou a falar, entre nós, em problema agrário. Até então, o homem rural fôra apenas um tema literário. Aparecia como uma minúcia da paisagem, ora agigantada pela imaginação romântica de Euclides, ora caricaturada em Monteiro Lobato, mas assumindo sempre as mil formas fantásticas que lhe emprestava a imaginação dos poetas e dos novelistas.

Depois de 30, quando a crise econômica se projetou no cenário político e mais largo parecia o abismo entre a forma do Estado e a estrutura econômica do país, quando começamos a sofrer o influxo das ideologias revolucionárias, do marxismo e do fascismo, as expressões "problema rural" e "questão agrária" foram-se tornando moeda corrente na imprensa e na tribuna parlamentar.

Com a crise do café, a decadência das fontes produtoras e o êxodo constante para as cidades, a consciência brasileira passou a sentir a situação do homem do campo como "problema" e a procurar dar-lhe "soluções". Estas eram via de regra, tão simplistas como os diagnósticos que se formulavam. Para uns, tratava-se de intensificar os transportes, para outros, abrir estradas era a salvação nacional, e um terceiro pugnava pela alfabetização em grande escala.

Os acontecimentos políticos que depois sobrevieram fizeram com que se acentuasse ainda mais, na opinião pública brasileira, a importância das massas rurais e a necessidade de uma série de medidas que as integrassem na comunhão nacional. O caipira deixava, assim, de ser um tema literário, para ser uma dor de cabeça. Voltou à baila uma velha expressão — a falta de braços, que passou a constituir a manifestação máxima, o mais grave sintoma da crise.

A expressão é característica. Revela o ângulo pelo qual o problema era encarado. Tratava-se de insuflar vida nova a um sistema de produção em declínio. O homem rural valia pelo seu papel na engrenagem. Repetia-se, em tom mais apreensivo, e prestigiada pelo aparato de uma linguagem que queria ser científica, uma forma de propor o problema que vinha do Império, da bôlsa dos fazendeiros escravagistas. Desmembrava-se assim o homem e pensavam-se seus problemas a partir do braço, mais importante, no caso, do que a cabeça, o estômago, ou mesmo, a alma.

Essa crise rural, para a qual se passou a pedir a reforma, é apenas um aspecto da crise geral brasileira e assinala um momento de transição no nosso capitalismo. Enquanto as cidades crescem e a indústria se desenvolve num ritmo que procura acompanhar o movimento internacional dos mercados e seguir os padrões universais, — universais dentro da área capitalista, — de eficiência técnica e produção intensiva, a agricultura brasileira e o meio rural permanecem acorrentados a formas feudais de sociabilidade e economia, a maneiras de fazer e de pensar características da era pré-capitalista em que se originaram.

No problema agrário brasileiro, há, portanto, fôrças tão antigas como o próprio país e influxos recentes que resultam, aqui como em outras áreas de economia subdesenvolvida, da expansão do capitalismo no mundo e da luta pela hegemonia dos mercados. O estudo de umas e outras é o fio que nos leva ao coração do problema e que nos pode indicar, melhor do que qualquer dedução baseada em esquemas abstratos, o caminho para uma reforma agrária brasileira.

A expressão é nova, mas a idéia é antiga. Confunde-se com a história do próprio pensamento liberal brasileiro. Encontra-se, por uma coincidência que é necessário frisar, na pena dos que defenderam a abolição da escravatura, a livre entrada de imigrantes e tôda uma série de reformas políticas e sociais. Está nas obras de Tavares Bastos e de Rebouças, em mensagens de presidentes de provincias e em relatórios do tempo do Império, sempre associada ao grave problema da colonização.

Isso mostra à sociedade que a discussão está atrasada de, pelo menos, cem anos. O Brasil que poderia ter liderado, na América, um poderoso movimento de reforma de estrutura, aparece, hoje, debatendo problemas já, por tôda parte, inclusive na findia e na China, superados. Nada mais admirável do que a pertinácia com que as elites políticas brasileiras têm adiado, sob os mais especiosos motivos, essa reforma social, subordinando o bem comum do país a seus interêsses de classe. Essa oposição, essa resistência surda, embora consciente, tem sido o grande fator de retardamento na solução do problema agrário brasileiro.

Mas será possível, de início, falar em um problema agrário? Não será isso uma indevida simplificação? Sabemos que êsses oito milhões de quilômetros quadrados se fragmentam num mosaico de regiões e de subregiões, de zonas e de subzonas, com características absolutamente singulares de clima, de densidade demográfica, de solo, de organização social. Os problemas agrários serão tantos quantas foram essas áreas geo-sócio-econômicas que demarcarmos no mapa do Brasil. Essa é a primeira dificuldade. E também o primeiro argumento dos que se opõem a uma reforma agrária brasileira.

A dificuldade é apenas de têrmos. Uma reforma agrária não têm necessàriamente de enfrentar problemas locais. Não se deve esperar que ela atenda particularmente à organização agrária de Cabreúva ou de Manhumirim. Constituindo, antes de tudo, uma estrutura jurídica, seu objetivo é remover, reformar, condições gerais de vida que tolhem o bem comum. Por isso, a lei agrária, — nome que me parece mais consentâneo com a nossa situação do que "reforma" — deve conter disposições que se apliquem em todo o território nacional. O mesmo não diremos do Código Rural que, êste sim, deverá forçosamente levar em conta as peculiaridades regionais.

Subscrevemos, portanto, o que a respeito ensinou o Dr. Mem de Sá em recente estudo sôbre a descentralização do Direito Rural: 'As condições econômicas, as peculiaridades locais, as características físicas, a densidade demográfica, as dificuldades de transporte e comunicações, as exigências particulares das lavouras e da criação, a predominância das atividades extrativas ou culturais, os usos e costumes, as possibilidades sociais, os níveis de culturação e inúmeros outros fatôres oferecem diferenciações tão profundas entre as várias regiões do Brasil que aconselham que a maior parte das relações e das normas jurídicas contidas no âmbito do Direito Rural sejam atribuídas à esfera de competência legislativa dos estados'' 1

Para que não paire dúvida sôbre o que entende por "âmbito do Direito Rural", o Dr. Mem de Sá enumera alguns dos assuntos que, a seu ver, deviam ser regulamentados pelas legislaturas estaduais: cêrcas e tapumes, demarcações e divisas, parcerias agrícolas e pastoris, servidões de passagem e de águas, pouso e pastagem, construções e plantações, dano de pessoas e coisas, animais soltos e perdidos, marcas e sinais, águas, caça e pesca, florestas, etc. — isto é, tôda a matéria que está indestricavelmente ligada aos usos e costumes como à natureza física da região e que constituem a matéria própria de um Código Rural.

Ora, é preciso não confundir êste com uma lei agrária, ou com uma reforma agrária no sentido que se dá a esta expressão em tôda parte do mundo. Parece-me que êste é o principal defeito do projeto de lei de reforma agrária apresentado pelo Ministério da Agricultura em curso no Legislativo: não é uma reforma agrária. Trata-se de um extensíssimo projeto de Código Rural que trata, nos seus 146 artigos, do arrendamento, da parceria, da garantia de preços à produção, da armazenagem, do financiamento, do fomento rural, do cadastro territorial etc. além de matérias próprias de uma lei agrária.

¹ Mem de Sá, "Descentralização do Direito Rural", in Provincia de São Pedro, n.º 14, Pôrto Alegre, Globo Editôra 1949.

Não é êste o significado da expressão, pelo menos não é nesse sentido que falaremos aqui em reforma agrária. Um dos característicos das reformas agrárias é serem apresentadas em leis breves, concisas, articuladas num pequeno número de artigos. O projeto Nestor Duarte, sob êsse aspecto, parece-me corresponder melhor ao seu título.

Nesse ponto, não há que tergiversar. "Reforma agrária" ou "lei agrária" só pode ter um sentido. Na Polônia, como no Paraguai, entende-se por isso uma transformação radical no sistema de propriedade da terra. Em tôda parte do mundo onde surgiram, as leis agrárias foram uma reivindicação das massas rurais que cultivavam a terra sem a possuir. Historiando as leis agrárias do Velho Continente, Arthur Birnie teve ocasião de esclarecer: "Os traços característicos da revolução agrária no Continente foram a emancipação da agricultura das restrições de um feudalismo antiquado e a transformação do camponês cultivador em proprietário independente". Por outro lado, Bernardino C. Horne, estudando as reformas agrárias da América, afirma: "A má distribuição da terra, assim como o conceito comercial que lhe atribuem, é o ponto inicial da questão, sôbre o qual incidem todos os outros".3

Haverá, no caso do Brasil, um problema agrário que uma lei dessa natureza viria resolver? Teremos, em nosso país, um monopólio da terra que torne necessária essa reforma da própria estrutura agrária? É essa a pergunta fundamental que se deve fazer antes de apreciar o mérito de uma reforma agrária. Porque esta não se confunde com serviço social, com assistência ao trabalhador do campo, com o fomento da produção, com tôdas as medidas enfim que últimamente se têm proposto no Brasil com o objetivo de substituí-la, ou antes, de adiá-la. A lei agrária é um remédio específico para um mal específico.

Não há dúvida que, no Brasil, não defrontamos nenhum sintoma gritante de luta de classes no meio rural. Não houve ainda nenhuma sublevação que viesse perturbar a inamovível tranquilidade das classes proprietárias. O observador atento, todavia, saberá discernir, em pontos afastados do território, as primeiras manifestações de um mal-estar social que apenas não culminou em levante armado pela própria desorganização do homem rural, pelas suas deficiências de educação e de sociabilidade.

É inegável que a distribuição da propriedade, no meio rural brasileiro, representa uma tremenda injustiça social. Há, em todos os países que dependem da agricultura, certa porcentagem de homens sem terra. Podemos mesmo afirmar que esta porcentagem é um índice do progresso, ou do atraso, de uma sociedade rural. Numa sociedade em progresso, êsses proletários sem terra começam como jornaleiros, mas sabem que têm possibilidade, pelo esfôrço próprio, pela capacidade técnica, pelo espírito de economia, de atingir a posição de foreiros, de gerentes ou de proprietários, no espaço de uma geração. Isso é o que acontece, por exemplo, nas zonas coloniais do sul do Brasil, onde a propriedade bastante dividida, favorece o perfeito funcionamento dos mecanismos de acesso à terra. Na maior parte do país, entretanto, não é isso que ocorre. Multidões de párias rurais não têm sequer a esperança de conseguir a propriedade do solo para os filhos ou netos. A condição de proprietários sem terra transmite-se de geração em geração culminando no abandono dos campos. Não conhecemos, a não ser como exceção, a estabilidade do foreiro que se beneficia de um contrato a longo prazo. Nossos contratos de parceria, na maioria dos casos puramente verbais, são formas escorchantes de exploração do trabalhador, ignorante, sem nenhuma garantia, pelo proprietário todo-poderoso que controla, ao mesmo tempo, o prefeito, o delegado e o juiz local.

A afirmação não é gratuita. Poderíamos documentá-la com estudos imparciais e objetivos que, infelizmente, só recentemente se vêm fazendo do meio rural brasileiro. O monopólio da terra, a existência do latifúndio, bloqueando o progresso social e econômico do país, é fato indiscutível. Há pouco, o Prof. Costa Pinto, utilizando os dados do censo agrícola de 1940 verificou que apenas 2,7%

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Arthur Birnie, Historia Economica de Europa, Fondo de Cultura Economica, México, 1944, p. 41. Ver Ainda Arthur Wauters, La Réjorme Agrarie en Europe, L'Eglantine, Bruxelas, 1928, pp. 21 e seguintes.

Bernardino C. Horne, Reformas Agrarias en America y Europa, Claridad, Buenos Aires 1938, p. 35.

da população rural recenseada possuíam os meios de produção; 35% abrangiam os pequenos e médios proprietários, rendeiros e parceiros; os restantes 62,3% seriam os assalariados agrícolas, isto é, os homens sem a propriedade da terra, a mão de obra rural o "braco", ou outro nome pitoresco que se lhe queira dar.

Verifica-se, ainda através do mesmo estudo, que as propriedades de mais de 1 000 ha, constituindo 1,5% do número total de propriedades recenseadas, ocupam 48% da área cultivada. Se somarmos a essas propriedades, de área superior a 1 000 ha, as compreendidas entre 200 e 1 000 ha, teríamos que 73% da área cultivada no Brasil são ocupados apenas por 7% do número total de propriedades. Se isso não é o latifúndio, não é um tremendo monopólio da terra, não sabemos o que seia.

Há muita gente que sustenta ser desnecessária qualquer reforma agrária em nossa terra porque o latifúndio se está fragmentando. E apontam, então, para as estatísticas que, em cada censo, assinalam um aumento no número de propriedades. Em primeiro lugar, essa demonstração simplista nada prova. Seria necessário confrontar o número de propriedades, com a área e o número de proprietários. Em segundo lugar, não é verdade que a fragmentação do latifúndio dê origem, automàticamente, à pequena propriedade. O resultado é, quando muito, o minifúndio, a propriedade de pequena área que representa exatamente uma conseqüência do sistema latifundiário, uma concomitante e um sintoma da sua decadência. Latifúndio e minifúndio não são pontos extremos de um gradient sócio-econômico, mas pólos do mesmo eixo, tese e antítese da mesma dialética.

Concluimos, portanto, que existe um problema agrário brasileiro, fartamente diagnosticado desde o Império por pensadores e publicistas que não eram tolhidos por preconceitos de classe. Não há dúvida que existe uma viciosa distribuição da terra, responsável por uma estrutura social que se aproxima do sistema de castas, impedindo a mobilidade social vertical e favorecendo o êxodo para as cidades. Por conseguinte, é urgente reformar essa estrutura. Como fazê-lo?

Uma reforma agrária parte de certos ideais, de certos valores e de um conjunto de princípios. Parte principalmente de uma certa concepção do homem a quem se destina. Assim, a lei soviética, fundamentada no primado do econômico, deu ao agricultor apenas o usufruto da terra que pertence diretamente ao Estado. Achamos, ao contrário, que, no Brasil, país de vocação totalitária, onde o paternalismo do Estado só tende a crescer, tal medida seria desastrosa. Acreditamos, por outro lado, que a propriedade da terra é um elemento indispensável à personalidade do homem rural. Viria dar-lhe qualidades de segurança, de independência e de responsabilidade que êle não tem. Assim, a "nossa" reforma visaria a dar a terra ao homem e não ao Estado. A coletivização da terra no Brasil, que é o ideal comunista, seria o aniquilamento do nosso agricultor e sua redução definitiva à categoria de servo.

Esse papel que atribuímos à propriedade não implica, todavia, um respeito supersticioso que certos juristas ainda hoje conservam pelo conceito romano de propriedade. Isso não mais se justifica. E' ponto pacífico que a terra desempenha uma função social e qualquer tentativa de retirá-la a essa função é criminosa. O monopólio da terra, como o da água ou do ar, não pode ser consentido porque representa um atentado ao bem comum.

Mas para impedir que a terra deixe de desempenhar sua função não é necessário que o Estado se arrogue a propriedade direta. Basta-lhe invocar o domínio eminente do solo e sua faculdade de intervenção para restabelecer o equilibrio social e econômico. E' em nome dêsses princípios que se terá de fazer a reforma agrária.

 $<sup>^4</sup>$  Costa Pinto, "A Estrutura da Sociedade Rural Brasileira", in  $\it Sociologia$ , vol. X, ns. 2-3, São Paulo, 1948.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> J. Fernando Carneiro, *Imigração e Colonização no Brasil*, Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, 1950: "As partilhas quebram... a unidade viva do latifundio mas dificilmente criam unidades novas e vivas. Elas têm mais o aspecto de uma fragmentação melancólica de um espólio que dai por diante se destina a desaparecer do que o aspecto de uma multiplicação da fortuna deixada pelos pais. Como um casarão que dividido por tabiques, para abrigar muitas familias, se transformasse numa cabeça de porco. Mais valeria derrubar o casarão e construir uma vila". (p. 57).

Assim entendida, ela teria por principal escopo: 1) dar a propriedade da terra ao maior número possível de pessoas capazes de cultivá-la; 2) reduzir ao mínimo o número de assalariados, de parceiros e de foreiros; 3) dar aos proprietários as maiores garantias de estabilidade e segurança expressas num sistema simples e preciso de demarcação e registro; 4) criar uma classe o quanto possível numerosa de agricultores livres que dêem à economia do país um mercado interno e às suas instituições políticas a estabilidade que nunca tiveram.

Como medida preliminar, impõe-se um levantamento minucioso das propriedades rurais. O Estado deve dar o exemplo, cadastrando e dando a conhecer as terras devolutas. A lei agrária deve ter, como uma das suas finalidades próprias, a organização de um cadastro prático, preciso e econômico que evite futuras dúvidas e conseqüentes litígios. Esse levantamento prévio, far-se-ia à base do município. Não vemos, aliás, outra forma de que tenha êxito a reforma agrária. Ou ela será municipal, ou estagnará numa imponente e inútil estrutura burocrática. O govêrno municipal faria o levantamento das terras e, ao mesmo tempo, abriria a inscrição para os candidatos à propriedade das futuras glebas.

Um inventário dessa natureza é indispensável. O Estado não pode tomar a si a responsabilidade de dividir e distribuir propriedades alheias se não conhece as suas próprias. Sabemos que as áreas de terras devolutas são extremamente imprecisas e se acham hoje invadidas por posseiros. Mesmo sem reforma agrária, não se poderá fazer colonização sem uma demarcação exata das terras. Os Estados Unidos devem, em grande parte, sua prosperidade agrícola a um tipo de cadastro rural que foi uma das grandes contribuições de Jefferson à civilização americana.

Uma boa lei agrária deve compreender, no mínimo, cinco pontos: 1) o sistema de desapropriação das terras; 2) a forma de indenização aos proprietários desapropriados; 3) a maneira de distribuir as novas glebas; 4) os organismos encarregados de praticar essa distribuição e 5) a vigência e a retroatividade da lei.

Quase tôdas as reformas agrárias, européias e americanas, não se limitam a desapropriar a propriedade improdutiva, o latifúndio na acepção brasileira do térmo. Vão mais longe e expropriam as terras arrendadas. Isto porque o espírito da lei agrária é contrário ao uso da terra como fonte da renda. A terra e o trabalho dos que nela mourejam não podem ser objeto de especulação. O investimento de capitais na compra de terra com objetivos meramente especulativos é um dos aspectos mais monstruosos da nossa organização econômica, não só pela exploração do trabalho como pela destruição do valor produtivo do solo que o arrendatário não conserva. Mais do que contra o latifúndio as reformas agrárias européias se lançaram contra o arrendamento e a especulação dos propietários capitalistas. Por isso, Broliz, técnico tehecoslovaco que estabeleceu a fórmula da expropriação em seu país afirmou que a terra não mudou de mãos mais do que em 6 ou 8% dos casos porque os arrendatários tiveram preferência.

No Brasil, é urgente uma medida dessa natureza, porque o latifúndio, entre nós, começa nos arredores das grandes cidades. A Baixada Fluminense é um caso típico. Pela sua posição geográfica devia ser o grande celeiro do Rio. Entretanto, o govêrno tomou a iniciativa de saneá-la, sem, antes, ter tido o cuidado de desapropriar seus antigos proprietários. O resultado é que, hoje, a Baixada, saneada, pronta para um grande trabalho de colonização, continua um deserto. O preço das terras valorizadas pelo saneamento não permite que aí se estabeleçam nem pequenos proprietários, nem sequer foreiros, porque a renda é proibitiva. A Baixada hoje é um deserto recuperado, mas sempre um deserto.

A lei deverá prever quais as terras que serão expropriadas. Os critérios variam conforme o legislador e as necessidades do país. Na Rússia, a expropriação foi total. Não vemos necessidade de se proceder dessa forma extrema no Brasil. O projeto de reforma agrária elaborado pela Constituinte Espanhola e em má hora arquivado pela revolução e pelo general Franco, estabelecia, por exemplo, a expropriação: 1) das terras suscetíveis de cultivo em mais de 50% de sua área e que pemaneciam maninhas; 2) as mal cultivadas; 3) as não irrigadas (sabemos que no caso da Espanha, como no México e no Ceará, o problema da irrigação é fundamental), e que deveriam sê-lo; 4) as pertencentes

a um só proprietário quando excediam a um quinto do município onde se encontravam e, finalmente, 5) as propriedades de pessoa natural ou jurídica na parte de sua extensão que exceda as cifras assinaladas pelas Juntas Provinciais para cada área municipal.º

E' perfeitamente possível estabelecer os limites além dos quais as propriedades devem ser expropriadas, de acôrdo com a região e o tipo de agricultura ou pecuária. Essa providência é indispensável para que não se cometam injustiças na apreciação da área mínima necessária a um determinado tipo de exploração. Argumenta-se, entre nós, que há tipos de exploração agrícola onde a grande propriedade é indispensável e onde a sua fragmentação acarretaria a ruína da própria emprêsa agrícola. Nesse argumento, confundem-se duas coisas: a exploração econômica e a propriedade. A exploração pode continuar sendo feita em grande escala, mas a propriedade deve ser dividida, deixando intacta a organização da emprêsa. E' onde a cooperativa se tornaria essencial e viria a desempenhar seu verdadeiro papel. Nesse ponto, as experiências comunitárias francesas, sobretudo divulgadas e prestigiadas pelo movimento de Economia e Humanismo e pelo padre Lebret, vêm abrir um campo de extraordinária latitude à renovação das estruturas de produção agrária e industrial. Nada impede que uma exploração econômica se mantenha em grande escala, se tal coisa lhe é imposta pelas necessidades técnicas, desde que seus membros participem integralmente nos direitos e deveres da emprêsa. Não vemos outra forma de resolver, de maneira humana, o problema da mecanização da lavoura brasileira e, de modo geral, a renovação dos nossos sistemas agrícolas.

Quando à forma de indenização dos proprietários desapropriados, há diversas maneiras de fazê-lo. Aqui, não encaramos a hipótese da expropriação pura e simples, tal como é levada a efeito nos regimes socialistas, e sim da desapropriação, única forma admitida em nossa Carta Magna. Nesse caso, poder-se-á optar pela indenização em dinheiro ou em títulos de uma dívida especial, amortizável a longo prazo. Nessa indenização, terão de compreender-se, evidentemente, as benfeitorias, as colheitas estantes, os frutos pendentes, os animais e o equipamento. Para essas indenizações, — as benfeitorias devem ser indenizadas integralmente, — há quem aconselhe a constituição de um Fundo Agrário Nacional, a exemplo do que se tem feito em outros países. A parte indenizável em dinheiro e a parte em título serão objeto de cuidadosa discriminação em escala organizada por técnicos. Quanto à avaliação da terra será feita à base do valor declarado para fins de impôsto. Qualquer modificação nesse valor deverá ser apreciada por peritos, a requerimento dos interessados, deixando-se-lhes sempre a possibilidade de recurso.

Surge, neste passo, a delicada questão de dar às terras desapropriadas um destino adequado às finalidades da reforma. Trata-se agora de estabelecer os beneficiários da lei agrária. Serão sem dúvida os sem terra, os arrendatários, os parceiros, os minifundiários mas será preciso estabelecer entre êles um critério de precedência. O primeiro critério será o da família. As famílias mais numerosas devem ter precedência na distribuição da terra. No caso brasileiro, porém, parecem-nos necessários outros critérios. Sabemos como são precários os sistemas agrícolas e baixos os níveis de preparo técnico do nosso homem rural. E' de temer-se que, uma vez empossado na sua gleba, êle continue as suas formas rotineiras de cultivo, a derrubada e a queimada, a plantação em declive, etc. E' êste, pelo menos, o problema das colônias agrícolas nacionais quando não procuram dar ao agricultor, com a propriedade da terra, o mínimo de conhecimentos indispensáveis à sua conservação. Não ignoramos o problema que o Govêrno terá de enfrentar e sôbre o qual voltaremos, linhas adiante. A própria lei agrária, porém, poderá valorizar as práticas avançadas dando precedência na aquisição da terra aos ex-alunos de escolas agrícolas e de centros de treinamento, os quais terão forçosamente de multiplicar-se à medida que se fór desdobrando o plano agrário nacional. Em cada grupo das classes rurais, isto é, assalariados, arrendatários, parceiros, etc. teriam, portanto,

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Arturo Mori, La Reforma Agrária, in Cronica de las Cortes Constituyentes de la Segunda República Española, tomo VII, Aguilar, Madrid, 1932, pp. 1 a 23.

 $<sup>^7</sup>$  M. Anselme e Th. Suavet. "La Transformation des Structures par "Translation", in Lettre de la Tourete, n.º 4, Economie et Humanisme, Lyon, 1949.

preferência, os agricultores de capacidade técnica comprovada e os de família mais numerosa. A reforma agrária teria, dêsse modo, a finalidade educativa que qualquer reforma deve forçosamente ter em nosso país.

Assim, a terra desapropriada se destinaria a ser distribuída: 1) em glebas cujo tamanho mínimo seria ditado pelas condições regionais a pequenos proprietários; 2) em parcelas complementares àqueles que estivessem sofrendo as consequências da fragmentação excessiva da terra; 3) em grandes propriedades, por meio de concessões temporárias, a título de experiência, a cooperativas e associações de lavradores; 4) sob a forma de "bem de família" (homestead) em projetos de colonização; 5) em pequenas glebas, com horta e jardim, nos projetos de lares operários, ao redor das cidades, com o objetivo de criar as chamadas "faixas verdes"; 6) ainda sob a forma de grandes propriedades para que o Estado nelas realize experiências de reflorestamento, de fomento agrícola e animal; 7) em concessões temporárias a particulares e a emprêsas que tenham por fim realizar melhorias importantes em determinadas regiões.

Falamos aqui em distribuição, não em doação de terra. Achamos de todo condenável, sobretudo no caso do Brasil, a distribuição gratuita da terra, desapropriada. A história da colonização, em nossa terra, está cheia de exemplos que corroboram a experiência de outros países nesse sentido. A terra deve ser vendida a baixo preço, paga a prazos longuíssimos, jamais dada. Já em 1846, escrevendo à luz das experiências de Nova Friburgo e de colônias russas, o visconde de Abrantes assim se manifestava na sua notável memória sôbre os meios de promover a colonização: "A experiência mostra que a terra assim doada é quase sempre mal amanhada pelo colono que não tendo necessidade de pagá-la, nem precisão de ganhar o pão nos primeiros tempos, contrai logo o hábito de trabalhar pouco, e torna-se negligente ou preguiçoso". Por sua vez, baseando--se nas experiências americana e australiana, Tavares Bastos, afirmava, por volta de 1866: "... E' preciso riscar essa preocupação de ganhar com as terras públicas, de tirar receita da sua venda. Isto será exeqüível mais tarde e em escala tal que compense tôda a generosidade dêstes primeiros tempos". E mais: "A regra, portanto, deveria ser como acima dissemos: abaixar o preço da venda até o limite em que êle corresponda às despesas de medição e aos preparativos para instalação do comprador. E, se fôr preciso descer mais, êsse limite mesmo seja transposto" 8

A propriedade seria, portanto, comprada por pequena soma, paga em trabalho ou em espécie, mas paga. Somos, portanto, contra os sistemas coletivistas que dando ao Estado o domínio direto e tornando o agricultor um mero usufruário formam um povo de servos e não de cidadãos livres.

Resta-nos focalizar o delicado problema dos órgãos que executariam a reforma agrária. Não nos parece que esta possa ser feita exclusivamente por um organismo estatal. Não há órgão do Estado capaz de, por si só, realizar uma reforma agrária, sem deformá-la ou deturpar-lhe as intenções. O Estado pode criar uma Comissão Central que terá função puramente supervisora. Os pontos nevrálgicos da reforma, entretanto, serão as Comissões regionais ou estaduais e municipais. Essas é que conhecerão os problemas locais e estarão aptas, portanto, a aplicar a lei dentro das necessidades do município. Para que seja atingido o fim precípuo da reforma, — que é dar a terra aos que dela mais necessitem e aos mais aptos a cultivá-la, — as Comissões devem ter um número igual de representantes dos proprietários e dos não-proprietários. Seu presidente deverá ser um magistrado ou um professor, uma pessoa enfim que, dentro do possível, possa fugir às injunções da política local quase sempre manobrada pelos grandes proprietários de terras. E' claro que as Comissões devem ter tôda a assistência técnica, podendo pedir às Comissões Estaduais e à Federal os assessôres de que necessitem.

Finalmente, a lei agrária estabelecerá a sua própria retroatividade. A questão não é ociosa. "A lei agrária, por definição, é uma lei retroativa". 10 prazo

s Visconde de Abrantes, "Memória sôbre os Meios de Promover a Colonização", in Revista de Imigração e Colonização, ano II, ns. 2 e 3, Rio de Janeiro, 1941.

9 Tavares Bastos, "Memória sôbre imigração", in Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro, Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1939, p. 86.

10 Juan Dias del Moral in Mori, op. cit., p. 32.

pode variar, mas tôdas as leis agrárias o estabelecem. E' importante para a própria moralidade da lei que seus efeitos retroajam até uma data em que os latifundiários e todos aquêles que se sentissem ameaçados em seus interêsses não tivessem tido tempo de protegê-los com as habituais manobras: falsas declarações de renda, suposta partilha da propriedade entre parentes e apaniguados, etc.

Aí está, em traços gerais, o que poderia ser a reforma agrária brasileira. Não viria sòzinha. Seria apenas a peça mestra de um plano agrário de envergadura que teria de se desdobrar por decênios. Além dos indispensáveis regulamentos, teria de vir complementá-la, tôda uma série de medidas relativas a crédito, cooperativismo, seguro agrário, sindicalização rural, etc. Essas medidas viriam integrar a lei agrária numa política, num planejamento agrário de larga envergadura.

Não acreditamos que a reforma agrária brasileira seja uma panacéia. Ela não resolverá, de golpe, todos os problemas brasileiros. Mas estamos convencidos de que, sem ela, nenhum se resolverá. Porque o destino do país está indissolùvelmente ligado à sorte dessas massas rurais que constituem o grande lastro humano de nossa civilização e que vemos se afastarem cada vez mais da terra, trabalhadas por um sentimento de desamor ao solo que cultivam, mas que não possuem. O trabalho sem amor é mortal aos povos e aos indivíduos. Sem amor nem as estrêlas se movem no céu, nem os homens caminham na terra, nem as nações marcham na história.

## A Toponímia Brasilense

Valdemar Paranhos de Mendonça

Antigo representante da Prefeitura do Distrito Federal no Diretório Central do C.N.G.

Revista Municipal de Engenharia — N.º 2. Vol. XIX — Abril-junho de 1952.

## PREÂMBULO

1 — Quatro séculos e meio de cultura não bastaram para despertar, em nossos compatriotas, uma consciência toponímica.

Qualquer expressão prestava, como serve, para designar um acidente ou uma povoação. O grutesco e a bajulação cristalizaram-se na carta brasílica. Do chulo Acaba Rabo (GO, rio) ao infenso Villegagnon (DF, ilha), do estravagante Arroio do Só (RS, vila) ao louvaminheiro Conde (BA, cidade) compôs-se uma sequela desarmônica e constrangedora.

Explica-se mas se não justifica a tradição despicienda, trasladação do mau vêzo alienígena e fruto da inconsequência do poder público e do conformismo do povo.

Efêmera ressonância teve a lei geográfica, anteparo da anarquia toponímica. Dessa lei e de outras emanantes, estruturamos sob nova conceituação, um sistema toponímico que apresentamos, quando representante da Prefeitura do Distrito Federal, à deliberação da XI Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Esta monografia (assim denominou a nossa lucubração o ilustre historiador e filólogo Dr. Mário Melo, representante do estado de Pernambuco na mesma Assembléia Geral) não é mais do que a justificação revista e ampliada da resolução n.º 337, de 11 de setembro de 1951, da referida tertúlia.

2 — O exemplário das várias epígrafes não é, nem poderia ser completo, dada a feição normativa do trabalho, mais sintético do que analítico.

Para não avolumarmos o opúsculo, não demos da maioria dos nomes indígenas citados, nem a origem, nem a tradução que são encontradas nas obras mencionadas na última rubrica.

3 — A ortografia das expressões ameríndias obedeceu a um critério uniforme (guiamo-nos pelo "Vocabulário de La Lengua Guarani", de Montoya e Restivo) quanto aos controvertidos fonemas consoantes c = s, g = j, ch = x.

Nos dois últimos casos os grafamos com j e x, respectiva e invariavelmente; assim: Jeremoabo e Jiqui, Maragojipe e Mucujê, Xarrua e Xopim, Coxipó e Poxoreu .

No primeiro caso com c, invariàvelmente, quando medial, assim curaçá e Juçari; quando inicial, faremos algumas detestáveis exceções, por fôrça de tradição vitanda, ou contradição arraigada, ou traição gráfica: assim Cemoaba e Cipó, Seberi e Sirinhaém. Somos entretanto, apologista da uniformização integral da grafia do fonema c = s nos indigenismos: Cerjipe, Ciriji.

Essas exceções apenas tradicionais ou sentimentais, são como aquela singular do topônimo vernáculo Bahia que conserva, paradoxalmente, um mediano h, não etimológico, que mais parece um enfeitiçante barangandã a ornar-lhe o seio, do que um sinal diacrítico a impedir o tritongo.

Guanabara, 12 de outubro de 1952

#### ABREVIAÇÕES

AC — Território do Acre; AL — Estado de Alagoas; AM — Estado do Amazonas; AP — Território do Amapá; — BA — Estado da Bahia; — CE — Estado do Ceará; — DF — Distrito Federal; ES — Estado do Espírito Santo; FN — Território de Fernando de Noronha; GO — Estado de Golás; GR — Território do Guaporé; MA — Estado do Maranhão; MG — Estado de Minas Gerais; MT — Estado de Mato Grosso; PA — Estado do Pará; PB — Estado da Paraíba; PE — Estado de Pernambuco; PI — Estado do Piauí; PR — Estado do Paraná; PB — Território do Rio Branco; RJ — Estado do Rio de Janeiro; RN — Estado do Rio Grande do Norte; RS — Estado do Rio Grande do Sul; SC — Estado de Santa Catarina; SE — Estado de Sergipe; SP — Estado de São Paulo; UR — República do Uruguai.

## I — RESOLUÇÃO N.º 337, DE 11 DE SETEMBRO DE 1951 DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

## Sugere alterações nas normas toponímicas

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições, e

Considerando que a resolução n.º 61, de 24 de julho de 1939 da Assembléia Geral e os decretos-leis ns. 3 599 de 6 de setembro de 1941 e 5 901, de 21 de outubro de 1943, consubstanciaram normas quanto à nomenclatura das povoações brasilenses:

Considerando que essas normas não preservam da impropriedade, nem o topônimo, nem o correlato gentílico, usado universalmente.

Considerando que, além de ligado à tradição local, deve o topônimo ser breve. lídimo, expressivo e eufônico, porquanto designativo de uma partícula da Pátria:

Considerando que o gentílico deve possuir as mesmas qualidades gramaticais do topônimo, porquanto designativo de pessoa;

Considerando que a impropriedade tanto do topônimo quanto do gentílico, motiva melindres ou vexames aos naturais das povoações com que se relacionam;

Considerando que os nomes primitivos dos acidentes geográficos, bem como os nomes expressivos e eufônicos das povoações pátrias devem ser preservados de alterações quaisquer:

Considerando que a resolução n.º 280, de 9 de julho de 1949, da Assembléia Geral, fêz apêlo às Assembléias Legislativas dos estados no sentido de manter-se inalterável a divisão qüinqüenal dos quadros territoriais, bem como de evitar-se em absoluto a duplicata de nomes de vilas ou cidades, dentro do país;

Considerando que a resolução n.º 304, de 11 de setembro de 1950, da Assembléia Geral, reitera as recomendações constantes da referida resolução n.º 61, de 24 de julho de 1939 e formula apêlo aos poderes federais, estaduais e municipais, em favor da continuada observância dessas diretrizes toponímicas

Considerando que êsses apelos não foram plenamente correspondidos,

#### RESOLVE:

- Art. 1.º A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia apela para os poderes legislativos e executivos federais, estaduais e municipais, no sentido de promoverem leis que objetivem as medidas seguintes:
  - 1 Relativas aos nomes de cidades, vilas e povoados:
  - a) inalterabilidade ou reintegração dos tradicionais topônimos breves, lídimos, expressivos e eufônicos;
  - eliminação de topônimos que estejam em desacôrdo com os princípios gerais estabelecidos nesta resolução;
  - c) adoção, para as novas cidades, vilas e povoados, de designação que obedeça às normas estabelecidas nas alíneas anteriores;
  - d) proibição de novos topônimos peregrinos, híbridos, de pessoas, de datas e de mais de duas palavras;
  - e) eliminação de duplicata de nomes em todo o país;
  - f) preferência de nomes indígenas ligados à tradição local, sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores.

- 2 Relativas aos nomes de acidentes geográficos:
- a) inalterabilidade ou reintegração dos nomes tradicionais indígenas;
- b) eliminação dos nomes peregrinos, híbridos, de pessoas, de datas e de mais de duas palavras;
- escolha de nomes indígenas ligados à tradição local para as novas denominações.
- Art. 2.º A Assembléia Geral sugere ao Ministério da Viação e Obras Públicas que o mesmo recomende às emprêsas ferroviárias e às de navegação do país, as normas constantes do art. 1.º, para as estações, paradas, estribos e postos telegráficos.
- Art. 3.º A Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística encaminhará o apêlo formulado nesta resolução aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, encarecendo os seus objetivos.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1951, ano XVI do Instituto. — Conferido e numerado: José Verissimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: Ten.-Cel. Edmundo Gastão da Cunha, Secretário-Geral. — Publique-se: General Djalma Polli Coelho, Presidente do Instituto.

## II — INTERPRETAÇÃO DA RESOLUÇÃO N.º 337

#### DESCOBRIMENTO DO BRASIL

1 — Embora a Pátria tenha sido descoberta sob a dupla égide — espiritual e temporal — da Igreja e do Estado, manifestada essa proteção em solenes rituais, o primeiro na ermida do Rastelo, em Lisboa, e outro no pôrto bom e seguro da nova Terra; ainda que tenha recebido, no dia do descobrimento (22 de abril de 1500), o nome de Vera-Cruz, dado por Cabral, no ano imediato, o de Santa Cruz, dado pelo rei D. Manuel I, o Venturoso, e mais tarde o de Brasil; e não obstante ser inigualável, porquanto a mais dadivosa, amena e bela, entre as demais do Mundo Novo; não corresponderam a êsse amparo, culto e dom os descobridores e governadores da Terra Brasílica, ao lhe outorgarem os nomes de seus acidentes e lugares.

#### CICLOS TOPONÍMICOS

2 — Sob o influxo de Santa Cruz predominaram, nos trezentos anos primevos de vida pátria os nomes do Santoral, assim para os acidentes, como para as povoações. Ao grande monte da Terra de Ibirapitanga, mui alto e redondo de que a afortunada armada houve vista, Cabral pôs o nome de Monte Pascoal (22 de abril de 1500).

A expedição de D. Nuno Manuel, em 1501, foi, conforme o Visconde de Pôrto Seguro, denominando os acidentes, em louvor ao Santo do dia do descobrimento: cabos São Roque (16 de agôsto de 1501), de Santo Agostinho (28 de agôsto); rios de São Miguel (29 de setembro), São Jerônimo (30 de setembro), São Francisco (4 de outubro), das Virgens (21 de outubro); baía de Todos-os-Santos (1.º de novembro); rio Santa Luzia (13 de dezembro); cabo de São Tomé (21 de dezembro); baía do Salvador (25 de dezembro); rio de Janeiro (1.º de janeiro de 1502); angra dos Reis (6 de janeiro), ilha de São Sebastião (20 de janeiro); pôrto de São Vicente (22 de janeiro); cabo de Santa Maria (UR, 2 de fevereiro).

A expedição de Fernão de Loronha, em 1503, descobriu a ilha de São João e a expedição de Gonçalo Coelho fundou a primeira feitoria, Santa Cruz, na baía Cabrália.

Dom João III, o Piedoso, ao criar, entre 1534 e 1536 as capitanias hereditárias, a sete deu nomes religiosos: Baia de Todos-os-Santos, Espírito Santo, São Tomé, São Vicente, Santo Amaro, Sant'Ana e Trindade.

Os donatários erigiram as vilas primevas: São Jorge dos Ilhéus (1556), na capitania dos Ilhéus; Espírito Santo (1535) e Nossa Senhora da Vitória (1545), na capitania do Espírito Santo; São Vicente (1532), Todos os Santos (1545),

Santo André da Borda do Campo, Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (1549) e São Paulo de Piratininga (1554), na capitania de São Vicente.

Os governadores ou seus prepostos fundaram as primeiras cidades reais: Salvador (1549), São Sebastião do Rio de Janeiro (1565) e Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1585).

Outras vilas e povoações se seguiram no século XVI: São Lourenço (Niterói, RJ, 1568), São João de Cananéia (SP, 1578), São Cristóvão (SE, 1590), Natal (RN, 1599) e Conceição de Guarulhos (SP, 1600).

Moji das Cruzes, locução mameluca, é, ao raiar do século XVII, a marca profunda da dedicação do catolicismo ao gentio, e o testemunho solene da miscigenação do alienígena com o indígena, parecendo, com o seu hibridismo devoto, querer repartir as benesses do favoritismo entre os indigenismos que despontam numerosos (em expressões puras ou híbridas) e os hierônimos. Mas êstes permaneceram os privilegiados: Santo Amaro (BA), Vera (BA), Nossa Senhora do Amparo (Fortaleza, CE), São Luís (MA), Nossa Senhora de Belém (PA), Santo Agostinho do Cabo (PE), Santo Antônio de Guaratinguetá (SP), Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá (Cametá, PA), São Francisco (Penedo, AL), São Sebastião (SP), São José dos Campos (SP), São João da Barra (RJ), Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (Curitiba, PR), Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (SP), Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (SC), Nossa Senhora do Destêrro (Florianópolis, SC), São José do Rio Negro (Manaus, AM), São Salvador dos Campos (RJ), Nova Colônia do Santíssimo Sacramento (Colônia, UR), Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba (SP), Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (MG), etc., encerrando a centúria com o arraial de São João Batista de Ouro Prêto (MG), e novamente inaugurando o século XVIII com o arraial de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena (MG), e prosseguindo com os arraiais de Nossa Senhora da Piedade de Hepacaré (Lorena (SP), Nossa Senhora do Campo Alegre dos Carijós (Conselheiro Lafayette, MG), São Filipe (BA), Santo Antônio do Vale da Campanha do Rio Verde (Campanha, MG), Mata de São João (BA), as vilas do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (Mariana, MG), São João d'El-Rei (MG), Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (MT), Nossa Senhora do Livramento do Rio das Contas (Rio das Contas, BA), Vila Nova do Infante das Minas de Pitanguí (Pitanguí, MG), Santa Bárbara (MG), Sant'Ana de Goiás (Vila Boa de Goiás, GO), Pôrto de São Francisco dos Casais (Pôrto Alegre, RS), etc.

O padroeiro é invocado sob o nome (Anchieta, ES — Sant'Ana, BA — São José, SC), ou sob o qualificativo (Aparecida, SP — Conceição, PB — Salvador, BA), ou ainda, sob o nome e qualificativo, conjuntamente (Nossa Senhora do Amparo, RJ — Santa Isabel do Araguaia, PA — São João do Paraíso, MG). A multiplicata faz-se sentir com o nome, o qualificativo, ou as locuções sinônimas, assim em louvor de Maria Santíssima (Assunção, CE — Boa Viagem, CE — Candelária, RS — Consolação, MG, — Coração de Maria, BA — Divina Pastôra, SE — Dores de Macabu, RJ — Guia, MT — Imaculada, PB — Janua Cœli, PA — Madre de Deus, BA: — Mãe dos Homens, MG — Maria, RS — Maria da Fé, MG — Mercês, MG — Nossa Senhora do Ó, PE — Piedade, SP — Santa Maria, RS — Senhora do Carmo, MG — Socorro, SP — Virgem da Lapa, MG, etc.), assim em louvor de Jesus (Bom Jesus, PI — Bom Pastor, MG — Coração de Jesus, MG — Messias, AL — Nazareno, MG — Salvador, BA — Santo Cristo, RS — Senhor do Bonfim, BA, etc.).

Houve, como há, até invocação múltipla: Vila Bela da Santíssima Trindade (Mato Grosso, MT), Jesus, Maria e José do Pé do Banco (Siriri, SE), Sagrada Família (ES), Todos os Santos (ES), Trindade (GO).

Os mistérios religiosos são também preiteados (Ladainha, MG — Paraíso, SP — Sacramento, MG), bem assim as coisas (Cruz Alta, RS — Igreja Nova, AL — Rosário, MA) e os fatos (Aparecida, SP — Missões, MG — Natividade, GO). E até os locais por onde perlustrou Cristo (Belém, PA — Monte Sião, MG — Terra Santa, PA).

Nessa fase, quase tôdas as povoações, no dia lustral, recebiam um nome do Agiológio, mercê da religião de Estado — o catolicismo — e do sentimento religioso do povo.

3 — No século XVIII continuou o prélio entre as duas correntes, a religiosa e a indigenista. A autóctone refluiu, no seu próprio domínio, com o avassalador povoamento, apenas ocelando, no século XVI, com a sua marca áspera, o território palmilhado pelos lusos: Itamaracá, PE, 1526; Igaraçu, PE, 1535; Ubatuba, SP, 1557; Camamu, BA, 1560; Goiana, PE, 1568; Tremembé, SP, 1600.

Influiu na onomástica das capitanias hereditárias do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Paraíba do Sul.

Defluiu, volumosa, nas centúrias seguintes e de forma tal (Cairu, BA, 1608; Velha Boipeba, BA, 1616; Jaguaripe, BA, 1625; Vila Fremosa de Sirinhaém, PE, 1627; Iguape, SP, 1635; Taubaté, SP, 1635; Maragojipe, BA, 1640; Paranaguá, PR, 1647, etc.) que, no albor do século XIX, já dominava o território pátrio, à custa, em parte, dos hierônimos híbridos e longos, cujas locuções vernáculas e agiológicas foram abreviadas, tais: Guaratinguetá, SP — Cametá, PA — Cuiabá, MT, entre as povoações mais antigas e Caraí, MG — Piancó, PB — Siriji, PE, entre as mais novas.

Do dissílabo Uauá, BA, ao setissílabo Itaquaquecetuba, SP, em esquisita escala inarmônica (Urucu, AL — Quatiguaba, CE — Tracuateua, PA — Pindamonhangaba, SP), foi e continua a ser usado, imoderada e imprudentemente, o cacofônico e corrupto vocabulário indígena, tudo servindo para nomear a célula da Pátria, isto é, a povoação: o diabo (Anhangá, PA), o terreno êrmo (Tapera, RS), o bruto selvático (Suçuarana, BA), o virabosta (Xopim, PR), a catinga de negro (Xeréu, PE), arrôto (Ibitu, SP), a madeira fétida (Guararema, SP), a sarna e mau olhado (Caruara, RS), o excremento (Poti, CE), o feio ou mau (Poxim, AL), a gente ruim ou macaco (Guariba, SP), o bebedoiro dos ladrões (Mundaú, CE), a sepultura (Ibicoara, BA), o vulcão (Ibitipoca, MG), o têrmo equívoco (Cupira, PE), o macho dos animais (Apiaba, PR), o bico do peito (Camaquã, RS), o ânus ingente (Tiquaruçu, BA), e as partes pudendas, tanto no sentido próprio (Trapiá, CE), quanto no metafórico, També, PE).

Nômina talvez sugestiva para acidentes geográficos, porém ominosa para povoações.

4 — Iniciou-se, então, nova e acerba liça, entre os indigenismos vitoriosos e os antropônimos.

Insinuaram-se êstes, na Terra dos Papagaios, com a colonização. Primeiramente, de modo velado, em duplo tributo aos dois poderes — o espiritual e o temporal. Assim: São Sebastião do Rio de Janeiro, DF, 1565, em homenagem ao santo mártir e ao rei Dom Sebastião, o Desejado; São Cristóvão, SE, 1590, em memória do orago mártir e do governador Cristóvão de Barros; São Luís. MA, 1612, em preito ao santo cruzado e ao rei Luís XIII, de França; São João d'El-Rei, MG, 1714, em tributo ao santo precursor e ao rei Dom João V, o Magnânimo; São Pedro de Alcântara, SC, 1844, em louvor ao santo homônimo e ao imperador Dom Pedro II; etc.

No crepúsculo do século XVII surgiu nova modalidade de homenagem, a elíptica, pois que sublinhava apenas o título de nobreza do preiteado: São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, BA, 1694 (São Francisco do Conde); Conde, BA, 1702; Vila do Príncipe, MG, 1714 (Sêrro); Vila Nova da Rainha, MG, 1714 (Caeté); São José d'El-Rei, MG, 1719 (Tiradentes); Vila Nova do Infante das Minas de Pitangui, MG, 1724 (Pitangui); Vila Nova do Príncipe, BA, 1754 (Caetité); Vila Nova d'El-Rei, CE, 1791 (Ipu); Vila Campanha da Princesa da Beira, MG, 1798 (Campanha); São Pedro d'El-Rei, MT, 1811 (Poconé); Vila Nova da Imperatriz, MA, 1856 (Imperatriz); etc.

Antes, dois patronos poderosos se descortinaram: Filipéia de Nossa Senhora das Neves, PB, 1585 (Frederícia em 1634 e depois Paraíba e João Pessoa), em homenagem ao rei Filipe II da Espanha e I de Portugal; segue-se-lhe Mauricéia, PE, 1637 (antes e depois Recife), em preito ao conde João Maurício de Nassau-Siegen, governador da Nova Holanda.

No século XVIII avolumam-se as homenagens diretas: Cunha, SP, 1736, em recordação do capitão-general Francisco da Cunha Meneses; Mariana, MG, 1745, em louvor a D. Mariana de Áustria, espôsa de Dom João V; Oeiras, PI, 1761 e Pombal, PB, 1766, em honra ao onipotente conde de Oeiras, depois marquês de Pombal; Castro, PR, 1774, em memória de Martinho de Melo e Castro, ministro

da Marinha; Lorena, SP, 1788, em lembrança do governador da província, capitão-general Bernardo José de Lorena; Resende, RJ, 1801, em memória do vice-rei conde de Resende; etc.

Alastra-se a bajulação com a transmigração da família real portuguêsa para o Brasil. Os potentados reais, nobres ou burgueses recebem, ostensivamente, o tributo dos turiferários: Januária, MG, 1811; Linhares, ES, 1818; Carolina, MA, 1831; Cavalcante, GO, 1831; Maria Pereira, CE, 1832 (Mombaça); Simão Dias, SE, Miranda, MT, 1835; Cristina, MG, 1841; Teresina, PI, 1852; Leopoldina, MG, 1854; Pedro II, PI, 1854; Rio Branco MG, 1882, etc.

Não faltou, mesmo, o transformismo toponímico, com a passagem da Colônia a Império e dêste a República: Vila Nova da Rainha, AM, 1803, (Vila Bela da Imperatriz, 1848, depois Parintins, 1880.; Franca d'El-Rei, SP, 1821 (Franca do Imperador, 1823, agora Franca, SP), Pôrto Imperial, 1835 (Pôrto Nacional, GO, 1890).

Não se contentaram, os aduladores, nem com o nome do patrono, apenas (Afrânio, PE — Eusébio, CE — Roberto, SP), nem com o cognome simplesmente (Acióli, ES — Garcia, SC — Pondé, BA), mas investiram com o nome e o cognome (Ambrósio Aires, AM — Pedro Velho, RN — José de Freitas, PI), com o cognome e o agnome (Cardoso Moreira, RJ — Fernandes Pinheiro, PR — Pires do Rio, GO), com o prenome e o cognome (Engenheiro Avidos, PB — Major Isidoro, AL — Senador Pompeu, CE) e com o título nobiliárquico (Barão de Grajaú, MA — Duque de Caxias, RJ — Príncipe da Beira, GR).

A luta é livre. Nela toma parte a família do patrono (Caldeiras, BA — Garcias, MT — Sousas, SP). Servem os disfarces, como os apelidos (Bequimão, MA — Cazuza Ferreira, RS — Mariquita, BA), os mistifórios (Costa da Cadeia, RS — Destêrro do Melo, MG — Tabuleiro do Castro, BA), as sufixações (Bertolínia, PI — Marcondésia, SP — Sousânia, GO), os hibridismos (Boiteuxburgo, SC — Joselândia, MT — Salesópolis, SP), os axiônimos (Barão, RS — Cardeal, SP — Juiz de Fora, MG) e, como remate do grutesco, os xifópagos (Brasabrantes, GO — Darcilena, SE).

Aperta-se o cêrco com a multiplicidade de homenagens. Atualmente há: oito povoações com a graça de D. Pedro II (ES, MA, 2 PE, PI,·RJ, RS, SC) e sete com a graça de Dona Teresa Cristina (MA, MG, PI, PR, RJ, CE, RS). São, ainda, preiteados: cinco vêzes o Marechal Floriano (AL, AM, PI, RS, SC); quatro vêzes o Presidente Vargas (RJ, RS, SC, SP) e Martinho de Campos (CE, 2 MG, SP); três vêzes: Afonso Pena (2 MG, SP), os Andradas (MG, 2 SP), Anita Garibaldi (RS, 2 SC), Campos Sales (CE, 2 SP), Prudente de Morais (MG, PR, SP) e Venceslau Brás (MG, PR, SP); duas vêzes: Antônio Carlos (MG, SC), Arantes (2 MG), Cotejipe (BA, RS), Delfim Moreira (2 MG), Marechal Deodoro (AL, RS), Santos Dumont (MG, SP), Euclides da Cunha (BA, RJ), Fernando Prestes (2 SP), Fernão Dias (MG, SP), Francisco Sá (CE, MG), Governador Portela (2 RJ), Paulo de Frontin (PR, RJ), Presidente Dutra (MA, GO), Princesa Isabel (PB, RS), Raul Soares (2 MG) e Tiradentes (2 MG).

Luta inacabada, porquanto nem a oportuna lei geográfica, nem os decretos--leis subseqüentes conseguiram estancar o aulicismo, quebrando as ondas impetuosas de antropônimos que, sobrelevando-se àqueles, ameaçam alagar a carta do Brasil.

## ACIDENTES GEOGRÁFICOS

5 — Nesses três ciclos toponímicos além da mutação de nomes de povoações conseqüente do predomínio ora dos hierônimos (São Pedro de Alcântara, RJ, ex-Sapiatiba), ora dos indigenismos (Itapemirim, ES, ex-Frade), ora dos antropônimos (José Mariano, PE, ex-Caxangá), expressivos nomes ameríndios ou vernáculos de acidentes geográficos foram substituídos, despropositadamente, sem nenhuma esperança de retornarem.

Cristóvão Colombo foi o primeiro iconoclasta ao mudar, aportando às plagas americanas, em 1492, os nomes nativos das ilhas Guanaani e Haitê para, respectivamente, São Salvador e Hispaniola.

Na terra de Ibirapitanga, a progênie lusa, devota e cortesã, rumou na esteira despicienda. Ésse estado de espírito refletiu-se nas alcunhas gentias: Ilhas: Maranhā, MA, para São Luís; Itamarandiba, BA, para Santo Amaro; Nhauuma, ES, para Vitória; Paranapecu, DF, para Governador; Siriji, DF, para Villegagnon; Majipim, SP, para São Sebastião; Engaguaçu, SP, para São Vicente; Guaribe, São Paulo, para Santo Amaro; Itaquatiara, SP, para Cardoso; Jurié-Mirim, SC, para Santa Catarina. Rios: Maranā, AM-PA, para Amazonas; Queunene, RB, para Branco; Aquiri, AC, para Acre; Pinaú, RN, para Touros; Parapitinga, MG-SE, para São Francisco; Irapiranga, SE, para Vaza-Barris; Sernambetiba, BA, para João de Tiba; Cricaré, ES, para São Mateus. Lagoas: Socopenupã, DF, para Rodrigo de Freitas; Iguaçu, RJ, para Feia; Tibiquara, RS, para Patos. Baia: Acajutibiró, PB, para Traição. Salto: Guaíra, PR, para Sete Quedas: etc.

Com os acidentes inominados pelos aborígines, então, os povoadores da Terra dos Papagaios dilataram a perspectiva das suas louvaminhas, ora rendendo vassalagem à realeza (rio Real, SE, lagoa Real, BA, pôrto Real, RJ; pôrto Imperial, GO) e ora prestando homenagem aos seus padroeiros (cabo de Santa Marta, SC; lagoa de São José, PE, ilha da Madre de Deus, BA rio São Lourenço, MT; serra da Virgem Maria, PR, cachoeira do Bom Jesus, SC; coxilha de Sant' Ana, RS), ou aos posseiros, ou viajores (ôlho d'água do Borges, RN; brejo do Cruz, PB; barra do Mendes, BA) lagoa do Timóteo, BA, serra do Sousa, ES; enseada do Brito, SC; rio Capitão Teles Pires, MT; capão do Leão, RS; ilha Fernando de Noronha, FN).

Mas era rôto o manto da virtude. A sopitada incontinência de linguagem de emboabas e mazombos jorrava, abundantemente, sob cachinadas homéricas, nos suetos de bom-humor, chegando até nós, por vêzes, iterados, os turpilóquios: Acaba Saco, MG, rio: Boceta, MG, ribeirão; Bocetas, PR, rio; Bufador, RJ, ponta; Bufão, SP, cachoeira; Bundalta, MT, morro; Bunda de Couro, PI, chapada; Cabaços, AL, lagoa; Cagarra, DF, ilha; Catinga, MG, serra; Chupa, BA, ilha; Curralinho, PA, baía; Entrepelado, RS, arroio; Galheiro, MG, rio; Itapocuzinho, SC, rio; Lambedor, SP, serra; Pau d'Água, PI, ilha; Pau Barbado, MG, córrego; Pau Duro, MG, serra; Pau Grosso, ES, ilha; Peidorreiro, MA, riacho; Peito de Moça, MA, serra; Picão, MG, rio; Piroca, PA, serra; Pomba, MG, rio; Pombas, CE, lagoa; Pururuca, MG, córrego; Quebra-Bunda, PI, rio; Quebra-Cabaços, SC, rio; Quebranças, BA, baixio; Rabo Têso, RS, ponta; Racha-Bunda, GO, ribeirão; Roçado, BA, ilha; Saco Grande, SE, serra; Saco Prêto, MG, córrego; Tabaco, MG, ribeirão; Touros, RN, rio; Veado, MA, ilha; Veados, lapa, MG; etc.

Velam-se por sua natureza, os indigenismos: Acaiá (útero), AM, lago; Tambaí-açu (tambá, monte de Vênus), PA, igarapé; Tambaí-Miri, PA, igarapé; Trapiá (testículo), CE, lagoa. Revestem-se, procazmente, Açacu, PA, rio; Cubati, AM, rio; Pirocaua, MA, ilha; Tamanacu, PA, serra.

Enquanto os nomes nativos transmitiam com a sua expressividade a verdadeira fisionomia local, os nomes lusos, quando falam à imaginação, evocam, em sua maioria, a bajulice, ou o prosaísmo, ou mesmo, a insipidez (baía do Rio de Janeiro, DF — ilha Grande, RJ — lagoa-Mirim, RS — ponta da Ilhota, SC — rio Corrente, BA — serra do Rio Grande, SP).

Se escapou à sanha iconoclasta dos bajuladores a serra do Estrondo, GO, cujo expressivo nome provém do ruído das águas nas cavernas ali existentes, a um alienígena (Roosevelt) foi imolado o rio da Castanha, MT, que evoca o fruto da soberba amentácea, nativa da região marginal, e a um inimigo (Villegagnon) foi sacrificada a ilha de Siriji, DF, que lembra o crustáceo nela pululante.

Há porventura algo de patético na mudança dos nomes evocativos e pinturescos dos acidentes, legados pelo gentio ou postos pelo povo, em momento de euforia? Se nenhuma poesia comovente ou gôsto misterioso traz o novo nome ou se êste adultera, com o seu prosaísmo, a paisagem local, gerando decepções, ou incitando ira, por isso não se recomenda, nenhumamente, à posteridade.

E se a tradição liga o passado ao presente, poetizando os costumes, abroquelemo-la contra as pororocas bajulatórias e restituamos ao mapa cordiforme e auriverde, os saborosos nomes locativos, ameríndios ou vernáculos que antes expressivamente o mosquevam.

#### IMPROPRIEDADES TOPONÍMICAS

6 — Não atentaram tanto os mandatários da Colônia, como os governantes do Estado, no mérito do topônimo, por êles subestimado e que, consoante o exemplo universal e imemorial, sempre foi um vocábulo ou locução expressiva e breve: Ur, Nínive, Palmira, Pequim, Bombaim, Meca, Damasco, Esparta, Roma, Granada, Lisboa, Cairo, Fez, México, Havana, Quito, Lima.

Porquanto, inúmeras vêzes improvisando, ocelaram de centenas de nomes os mais disparatados e de dezenas de outros os mais chulos, a alcatifa de nomes longos da toponímia nacional. Nesta, o quadro taxinômico está saturado de impropriedades.

Qualquer nome serve como topônimo! Pesa-nos afirmar que, paradoxalmente, na toponímia brasilense, a impropriedade constitui tradição, escalonada em medos de desacertos que se avolumam e se deslocam à mercê do vitando mau-gôsto ou do execrável indiferentismo dos toponimistas remorados que não conseguiram superar o tempo da renovação ético-social no setor toponímico.

7 — Há a impropriedade de cunho moral, a mais grave e oprobiosa, constituída de têrmos que têm acepção chula, própria ou figurada, ou que são de gíria (Catinga do Moura, BA — Gado, CE — Pau-a Pique, BA — Sucatinga, CE — També, PE — Touros, RN — Trapiá, CE — Veados, BA), por aquêles cujas estruturas sônicas transmitem idéias grosseiras (Cocoi, CE — Cubati, PB — Curralinho, PA — Guarapari, ES — Itapocu, SC — Jacu, BA — Paracuá, CE), pelos que podem ser corrompidos, quanto à acepção, na gíria (Amontada, CE — Dobrada, SP — Grossos, RN — Lambedouro, CE — Ponta Grossa, PR — Putinga, RS — Vacacaí, RS), pelos simplesmente constrangedores ou ultrajantes (Afligidos, BA — Bom Sucesso, MG — Capim, PA — Chagas, GO — Humildes, BA — Marruás, CE — Parelhas, RN — Riacho dos Cavalso, PB), e pelos que, apostos ao sufixo ano, formam gentílicos equívocos (Bôca do Tapauá, AM — Entrepelado, RS — Içana, AM — Largo, BA — Quipapá, PE — Riacho Doce, BA), etc.

Tais nomes nefastos pela acepção chula que possuem, ou pela idéia lúbrica que despertam, à mercê do inesgotável e malicioso estro do povo, criam, para os nossos valorosos patrícios, complexos insanáveis e vexames incessantes, porque ferem, no âmago, os seus nobres sentimentos, que fariseus responsáveis fingem ignorar.

8 — Há a impropriedade dos nomes longos, geralmente agiológicos e que perdura. Fêz-se sentir, abundantemente, nos três ciclos, outrora com as vilas de: São João do Capivari de Baixo (Capivari, SP), Nossa Senhora da Abadia de Água Suja (Romaria, MG), Curato de São Sebastião da Barra Mansa (Barra Mansa, RJ), São Joaquim da Costa da Serra (São Joaquim, SC), Espírito Santo do Rio Real (Indiaroba, SE), São José do Riacho da Casa Nova (Casa Nova, BA), Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde (Milho Verde, MG), etc. e, mais recentemente, com as povoações de Santa Rita do Rio Abaixo, MG— São José do Rio Pardo, SP— Santo Antônio do Rio Verde, GO— São Luís de Montes Belos, GO, etc.

Manifesta-se, hodiernamente, essa impropriedade sobretudo na correspondência postal e telegráfica e na impressão das cartas geográficas.

- 9 Há mesmo uma incurável alergia para os têrmos simples, preferindo-se, em desacôrdo com a sabedoria antiga, a locução, em vez do vocábulo, não constituindo êste, duplicata (Armação dos Búzios, RJ, em troca de Búzios Barra do Cuieté, MG, em lugar de Cuieté Glória do Goitá, PE, em vez de Goitá Rosário do Catete, SE, em substituição de Catete Velha Boipeba, em troca de Boipeba), bem como para o grau normal, preferindo-se ora o grau diminutivo (Biritiba-Mirim, SP, em troca de Biritiba Guajará-Miri, PA, em lugar de Guajará Mangueirinha, PR, em vez de Mangueira Paquequer Pequeno, RJ, em substituição de Paquequer), ora o grau aumentativo (Jaguaraçu, MG, em troca de Jaguar Lomba Grande, RS, em vez de Lomba Pariquera-Açu, SP, em lugar de Pariquera Pindoba Grande, AL, em substituição de Pindoba).
- 10 Há, não obstante as disposições legais contrárias, a impropriedade das repetições que se anotam sob diversas modalidades:
- a) em unidades federais diversas: o têrmo no singular (Bonito PA, PE, MT); no plural (Catanduvas SC, PR); no singular e no plural (Teixeira,

PB — Teixeiras, MG); no singular, plural e coletivo (Areia, PB — Areias, SP — Areal, RJ), no plural e coletivo (Laranjeiras, SE — Laranjal, MG); no coletivo singular e plural (Palmeiral, MG — Palmeirais, PI); no mesmo número e em gêneros opostos (Custódia, PE e Custódio, CE — Queimadas, BA e Queimados, RJ); os cognatos sinônimos (Mirador, MA, e Miradouro, MG); os parônimos (Apodi, RN e Apoti, PE — Ibirá, SP e Ipirã, BA — Miranga, BA e Piranga, MG); os homógrafos (Goiana, PE, e Goianá, MG); as mesmices (Água Boa, MG e Boa Água, CE — Joá, PR, e Juá, CE — Santiago, RS e São Tiago, MG); e a múltipla homenagem (v. ns. 2 e 4);

b) na mesma unidade federada: as expressões sinônimas (Baixa Grande, Baixão — BA); a flexão de grau (Baixa do Palmeira, Baixão, Baixinha — BA); as formas metaplásticas, de acepções diversas: protética (Guaí e Iguaí — BA), epentética (Caatinga e Caratinga — MG), paragógica (Piraju e Pirajuí — SP) e hipertética (Itacambira, Itacarambi, MG); os parônimos, Ipuaçu, Ituaçu — BA); os homógrafos (Campanha, Campanhã — MG); a dupla homenagem (Barra de São João, São João da Barra — RJ; Conselheiro Pena, Presidente Pena — MG); e as mesmices (Ibuaçu e Ibuguaçu — CE; Nova Ponte e Ponte Nova — MG).

A flexão de número não exlui a duplicata, nem tampouco a sinonímia entre a flexão plural e o coletivo. A flexão de grau repete o radical do têrmo.

As formas metaplásticas e os homógrafos são altamente inconvenientes tanto à correspondência postal, quanto à telegráfica.

Entretanto, a repetição de uma espécie vegetal no ramo, na planta e na coleção (Palma, MG — Palmeira, PR — Palmeiral, MG), ou no fruto, na árvore, na mata e na região (Buriti, MA — Buritizeiro, MG — Buritizal, SP — Buritirama, BA), ou na flor, na planta e na coleção (Rosa CE — Roseira, SP — Roseiral, MG), ou no extrato, na planta e no coletivo (Carnaúba, RN — Carnaubeira, PE — Carnaubal, CE), não ocasiona inconveniente nenhum.

11 — Há a impropriedade do uso imoderado de um radical, de um vocábulo, ou de uma expressão (geralmente nos hierônimos) numa locução, fator de simpatia demasiada por uma coisa, admiração excessiva por uma personagem, veneração imane por um santo, expressas essas manifestações, quase sempre, sem o devido respeito à tradição local, nem a devida consideração ao povo, o eterno inconformado, que não assentiu.

No quadro da divisão territorial do Brasil, vigorante de 1944 a 1948, quando no apogeu da lei geográfica, estão assinalados, entre as cidades e vilas, sedes distritais: o têrmo túpico ita, duzentas e oito vêzes e a sua tradução vernácula pedra, trinta vêzes; a dicção túpica ibi, sessenta e oito vêzes, e a sua versão lusa terra, cinco vêzes; o vocábulo rio, quarenta e sete vêzes, e a sua trasladação tupi pará, quarenta e uma vêzes; os adjetivos novo, nova, quarenta vêzes ao todo: a voz indígena pirá, trinta e nove vêzes; o têrmo campo e cognatos, trinta e oito vêzes; a dicção barra e cognatos, trinta e sete vêzes; a locução Santo Antônio e o têrmo pôrto, trinta e três vêzes cada; os adjetivos bom, boa, trinta e três vêzes no total; o têrmo serra e cognatos, trinta vêzes; as expressões guará e ouro isoladas ou justapostas a outras, vinte e oito vêzes cada, as locuções São João e São José e os têrmos Conceição e monte, vinte e sete vêzes cada; o têrmo água, vinte e quatro vêzes e as vozes túpicas corespondentes i, ig, igua, um número indefinido de vêzes; a expressão Sant'Ana, vinte e quatro vêzes; o vocábulo alto vinte e uma vêzes; as expressões vargem e várzea e cognatos, vinte vêzes ao todo; a expressão ribeiro e cognatos, vinte vêzes; a dicção indígena ira, justaposta a outras, dezenove vêzes; o têrmo jaguar, dezoito vêzes; o vocábulo morro, dezoito vêzes e o seu sinônimo cêrro e cognatos, sete vêzes; a locução São Sebastião e os têrmos lagoa e riacho e respectivos cognatos, dezessete vêzes cada; o têrmo brejo, quinze vêzes e a sua versão túpica ipu, dez vêzes; o têrmo capim e afins vernáculos (grama, pastos), quinze vêzes; a locução São Pedro e o têrmo cruz e cognatos, quatorze vêzes cada; a dicção palma e cognatos e os têrmos ponte e três, treze vêzes cada; os têrmos prata e cachoeira, doze vêzes cada; a locução Santa Rita e o têrmo barro e cognatos, onze vêzes cada; as expressões belo, bela, onze vêzes no total; o vocábulo ponta, dez vêzes; as locuções Santa Cruz e São Miguel e os têrmos araçá, baixa, iguara e índio e cognatos, nove vêzes cada; a expressão São Gonçalo e o vocábulo buriti e cognatos, oito vêzes cada; as mesmices jequi e jiqui, oito vêzes no total; a locução Nossa Senhora, sete vêzes; o têrmo arroio, seis vêzes; etc.

No quadro a vigorar de 1949 a 1953 há um aumento de repetições, especialmente dos hierônimos.

A impressão que nos dão êsses quadros é de que se esgotaram as palavras bonitas do dicionário e de que estão repetindo, a esmo, até nomes inadequados. Confirma-se, aqui, a lei do mimetismo toponímico.

12 — Há a impropriedade de cunho filológico (natureza morfológica), com as denominações peregrinas (Brodowsky, SP — Jófily, PB — Korff, RS — Mascote, BA) e híbridas (Açu da Tôrre, BA — Babaçulândia, GO — Boiteuxburgo, SC — Capinópolis, MG — Guarizinho, SP — Nova Milano, RS — Ponta Porã, MT), com as corruptelas túpicas (Baraúnas, BA, por Ibiraúna — Guarulhos, SP, por Guarus — Sabará, MG, por Itaberaba), e com os lusismos túpicos (Curuzu, MA — Narandiba, SP — Naraniú, CE); bem como com os erros de concordância: gênero (Nova Friburgo, RJ), gênero e número (Nova Cravinhos, SP), número (Lençóis Paulista, SP — Passa Quatro, MG); êrro de regência (Rio de Contas, BA), êrro de pronúncia (Ceromandel, MG), e até com o plural de plural (Cataguases, MG — Goitacases, RJ — Guaianases, SP).

Maus exemplos oficializados e que ressaltam a negligência ou incultura inexplicáveis dos seus proponentes e sancionadores.

O mau-gôsto é, também, cultivado com os topônimos ásperos (Cangati, CE — Guaicuí, MG — Jaguaquara, BA — Quatiguá, PR) e ecoantes (Bodocongó, PB — Caracará, CE — Jucurutu, RN — Piripiri, PI).

13 — Há a impropriedade de cunho filológico (natureza semântica) com os nomes de acepção as mais estapafúrdias, muitos dêles sem nexo com o local e cavalgando o ridículo: extravagantes (Almôço, PA — Armazém, SC — Brasília Legal, PA — Caixa Pregos, BA — Cruz das Almas, BA — Datas, MG — Fechados, MG — Jacuba, SP — Sêca, RS — Venda Nova, MG), mistifórios (Campo do Tenente, PR — Costa da Cadeia, RS — Destêrro do Melo, MG — Rio do Antônio, BA), Axiônimos (Barão, RS — Frade, CE — Major, SC — Ouvidor, GO), prosônimos (Borba Gato, MG — Cazuza Ferreira, RS — Dirceu, SP — Mariquita, BA), pleonasmos (Pôrto Nacional, GO — Geolândia, BA — Nova Pátria, SP — Rio do Peixe, MG) e das singulares justaposição (Brasabrantes, GO) e aglutinação (Darcilena, SE).

O mau-gôsto, sobretudo, presidiu a aposição dêsses nomes.

14 — Há a impropriedade de cunho geográfico e constante de tecnicismos geográficos espalhados profusamente no país. Realmente, tecnicismo tanto é a categoria de povoação (Aldeia, MG — Arraial do Cabo, RJ — Colônia Leopoldina, AL — Feitoria, PE — Redução de Santo Inácio, PR — Vila do Conde, PB), como a divisão administrativa (Bairro Alto, SP — Condado, PE — Freguesia do Andirá, AM), ou a região fitológica (Capão, BA — Mata, RS — Prado, BA), ou o acidente (Baixio, CE — Cabo, PE — Estreito, RS — Ilhota, SC — Lagoa da Canoa, AL — Montanhas, RN — Ponta de Pedras, PA — Praia Rica, MT — Ribeirão da Ilha, SC — Rio Acima, MG — Vargem, SP — Vertentes, PE), ou o limite (Divisa, ES — Fronteiras, PI — Marco, CE), ou o oceano (Mar de Espanha, MG), ou mesmo, as extensas propriedades territoriais (Chácara, MG — Fazenda Nova, PE — Quinta, RS — Roças Novas, MG — Sítio do Mato, BA).

Cabe, ainda, neste parágrafo, a região política alienígena (França, BA — Galiléia, MG — Holanda, CE), porque os seus nomes nem sempre são adaptáveis, ou quanto à vernaculidade, ou quanto às condições locais (topográfica, climática, de produtividade, etc.) de semelhança com as do país memorado.

Denominar-se uma povoação, de qualquer categoria, de arraial, divisa, freguesia, montanha, ou sítio é cometer um disparate que incluímos no rol dos contrassensos geográficos.

15 — Há a impropriedade de cunho histórico-geográfico, constante dos nomes deslocados, isto é, dos que não se relacionam com os locais, ou que nesses não despertam a atenção de um fato histórico acontecido algures ou de coisa notável existente alhures, tais: o Cabo Verde senegalesco, num sismo atlântico, apontou em terra mineira; o equador fictício que atravessa os Estados do Ama-

zonas e Pará, fletiu-se para RN; o Grão Pará amazônico deslocou-se para SC; o Guaporé transferiu-se do território homônimo para RS; o igapó hileano surgiu em PE, o igarapé amazônico manou em MG; o Tocantins e o Araguaia desviaram-se, numa longa sismal, de GO para MG e ES, respectivamente; o açaí nortista transplantou-se para o PR, a jangada nordestina flutua, bonançosa, em MT; os Guararapes famosos abalaram de PE para SP; Santa Cruz, a primeira povoação lusa da Pátria, erigida na baía em forma de concha onde ancorou a afortunada armada cabralina, tem um homônimo no RN; o Paraguaçu baiano irrompeu em MG; Caramuru o primeiro povoador da nova Terra, mudou-se da BA para SP; a lendária Moema, praieira e baiana, foi raptada por MG; o Ipiranga, a que ligamos o grito da Independência, demora no PR em vez de SP; os paulistas emigraram para MG e os mineiros exularam em GO, a Estrema desalojou-se das raias brasílicas para MG; a rosa dos ventos desorientou-se com o Norte em MG o Oriente em SP, o Ocidente em MP e o Oeste no RS; etc.

Desacertos que sublinham a improvisação dos nossos toponimistas desnorteados.

16 — Há a impropriedade do nome personativo, tanto hierônimo, quanto antropônimo, vêzo edilício antigo e universal para homenagear o padroeiro, sagrado ou profano. Não são memoráveis e não soam bem, tanto para uma região, ou uma divisão administrativa, quanto para um acidente, ou uma povoação, porque dêles os íncolas derivam os gentílicos correspondentes.

E porque o móbil era a turificação, não se perpetuaram antropônimos famosos de outrora: Pax Júlia (Beja), Constantinópole (Istambul), Cristiânia (Oslo). Hierônimos gloriosos de antanho preservam-se tão só nas matrizes religiosas: Filipéia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa), São Sebastião do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), São Francisco (Penedo).

Sobressai, no multiforme florilégio terráqueo de louvaminhas toponímicas, a feraz artimanha dos áulicos brasilenses, que inimitàvelmente, estralejaram com as novas fórmulas de zumbaias, para a dupla homenagem, com a aglutinação dos nomes de seus ídolos (Darcilena, SE) e para o múltiplo tributo, isto é, para o preito à família suserana, com a justaposição dos sobrenomes patronais (Brasabrantes, GO).

Tais nomes ilustres ou veneráveis ficarão bem num logradouro público de qualquer povoação, consoante a tradição brasilense.

Por fôrça da regra relativa ao gênero e da simpatia que despertam são, entretanto, admissíveis e louváveis, para as povoações, os singelos e graciosos nomes femininos.

#### TOPÔNIMOS PINTURESCOS

17 — Eis outra espécie inadequada de nomes locativos para povoações. Em verdade, há nomes que surgem, espontâneamente, do aspecto de uma coisa, ou da ocorrência de um fato, e que o povoléu, em momento de bom humor, os inscreve, indelèvelmente, no sítio a que estão ligados. São expressões sugestivas que, reconstituindo algo de poético ou de real, transmitem a lenda ou refletem a fisionomia local. São fórmulas estereotípicas que se incorporam aos lugares, passando mesmo a fazer parte de sua paísagem e de sua tradição.

Tais são: o Dedo de Deus, ponto da serra dos Órgãos (RJ) que "tem a aparência de u'a mão cujos quatro dedos repousam sôbre o dorso da serra, enquanto o índex aponta para os espaços infinitos" (Moreira Pinto); e o rio das Mortes (MG) que banha São João d'El Rei, em cujo sítio abundavam faisqueiras ricas e onde, na época do desbravamento, houve luta renhida, com muitas mortes, entre os indígenas da região e os bandeirantes paulistas.

Mas as improvisações populares, que trazem em si mesmas sua razão de ser, se bem se ajustam a acidentes ou a sítios, pelo que nêles lembram de chistoso ou de trágico, podem, pelo seu próprio pinturesco, descambar para a malícia, vale dizer, para a impropriedade.

Distribuem-se por três classes: os injuriosos (Bofete, SP — Ferradas, BA — Galheiro, GO), os injucundos (Branquinha, AL — Mata do Boi, MA — Serra do Vento, PE) e os ingênuos (Bem-Bom, BA — Não-Me-Toques, RS — Varressai, RJ).

Embora evocativos, porque nos falam à imaginação, tais nomes são impróprios, para assinalar as povoações, por ofensivos, ou vexantes, ou simplórios. As expressões espirituosas, quer ingênuas, quer maliciosas, se são adequadas a acidentes, não são apropriadas a povoações, porquanto dos topônimos derivam os íncolas o seu designativo: o gentílico.

#### ALTERAÇÕES TOPONÍMICAS

18 — Localidades há que têm sido acerbamente afligidas com intempestivas e improvisadas alterações toponímicas. Costume universal e imemorial. Vêzo quizilento, quando se substitui topônimo breve, lídimo, expressivo e eufônico. Ato infando, quando o topônimo substituinte não condiz com a localidade que nomeia, nem com a região em que se situa, ou quando é longo, cacofônico ou laudatício.

Porque não se radicam pelos laços da genuína tradição na memória do povo, são todos êles fadados ao esquecimento, pela diluição da lembrança do fato inexpressivo, da coisa mesquinha ou da pessoa insignificante. Tal o prisco e pando exemplo da famosa cidade trácia, à beira do Bósforo, que, primitivamente Ligos, passou a chamar-se, sucessivamente, Bizâncio, Nea Roma, Constantinópole e Istambul, além das denominações particulares de Tzaregard e Tzaregorod, que lhe davam, respectivamente, os búlgaros e os russos.

No Brasil as alterações toponímicas, quase sempre para pior, têm foros de instituição, gozando os seus autores de impunidade.

Haja vista: Constituinte, CE, 1849, que mudou a denominação para Santa Cruz da Uruburetama, 1850, transferindo a sede para São Francisco da Uruburetama, 1859, depois São Francisco, 1864 e Itapajé. Filipéia de Nossa Senhora das Neves, PB, 1585, cujo nome foi alterado para Frederícia, em 1634, Paraíba, em 1654 e, recentemente João Pessoa. Urubu de Cima, BA, 1718, que passou a Urubu, 1746, depois Rio Branco e Paratinga. Areia, BA, 1808, que se transformou em São Vicente Ferrer de Areia, 1876, Areia, 1891 e Ubaíra. Santo Antônio do Rio Abaixo, MT, 1835, trocado para Santo Antônio, Leverger e Santo Antônio do Leverger. Mucujê da Chapada Diamantina, BA, mudado para Santa Isabel do Paraguaçu, 1847, São João do Paraguaçu, 1890 e Mucujê. São José de Herculânia, MT, 1872, alterado para Coxim, 1898, Herculânia e Coxim. São José do Rio Novo de Campos Novos, SP, 1880, posteriormente Campos Novos do Paranapanema, 1885, Campos Novos, 1921, Nuretama e Campos Novos Paulista, etc.

Às vêzes os topônimos se revezam em páreo sem meta, como os de Herculânia e Coxim. Em algumas se alçam, uns sôbre os outros, como no caso da capital paraibana. Em outras se mutilam, gradualmente, como São José do Riacho da Casa Nova, BA, 1873, depois São José da Casa Nova, 1879 e Casa Nova.

Obstinam-se alguns em louvores elípticos ou expressos ao protetor profano ou litúrgico: São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, BA, 1694, depois São Francisco e São Francisco do Conde. Consomem-se vários em sucessivas demonstrações de narcisismo: Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas, BA, 1724, depois Minas do Rio de Contas e Rio de Contas. Poucos se fixam na expressão icástica: Aldeia Velha, ES, 1837, Santa Cruz, 1848, Aracruz. Raros retornam, por fôrça de estuação viril, ao primitivo topônimo expressivo e eufônico: Iguape, SP, 1635, Bom Jesus da Ribeira, 1849, Iguape, 1850.

O espicilégio é copioso. E o fenômeno quera e vitando jamais cessaria sem a tempestiva resolução n.º 337, de 11 de setembro de 1951, muralha sem barbacãs, que visa dominar a catadupa impetuosa de maus exemplos.

Só no caso de impropriedade do topônimo a alteração dêste é admissível.

## TRADIÇÃO

19 — Tradição é o que o passado nos legou de palpitante e permanente. Mas nem sempre a tradição é receptível e defensável. Especialmente quando salienta um êrro que vexa, um ultraje que indigna, uma impudência que escandaliza. Nesse caso cria complexos irremediáveis e gera situações intoleráveis em memorar a face falsa de um fato, ou embaciada de uma coisa, ou ridícula de uma pessoa.

E' o que se dá com muitíssimos nomes de sedes municipais e distritais brasilenses. Tal uso insuportável por boas razões deve ser abolido.

Expressões toponímicas há em que martela monòtonamente uma tecla de cantochão, quer em vernáculo, quer em tupi (pedra, ita — brejo, ipu, bambu, junco, taquara, capim, grama — etc.), como a querer provar que o território nacional se biparte em zonas semi-árida e semi-pantanosa. Expressões outras formam uma escala de desconchavos bilingues (Carmópolis, SE — Lagolândia, GO — Nova Friburgo, RJ) ou unilingues (Janua Coeli, PA — Joinville, SC — Timon, MA), ou uma gama de disparates vernáculos e túpicos onde a cacofonia e a ambigüidade se sucedem, como a querer atestar o primitivismo da nossa cultura.

Legaram-nos, os antepassados, topônimos de expressividade duvidosa, mas de impropriedade certa, num acervo de estarrecer. Alguns foram substituídos com agrado: Barriguda (Itacajá, GO), Benjamim Constant (Constantina, RS), Caveiras (Guapira, BA), Constituição (Piracicaba, SP), Constituinte (Itapajé, CE), Destampina (Itajibá, BA), Espírito Santo dos Cunquibus (Cristina, MG), Faxina (Itapeva, SP), Gamela (Maragoji, AL), Macacos (Iguaraci, PE), Mata Fome (Ibiacema, BA), Patrimônio União (Amambaí, MT), Rio das Éguas (Correntina, BA), São Sebastião do Feijão Cru (Leopoldina, MG), Urubu (Paratinga, BA), etc.

Não houve mérito em outras substituições: Água Choca (Montemor, SP), Aredecô (São José dos Cordeiros, PB), Cágado (Mar de Espanha, MG), Cangalha (Craolândia, GO), Facão (Cunha, SP), Maioridade (Martins, RN), Maricota (Abreu e Lima, PE), Meia Pataca (Cataguases, MG), Morcêgo (Santa Rosa, MT), Muitas Cabras (Carimã, PE), Patafufio (Pará, MG), Pomba (Rio Pomba, MG), Saco de Fora (Armação dos Búzios, RJ), Sucuriú (Francisco Badaró, MG), Xiririca (Eldorado, SP), etc.

Muitos, inamovíveis, porejam, para gáudio dos iconoclastas e farçantes, as suas incongruências que xingam, vexam ou amedrontam, quer semânticas: Alto Capim, MG — Bexiga, RS — Boqueirão dos Cochos, PB — Cabeças, BA — Camela, PE — Capinzal, SC — Carrapateira, PB — Casca, RS — Casinhas, PE — Catingueira, PB — Chagas, GO — Cochinho, RS — Contenda, PR — Corta-Mão, BA — Cruz das Almas, BA — Currais Novos, RN — Garrotes, PB — Lençóis, BA — Muitos Capões, RS — Monte Gordo, BA — Pangaré, PR — Parelhas, RN — Ponta Grossa, PR — Posse de Ressaca, SP — Remédios, BA — Riacho das Almas, PE — Rio das Mortes, MG — Rosado, MA — Vacaria, RS — Veadeiros, GO — Veadinho, MG, etc.; quer fonéticas ou gráficas: Cuparaque, MG — Cupira, PE — Ipubi, PE — Iraputã, SC — Jacu, BA — Paracuá, CE — Quimami, CE — Vacacaí, RS, etc.

Outros refletem, apenas, a sua insignificância: Abarracamento, RJ — Afogados da Ingàzeira, PE — Alpercata, MG — Anta Gorda, RS — Assistência, SP — Ausentes, RS — Barra da Choça, BA — Barracão, RS — Braço, SP — Central, BA — Cercado, MG — Comércio, BA — Farinhas, RS — Frade, CE — Garrafão, ES — Guia, MT — Índios, SC — Jacaré dos Homens, AL — Ladainha, MG — Largo, BA — Mangue Sêco, BA — Mata Virgem, PE — Mocambo, CE — Morros, MA — Palhoça, SC — Pasta, CE — Patrimônio, MG — Poço Central, BA — Portão, RS — Quadra, SP — Quartéis, RS — Rancho Queimado, SC — Remate de Males, AM — Sem Peixe, MG — Sítio do Meio, BA — Taipas, GO — Travessão, RJ — Veredas, MG — etc.

Alguns espelham símbolos de institutos paraestatais: Iabetê, GO — Iatecá, PE — Iepê, SP — Iomerê, SC. E Oriximiná, mais parece invocação de macumba.

Constitui, êsse acervo chocante, não obstante o pinturesco de alguns topônimos, um exemplário nenhumamente edificante e que não pode firmar tradição, ou instituir tabu.

Na realidade a toponímia brasilense é composta, em grande parte, de impropriedades de espécies várias, como se no Brasil rara coisa houvesse a assinalar de que nos pudéssemos regozijar.

Essa usança vitanda é gêmea do conceito despiciendo de que qualquer nome serve para o topônimo, desde que a acepção dêste, ou seja desconhecida do

vulgo, ou mascarada com uma figura de gramática, ou diluída pela versão túpica. Tal binômio negativista deve ser postergado, porque nenhuma boa razão o recomenda e porque o nome de uma povoação é também, o de uma partícula da Pátria.

Apologistas da tradição, sim, mas da boa e sã tradição, vale dizer, da que traga alegria e da que todos se ufanem.

#### LEI GEOGRÁFICA

20 — A lei geográfica (decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938), embora tardiamente, constituiu a muralha inicial contra o alude de repetições toponimicas, com a sábia disposição do seu art. 10:

"Não haverá, no mesmo estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação."

A resolução n.º 61, de 24 de julho de 1939 da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, formulando um voto de louvor ao Govêrno do estado de Pernambuco pela sistematização da toponímia que realizou segundo normas uniformes e criteriosas, recomendou aos Governos das unidades federadas que, seguindo o exemplo dêsse estado, promovessem a adoção, na nomenclatura das localidades, acidentes e logradouros públicos, das normas que articula.

O decreto-lei n.º 3 599, de 6 de setembro de 1941, contramurou a lei geográfica estabelecendo, especialmente, em seu art. 6.º, medidas saneadoras para os nomes das estações ferroviárias e, em seu art. 9.º, medidas reparadoras para os nomes de localidades do país.

O decreto-lei n.º 5 901, de 21 de outubro de 1943 reforçou a contramuralha, adotando as recomendações da resolução n.º 61 referida, nos arts. 7.º e 11 mas, contraditório, deixou uma comporta por onde flui o alude dos antropônimos.

Dispõe o item III do art. 7.º dessa lei:

"Como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de *pessoas vivas*, expressões compostas de mais de duas palavras sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local."

Por essa comporta irrompe o alude represado pelo parágrafo  $3.^{\circ}$  do art.  $9.^{\circ}$  do decreto-lei  $n.^{\circ}$  3.599 referido:

"Em a nova nomenclatura de localidades, não será lícito o uso de nomes estrangeiros, nem de *pessoas*, bem como os longos ou formados de mais de uma palavra."

Enquanto a lei n.º 3 599 não permite nomes de pessoas, nem locuções toponímicas, o decreto-lei n.º 5 901 admite nomes de pessoas falecidas (nem ao menos restringiu a grande vultos) e locuções de duas palavras e até de três palavras, no caso do restabelecimento de topônimos ligados às tradições locais (art. 7.º it. IV).

Só por dois anos resistiu a lei à torrente quizilante e turificante dos topônimos impróprios!

21 — No primeiro decênio de vigência da lei geográfica e por fôrça dêsse diploma, houve melhoria relativa com a mudança de topônimos longos ou repetidos, sem quebra, porém, da vetusta e vitanda preferência pela locução, em vez do vocábulo.

Algumas substituições foram, realmente, feitas apropriadamente porque os novos topônimos: a) ou são sinônimos ou versões dos antigos: Almenara, ex-Vigia, MG — Ibicuitinga, ex-Areia Branca, CE — Ibiraçu, ex-Pau Gigante, ES — Iguaba, ex-Bebedouro, BA — Luziânia, ex-Santa Luzia, GO — Nascente, ex-Ölho d'Água, PE — Ocauçu, ex-Casa Grande, SP — Olimpo, ex-Paraíso, RS — Paratinga, ex-Rio Branco, BÁ — Taquarana, ex-Canabrava, AL — Upabuçu, ex-Poço Comprido, CE; b) ou correspondem a algo de assinalante no local: Par-

narama, ex-Matões, MA; Itaporanga, ex-Misericórdia, PB, Taperoá, ex-Batalhão, PB, Iguaraci, ex-Macacos, PE, Igaci, ex-Olhos d'Água do Acióli, AL; Aramirim, ex-Jequitibá de Guanhães, MG; Itabira, ex-Presidente Vargas, MG; Vinhedo, ex-Rocinha, SP; Ipumirim, ex-Engenho, SC; Amambaí, ex-Patrimônio da União, MT; Ervânia, ex-Vista Alegre, MT.

Mas, logo abateu o movimento de renovação, com a irrupção e escachão impetuosos, no quadro territorial fixado para o qüinqüênio 1949-1953, de antropônimos (cento e cinco novos, inclusive de pessoa viva: Presidente Dutra — MA, GO), hierônimos (cinqüenta novos), tecnicismos geográficos (Vila Flor, RN — Cachoeira, Lagoa, Várzea, PB — Poções, BA — Campos Novos Paulista, SP — Ribeirão da Ilha, SC — Barra do Garças, MT); bem como retôrno desalentador de extravagâncias diversas (Bocajá, MT — Capela, AL — Hidrolândia, GO — Passagem, PB — Rio Pomba, MG), de denominações existentes (Bom Jardim, RJ — Mulungu, PB — Ouro Branco, RN — Viçosa, AL) e até de locuções de quatro palavras, vedadas pela lei (São José da Lagoa Tapada, PB — São José do Rio Prêto, RJ — São Luís de Montes Belos, GO), todos vitandos.

Oligócronos tornaram-se, então, muitos topônimos expressivos, alguns até bonitos, tais: Iguaratinga, MA — Manairama, Quirambu, RN — Caamirim, Camaràzal, Caroá, Ibitiruçu, Ibura, Ipauarana, Maguari, Mujiqui, Nhandu, Sabuji, Tataguaçu, PB — Camaratuba, PE — Manguaba, AL — Inajaroba, Irapiranga, SE — Ibatuba, Itamembé, Itaporé, Japaraíba, Monsanto, Pirapama, Toribaté, MG — Arrebol, Maranguá, Meriti, Paraim, Paranaúna, Vergel, RJ — Ajuritiba, Amoreira, Araguaçu, Baquirivu, Buquira, Ibiti, Iboti, Icaturama, Igapira, Inhema, Ipaobi, Montesina, Nuretama, Pirajaí, Taxaquara, Tupanci, Ubirama, Valparaíba, SP — Carijós, Caviúna, Iguaçu, Imbuial, Jaguaricatu, Piraí-Mirim, Votuverava, PR — Avencal, Erveira, Imbituba, Recanto, Rerituba, SC — Aratinga Caturetã, Emboaba, Inhandava, Inhuverá, Quatipi, RS — Guataçaba, Ipeguari, Itacê, Xerente, GO — Araguaiana, Xacororé, MT.

Curioso é que, na lufa-lufa de demudamentos, permaneceram inabaláveis e persistem irremovíveis topônimos dos mais impróprios.

#### PROPUGNÁCULO DE BRASILIDADE

22 — A sistemática toponímica esperou anos para se concretizar em bases sólidas. E apenas descimbrada a sua estrutura, nas três fases da lei geográfica, antes que a idéia adquirisse consistência e vigor no seio da classe culta, romperam-se as suas comportas sob a pressão calamitosa de influências várias, jorrando abundantemente os topônimos impróprios, ante o desinterêsse do govêrno e o marasmo do povo.

A resolução n.º 337, de 11 de setembro de 1951, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, reitera a norma da lei geográfica, sob conceito novo, porque: a) estende a sistemática dêsse diploma a todos os nomes locativos, reestruturando, consolidando e disciplinando os seus princípios reguladores; b) frisa o liame entre o topônimo, designativo da povoação e o gentílico, designativo do indivíduo; c) preserva a Pátria de topônimos de forma e acepção impróprias e o íncola de gentílico ridículo.

Essa resolução considera o topônimo, simultâneamente, dos pontos de vista geográfico, histórico, político, religioso e sociológico, e equaciona-o em função do gentílico, quando referente à povoação. Simboliza u'a comporta contra o alude de impropriedades toponímicas que, assustadoramente, ameaça inundar o mapa brasílico.

Figura u'a muralha contra a intolerância política que tudo subordina aos seus princípios e atividades assim, do ponto de vista toponímico, tanto se excedendo nas louvaminhas aos potentados, quanto se aviltando no desdém ao povo.

A Pátria, que fatôres geográficos e eventos políticos e sociais alçaram à alcândora da reverência universal, sente a glória dessa grandeza e compreende a responsabilidade com que deve arcar para preservar o seu patrimônio cultural, nos seus critérios essenciais.

Sob o signo do seu nome sagrado é que se funda a regra e se institui o quarto ciclo toponímico, isto é, o dos topônimos breves, lídimos, expressivos e

eufônicos. Porquanto, se diferença só de maior para menor há entre os territórios da Pátria e dos pagos, êstes partículas físicas e retratos morais daquela, devem possuir um nome do qual possam orgulhar-se os que nêles nascerem.

#### IMPROPRIEDADES REMOVÍVEIS

23 — Há nomes na toponímia brasilense cujas impropriedades podem serremovidas sem que a coisa ou fato lembrado se perca. Tais os diminutivos híbridos lusotúpicos, cuja flexão vernácula tem versão túpica: Brejaubinha, MG, por Brejaúba-Mirim; Guarapuavinha, PR, por Guarapuava-Mirim; Jacuizinho, RS, por Jacuí-Mirim; Maragojipinho, BA, por Maragojipemirim; Tabainha, CE, por Tabaim.

Tais os helenismos cuja terminação is é tornada lídima: Crisópolis, BA, por Crisópole; Cosmópolis, SP, por Cosmópole; Heliópolis, BA, por Heliópole; Neópolis, SE, por Neópole; Nilópolis, RJ, por Nilópole.

Tais as locuções híbridas que, reduzidas, conservam o vocábulo essencial: Foz do Aripuanã, AM, por Aripuanã; Itaqueri da Serra, SP, por Itaqueri; Nova Itapirema, SP, por Itapirema; Pareci Novo, RS, por Pareci; Ponta Porã, MT, por Porã; Velha Boipeba, BA, por Boipeba.

Tais as expressões que conservam a idéia essencial em têrmo simples: Barra do Bugres, MT, por Bugrina; Cafelândia, SP, por Cafèzal; Cruz das Almas, BA, por Cruciana; Mirassolândia, SP, por Girassol; Nova Cravinhos, SP, por Cravina; Várzea do Caldas, BA, por Varzina; Venda das Flores, RJ, por Florena.

Tais as expressões que podem ser traduzidas inteiramente, ou reduzidas e traduzidas: Água Vermelha, SP, por Ipitanga; Alagoa Grande, PB, por Ipoaçu; Brotas de Macaúbas, BA, por Mucajá; Cabeceira do Apa, MT, por Japira; Cachoeira dos Índios, PB, por Itupava; Cajàceiras, PB, por Cajatiba; Canabrava, MG, por Taquaruçu; Canabravinha, BA, por Uerana; Capão, BA, por Caapuã; Capim, PA, por Matupá; Capinzal, SC, por Capitiba; Humildes, BA, por Maexué; Ilha das Cotias, AM, por Guatuçá; Lagoa Santa, MG, por Ipacaraí; Mar Grande, BA, por Paranauçu; Nova Friburgo, RJ, por Livreburgo; Papagaios Novos, PR, por Maitaca; Pau d'Arco, GO, por Japaraíba; Pau Ferro, PE, por Ibiraitá; Poção, PE, por Iquara; Pôrto Nacional, GO, por Apeaçaba; Pôrto Velho, GR, por Açaquera; Salinas da Margarida, BA, por Juquiraíba; Tanquinho, BA, por Parnambué; Vassouras, RJ, por Guaxindiba, Veados, BA, por Suaçu; Veadinho, MG, por Guarapu.

Tais os hibridismos que podem ser corrigidos: Babaçulândia; GO, por Babaçurama; Capinópolis, MG, por Capitaba; Craolândia, GO, por Craorama; Cristalândia, BA, por Cristalópole; Crucilândia, MG, por Cruciterra; Fluviópolis, PR por Potamópole; Hidrolândia, GO, por Hidrópole; Lagolândia, GO, por Ipabarama; Maragojipinho, BA, por Maragojipemirim; Paraisópolis, MG, por Olimpópole; Pratápolis, MG, por Argirópole; Tocantinópolis, GO, por Tucantintaba.

Tais os indigenismos que podem ser expurgados: Crubixais, RJ, por Crubixatiba; Guananases, RS, por Guananás; etc.

Mutuações e correções indispensáveis para tornar o topônimo próprio, ou lídimo ou breve.

24 — Embora tenha havido nestas quatros centúrias e meia, a inundação da carta brasílica pelos hierônimos e antropônimos laudatórios, em detrimento dos indigenismos, posseiros erradicados, houve sempre lugar para o topônimo breve, lídimo, expressivo e eufônico, que, esporàdicamente, se ilhava, altaneiro na baixamar turificante.

Entre as sedes distritais emergiram e se gravaram, inabalàvelmente, no século do descobrimento, as vilas de *Olinda* (PE, 1537), *Vitória* (ES, 1545), *Recife* (PE, 1561), e *Natal* (RN, 1599). Afloraram, na XVII.ª centúria, para logo imergirem, por integrantes de locuções longas, as primeiras vilas *Fremosa* de Sirinhaém (PE, 1627, hoje Sirinhaém) e *Viçosa* de Santa Cruz de Cametá (PA, 1635, agora Cametá).

No século XVIII tauxiaram o mapa brasílico raros nomes sonoros, a metade soçobrada: Lagarto (SE, 1703), a primeira Belmonte (BA, 1718), a segunda Viçosa (BA, 1748, atual Marobá), a primeira São Domingos da Boa Vista (PA,

1758), Vila Verde (BA, 1759, hoje Vale Verde), a terceira Viçosa (CE, 1759, agora Viçosa do Ceará), a segunda Boa Vista (PE, 1762, atual Coripós), Atalaia, (AL, 1762), a primeira Rio Bonito (RJ, 1768), Vila Flor (RN, 1769), a primeira Pôrto Alegre (BA, 1769, agora Mucuri), a segunda Pôrto Alegre (RS, 1773), Flores (PE, 1783).

Na XIX.ª centúria os esporádicos nomes eufônicos foram, na mor parte, ou integrantes de locucões longas, ou justapostos a tecnicismos geográficos, ou mimetismos, motivo de suas substituições: a primeira Rosário (MA, 1801), Cantagalo (RJ, 1806), a primeira Vila Bela (SP, 1809, hoje Ilhabela), a primeira Palmeira (PR, 1813), a primeira Palma (GO, 1814, agora Paranã), a primeira Erval (RS, 1825), Limeira (SP, 1830), a primeira Rio Claro (SP, 1830), a segunda Vila Formosa de Alfenas (MG, 1832, atual Alfenas), a terceira Monte Alegre (GO, 1833, hoje Arraias), a quarta Portalegre (RN, 1833), a terceira Boa Vista do Tocantins (GO, 1834, agora Tocantinópolis), Palmas (PR, 1835), a primeira Glória de Goitá (PE, 1837), a segunda Vila Bela (PE, 1838, atual Serra Talhada), a quarta São João da Boa Vista (SP, 1838), a quinta Monte Alegre (BA, 1838), a segunda Bonito (PE, 1839), a segunda Rio Claro (RJ, 1839, hoje Itaverá), Alegrete (RS, 1840), a segunda Vitória (BA, 1840, agora Vitória da Conquista), a segunda Santo Antônio da Glória (BA, 1842, atual Glória), a primeira Soledade de Itajubá (MG, 1842, hoje Delfim Moreira), a terceira Vila Formosa da Imperatriz (GO, 1843, hoje Formosa), a terceira Vitória (PE, 1843, agora Vitória de Santo Antão), a sexta Monte Alegre (MG, 1843), a terceira N. S. da Glória (MG, 1843, hoje Itamuri), a primeira Prata (MG, 1854), a terceira Rio Bonito (GO, 1855, atual Caiapônia), Bemposta (RJ, 1855), a primeira São Sebastião do *Paraíso* (MG, 1855), a segunda *Palmeira* (RS, 1857, hoje Palmeira das Missões, a segunda *Soledade* (RS, 1857), *Gravatá* (PE, 1857), a sétima Alegre (ES, 1858), a quinta Boa Vista do Rio Branco (RB, 1858, agora Boa Vista), Natividade (SP, 1858, atual Natividade da Serra), a segunda Rosário (RS, 1859, hoje Rosário do Sul), a sexta Boa Vista (CE, 1863, agora Mapuá), a quarta Rio Bonito (SP, 1866, hoje Bofete), Palmeira (MG, 1867, atual Santos Dumont), a primeira Palmares (PE, 1868), a sétima São Sebastião da Boa Vista (PA, 1868), a segunda Palma (CE, 1870, hoje Coreaú), Maravilhas (MG, 1870), a oitava Conceição da Boa Vista (MG, 1870), a quarta Vitória do Alto Parnaíba (MA, 1871, agora Alto Parnaíba), Amarante (PI, 1871), Lapa (PR, 1872), a quinta Vitória (AL, 1872, atual Quebrangulo), a segunda Belmonte (PE, 1873, agora Maniçobal), a primeira São Sebastião da Bela Vista (MG, 1874), a nona Santo Antônio da Boa Vista (SP, 1874, agora Itaí), a décima São José da Boa Vista (PR, 1875), a quarta Glória (MG, 1875, atual Nossa Senhora da Glória), Princesa (PB, 1875, hoje Princesa Isabel), Estrêla (RS, 1876), Jambeiro (SP, 1877), Pilar (SP, 1877, agora Pilar do Sul), a décima primeira Santo Antônio da Boa Vista (MG, 1877), a segunda São João do Paraiso (RJ, 1879), a sexta União da Vitória (PR, 1880), a segunda Bela Vista (GO, 1880, atual Suçuapara), a terceira São Manuel do Paraíso (SP, 1880, hoje São Manuel), Lajeado (RS, 1881), a primeira *Palmeiras* (SP, 1881, agora Santa Cruz das Palmeiras), a quarta *Paraiso* (GO, 1882, revertido a Jataí), a primeira Monte *Belo* (MG, 1882), a quinta Santa Rita do *Glória* (MG, 1882, atual Miradoiro), a sexta *Glória* (MG, 1882, agora Caranaíba), *Esmeralda* (MG, 1884), a quinta *Bonito* (BA, 1884, hoje Igapora), a décima segunda Boa Vista de Palmas (PR, 1884, atual Clevelândia), a décima terceira Jesus, Maria e José da Boa Vista (MG, 1884, hoje Aranha), a terceira Bela Vista (SP, 1885, agora Porangaba), a segunda Palmares (RS, 1885, atual Emílio Meyer), a terceira Soledade (PB, 1885, hoje Ibiapinópolis), a décima primeira Boa Vista (MG, 1889, atual Cláudio Manuel), Araucária (PR, 1890), a oitava Vista Alegre (MG, 1890), a décima segunda São Sebastião da Boa Vista (RJ, 1890, agora Itajara), a quarta Soledade do Chiador (MG, 1890, atual Saudade), a quinta Soledade (MG, 1890, hoje Lôbo Leite), Castelo (PI, 1890, atual Castelo do Piauí), a nona Pôrto Alegre (PI, 1890, hoje Luzilândia), a terceira Palma (MG, 1891), Harmonia (RS, 1892), a sétima Glória (RS, 1892, agora Pirataba), Jucaral (PE, 1892), a quarta Palma (RS, 1892, a sexta Soledade (MG, 1893, atual Soledade de Minas), Barra Bonita (SP, 1896), a quarta São José da Bela Vista (SP, 1897), a segunda Prata (SP, 1899, hoje Pratânia), Lindóia (SP, 1899), a quinta Bela Vista (MT, 1900), a sétima Vitória (MG, 1900, atual São Sebastião da Vitória).

No século da luz topônimos bonitos emergiram nas vazantes laudatícias, muitos dêles fosforescentes, por surgirem ao mesmo tempo, em diversos lugares, para logo imergirem e ressurgirem noutros sítios.

Em suma, nos três ciclos de predomínio dos hierônimos, indigenismos e antropônimos matizaram, circunspectamente, o tapête cordiforme da Pátria nomes adequados, dos três reinos da natureza ou ligados a coisas e fatos locais, vários até bonitos, que resgataram localidades feias. Em expressões vernáculas: a) simples: Aurora, CE — Formosa, GO — Maravilha, AL; b) compostos por afixação: Boninal, BA — Cristália, MG — Olinda, PE; c) — compostas por aglutinação: Aurizona, MA — Ilhabela, SP — Salvaterra, PA; d) compostas por justaposição: Barra Alegre, RJ — Ponte Alta, SC — Vale Verde, BA.

Em expressões túpicas, raros ressaltam pela sonoridade: Araci, BA — Jandaia, GO — Marabá, PA.

Fremosa (atual Sirinhaém, PE), parece ter sido o primeiro nome bonito substituído, e Arrebol (atual Santo Antônio do Imbé, RJ) e Vergel (atual Bom Jardim, RJ) os últimos. Oxalá não haja mais efêmeros entre os topônimos sonoros.

#### TOPÔNIMOS EM RESERVA

- 25 Olvidados permanecem, entre as cidades e vilas, centenas de nomes exemplares que poderiam compor, com os diversos e bonitos topônimos nacionais, uma pomposa Nômina, tão expressiva quanto a que mais o fôr e mais eufônica que a formada pelos topônimos de Espanha.
- I Alinhemos, entre os três reinos da natureza e coisas e loisas, os motivos seguintes:
- A Entre os vocábulos vernáculos: No reino mineral: coral, jade, monazita, olivina, rubi, safira. No reino vegetal: bonina, cravina, jasmim, violeta, entre as flores; damasco, tâmara, zamboa, entre os frutos; agave, balata, valverde, bogarim, ciclamor, cruciana, gerânio, helianto, hortência, lindaflor, lírio, malvarrosa, maranta, verbena, entre as plantas. No reino animal: cisne, flamingo, jacamar, megengra, entre aves e pásseres; cigarra, falena, grilo, hespéria, urânia, entre os insetos.

Entre coisas várias: alcatifa, alfaia, albiflor, aljôfar, altiva, amavio, amizade, antélio, astéria, aurantina, auriverde, avenca, azuloio, belatriz, beldade, belver, benquerer, benquista, bonança, bonançosa, brasina, broquel, caçula, carmezim, carmina, constância, coralina, cordial, faceira, farol, felícia, flava, flora, floral, garço, glauca, graciosa, grinalda, jucunda, madria, marfim, melindre, musa, olhalva, ondina, perilo, querença, rosaça, rupestre, saga, salvanda, sereia, serena, serrilha, sibila, silvestre soberba, surprêsa, trasflor, tricana, trigueira, umbela, varzina, verônica, vernal.

Entre os nomes mitológicos: Astréia, Belona, Castália, Circe, Euterpe, Hebe, Medusa, Minerva, Perena, Urânia, Valônia, Vibília.

B — Entre os têrmos ameríndios: No reino mineral: itaquitã, uraquitã. No reino vegetal: baxiúba, guriri, juçara, murumuru, quiri, tarampabo, umbamba, entre as palmeiras; anuíba, cebraju, guarabu, janambá, mangalô, ramabá, oiti, quatibo, tocariba, entre as árvores; bamboré, caroá, catete, cibipira, ipadu, jamaru, mururé, pacobaíba, petume, taperibá, urucatu, entre as plantas. No reino animal: arapaçu, graúna, guainumbi, irapuru, jacamim, jaçanã, jacina, murajubá, nambu, entre as aves e pásseres.

Entre coisas várias: açocê (abundância), amoaí (lindo), ataendi (lume), burara (árvore derrubada, atravessada no caminho), cabocla, capixaba (roçada), catuji (aguada boa), catumbi (mato verde), catupiri (formoso), ceçari (lágrima de meus olhos), cipoúba (árvore enovelada de cipós), guiramembé (ave terna), guirareia (bando de pássaros), iandara (meio dia), iborá (água bonita), iretama (colmeia), jarici faceira), juqueri (mimosa), jurapora (colar), manajé (reunião de povo), manhama (atalaia), matupá (grupo compacto de capim aquático à beira dos rios e lagos), miatã (firmeza), moacena (grito das danças, para fazer mudar de figura), moçacara (hospitaleiro), moçacá (querida), moricá (carícia), nhanduti (teia de aranha, renda), nungareima (sem

igual), ocaíma (horizonte), pocema (batimento de mãos), poracé (ajuntamento de povo), potiribu (fonte das flores), samborá (pólen das flores), sapoca (olhos abertos), sapopema (raiz facetada), sernambi (concha, brincos), suriçara (alegria), tagaíba (diligente), teçaí (menina dos olhos), tiaia (água boa, tiapira (favo de mel), toriba (alegria), tupirama (região dos tupis).

Entre os nomes de mulher: Bartira (flor), Ibaê (fruto doce), Iraê (que sabe a mel), Jandira (abelha de mel), Jururê (suplicante), Meoã (mancha, sinal), Miaçuba (cativa), Miriba (bárbara), Pirina (tímida), Piruna (morena), Querima (vigilante).

Entre os nomes tribais: Bororo, Caribê, Carijó, Cariri, Itatim, Jumá, Juruna, Marupá, Sorimã, Tacauju, Temiminó, Tupinaém, Tupinambá.

II — Enumeremos tomando em consideração a situação topográfica, a natureza do terreno, o uso das povoações e a estética nominal:

Orla marítima: Alcião, Albatroz, Algaço, Astéria, Baleal, Batel, Belverde, Boana, Caramujo, Coral, Coralina, Escarcéu, Espuma, Esto, Falua, Fanal, Farol, Farolim, Gaivota, Galera, Glauca, Igara, Jacumã, Japenuíma, Labelo, Maçarico, Madria, Madrija, Maimbu, Margarita, Marinha, Marulho, Medusa, Miramar, Monazita, Narceja, Ondina, Peaçaba, Pérola, Potiqui, Quebrança, Sargaço, Sereia, Taiataia, Talhamar, Tauaçu, Tiapira, Verdemar.

Orla raiana: Aibirá, Alamira, Ameia, Antā, Aracapá, Barbacã, Belatriz, Broquel, Burara, Clangor, Escudo, Esculca, Escuta, Espia, Fanal, Farol, Iapiruana, Ibirapema, Ibondara, Juçana, Lindeira, Macaná, Manhama, Pitã, Poatã, Poitã, Puxirã, Quiroã, Sagital, Sapoca, Sararaca, Tacape, Tiapira, Toré, Uamiri, Xara.

Locais altos: Albarrã, Alcândora, Antena, Belver, Celsa, Empíreo, Helianto, Ibatinga, Inhoã, Juga, Montesina, Penhasco, Perilo, Pontilha, Sidérea, Soberba, Supina, Suquira.

Locais lavrenses: Argento, Arriel, Aurirrosa, Aurirrubro, Auriverde, Azulino, Azuloio, Bajerê, Basalto, Batéia, Celestina, Cinábrio, Citrina, Escovilha, Faísca, Farfalha, Ganga, Gema, Gupiara, Hialino, Itacuã, Itaquitã, Jade, Jaspe, Limalha, Loio, Magnete, Oligisto, Olivina, Opala, Pepita, Pratina, Rubi, Rutilo, Safira, Salvanda, Trasflor, Turquesa, Uraquitã.

Regiões auríferas: Antélio, Aréola, Aurirrosa, Auriverde, Crisócalo, Escovilha, Faísca, Flava, Fulva, Granalha, Grifo, Pontilha, Sol, Trasflor.

Estações aquáticas: Amavio, Aquário, Aquatil, Balnéia, Catuji, Espelho, Hidrópole, Iborá, Jaritiba, Tiaia.

Estações de veraneio: Agrado, Amena, Aura, Avena, Bucólica, Campesina, Diorama, Éden, Elísio, Estio, Estival, Felícia, Gaio, Içuçanga, Itamaca, Japá, Jucunda, Luzerna, Macuru, Meengaba Mitaçaba, Mooca, Moriçá, Oricatu, Patiguá, Potiribu, Primaveril, Querença, Quinini, Redoiça, Saga, Sori, Talismã, Teapuíma, Tibaia, Toriba, Varzinha, Vasa, Veludina, Vernal.

Locais bonitos: Alcatifa, Alfaia, Alfombra, Almeia, Alvor, Aréola, Aura, Auréola, Aurirrosa, Belatriz, Belverde, Boneca, Cabocla, Candeá, Carme, Colar, Corola, Deidade, Diva, Dríade, Encanto, Estriga, Faceira, Garota, Garrida, Gema, Graciosa, Huri, Linda, Mimosa, Moranga, Nhanduti, Ninfa, Querença, Saga, Sibila, Sultana, Tricana, Vasa, Veludina, Venusta.

Motivo floral: Albiflor, Amentilho, Bogarim, Ciclamor, Corola, Cravina, Girassol, Glomérula, Goivo, Grinalda, Ibotima, Jasmim, Labelo, Lindaflor, Madressilva, Papoula, Perepitá, Perianto, Pétala, Potiribu, Rosiclara, Samborá, Sépala, Tirso, Valflor, Verbena.

Motivo religioso: Angélica, Ara, Auréola, Celeste, Deidade, Diva, Elísio, Empíreo, Ibarape, Limbo, Nimbo, Oblata, Piaguaçu, Sidérea, Tarima, Verônica.

Locais em rotunda: Anzolo, Armila, Ciranda, Elo, Redoma, Redondil, Rotunda.

Locais planos: Alcatifa, Alfombra, Arminho, Belverde, Bucólica, Elísia, Estôfo, Estriga, Glauca, Inhoā, Inobi, Pelúcia, Veludo.

Locais à margem de lagos ou rios: Aquário, Aquatil, Boana, Cemeiba, Crumatá, Escalo, Garajaú, Gorujuba, Gimnoto, Itupeva, Jacumã, Jupiá, Mandim, Meandro, Moroba, Pacuguaçu, Pacupeba, Riba, Rubago, Salmão, Saupé, Tercena, Tomaçaba, Uatapu, Ximburu.

Locais alagadiços: Aguapé, Apicum, Bamburral, Borraçal, Enanto, Garajaú, Libélula, Lívia, Marsilia, Melga, Pervinca, Pirajá, Sapal, Sarã, Xaraié.

Terrenos de mangue: Cereiba, Cereibuna, Guaparaíba, Guaparambo.

Terra roxa: Olhalva, Roxana, Violeta, Violácea, Violal.

Terra vermelha: Almagre, Brasina, Carmezim, Carmim, Cinábrio, Coral, Granadina, Ibipitá, Púrpura.

Locais de vinha: Arilo, Bacelo, Enópole, Gavinha, Graúlha, Sarga, Vinha, Vinhal.

Regiões agricultáveis: Adêmea, Agrária, Celeiro, Ibaiti, Muapunga, Olhalva, Saruga, Segetal, Tecoporã.

Locais nordestinos: Agave, Caroá, Jumbeba, Mocó, Puera, Sequeiro.

Locais arenosos: Argileira, Arneiro, Camarção, Ibirapaba, Redondel.

Locais pedregosos: Itaçocê, Itacuruba, Itapeba, Penhasco, Pedroiço, Rocaz, Roqueira, Rupestre, Seixal.

Regiões frias: Arminho, Austro, Bruma, Cinérea, Favila, Granizo, Minuano, Orvalho, Saraiva, Sincelo.

Locais fabris: Lavor, Nhanduti, Tagaíba, Tupetiba.

Sertão: Iapiruara, Porema.

Surpreende-nos que não assinalem, ainda, uma cidade ou vila do sertão: "cabocla", em homenagem à companheira austera do brônzeo nativo e "crioula", em homenagem à escrava-mãe do trigueiro bandeirante da Terra Dadivosa. Em delicados preitos já tauxiam o território pátrio: Tapuia, BA, a companheira do bravio iapiruara e Sertaneja, PR, a consorte do bravo íncola, da Terra da Promissão.

Com tais topônimos o tapête mágico da Pátria ficaria ocelado de expressivos e bonitos nomes, como compensação a tantos outros de mau-gôsto, ou sejam longos, cacofônicos, ou inexpressivos.

#### A PALAVRA

26 — A palavra, êsse dom sublime, tem qualidades inerentes que, na conformidade dos cânones gramaticais, a fazem boa ou má.

Para os altos e imutáveis destinos, se vulgar, pinturesca ou rebuscada, a palavra deve reunir as boas qualidades que a tornem breve, lídima, clara e harmoniosa, ou em suma, expressiva e eufônica.

Monônimo ou poliónimo, ainda que expressiva e eufônica a palavra, quando locativa, não deve descambar para e equívoco ou calão.

Doutrina o filólogo Sá Nogueira ("Estudos sôbre as Onomatopéias",  $1.^a$  ed., p. 137):

"Em que nos baseamos para dizer que determinada palavra é expressiva?

Salvo êrro, dois fundamentos há para tal conceito, um eventual e outro real: o fundamento eventual é o sentido que ligamos a essa palavra pela convenção, o que na linguagem gramatical se traduz pelo têrmo propriedade; o fundamento real é a capacidade que essa palavra tem de traduzir fonèticamente, com a maior ou menor aproximação, a coisa ou fato por ela designado, o que na linguagem gramatical se pode traduzir pelo têrmo onomatopeismo."

E exemplifica com as palavras casa, palácio e tugúrio, expressivas sem que nenhuma delas tenha, "na sua estrutura fonética qualquer elemento que nos faça lembrar o que é uma casa, um palácio, um tugúrio." Enquanto que as palavras tremer e vibrar, "além da expressividade, que lhes dá a convenção de significados, têm a que lhes dá a sua estrutura fonética: são palavras de sabor onomatopaico,... prove-se ou não que elas são de origem onomatopaica".

Mutatis mutandis, se dizemos Aurora, CE, vem-nos logo à idéia a alvorada, a madrugada, a matinada, o raiar do sol. Essa expressividade, no sentido pró-

prio e no figurado, é meramente convencional, mas o têrmo é preciso. Se enunciamos Veados, BA, ocorre-nos, ao mesmo tempo, a sua acepção própria: mamífero de longos cornos, bem com o seu duplo sentido figurado (gíria): marido enganado, corno (BA) e pederasta passivo (RJ). Essa expressividade ainda é convencional, mas o vocábulo equívoco. Se proferimos Trapiá, CE, vem-nos à memória a sua dupla acepção própria: o fruto silvestre e a parte pudenda (testículo). Expressividade também convencional e têrmo ambíguo. Se pronunciamos Cubati (corruptela de caba-ti), PB, vem-nos à mente, antes da acepção própria, abelha branca, a idéia de uma surra em sesso, sem que isso signifique. Expressividade ainda convencional e vocábulo fonèticamente equívoco. E se articulamos Caracará, CE, vem-nos à lembrança, com o significado próprio a ave, a coisa que êsse têrmo realmente expressa em tupi: arranha, arranha. E' um têrmo preciso e de sabor onomatopaico.

Eis porque se torna altamente inconveniente o uso, como topônimo, de palavra que, por efeito do antagonismo aparente de suas estruturas morfológica e fonética, nos transmita uma idéia diversa da que nos dá a convenção de significados, mormente quando essa idéia é escarninha ou obscena.

27 — Tendo o topônimo um alto e imutável destino, deve, em suma, ser expressivo e eufônico.

Porquanto são topônimos tanto o nome da Pátria, em que vivemos e que veneramos, quanto o da povoação em que nascemos e que amamos. São, na mesma escala vibratória, nomes síncronos que representam, em imagem dual, o nosso lar incorruptível.

Se consagramos a nossa Pátria, todo indivisível, imarcessível e intangível, a que os antigos atribuíram, como protetores, os deuses pátrios e os deuses lares, sagramos, simultâneamente, os nossos pagos, partículas dêsse torrão sagrado, a que, igualmente, os antigos conferiram, como padroeiros, os indígetes.

São êles, o maior e o menor, dois têrmos irredutíveis e irremovíveis de uma razão universal e sentimental, sem a indissolúvel união dos quais, não há ordem nem progresso.

Ao torrão sagrado que nos desvendou a luz, sob o Cruzeiro do Sul e que reside imanentemente em nós, devemos, em reciprocidade, o culto feiticista que simbolizamos na querença do topônimo que, quando expressivo e eufônico, tanto enche de orgulho ao íncola local, quanto inspira simpatia ao forâneo.

## GÊNERO DO TOPÔNIMO

28 — Há uma regra quanto ao gênero dos nomes que designam povoações. Porque são do gênero feminino, tanto os têrmos genéricos (povoação, localidade), como os vocábulos específicos tradicionais (cidade, vila, aldeia) de aglomerações humanas, convencionaram os antigos, tàcitamente, a regra da feminilidade dos nomes próprios de povoações.

Andaram bem, porquanto os nomes femininos, mais suaves e bonitos, são mais fàcilmente retidos. Icásticos são Atenas, Roma, Lisboa. Graciosos são Olinda. Mariana. Teresina.

O povo, por excelência indisciplinado, não observou, contudo, o avisado preceito. E apareceram os gramáticos e registraram a confusão.

Assim Júlio Ribeiro ("Gram. Port." 11.ª ed. n.º 213, it. 3):

"213 — São femininos, em virtude da significação do tema:

3) Os nomes próprios de cidades, vilas e aldeias, ex.: Bizâncio, Trancoso, Saint Nazaire.

Os nomes próprios que foram primitivamente apelativos têm o gênero que indica a sua desinência, ex.: o Pôrto, a Baía".

Harmonia cordial de gênero, não só entre as categorias de povoações, como entre aquelas e os nomes dessas povoações é o bom princípio que a sabedoria antiga nos legou.

Quanto aos demais topônimos, isto é, os nomes próprios de países, regiões, montanhas, rios, ilhas, logradouros, etc., o filólogo Carneiro Ribeiro ("Serões Gramaticais", 4.ª ed., p. 197) manda dar-lhes:

"o gênero masculino ou feminino, conforme o subentende o apelativo ilha, país, etc. que designa a classe a que pertencem, ou se atenta na sua terminação, ou na etimologia em que se filiam."

#### NÚMERO DO TOPÔNIMO

29 — Há regra específica quanto ao número dos nomes de povoações. João Ribeiro ("Gram. Port.", c.s., 15.ª ed., p. 60) generaliza, para os nomes próprios, a regra seguinte:

"Têm só singular.  $1.^{\circ}$  Os nomes próprios: ex.: Antônio, Ernesto, Isabel, Aveiro, Coimbra.

E, conquanto às vêzes se diga: os Césares, os Albuquerques, os Almeidas; e terras haja cujos nomes são plurais, como Abrantes, Alçáçovas, Elvas, Fornos, Silves, Tôrres Vedras; é porque uns de próprios passaram, por sinédoque, a ser comuns e outros ao contrário; e assim, sendo singulares, conservam a forma do plural."

Convém anotar que a mudança de número, em certos casos, faz o nome mudar de significado, como no exemplo do gramático Cândido de Figueiredo: arte (ofício) e artes (astúcia); e que, quando nos referimos a uma povoação, a temos em mira (uma unidade) e não aos seus habitantes (uma pluralidade).

Na realidade, o nome no singular individualiza melhor a coisa que se quer lembrar e é dêle que se forma o gentílico. Eis por que nos parece dever ser o preferido.

#### GENTÍLICOS

30 — Não só possuem gentílicos as nações, regiões ou povos. Também qualquer zona ou faixa territorial, como: campo (camponês), várzea (varzino), montanha (montanhês), sertão (sertanejo), praia (praiano), ilha (ilhéu), fronteira (arraiano), etc., bem como as categorias de povoação: cidade (cidadão), vila (vilão), aldeia (aldeão).

Semelhantemente, qualquer povoação: terrantês.

E' o gentílico um designativo universal, conseqüentemente, um holicismo. Por isso, deve estar êle em harmonia com o topônimo correlato.

Quando o topônimo é uma palavra singular e de boa formação, ressalta a genuidade do gentílico: Roma, romano; Lisboa, lisboeta; Recife, recifense. Quando o topônimo é uma palavra composta, o gentílico forma-se de uma só ou de duas delas: Alter do Chão, PA, alterense; Pôrto-Alegre, RS, pôrto-alegrense; Nossa Senhora da Glória, SE, gloriense.

Da forma alatinada de certos topônimos ou livremente, derivam-se os gentílicos respectivos: Rio de Janeiro, DF, fluminense, carioca; Madrid, madrileno, matritense; Três Corações, MG, tricordiano.

Anota o filólogo João Ribeiro (obr. cit. p. 20) particularidades para essa espécie de possessivos:

"Alguns têm formas duplas distintamente (mas nem sempre) para pessoas e para coisas: godo (pessoa), gótico (coisa); cita, cítico; inglês e anglo: ibero, ibérico e espanhol, etc.

Também entre nós observamos talvez essas distinções: baiano (pessoa), baiense (coisa); serjipano (pessoa), serjipense (coisa); alagoano (pessoa), alagoense (coisa). O escritor Varnhagen insurge-se contra o nome brasileiro, cujo sufixo é antes do nome de ofício do que gentílico; em verdade, brasileiro era a princípio o que extraía o brasil, como anà-

logamente se diz hoje do seringueiro do Amazonas. Todavia a expressão brasiliano não foi adotada e a de brasílico parece referir-se a coisas do indígena ou da natureza."

Quando a povoação tem nome estravagante ou impróprio, o gentílico também pode ser ridículo. Tal em Portugal: Coa, cudano; Riba-Coa, transcudano; Vila-Nova-de-Foz-Coa, fozcoense. E por troça, no Brasil: Bôca do Tapauá, AM, tapauano; Currais Novos, RN, curraleiro; Quipapá, PE, quipapano.

Quando os topônimos têm aparência de plural, consoante o filólogo Xavier Fernandes ("Topônimos e Gentílicos", 1.º vol., p. 23):

"Os gentílicos correspondentes formam-se dos respectivos singulares (reais ou supostos). Dêste modo, que é regra fixa e estabelecida, temos: vinhalense, do singular vinhal, e não vinhaisense de Vinhais; elvense, dum suposto singular elva, e não elvasense, de Elvas, e assim idênticamente com todos os restantes."

Por que então se avolumarem as exceções à regra, que é tão simples e tão clara, com o abuso da vitanda forma plural?

#### SÍNTESE

31 — O local de nascimento do cidadão, vilão, ou aldeão é expresso pelo topônimo, cujo gentílico é o designativo do indivíduo em relação a êsse local.

Topônimo e gentílico têm, portanto, mútuo ligame.

E porque se relacionam com o indivíduo, a escolha dêles deve ser meditada, atentas as precípuas qualidades excepcionais que os tornem breves, lídimos, claros e harmoniosos, ou, em, suma, expressivos e eufônicos.

Com essas qualidades, para que o topônimo se classifique excelente, faz-se mister que seja do gênero feminino e tenha o número singular; êste, por individualizar a coisa lembrada e aquêle, para a tornar mais amável.

Mercê dêste critério, firmar-se-á a tradição que não deverá prevalecer fora dêle, sob pena de se criar, possívelmente, para o íncola local, complexo irremovível, superveniente ao topônimo impróprio.

Porquanto o sertanejo, afinal, não é o indolente incorrigível ou o impulsivo violento, só merecedor de desdém e chalaça; iapiruara genuíno, ou paroara mestiço, ou emboaba ariano, é êle o defensor indômito, desbravador capaz e povoador fecundo, desajustado e desajudado que, na sua rude luta cotidiana, na selva, na roça ou na vila, moureja bravamente, para não viver miseràvelmente.

Não nos assiste razão, nenhumamente, para avolumar os recalques dêsse bravo e bom patrício, que vive em pungente situação, tanto espiritual, quanto material, com a escolha mofina de topônimo impróprio para os seus pagos e de gentílico grutesco para êle, nomes êsses que o cobrem de ridículo e que ensancham o estro malicioso do povo, sempre disposto a aumentar a aflição do aflito.

Nem tampouco tem o poder público o direito de subestimar a nossa terra e a nossa gente, castigando aquela, cruelmente, com topônimos impróprios e punindo esta, irremissivelmente, com gentílicos inadequados.

Há uma razão psicológica para que os topônimos e gentílicos contribuam para a euforia dos indivíduos: dão-lhes agradáveis designativos, vale dizer, alcunhas delicadas.

Em suma, porque o topônimo é o nome de uma partícula da Pátria e o gentico é o designativo do indivíduo, devem, ambos, ser expressivos e eufônicos.

#### BIBLIOGRAFIA

Divisão Territorial do Brasil — I.B.G.E. — 1945

Divisão Territorial do Brasil — I.B.G.E. — 1949

Divisão Territorial do Brasil — I.B.G.E. — 1951

Divisão Administrativa em 1911 da República dos Estados Unidos do Brasil — Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — 1913.

Visconde de Pôrto Seguro — História Geral do Brasil, 2.ª ed., E. & H. Laemmert. José Francisco da Rocha Pombo — História do Brasil, s.d. 5 v., 1935.

Manuel Aires de Casal — Corografia Brasílica, 2 v., 1817.

Alfredo Moreira Pinto — Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil, 3 v., 1896.

João Capistrano de Abreu — Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil — 1930. Max Vasconcelos — Vias Brasileiras de Comunicação — I.B.G.E. — 1947.

Antônio Ruiz de Montoya e Paulo Restivo — Vocabulário de la Lengua Guarani — Stuttgard, 1893.

J. Barbosa Rodrigues — Vocabulário Indígena — 1893.

Julio Platzmann — Dicionário Anônimo da Língua Geral do Brasil — Leipzig — 1896.

E. Stradelli — Vocabulário Português — Nheengatu e Nheengatu — Português, s.d. Teodoro Sampaio — O Tupi na Geografia Nacional — 1928.

Mário Melo — Toponímia Pernambucana — Recife, 1931.

Dicionário Português-Brasiliano e Brasiliano-Português — 1934. Reimpresso por Plínio M. da Silva Airosa.

Plínio M. da Silva Airosa — Os "Nomes das Partes do Corpo Humano pela Língua do Brasil" de Pero de Castilho — 1937.

P. G. Alcoforado — O Tupi na Geografia Fluminense — Niterói, 1950.

Padre A. Lemos Barbosa — Pequeno Vocabulário Tupi-Português — Rio, 1951.

I. Xavier Fernandes — Topônimos e Gentílicos — 2 v., 1943 — Pôrto.

# Águas subterrâneas - Águas correntes Ciclo de Erosão - Peneplano\*

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA Conselho Nacional de Geografia

## Aguas de infiltração e águas correntes

No presente Curso de Informações Geográficas vamos procurar estudar de modo breve algumas das noções básicas de todo interêsse para o professor do curso secundário que esteja lecionando o programa da primeira série ginasial ou ainda da primeira série do curso colegial, onde o estudo dos rios e o trabalho erosivo dos mesmos é feito com certa minúcia, procurando fornecer uma recapitulação e atualização dêsses conceitos básicos. Com êste objetivo moldamos as palestras do nosso curso, cujo programa será o seguinte:

- 1 A água e sua importância.
- 2 Ciclo hidrológico ou ciclo das águas.
- 3 Efeitos da água das chuvas sôbre a superfície da terra.
- 4 Aguas de infiltração e sua importância:
  - a) Absorção feita pelo solo.
  - b) Infiltração.
  - c) Dissolução.
  - d) Eluviação e iluviação.
  - e) Formação de lençóis aquíferos.
  - f) Diferentes tipos de fonte:
    - 1 Fontes ordinárias, fixas ou de afloramento.
    - 2 Fontes de vale, de talvegue ou móveis.
    - 3 Fontes em repuxo ou artesianas.
    - 4 Fontes voclusianas ou torrenciais.
  - g) Cursos d'água subterrâneos.
- 5 Aguas de escoamento superficial:
  - a) Escoamento superficial em lençol.
  - b) Escoamento superficial difuso.
  - c) Escoamento concentrado.
- 6 Formação de torrentes.
- 7 Formação dos rios e seus elementos.
- 8 Erosão remontante ou regressiva.
- 9 Meandros.
- 10 Perfil de equilíbrio.
- 11 Perfil de equilíbrio transversal.
- 12 Nível de base dos rios.
- 13 Capturas.
- 14 Planícies aluviais e terraços.
- 15 Erosão normal ou fluvial.
- 16 Ciclo vital dos rios e ciclo de erosão do relêvo.
- 17 Peneplanos e seus problemas de origem e evolução.

<sup>\*</sup> Notas das aulas dadas, no Curso de Informações Geográficas, do Conselho Nacional de Geografia (julho de 1953), para aperfeiçoamento dos professôres do ensino secundário.

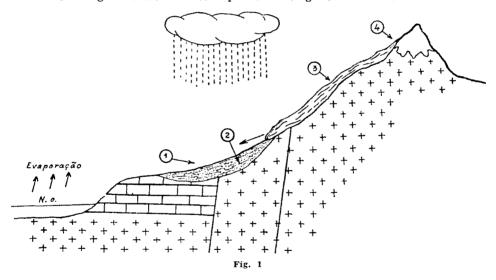
## 1 — A água e sua importância

A água é incontestàvelmente o principal agente de destruição, isto é, de erosão dos continentes. Este trabalho é feito principalmente através da água que escorre, quer sob a forma de lençol, quer sob a forma concentrada. Além do trabalho feito pela água de escoamento superficial, devemos considerar o realizado pelas águas de infiltração. Todavia o trabalho da erosão vai depender ainda do clima, isto, é, da água movimentada, e também do solo, com a sua constituição geológica e a sua estrutura topográfica. De um lado temos, pois, a fôrça que age e, de outro, a resistência oposta a essa fôrça.

## 2 — Ciclo hidrológico ou ciclo das águas

As águas estão em constante circulação, estando presente tanto na atmosfera sob a *forma de vapor*, quanto sob a forma *líquida* na superfície do solo, ou mesmo no interior do subsolo, constituindo lençóis aquíferos. Três são as partes que integram o ciclo hidrológico:

- Agua de evaporação.
- 2 Agua de infiltração.
- 3 Agua de escoamento superficial. (Fig. 1)



As águas de evaporação têm grande importância, não só para o estudo do clima, como também no da alteração das rochas (decomposição química). Por ocasião das precipitações pluviais verifica-se que uma parte das águas pode não chegar ao solo evaporando-se constituindo a umidade; outra, se escoa, e finalmente, a que se infiltra, vai formar o lençol subterrâneo.

Em determinadas condições, devido à inclinação e impermeabilidade, vão-se formar constantemente as águas de escoamento superficial que produzem os maiores desgastes, erodindo o solo, produzindo ravinas ou voçorocas, ou mesmo os rios.

#### 3 —Efeitos da água das chuvas sôbre a superfície da terra

A ação direta da água da chuva é dupla, pois, realiza simultâneamente uma ação física e química. Aglomera as poeiras e partículas sôltas, cava regos e sulcos nas argilas tenras, embebe as rochas permeáveis favorecendo, nas regiões de clima temperado, as geadas. A água das chuvas dissolve as rochas solúveis e ataca o calcário, graças ao gás carbônico que contém em dissolução.

Quando as chuvas, são abundantes os elementos solúveis do solo desaparecem, e muitos óxidos são transformados em hidróxidos. E é à presença do óxido de ferro não transformado que se deve a côr vermelha das rochas de certas regiões desérticas — rubefação.

Os efeitos das águas das chuvas sôbre a superfície da terra estão em função dos seguintes fatôres:

## A — Diferentes tipos de clima

- a) equatorial predomínio da decomposição
- b) tropical { decomposição química desagregação mecânica c) temperado erosão normal

No tocante ao item clima não podemos deixar de salientar sua grande importância para explicar os efeitos das águas de infiltração e das águas correntes superficiais, desagregando, decompondo, erodindo, dissolvendo e lavando a superfície das rochas e dos solos.

Considerando, por exemplo, uma região equatorial de superfície mais ou menos plana, onde há uma grande precipitação durante todo o ano, vamos observar o predomínio da decomposição química. Nas regiões tropicais onde há duas estações bem marcadas, a chuvosa e a sêca, o efeito das águas da chuva será intenso numa parte do ano e menor na outra, onde temos a preparação do material feita pela insolação — desagregação mecânica. Quando esta predomina, as rochas se diaclasam ou se fraturam, e na época das chuvas a água se infiltra levando consigo fragmentos e materiais em dissolução que produzirão a decomposição química.

Nas regiões temperadas, onde as 4 estações do ano são bem definidas, temos a realização do que chamamos erosão normal, cujo estudo faremos mais

adiante.

## B — Volume do relêvo e condições topográficas

- a) montanhas
- b) planaltos
- c) planícies
- d) bacias de acumulação

Nas regiões montanhosas o efeito das águas das chuvas se realiza de maneira brutal, constituindo as enxurradas e as torrentes. Há uma grande massa que se desgasta por causa dos fortes declives. Nas regiões montanhosas tendo a água pouco tempo para se infiltrar o lençol superficial corre com rapidez produzindo forte desgaste. Nas regiões de planalto êste desgaste vai ser mais forte nas bordas. A erosão no tôpo do planalto é fraca e nas escarpas é mais acentuada, surgindo as voçorocas e ravinas. Nas planícies o trabalho da erosão vai ser relativamente fraco, porque os rios são de fraca declividade e escavam com pouca fôrça o perfil longitudinal.

Nas regiões de depressões relativas — bacias de acumulação — as águas das regiões vizinhas se acumulam e depositam aí os detritos que foram carre-

gados em suspensão.

## C - Natureza do material

- a) rocha sã
- **b**) rocha alterada
- c) solo

A natureza do material que constitui a superfície do globo terráqueo tem grande importância na explicação da resistência ou da permeabilidade que os diferentes tipos de rocha e solo podem oferecer às águas de infiltração e de escoamento superficial. Naturalmente, não se pode estudar a importância da natureza das rochas, sem se levar em consideração os outros fatôres, como volume do relêvo, tipos de clima e a cobertura vegetal.

Tôdas as rochas são mais ou menos permeáveis, mesmo o granito que dá a impressão de impermeabilidade, permite a infiltração da água. O trabalho das águas sôbre as rochas vai depender da "saúde" da rocha: s $ilde{a}$  — rocha que não

sofreu alteração, podre — rocha que sofreu alteração.

Nos granitos, sienitos, gnaisses, etc., as águas das chuvas penetram com extrema dificuldade; nas rochas de fácil permeabilidade (areia, calcários diaclasados) a água da chuva se infiltra com rapidez ao longo das fraturas.

Ainda no tocante às águas de infiltração teremos que distingüir as rochas que têm permeabilidade de origem, das que têm uma permeabilidade adquirida, e finalmente as impermeáveis.

## D — Cobertura vegetal

- a) Florestas
- b) Campos

A cobertura vegetal constitui um dos elementos de grande importância para explicar os efeitos das águas correntes, no que diz respeito à erosão do solo, ou mesmo ao ravinamento e à formação de rios. Ao se estudar a importância da cobertura vegetal, no tocante às facilidades de reserva d'água no subsolo, ou no obstáculo oferecido à erosão das águas das chuvas, não pode deixar de levar em consideração os fatôres topografia e natureza das rochas. Nas regiões de topografia plana, cobertas de florestas não é possível a formação de enxurradas, e o trabalho do lençol de escoamento se faz com dificuldade. Já nas zonas de campo com certo declive, o trabalho de erosão em lençol é mais fácil.

## 4 — Aguas de infiltração e sua importância:

No estudo da infiltração das águas, consideramos:

a — absorção feita pelo solo

b — infiltração

1) permeabilidade de origem

2) " adquirida  $\begin{cases} a \end{cases}$  diáclases  $b \end{cases}$  juntas de estratificação

c — dissolução

d — eluviação e iluviação

- e formação de lençóis aquíferos:
  - 1) superficiais fontes superficiais
  - 2) profundos fontes profundas.

De modo geral os geógrafos se preocupam mais com as águas correntes e seus efeitos, do que com as águas de infiltração. Todavia a parte do ciclo hidrológico que constitui as águas de infiltração, tem grande importância não só para a geografia física e pedologia, como também para a geografia humana lato sensu

As águas de infiltração vão dar origem a fenômenos importantes de *lava-gem* e *dissolução* de certos minerais, bem como constituir lençóis d'água superficiais ou profundos cujas águas poderão servir para dar aparecimento a fontes naturais, ou mesmo, a poços artificiais.

O problema da captação dos lençóis d'água subterrâneos constitui em certas áreas condição indispensável para a sobrevivência da espécie humana. No nordeste do Brasil, sabemos perfeitamente o quanto é difícil a captação de tais lençóis por causa da exigüidade do manto de decomposição permitindo que grande parte da água das chuvas se escoe pela superfície do solo, enquanto uma parcela mínima se infiltra. Também na região semi-árida do Senegal, o problema da captação de lençóis d'água subterrâneos tem provocado, ou melhor, tem feito com que os colonizadores franceses escavem poços profundos, às vêzes da ordem dos 200 metros, ou maior. Na perfuração de tais poços, e na subida da água para a superfície, os colonizadores franceses despendem soma considerável com a instalação de bombas.

- a Absorção feita pelo solo as águas das chuvas são retidas nos solos que apresentam uma textura porosa. Além, dêste fator não se pode omitir o volume d'água caída, a unidade de tempo considerada, bem como a topografia.
- b Infiltração no tocante à capacidade de penetração da água das chuvas não se pode deixar de considerar dois aspectos: o que diz respeito à

permeabilidade de origem; como é o caso das areias, e a permeabilidade adquirida, produzida pela fraturação e pelas juntas de estratificação. Como exemplo podemos citar os calcários, ou mesmo os basaltos, diabásios, etc.

- c Dissolução êste fenômeno produzido pelas águas na superfície da crosta, é mais característico nos afloramentos de calcário, gipse, etc. Nos calcários dolomíticos, aparecem formas singulares e estravagantes por causa da dissolução diferencial, pois o carbonato de magnésio resistindo mais ao poder de dissolução das águas carregadas de ácido carbônico, vai ficar em relêvo, enquanto o carbonato de cálcio partirá sob a forma de bicarbonato, em solução com as águas de escoamento. Mais adiante êste bicarbonato poderá se depositar dando aparecimento à calcita, isto é, o carbonato de cálcio puro.
- d *Eluviação e iluviação* o primeiro caso, compreende-se como o processo de lavagem do horizonte superior, em direção ao horizonte inferior. A eluviação dá origem a um horizonte superficial poroso, também chamado *eluviado*, enquanto o que vem logo abaixo é chamado de *iluviado* sendo bastante compacto. Assim o horizonte superior é de *lavagem*, enquanto o inferior é de *concentração*.
- e Formação de lençóis aquíferos entende-se por lençol d'água a parte do subsolo constituída de terrenos permeáveis constantemente impregnados de água (Fig. 2): Nos casos em que o lençol tem um certo declive, dará normalmente o aparecimento a uma fonte.

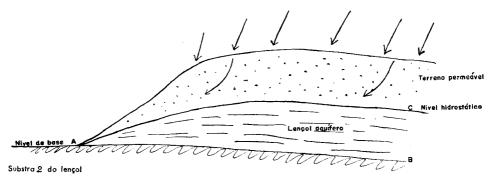


Fig. 2 - Formação do lençol aquífero.

Nível hidrostático — é a parte do lençol aquífero onde há equilíbrio entre a velocidade do escoamento da água e a renovação dentro do lençol. Esses lençóis aquíferos podem ser superficiais (fàcilmente esgotáveis, porque estão em função da quantidade da chuva caída) e profundos, que apresentam um regime estável.

O trabalho das águas subterrâneas embora imperceptível na maioria dos casos, é exercido pelo seu movimento. E, no momento em que a superfície topográfica intercepta o lençol d'água surge então uma *fonte*. O efeito das águas subterrâneas é mais sensível nas regiões calcárias, permitindo o aparecimento de rios subterrâneos, de cavernas ou grutas e abismos.

A água é o agente mais necessário na transformação dos sedimentos, pois, penetrando no solo e nas rochas tem um papel eficaz na evolução das rochas, em tôda a zona superficial.

As rochas mais porosas absorvem naturalmente maior quantidade de água das chuvas. O armazenamento e a retenção do maior volume do líquido em circulação, depende naturalmente do arranjo e da natureza das diferentes camadas. Nas formações onde predominam as rochas ígneas e metamórficas a circulação das águas no subsolo se faz por meio de fendas ou diáclases existentes.

A propósito da circulação interna das águas devemos ainda salientar a dissolução que estas provocam nas substâncias diversas dos terrenos atravessados, precipitando outras, já dissolvidas. Estas ações de dissolução e precipitação dão origem a águas de composições diversas, e às vêzes, a depósitos minerais de valor econômico.

Limite de penetração das águas de infiltração — não se deve deixar de levar em consideração que as águas encontradas no subsolo não podem se infiltrar indefinidamente. Naturalmente a capacidade de penetração vai depender da natureza das rochas, mas também de outro fator, qual seja, o grau geotérmico. A êste propósito devemos considerar que o limite é muito variado; segundo certos autores varia entre 3 e 100 metros. Todavia o limite médio mais aceito pela maioria dos autores é de 10 a 12 quilômetros.

No que diz respeito à transformação da água do estado líquido para o de vapor, esta se verifica quando a temperatura é superior a 365°, que é chamada temperatura crítica da água.

Além das águas resultantes da infiltração, podemos também encontrar no subsolo águas que ainda não integraram o ciclo hidrológico isto é, águas de origem magmática, também chamadas águas juvenis.

Para as águas encontradas no subsolo podemos usar de modo geral a denominação de *águas subterrâneas*, porém, se desejarmos ser mais minuciosos, teremos que considerar as chamadas águas edáficas, águas capilares, águas termais, águas vadosas, etc.

f — Diferentes tipos de fontes — Os diferentes tipos de fonte estão em função da topografia e da posição do lençol aquífero.

## Há 4 tipos de fonte:

- 1) Fontes ordinárias, fixas ou de afloramento.
- 2) Fontes de vale, de talvegue ou móveis.
- Fontes em repuxo ou artesianas.
- 4) Fontes voclusianas ou torrenciais.

1 — Fontes ordinárias, fixas ou de afloramento são formadas por lençois aquíferos que se encontram no limite de uma camada permeável que repousa sôbre uma camada impermeável. (Fig. 3) Chamam-se também "fixas" essas fontes, porque não variam de posição, pois, o afloramento do lençol d'água está situado no limite da camada permeável, que repousa na impermeável.

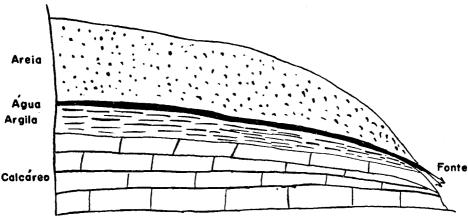


Fig. 3 — Fonte fixa, ordinária ou de afloramento.

2 — Fontes de vale, de talvegue ou móveis são formadas por lençóis d'água que são cortados em seu trajeto pelo talvegue de um vale (Figs. 4 e 4A). Estas fon-

tes são chamadas de móveis por causa da altura em que o lençol d'água aflora, segundo se considere a época das chuvas, ou a estação sêca.

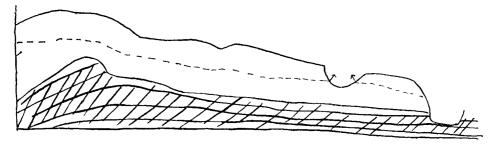


Fig. 4 - Fonte de vale.

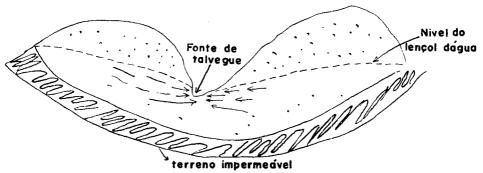


Fig. 4A - Fonte de talvegue.

3 — Fontes em repuxo ou artesianas — diz-se das fontes cujo lençol d'água se encontra entre duas camadas impermeáveis. Este tipo de lençol aquífero é também chamado de lençol aquifero cativo ou lençol artesiano (Fig. 5). O aparecimento de tais fontes se dá graças ao fato de a água se acumular sob pressão. Pode surgir por uma fenda natural ou por uma perfuração.

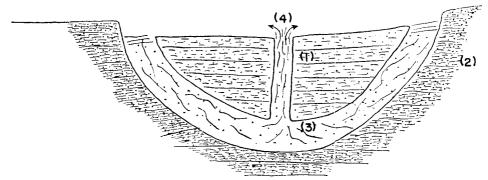


Fig. 5 — Fonte em repuxo.

- Nível impermeável superior Nível impermeável inferior 1)
- 2)
- Lençol aquífero ou lençol artesiano

Fonte em repuxo.

4 — Fontes voclusianas ou torrenciais — aparecem sòmente em regioes de terreno calcário, constituindo o que se chama rio subterrâneo. Ocorrendo alguma diáclase no terreno do leito do rio, verifica-se a infiltração da água fluvial. Havendo posterior ressurgimento dessa água, êsse ressurgimento é a *fonte voclusiana* ou torrencial. Por conseguinte constituem verdadeiros rios sumidos, que posteriormente ressurgem. No Maciço Central Francês, no Causses há bons exemplos de *perdas* e *ressurgências*.

Ainda entre as fontes não se pode esquecer as minerais, cujas águas podem ser ferruginosas, magnesianas, sulfurosas e radioativas. No sul do estado de Minas Gerais temos vários exemplos importantes tais como as fontes de Caxambu, São Lourenço, Cambuquira, Lambari, etc. Resta fazer referência às fontes termais, cujas águas são quentes, como é o caso de Poços de Caldas. Ainda entre as fontes termais podemos incluir os geysers, que não passam de fontes termais intermitentes.

Considerando ainda os diferentes tipos de fonte devemos fazer referência às chamadas *fontes de intermitência*, que ocorrem nos terrenos fraturados (Fig. 6).

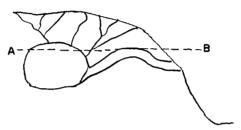


Fig. 6 — Fonte de intermitência em terreno fraturado. A linha AB representa o nível da curva do sifão.

g — Cursos d'água subterrâneos — êstes tipos de rio só podem existir em áreas onde afloram rochas solúveis, como calcário, gipse, etc.

Finalizando, podemos dizer que as águas subterrâneas são muito importantes para explicar o regime hidrográfico dos rios. Assim, nas regiões onde afloram rochas permeáveis, os cursos d'água têm geralmente águas límpidas carregando pouco material em suspensão, e cheias lentas. A circulação das águas se faz sobretudo subterrâneamente. Já nas regiões de rochas impermeáveis onde predominam os efeitos do lençol de escoamento superficial as cheias são mais violentas, e no período sêco os rios baixam sensivelmente de nível, podendo mesmo passar à categoria de rios temporários.

5 — Aguas de escoamento superficial

Indiscutivelmente são as águas correntes que realizam o trabalho mais eficiente de desgaste das formas de relêvo proemitentes. Simultâneamente devemos também considerar o trabalho de deposição feito pelas águas correntes que dão origem a bancos, praias, deltas, planícies aluviais, etc.

No estudo das águas de escoamento superficial devemos considerar os seguintes itens:

- a) escoamento superficial em lencol
- b) escoamento superficial difuso
- c) escoamento concentrado
  - 1) formação de torrentes-desbarrancamentos erosão fluvial
  - 2) formação de rios

a — O escoamento superficial em lençol se processa quando a água da chuva escoa normalmente formando uma capa contínua. O trabalhn feito pelo lençol d'água é muito importante no que diz respeito à erosão dos solos. Geralmente é imperceptível, e passa mesmo despercepido aos lavradores

Geralmente é imperceptível, e passa mesmo despercebido aos lavradores.

Após cada grande chuva uma delgada película do solo parte juntamente com o lençol d'água. Daí a razão por que os lavradores sentem o empobrecimento do solo e não percebem o estrago continuado de águas das chuvas.

b — No escoamento superficial difuso verifica-se a concentração parcial do lençol d'água dando origem a pequenos filêtes d'água. Conseqüentemente haverá a abertura de sulcos ou regos, dando origem a um pequeno ravinamento na superfície do solo e das rochas decompostas.

A ação do lençol de escoamento superficial difuso se parece em parte com o trabalho feito pelos rios. E, em certos casos de ravinamento é pràticamente idêntico o trabalho feito pelas águas das chuvas, com o realizado pelos rios, e neste caso pode-se falar na existência de uma rêde hidrográfica em miniatura.

c — Escoamento concentrado — o trabalho das águas concentradas deixa na superfície do globo as suas marcas, mesmo que êste seja periódico como é o caso das torrentes (Figs. 7 e 8) ou dos rios temporários.

As águas de enxurrada podem dar aparecimento a pedras movediças ou blocos oscilantes, as pirâmides de erosão ou pirâmides de terra.

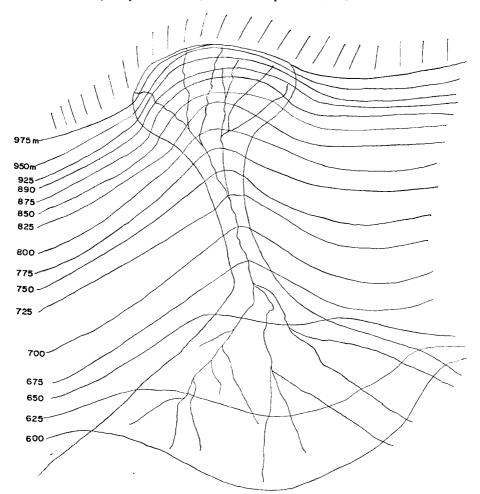


Fig. 7 - Representação de uma torrente no mapa topográfico.

# 6 — Formação de torrentes

Foi o engenheiro Surrell quem primeiro estudou de modo científico as origens e a evolução das torrentes alpinas no ano de 1840.

As torrentes podem ser definidas como cursos d'água temporários e de regime periódico ou intermitente e com caráter espasmódico.



Fig. 8 - Perfil longitudinal de uma torrente.

Cones de dejeção lacustre — denominam-se assim os leques de detritos acumulados por uma torrente em um lago. São verdadeiras águas selvagens sem bacia de recepção, cujos melhores exemplos são observados na Itália.

# Classificação das torrentes

- 1 Torrentes embrionárias denominação dada às enxurradas que ao descerem uma encosta podem dar origem ao escavamento de um canal de escoamento e cone de detritos sem, no entanto, possuírem bacia de recepção.
- 2 Torrentes compostas são aquelas, onde o canal de escoamento serve para dar vazão a duas ou mais bacias de recepção.
- 3 Torrentes típicas conforme o que já expusemos anteriormente, trata-se de uma torrente onde as três partes, isto é, a bacia de recepção, o canal de escoamento e o cone de dejeção (Figs. 9 e 10), surgem de maneira típica.



Fig. 9 — Estrutura do material depositado no Fig cone de dejeção.

Fig. 10 - Estratificação cruzada do material acumulado no cone de dejeção.

Medidas tomadas para evitar os efeitos catastróficos das torrentes

- 1 Replantar árvores e gramíneas na bacia de recepção.
- 2 Correção do leito de uma torrente, construindo-se barragens sucessivas em degraus principalmente no canal de escoamento.

### Leis de Surrell

- 1 A escavação realizada pelas águas correntes faz-se da foz para as cabeceiras, partindo-se de um ponto fixo (nível de base), situado na parte terminal do declive.
- 2 O perfil longitudinal forma a partir do nível fixo, uma curva regular, côncava para o céu, que é tangente ao horizonte no curso inferior, e se eleva gradualmente para as nascentes, tornando-se tangente à vertical.

# 7 — Formação dos rios e seus elementos

Rio — um curso d'água doce permanente ou temporário, com leito definido. O Prof. Tomás Coelho Filho nas apostilas do Curso de Geologia, da 2.ª série de História Natural da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, define os rios dizendo: "é todo curso d'água, permanente ou temporário cujo declive médio não ultrapassa de 2%. Dentro dêsses limites, há diversas categorias: entre 1 e 2%, o rio deixa de ser navegável; com 2%, de declive o rio é torrencial; acima de 2%, o curso d'água passa então, a constituir uma torrente". Assim, considera êste professor além da noção da água que escorre sob a forma concentrada num leito definido, outra noção importante, especialmente para os geógrafos, qual seja a declividade e sua relação com a navegação.

O engenheiro Gastão C. Bierrenbach Lima, em sua "Terminologia geográfica" publicada na "Revista do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo", volume III, n.º 2, definiu os rios como sendo um: "Curso d'água de largura e profundidade que exige uma ponte para ser transposto por viaturas".

Os rios podem-se originar das águas das chuvas, isto é, da junção de vá-

rios filêtes, de fontes, da fusão de neve e geleiras, ou ainda, de emissários de lagos.

- O desenvolvimento dos rios se realiza segundo determinadas leis, as quais são conhecidas por leis hidrográficas ou ainda regras de Brisson, que podem ser sintetizadas do seguinte modo:
- 1 "Os rios são, em geral, sinuosos e, nas sinuosidades, a margem voltada para o lado convexo comanda a margem oposta".
- 2 "Quando o rio segue uma direção sensivelmente retilínea, o vale é, em geral, apertado, profundo e estreito, e suas vertentes apresentam forte declive".
- 3 "Quando o rio se divide em ramos sinuosos, formando ínsuas, o vale ordinário, é largo, pouco fundo e de superfície quase horizontal".
- 4 "Quando o vale é formado de vertentes da mesma altura, o rio corre via de regra, a igual distância, delas; quando, ao contrário, as vertentes são de alturas diferentes, o rio corre mais próximo da de maior altura".

A declividade do talvegue de um rio é muito importante, pois, os rios com um declive superior a 2%, são chamados de rios torrenciais, e geralmente correm em regiões montanhosas ou mesmo de planalto, enquanto os cursos d'água que correm nas regiões de planícies têm fraca declividade e são geralmente navegáveis.

Aqui não vamos tratar pròpriamente do regime dos rios, porém, desejamos deixar esboçadas algumas noções que julgamos importantes no tocante ao escoamento fluvial, tais como: indice pluviométrico, indice de escoamento e deficit de escoamento.

 $\textit{Indice pluviométrico } P \ = \ \frac{V_p}{S}$ 

V<sub>p</sub>: volume total da água caída S: superfície da bacia hidrográfica.

findice de escoamento  $E = \frac{V_d}{S}$ 

V<sub>d</sub>: descarga anual do rio S: superfície da bacia de alimentação

Deficit de escoamento ou coeficiente de escoamento D = P - E

O índice de escoamento depende da chuva, da temperatura e do declive. No tocante aos elementos, que formam os rios devemos considerar: as cabeceiras, o álveo com o leito menor e leito maior, margens, afluentes e subafluentes, confluência, foz e seus diferentes tipos, bacia hidrográfica, talvegue e divisor de águas.

A área onde tem origem um curso d'água é chamada nascente ou cabeceira. Geralmente não se consegue marcar um ponto como sendo a fonte de um rio e sim uma área onde surgem diversos rios de pequena importância. E, da junção dos mesmos é que se têm as nascentes ou cabeceiras. Este problema será mais bem sentido se considerarmos por exemplo, o caso concreto das cabeceiras do rio Amazonas. Qual a razão de tais discussões? Única e exclusivamente porque ainda nos falta um critério para a escolha do rio principal.

Um curso d'água pode em tôda sua extensão ser dividido em três partes: 1 curso superior, 2 — curso médio, 3 — curso inferior.

No curso superior geralmente há o grande predomínio do escavamento vertical, isto é, a erosão intensiva do talvegue longitudinal. E' a parte do rio mais próxima de suas cabeceiras. Já no curso médio, há um certo predomínio do transporte e um acentuado modelado das vertentes, isto é, um rebaixamento das encostas. Finalmente no curso inferior há o fenômeno de aluvionamento.

De ambos os lados do tavelgue, isto é, da linha mais profunda do rio temos o álveo ou leito, compreendendo o leito menor e o leito maior, também chamado banqueta, terraço inferior ou planície de inundação. O leito maior é uma continuação normal do leito menor, e serve de leito por ocasião das cheias. (Fig. 11).

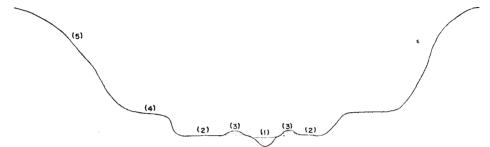


Fig. 11 - Perfil transversal de um vale cuja calha é em "mangedoura".

- Leito menor
- Leito maior 3)
- Dique marginal
- Terraço
- Encosta ou vertente.

O escavamento do perfil longitudinal dos rios se realiza em função de um nível de base, como teremos oportunidade de estudar. Todavia desde o local onde o rio tem origem até sua foz recebe êle uma série de outras correntes fluviais, daí as denominações de rio principal, afluentes e subafluentes, etc. No local onde dois rios se encontram tem-se uma confluência.

Do conjunto constituído hieràrquicamente por um rio principal com os seus afluentes e subafluentes surge a noção de bacia hidrográfica. Pode-se definir uma bacia hidrográfica, como o conjunto de terras drenadas por um rio principal com os seus diversos afluentes e subafluentes.

E' comum o emprêgo da expressão bacia hidrográfica como sinônimo de vale, como exemplo podemos citar: bacia do São Francisco ou vale do São Francisco; bacia do Amazonas ou vale do Amazonas, etc.

À semelhança dos rios, as bacias hidrográficas têm linhas divisoras de águas que são chamadas cumiadas ou divortium aquarum. Não se deve pensar que tôda serra constitua obrigatòriamente um divisor de água, pois, os fenômenos de falhas e de epigenias em certos casos, possibilitam a existência de rios transversais às maiores altitudes.

Os divisores de água, em regiões de planalto, como é o caso dos chapadões do centro-oeste brasileiro, não são constituídos por linhas de cristas bem definidas, e sim por uma elevação de tôpo plano que se interpõe entre dois rios, ou entre duas bacias hidrográficas.

A foz ou embocadura de um rio é o local onde c rio desemboca. Esta pode ser ampla com a forma afunilada constituindo o que se chama um estuário, enquanto no caso da existência de ilhas aluviais a barrarem, em parte, o canal do rio têm-se um delta.

Algumas vêzes não há concordância de altitude, estando a foz do rio a vários metros acima do rio principal, neste caso tem-se o que se denomina em geomorfologia rio de foz suspensa. Tal fenômeno é produzido por um afundamento mais rápido do rio principal. Alguns movimentos de costa também podem fazer variar o nível de base, e consequentemente dar aparecimento a um rio de foz suspensa. No caso de rios que percorrem regiões calcárias, e que ao chegarem ao litoral têm a foz suspensa, dá-se o nome de "valleuse" a êste tipo de costa.

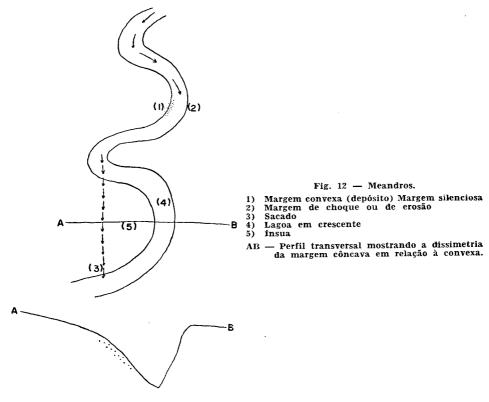
Os degraus que aparecem na foz de um rio podem ser devidos à erosão mais forte no rio principal, ou ainda a uma falha. Quando o degrau não está em função da erosão diferencial ou de falhas, pode ser uma prova da erosão cíclica.

# 8 — Erosão remontante ou regressiva

O trabalho de aprofundamento dos cursos d'água se faz em função de um *nível de base* fixo. E, a melhor prova de que a erosão se processa da foz para as cabeceiras, é dada pelo rebaixamento das corredeiras e cachoeiras, bem como pelos fenômenos de captura, cujo estudo faremos mais adiante.

Além do trabalho da erosão remontante que se realiza ao longo de todo curso d'água devemos, no entanto, ressaltar que na base das cachoeiras se processa um pequeno trabalho de erosão progressiva com a abertura de grandes marmitas. As marmitas no leito de um rio podem ser produzidas pela tática dos seixos ou ainda por dissolução da própria rocha. Alguns autores procuram explicar o aprofundamento dos cursos d'água pelas marmitas. Trata-se evidentemente de pequenos trechos, não se podendo considerar tal argumento para todo o curso do rio.

Finalizando êste item não podemos deixar de reconhecer que tôda erosão fluvial é feita de jusante para montante, isto é, da foz para as cabeceiras, procurando escavar o perfil longitudinal e transversal.



9 — Meandros

São sinuosidades descritas pelos rios (Fig. 12). Os meandros são devidos geralmente às divagações dos cursos d'água em zonas de planície, daí a denominação de meandros divagantes ou ainda meandros livres, em oposição aos meandros encaixados.

## 10 — Perfil de equilíbrio

Diz-se de uma superfície, onde a erosão e a depositação, mais ou menos se equivalem em seus efeitos finais. Em outros têrmos, podemos dizer que uma superfície de terreno está em equilíbrio, quando não há rebaixamento pelo desgaste, nem alteamento pela sedimentação; trata-se por conseguinte de uma noção teórica.

# Perfil de equilibrio dos rios

— Perfil longitudinal de equilíbrio (Dausse e Powell) — diz-se quando os rios ao escavarem o seu leito alcançam o traçado de uma curva hiperbólica tangente ao nível de base (Fig. 13). O rio pràticamente não escava nem alu-

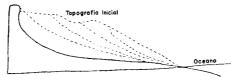
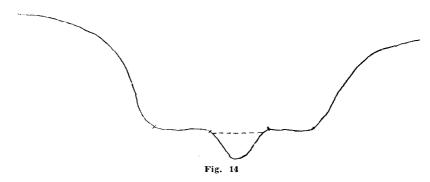


Fig. 13 - Perfil de equilíbrio (rio em fase de regime).

viona, apenas escoa normalmente as suas águas. Assim todo curso tende a adquirir o seu perfil de equilíbrio, isto é, a escavar seu vale para ter um declive suave, e apenas o necessário para o escoamento das águas. Um vale se encontra em fase de equilíbrio quando além do perfil longitudinal, também se acha ultimado o trabalho do perfil transversal.

# 11 — Perfil de equilibrio transversal

O trabalho de aprofundamento do talvegue vai dar origem ao que já consideramos no item anterior, ou seja o perfil longitudinal dos rios; por sua vez, as águas que escoam pelas encostas dos vales vão escavar e rebaixar as vertentes, em função do talvegue que funciona assim de nível de base. Por conseguinte, o perfil do equilíbrio transversal se realiza em função do talvegue, que em cada ponto funciona como nível de base da encosta do vale. Diz-se que a encosta do vale está em equilíbrio, quando as águas das chuvas escoam normalmente sem produzir erosão. Neste caso, o vale tem encostas com declive suave, e um vale largo e de fundo chato (Fig. 14).



# 12 - Nivel de base dos rios

Nível de base de erosão — é o mais baixo nível a que um grupo de agentes exodinâmicos, e mais raramente auxiliados por movimentos de origem endógena, pode reduzir determinada superfície; ex:

- a) Nível de base das águas correntes
- b) " " dos agentes eólicos
- c) " " da erosão marinha.

Nível de base de depositação — é o mais alto nível a que um depósito pode constituir-se.

Nível de base dos rios — são os pontos relativamente mais baixos e fixos, em função dos quais, os rios realizam o escavamento dos perfis de equilíbrio. Num curso d'água, antes da realização do perfil de equilíbrio, podemos ter vários degraus ou soleiras dando aparecimento a níveis de base locais.

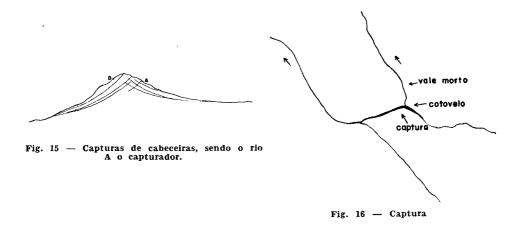
O nível de base geral dos rios é o *nível dos oceanos*; também chamado *nível zero*, em função do qual a erosão regressiva começa a trabalhar. O nível de base é o ponto de fixidez relativa, uma vez que o nível dos oceanos não tem permanecido estável no decorrer da história física da terra.

# 13 — Capturas

Os fenômenos de captura não constituem fatos de curiosidade singular, mas sim, um fenômeno normal e inevitável, que se deve repetir incessantemente no decorrer da evolução morfológica de uma região de estrutura inclinada, onde os traços da estrutura não foram apagados.

O geógrafo ao estudar os fenômenos de captura, descreve as formas que são o testemunho da mudança de drenagem, e o geólogo procura principalmente as provas da natureza do material encontrado no vale morto, ex: aluviões, seixos, (procedência) etc.

Captura fluvial — realiza-se quando um rio perde parte de seu curso que às vêzes pode ser até as próprias cabeceiras (Figs. 15 e 16).



### Condições de captura

- a) Erosão regressiva
- b) "Deversement", isto é, do escoamento do próprio rio lançando--se noutro mais baixo.

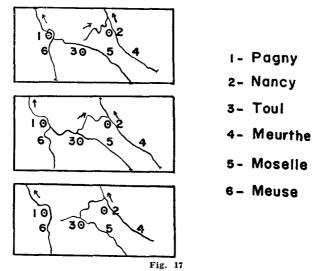
Elementos essenciais da paisagem nas zonas de captura

- a) Formas topográficas:
  - 1 Cotovêlo de captura.
  - 2 Garganta ou encaixamento a jusante da captura.
  - 3 Zona pantanosa a jusante da captura no antigo trajeto do rio.
  - 4 Vale morto.
  - 5 Indecisão da drenagem no antigo vale.
- b) Formas geológicas:
  - 1 Aluviões e seixos procedência.

# Principais tipos de captura

- a) Capturas devidas às condições climáticas ex.: Montanhas Rochosas, Andes (Chile), Apeninos.
- b) Capturas devidas à diferença de nível de base:
  - 1) nível de base marinho.
  - 2) nível de base local.
- c) Capturas devidas a fenômenos cársticos (Jura Central).
- d) Capturas complexas.

Exemplo de captura: Moselle capturado por um afluente do Meurthe (Fig. 17). Algumas vêzes certos geógrafos preocupados ùnicamente com o estudo in-



terpretativo de mapas topográficos, chegam a cometer erros calamitosos. Não se pode prescindir do trabalho de campo, pois, os mapas topográficos não são suficientemente pormenorizados para permitir certas observações. E, a êste propósito o Prof. Leon Lutaud do Laboratório de Geografia Física e Geologia Dinâmica da Universidade de Paris teve oportunidade de apresentar um exemplo concreto de tal interpretação devido a W. M. Davis.

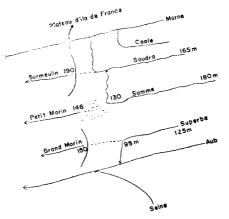


Fig. 18 — Figuração esquemática das capturas na região de Champagne (França).

Trata-se das capturas observadas por aquêle autor na região da Champanha, baseado apenas na interpretação da fôlha topográfica (Fig. 18). Supôs Davis que o Surmeulin era a continuação do Soudra; o Pequeno Morin, do Somme; e o Grande Morin, do Superbe. E sôbre êstes fatos fundou sua hipótese. Sòmente o Pequeno Morin onde há um vale sêco poderia realmente levá-lo a tal interpretação. Na topografia monoclinal a presença de cotovêlo, e de certas "línguas" de camada terciária da bacia de Paris obrigaram os rios a fazer ângulos como os observados no esquema esboçado na fig. 18.

# 14 — Planícies aluviais e terraços

Os rios ao desgastarem as rochas carregam em suspensão, algumas vêzes, grande quantidade de detritos. Estes detritos ou sedimentos uma vez depositados vão constituir os bancos, as praias e as planícies. O transporte do material por um rio verifica-se até o momento em que as águas, pela diminuição de sua velocidade, não têm mais fôrça suficiente para carregá-lo.

Os terraços são superfícies planas ou levemente inclinadas de natureza aluvial que interrompem a continuidade de um declive numa vertente. Os terraços têm grande importância para a geomorfologia, e permitem estudar as variações dos níveis de base, ou mesmo as variações climáticas que produzem uma reativação na erosão. Em alguns vales podemos encontrar terraços escalonados, isto é, "emboités' (Fig. 19). No que diz respeito à idade dos terraços, os que se encontram, em maior altitude em relação ao fundo do vale são os mais antigos (4-3-2).

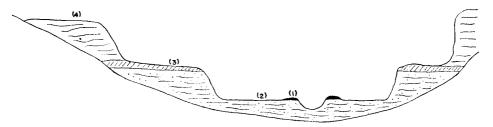


Fig. 19 - Terraços escalonados.

- Dique marginal
- Leito maior Nível de terraço que corresponde a uma pla
  - taforma estrutural
- 4) Nível mais alto dos terraços.

A origem dos terraços constitui ainda um campo de discussão, sendo consideradas três hipóteses como as mais plausíveis: — 1 — eustatismo, 2 — epirogenismo, 3 — origem climática.

No tocante às planicies aluviais deve-se ainda levar em conta que as mesmas podem surgir em qualquer trecho do rio, não se restringindo apenas aos baixos cursos, pois, as chamadas planícies de níveis de bases locais podem aparecer mesmo em zonas montanhosas, daí a denominação de planícies de montanha para êste último caso assinalado.

# 15 — Erosão normal ou fluvial

Ao falarmos de erosão normal devemos relembrar que segundo os geomorfólogos da zona temperada, trata-se da erosão feita pelos rios, isto é, erosão fluvial. Todavia se considerarmos a linguagem utilizada pelos pedólogos, erosão normal é sinônimo de erosão geológica ou ainda erosão natural exercida pelos agentes exodinâmicos, em oposição a erosão acelerada ou biológica onde o homem intervém como agente acelerador da erosão.

A erosão normal no dizer dos geomorfológos é a erosão exercida pelas águas de escoamento superficial. O escoamento é organizado, isto é, contínuo e progressivo.

O trabalho feito pela erosão normal, necessita de uma hierarquia na rêde hidrográfica, isto é, a concentração progressiva dos regos e regatos ou ribeirões até formar os grandes rios.

A erosão normal não se processa quando não há um escoamento contínuo, progressivo e hierarquizado das águas e dos materiais soltos, em direção ao mar. Nas regiões áridas, nas regiões calcárias, nas regiões glaciais não se desenvolve o sistema de erosão, chamado erosão normal. O têrmo erosão normal adquire, como frisou André Cholly, um sentido climático e um sentido morfológico.

Por que se adotam as expressões: erosão normal e geomorfologia normal.

- 1 Corresponde ao modo de escoamento da água mais normal, e mais regular na superfície do solo.
- 2 Exprime um trabalho regular contínuo, progressivo e susceptível de ser conduzido até o fim.
- 3 Realiza o aparecimento de formas concordantes completas com o agente de trabalho (rio).
- 4 Seu domínio corresponde à maior parte do globo:  $70\,\%$  (excluindo as regiões polares e os desertos).
- 5 Os estudos morfológicos feitos nas regiões temperadas são mais acurados, pois, nela vive grande parte da população culta da humanidade.

Considerando-se o problema da erosão em face da topografia do globo terráqueo, podemos concretizar nosso pensamento falando da existência de duas morfologias superpostas. No primeiro caso a morfologia infra-estrutural do conjunto do relêvo, resumindo os traços essenciais num mapa de escala grande. No outro, o caso que raramente as cartas topográficas representam, isto é, seriam as formas menores devidas à erosão acelerada.

# 16 — Ciclo vital dos rios e ciclo de erosão do relêvo

Não nos iremos aqui estender em maiores considerações a propósito das vantagens e desvantagens da nomenclatura sistematizada pelo geógrafo americano W. M. Davis. Comparou êste autor os diferentes aspectos da paisagem física à vida humana e daí as denominações: rios jovens, maduros e velhos ou senis. Da mesma maneira propôs Davis para o relêvo as denominações de relêvo jovem, maduro, velho, e rejuvenescido, que constituem o chamado ciclo de erosão.

Não se deve pensar que a palavra *ciclo* signifique um retôrno ao ponto de partida o que seria um absurdo. Apenas é utilizada no sentido de um encadeamento normal do rebaixamento dos diferentes tipos de relêvo que tenham forma aguçada chegando no final do ciclo a formas muito rebaixadas, isto é, a um *peneplano*, ou como denominou Davis — *peneplanície*.

17 — Peneplanos e seus problemas de origem e evolução

O têrmo peneplanície vem do inglês peneplain, e foi criado pelo geógrafo americano W. M. Davis. Corresponde a peneplanície dos geólogos a uma superfície de erosão, ou melhor superfície de aplainamento, dos geógrafos. A superfície de erosão é utilizada pelos geógrafos num sentido amplo englobando: superfície de erosão aplainada e superfície de erosão ondulada.

Na França o general De La Noë e Emmanuel De Margerie em seu trabalho intitulado "Les formes du terrain" (Paris 1888) haviam proposto o têrmo de superfície de base.

A topografia seria sensivelmente aplainada a evoluiria para uma *superfície limite* apoiada sôbre os perfis de equilíbrio, e, esta superfície, inclinada para o nível de base, com pequenas ondulações correspondentes aos vales que se afundam na planície aluvial.

Douglas Johnson criticou o têrmo peneplain (peneplanície), preferindo peneplane — peneplano, pois no primeiro caso indica erradamente relêvo de acumulação, e no segundo caso relêvo aplainado. Os peneplanos correspondem ao último têrmo da erosão e podem ser confundidos com as planícies. Daí a necessidade de estudar a natureza e a estrutura do material que constitui a superfície topográfica sub-horizontal que se esteja percorrendo.

A planície é um relêvo de acumulação, enquanto o peneplano é um relêvo resultante essencialmente da erosão. E, a superfície sub-horizontal do peneplano corta indistintamente rochas tenras e duras com estruturas diversas nivelando-as igualmente. Por conseguinte trata-se de duas formas de relêvo

cuja origem e evolução são completamente diferentes, de topografia final semelhantes.

O peneplano ou superficie de aplainamento compreende uma superficie de erosão que corta estruturas diversas, possuindo formas fracamente onduladas e planas.

No dizer de Rui Osório de Freitas — "o peneplano, fisiogràficamente, aparece como uma forma topográfica de equilíbrio entre a estrutura, a natureza e a erosão, porém, francamente de desequilíbrio isostático por se ter tornado uma área leve de um compartimento da crosta".

Peneplanação — é o conjunto de processos ou o sistema de erosão que degrada, ou melhor regulariza as asperezas de uma superfície topográfica.

No trabalho realizado pela erosão as rochas duras ficam em relêvo, e nas rochas tenras teremos as partes mais deprimidas, com a implantação dos talvegues. Nas superfícies de aplainamento encontramos assim pequenas bossas ou elevações de rochas mais resistentes que constituem o que Davis chamou de monadnocks. Algumas vézes, estas elevações não coincidem com as rochas duras, estando em função de sua localização, por exemplo, em zonas de cristas. Neste último caso os alemães chamam a estas elevações acima da superfície de aplainamento, de fernling. E, quando coincide com rochas duras é o hartling.

# A) Peneplanos e seus problemas de origem.

- 1 O conceito mais antigo é o de Ramsay que em 1846 "observando a altura uniforme dos cimos da região meridional do País de Gales, admitiu serem êles remanescentes de um antigo plaino, hoje profundamente entalhado pela erosão". Segundo êste geólogo inglês a formação dêstes plainos era devida à erosão marinha, constituindo antigas plataformas de abrasão marinha.
- 2 O conceito de Von Richthofen é bastante semelhante ao de Ramsay. Todavia êste autor estudando os maciços hercinianos da Europa e as montanhas existentes na Ásia, combinava o trabalho da abrasão marinha com um desabamento tectônico lento das terras .
- 3 Conceito de Powell Ao estudar o efeito das águas correntes sôbre as rochas que afloram na superfície do globo, procurou êste autor demonstrar que por maior que seja a resistência oferecida pelas rochas a ação continuada dos agentes destruidores, acaba reduzindo a um plano situado pròximamente ao nível do mar.
- 4 Conceito de Davis Peneplanície é uma superfície levemente ondulada, resultante da degradação provocada por um ciclo geomórfico normal que se tenha desenvolvido até a extrema senilidade.

Davis definiu a peneplanície como sendo uma superfície ondulada que corta uma estrutura geralmente dobrada que se desenvolve em relação a um nível de base geral. Por conseguinte, se desenvolve em função de uma rêde hidrográfica exoreica.

O trabalho dos agentes exógenos é exaltado principalmente através da erosão fluvial. E' pelos rios que vai ser evacuado todo o material do leito fluvial e também das próprias vertentes. Em outros têrmos, podemos dizer que todo o ciclo de erosão, vai funcionar, segundo a erosão fluvial.

- 5 Conceito de D. W. Johnson Os plainos continentais, mesmo os mais extensos se podem formar pelo trabalho de erosão marinha não sendo necessário fazer intervir concomitantemente desabamentos, nem movimentos positivos do nível do mar, como havia feito Ramsay em 1846.
- 6 A. De Lapparent estudando os peneplanos da Europa pôs em evidência um argumento geológico muito importante, provando que tais superfícies de antigas montanhas niveladas estavam quase sempre recobertas por uma camada de depósito continental. E, sôbre êste depósito repousam então as camadas devidas à invasão marinha. Por conseguinte o modelado de tais superfícies de aplainamento no dizer de A. De Lapparent só poderia ter sido feito pela erosão normal.

- 7 O Prof. Francis Ruellan ao estudar minuciosamente a teoria de Davis, e de diversos autores que trataram do problema da origem dos peneplanos, deu maior ênfase à erosão elementar, isto é, à meteorização das rochas. Diz êste autor, que a erosão fluvial não é suficiente para explicar os aplainamentos que se encontram em diversas regiões do globo, longe de um rio. A erosão pluvial trabalhando o material previamente preparado pela meteorização é que explica o aparecimento dos peneplanos.
  - Classificação das superfície de aplainamento quanto à extensão: B)

As superfícies de aplainamento podem ter extensões muito variadas, e de modo geral podemos classificá-las em:

- 1 Superfície de aplainamento local
- 2 Superfície de aplainamento regional
- 3 Superfície de aplainamento geral
- 4 Superfície de aplainamento continental
- 5 Superfície de aplainamento intercontinental
- C) Denominações impróprias para os peneplanos:
  - 1 Peneplano embrionário
  - 2 Peneplano em nascimento
  - 3 Peneplano parcial
- D) Peneplanos soerquidos em planaltos A confusão dos peneplanos elevados com os planaltos advém do fato dos autores se prenderem à superfície topográfica, sem considerar a estrutura geológica. Nos planaltos a topografia subhorizontal deve corresponder a idêntica estrutura. Se tivermos, no entanto, uma topografia sub-horizontal, porém, uma estrutura geológica complicada com falhas e dobras niveladas, porém, em altitude relativamente elevada, concluímos evidentemente que se trata de um peneplano soerguido. Como exemplos dêsse tipo de peneplano, podemos citar a Ardena (Bélgica), os planaltos do leste africano, o planalto de Kibaras no Katanga.

No estudo dos plainos elevados deve-se considerar ainda o caso complexo das plataformas estruturais, ou superfícies estruturais, que muitas vêzes podem ser confundidas com peneplanos. E, isto é tanto mais fácil quando há um trabalho um pouco mais intenso da erosão entalhando vales e dando aparecimento a ondulações suaves. Nestas circunstâncias tem-se uma superfície de erosão levemente ondulada e não um peneplano ou superfície de erosão aplainada.

No Distrito Federal a parte montanhosa, constituída de rochas do embasamento, está cortada por uma superfície de erosão soerguida, e não pode ser confundida com uma superfície estrutural.



# Leituras Geográficas

#### OS SEICHES

(Continuação)

Les Vagues et les Marées — A. Berget

Deixemos um momento a água salgada e prestemos atenção a um fenômeno observado nos lagos, e principalmente no lago de Genebra: o fenômeno dos seiches.

Os seiches têm sido estudados nos lagos da Suíça; é, com efeito, sôbre o lago Léman que êles se manifestam com mais nitidez e têm sempre, por sua importância às vêzes considerável, atraído a atenção dos físicos.

Eis aqui, portanto, a aparência sob a qual o fenômeno se apresenta aos olhos do observador.

Quem estiver à margem do lago Léman, em Genebra, verificará que a água do lago, em dado momento, se eleva para baixar em seguida, estando tais subidas e descidas separadas por intervalos de tempo iguais, que duram, geralmente, de trinta e cinco a setenta minutos; êste movimento pode continuar durante muito tempo, às vêzes durante vários dias consecutivos.

Os seiches de duração acima mencionada se produzem no sentido da extensão do lago, entre Genebra e Villeneuve. Outros, de menor duração, produzemse no sentido transversal, entre Lausanne e Evian. E' raro passar-se um dia sem que se observe um seiche de importância mais ou menos grande.

A importância dos seiches, quer dizer, a medida a que se eleva ou se abaixa de seu nível médio a água, varia enormemente. Essa medida depende, entre outros fatôres, da posição topográfica do ponto onde ela seja observada; da sua situação à borda de um lago mais ou menos grande; do fato de estar ela na extremidade dum diâmetro longitudinal ou transversal da bacia.

Em Genebra o seiche mais forte já observado foi em 3 de outubro de 1841. Sua amplitude total foi de  $1^m83$ .

Depois dessa data os seiches não ultrapassaram 40 centímetros de amplitude no sentido longitudinal, e 20 centímetros no sentido transversal.

Assinalados pela primeira vez em 1730 no lago Léman, os seiches foram, desde então, objeto de numerosos estudos.

Não faltaram hipóteses para explicar sua origem; uns a atribuíram à subida das águas do Ródano em virtude de bancos situados no fundo do lago, outros a uma chegada súbita de águas provindas da fusão de geleiras.

Também se pensou na atração das nuvens eletrizadas sôbre as águas do lago ou na atração luni-solar produzindo marés, como no oceano. Mas Forel em 1873 fêz o estudo metódico dos seiches e encontrou as leis exatas, assim como a explicação racional. Essas leis resultam no seguinte: os seiches são oscilações "próprias" da massa líquida contida na bacia; essas oscilações podem ser provocadas por causas exteriores, cuja principal é a variação da pressão atmosférica.

<sup>\*</sup> Textos selecionados, traduzidos e adaptados por Cecília Cerqueira Leite Zarur.

#### CORRENTES DE MARÉ

Oceanografia Física — GERHARD SCHOTT

A utilização com fins práticos das correntes de fluxo e refluxo é também uma das exigências da navegação. A direção e especialmente a velocidade destas correntes varia muito para um momento dado em um local. Acrescente-se a isto a mudança periódica regular, segundo o tempo. Por êste motivo há mapas das correntes de maré para algumas regiões marítimas de grande importância, como, por exemplo, para o Mar do Norte e as águas britânicas. Por elas se pode conhecer as correntes de maré existentes em cada momento.

Verifica-se também um estranho fenômeno relacionado com as marés, que ocorre sòmente em umas poucas desembocaduras de rios, onde o fluxo e refluxo são por si mesmo muito acentuados. No momento das águas vivas (maré máxima,) é acumulada no mar, em pouco tempo, grande quantidade de água que a onda de fluxo carrega pela desembocadura do rio a dentro. Como êste logo perde tanto em largura quanto em profundidade, a onda para recobrar o que perdeu cresce para cima, quer dizer, provoca um entumescimento em altura e um aumento em velocidade de propagação. Assim se forma em algumas circunstâncias, uma onda de maré, que avança em forma de muralha, e que rompe com o maior ímpeto contra as partes pouco fundas. Esse fenômeno chamado "bore" em inglês, e "mascaret" pelos franceses, se observa em alguns rios da França, como o Sena; também no Amazonas e Tocantins, aonde o chamam de "pororoca", e no braço do Hugli (Ganges). E' particularmente imponente na desembocadura do Tsien-Tang na bacia de Han-techou; perto da cidade de Haining, êste fenômeno alcança às vêzes seu máximo, e cruza a cidade no momento preciso em que a lua passa pelo meridiano, sendo sua altura sôbre o nível do rio de 3.5 a 4 metros e às vêzes de 7 a 8 metros.

Fácil é imaginar o perigo que oferece esta grandiosa muralha d'água, que se precipita com velocidade vertiginosa, e vai acompanhada de um rouco bramido que se ouve a alguns quilômetros de distância.

### OS "ATOLLS"

Géographie Universelle — Tomo X — V. DE LA BLACHE

As construções de coral encontram sua mais completa expressão no atoll, se bem que a massa de polipeiros dêste esteja bem longe de comparar-se à dos recifes de franjas e de barreiras; porque no verdadeiro atoll a construção coralina aparece só à superfície do oceano. O atoll é também a forma coralina mais estreitamente associada à economia geral do oceano. Composto de uma coroa de coral geralmente estreita e baixa, cortada de brechas mais ou menos numerosas, o atoll aprisiona uma lagoa de águas marinhas, lençol geralmente pouco profundo, renovado pelas correntes dos escoadouros, por vêzes muito fortes malgrado a fraqueza das marés, e elevando a temperatura extremamente quente, que muitas vêzes ultrapassa a dos centros térmicos do Pacífico ocidental.

Há atolls em tôda a extensão do mar de Coral. Quanto mais se avança pelo mar de Coral na direção N. e L., mais numerosos se tornam os atolls e mais semelhantes uns aos outros, de modo a constituírem, em alguns arquipélagos, o único tipo de construção coralina muitas vêzes repetido.

Os atolls mais numerosos são os de Tuamutu, a leste, e os de Marshall, ao norte.

Os atolls de Marshall apresentam a mesma uniformidade, mas, são cobertos de vegetação terrestre mais luxuriante que a de Tuamutu, malgrado a exigüidade de franja de terra estreita que comumente cerca lagoas bem vastas. O regime dos alísios, que prevalece nas lagoas de Marshall, como nas de Tuamutu, renova constantemente pelas brechas as águas das lagoas, ao mesmo tempo que revolve

sem cessar, do lado do vento, as construções de polípeiros, de modo a fazer flutuar no mar vizinho uma quantidade de areias muito finas de origem coralina.

As Marshall, descobertas em parte pelo capitão inglês dêsse nome, em 1788, desenvolvem-se do norte-noroeste ao sul-sudeste sôbre duas linhas, a Ralik a oeste e Ratak (Radak) a leste. Compreendem oitocentos e sete ilhas e ilhotas que formam trinta e dois grupos de uma superfície de 190 km². Tôdas são ilhas baixas e, em geral, atolls onde dominam os triângulos e trapézios. A capital é Jabur (Jabor) no grupo Jaluit.

Revista Marítima Brasileira, ns. 1, 2, 3 — Orlando Rangel (Relatório)

Bikini-Atoll, também chamado Escholtz-Atoll ao tempo da dominação alemã, fica situado no oceano Pacífico norte, ilhas Marshall, Ralik Chain, a 11º e 31º de latitude norte e 165º e 34' de longitude este.... As bases de Kivajalein e Enirvetok, utilizadas para as experiências, \* ambas nas ilhas Marshall, ficam a cêrca de 370 quilômetros de Bikini.

O comprimento do *atoll* de Bikini é de 40 km na direção este-oeste, e a largura de 22 quilômetros. Cêrca de 20 ilhas compõem o *atoll*, tôdas baixas, com 3 metros, no máximo acima da superfície do mar. A principal ilha, situada na extremidade nordeste, tem também o nome de Bikini.

A laguna interior, de água azul e calma, formada pelas ilhas e anéis de coral, fornece magnífico local para ancouradouro, cujo acesso é facilitado por entradas ou canais.

# A ALTERAÇÃO DAS COSTAS OCEÂNICAS E A EROSÃO MARINHA

Les Problèmes de l'Oceán — A. BERGET — P. 284

O resultado imediato do ataque do mar às costas é o destaque de blocos às vêzes de grande volume, e detritos de menores dimensões, uns constituídos de cascalho ou de areias, quando provêm da desagregação de rochas areníticas ou graníticas; outros formando lôdo, quando provêm da desagregação de rochas argilosas.

O lôdo é carregado mais longe e vai-se depositar nas regiões onde a agitação do mar se localiza à superfície. As areias e os cascalhos formam, diante da praia, uma zona de depósitos litorais, mais e mais misturados com argila à medida que se afastam da costa. Os blocos grossos, enfim, ficam perto da costa e se reduzem perdendo suas arestas vivas, gastas pela fricção. Reduzem-se também por divisão, em blocos menores, que resultam por sua vez em seixos e tornam-se areias mais ou menos finas.

Arrancados das costas pelas correntes da maré, êsses materiais atingem o fundo ou chanfraduras, formando nos primeiros os bancos de calhau, que é comum ultrapassarem de vários metros o nível do mar alto; nas chanfraduras êles se prendem às duas pontas terminais, formando espécies de flechas, que se juntam pouco a pouco e deixam entre si uma passagem estreita. Nascem assim as restingas, formadas de uma série de molhes, provenientes da acumulação local dos materiais arrancados e transportados pelo mar.

Os fenômenos de submersão ou de emersão de certas costas estão hoje em dia perfeitamente estabelecidos. Na Europa os de submersão fazem-se sentir sobretudo nos Países Baixos. Se até a época romana a segurança do solo parecia certa, a situação tornou-se perigosa a partir do século IX. Em 1170 começou a destruição da faixa de terra que ligava a Frísia à Holanda. No século seguinte nascia o Zuyderzée no lago Fleve; êsses fenômenos de submersão são portanto de data bastante recente.

No litoral da Mancha, em Wimereux, por exemplo, recolheram-se numerosos troncos afundados, ao lado de sílex da idade da pedra polida. Em Cherbur-

<sup>\*</sup> Atômicas.

go, e no Havre, há tendência a submersão, e os rochedos Calvados fizeram, em outra época, parte da terra firme.

Na Bretanha os vestígios de submersão são numerosos. A lendária cidade d'Y está hoje afundada sob 15 metros d'água na bacia de Trépassés, e perto da ponte de Plogoff distinguem-se, quando o mar está bem baixo, pedras druídicas a 6 metros de profundidade.

Quérande, le Croisic, Bourgneuf oferecem, ao contrário, sinais de emersão recente, e La Rochelle não se liga mais ao mar senão por um estreito canal, comumente entulhado. No Mediterrâneo, em Fréjus, o velho pôrto com seus anéis destinados a amarrar as galeras está hoje no meio das terras.

E' nas costas setentrionais da Suécia que o fenômeno de emersão é mais notável. A elevação progressiva do norte da península escandinava tem sido medida com precisão. Já em 1730 o astrônomo e físico Celsius anunciou e fêz traçar ao nível do mar, para pôr em evidência sinais que se têm elevado a mais de um centímetro por ano. Inversamente a ponta terminal da península afunda-se gradualmente; várias ruas de cidades do litoral sueco estão atualmente submersas; desde as observações de Celsius esta parte da Suécia submergiu 1m50 e perdeu para o mar uma faixa de 300 metros.

Observam-se fenômenos análogos na América bem como em certas ilhas do Pacífico. O que é certo é que os fenômenos de imersão e emersão mudam, a cada instante, os contornos da borda dos oceanos, e fazem do domínio marítimo uma superfície eternamente variável.

### DE MAGALHÃES AO CANAL DE BEAGLE

Mis Viajes a la Tierra del Fuego — A. M. DE AGOSTINI, Milão 1929

A vertente meridional da elevada cordilheira da Terra do Fogo está limitada em tôda sua extensão pelo canal de Beagle, que se alonga quase retilíneo por umas 200 milhas desde a extremidade ocidental da península de Brecknock até o cabo de São Pio, entre as montanhas da Terra do Fogo, ao norte e o desordenado conjunto de ilhas, que em larga cadeia o protegem ao sul contra as turbulentas águas do Pacífico.

A viagem entre Magalhães e Uhuaia se faz tôda ao largo dos canais, por umas 257 milhas, por regiões desabitadas e desconhecidas porém muito pitorescas. E' uma via tortuosa e de variedade infinita, ora entre enseadas, baías, ilhotas e bosques frondosíssimos, ora estreita, entre elevadíssimas paredes de rochas desnudas e esqueléticas.

... O canal da Madalena: Quando chegamos ao farol São Isidoro já era noite, e depois de algumas milhas mais saímos ao mar largo defronte ao cabo Forward, muito temido por serem aí particularmente terríveis as tormentas: as ondas que se formam a grande distância, alcançam uma altura e violência verdadeiramente impressionantes. Dirigimos a prôa para o canal Madalena, onde entramos à meia noite. Tão grande era a escuridão, devido à sua pouca largura e às altíssimas montanhas que caem a pique sôbre suas margens, que nos vimos obrigados a parar. Mas veio a lua e iluminou aquêle caos de horríveis precipícios e de picos inacessíveis, sobrepostos uns aos outros nas posições mais atrevidas e inverossímeis. Os cumes ponteagudos e as enormes paredes de gêlo que caíam a pique sôbre nossas cabeças tomaram, sob os raios prateados da lua, um aspecto vago, de pálidos espectros, rígidos e frios, imobilizados por uma sensação de mágico encanto.

Passava de meia noite quando chegamos à baía de Sholl, onde passamos o que restava daquela inolvidável noite.

.... Passado o canal da Madalena entra-se no canal de Cockburn. Até o fim dêste a costa, antes elevada e coberta de bosques verdejantes, começa a baixar pouco a pouco e torna-se nua e esquálida.

Uma abertura para o oeste assinala o limite do canal de Cockburn e a entrada nas águas do Pacífico.

E' o temido Passo Brecknock, zona de violentos furacões; rochas, em forma de altos obeliscos e tôrres imponentes, projetam-se severas e escuras no horizonte, iluminadas por uma luz tétrica e sem vida, que se desprende de um céu sempre coberto por densos vapôres. Apenas penetramos no passo Brecknock, aparecem no horizonte longínquo do oceano as Fúrias Orientais e Ocidentais, grupos de ilhotas e de penedos povoados de leões marinhos, cujo ruído se confunde com o fragor das ondas. Mais ao ocidente até a ilha Negra que termina com uma rocha altíssima em forma de tôrre, há um labirinto de escolhos, de baixios e de monolitos submarinos, que, unidos à fúria do mar e dos ventos, tornam aquêle trecho de costa extremamente perigoso.

Não há nave que se arrisque a passar por esta localidade, domínio incontestável dos leões marinhos e de legiões de pingüins; só de vez em quando se aventuram alguns caçadores de focas, a maior parte dos quais não regressa para contar sua temerária aventura.

A Via Láctea, assim chamada pelo grande número de escolhos contra os quais bate o mar desfazendo-se em espuma branca, produz pânico e terror até aos mais espertos e audazes navegantes.

"Uma só mirada a essa região para quem não esteja acostumado ao mar, disse o naturalista Darwin — bastaria para sonhar durante oito dias seguidos com naufrágios, perigos e mortes".

... O canal de Beagle: Atravessado o passo de Brecknock, entramos nas tranqüilas águas do canal de Beagle.

Desde o pôrto Garibaldi até a ponta David, o canal de Beagle se estende entre elevadíssimas montanhas, que caem quase verticalmente no mar, estreitando-se ao mesmo tempo o seu leito, que tem de uma a três milhas de largo. Em ambas as vordas, acima das paredes verticais da montanha, cresce pujante e frondosa vegetação de faias e loureiros, com todos os seus matizes de verdes frescos festonados com manchas de musgos amarelos e encarnados, através dos quais se despenham graciosas cascatas que, como fitas flutuantes de prata, perdem-se no emaranhado da selva e precipitam-se no mar.

Cândido capucho de neve cobre a crista dos montes e desce em vários ramais, formando cá e lá manchas branquíssimas, que destacam a côr das rochas, ora de laranja pálido, ora azul violeta ou intenso, conforme projete o céu suas fantásticas luzes.

A medida que se segue por êsse canal, se nos apresentam de repente imensas geleiras, originadas no interior da cordilheira de Darwin e majestosamente baixam até o mar como impetuosos rios de gêlo.

De tôdas as geleiras (os *ventisqueros*) que adornam êste braço de mar a mais imponente é aquela a que chamamos Itália. E' uma imensa parede de gêlo de mais de mil metros de altura e outros tantos de largura, que se levanta ameaçadora sôbre o canal, para o qual descarrega continumente enormes blocos de gêlo.

#### A TERRA DO FOGO:

Mis Viajes a la Tierra del Fuego — A. M. DE AGOSTINI, Milão, 1929

No extremo da extensíssima língua de terra da América do Sul, que se vai estreitando à medida que se aproxima do Pólo, banhada pelos oceanos Atlântico e Pacífico, o continente como que se desfaz em vasto arquipélago que, separado da terra firme pelo estreito de Magalhães, penetra nas frias e misteriosas soledades do Antártico sob o sugestivo nome de Terra do Fogo, dado por seu descobridor Magalhães, que se impressionara com as numerosas fogueiras que os índios, para se protegerem contra o frio ascendiam na floresta.

A situação da região nas remotas soledades do sul e as imensas camadas de gêlo que cobrem suas costas ocidentais, açoitadas permanentemente pelas correntes geladas antárticas, determinaram e mantiveram por muito tempo arraigada a crença de que fôsse essa terra inóspita e de clima adverso a ponto de tornar impossível a vida para populações medianamente civilizadas.

Contudo não se trata de uma região de clima polar, nem tão pouco frio; como os países europeus que correspondem ao mesmo paralelo, produziria tôda classe de cereais se as correntes glaciais do Rio Sul, sob as formas atmosféricas e marinhas, não o tornassem impossível.

Este território tem aproximamente 72 000 km², 50 000 km² dos quais sob o domínio da República do Chile; à República Argentina pertencem 22 000 km², compreendendo a parte oriental da ilha Grande da Terra do Fogo e a ilha dos Estados.

Entremeadas às ilhas maiores, que formam, por assim dizer, a armação principal do arquipélago, há infinitas outras menores, de tôdas as formas e dimensões, separadas por uma rêde intrincada de canais sinuosos e enseadas numerosissimas e profundas.

Sob o aspecto de estrutura orográfica pode-se dividir o arquipélago em duas partes muito distintas: a zona da Cordilheira e a do Pampa. A primeira compreende as ilhas situadas ao sul do estreito, desde a da Desolação à de Davidson, as ilhas austrais até o cabo Hornos e a parte da ilha da Terra do Fogo situada ao sul da grande depressão hidrográfica do fiord do Almirantado do lago Fognano e depressões sucessivas na direção do Atlântico. A zona pampeana abraça, ao contrário, a parte da Terra do Fogo que se encontra ao norte das regiões que acabamos de nomear.

A primeira zona está na sua maior parte coberta por um sistema complicado de montes elevados, nos quais não é difícil reconhecer um prolongamento da cordilheira dos Andes, que nas eras geológicas se afundou no estreito de Magalhães. Numerosas e vastas geleiras cobrem, como um grande manto, os cimos dêsses montes e inundam os vales profundos com camadas de gêlo que se precipitam por vêzes em cascatas gigantescas no mar.

Este labiríntico sistema orográfico abunda em vales cujos declives, abrigados pelos ventos, são cobertos de exuberante vegetação florestal, que se vai tornando raquítica até desaparecer por completo no litoral do Pacífico, nas escarpas e encostas alcantiladas em eterna luta com as enraivecidas ondas do oceano.

Nos vales e desfiladeiros afundam os lagos, lagunas e pântanos, traços remotos dos gelos que na era quaternária cobriram essa região.

Nas regiões mais ocultas da cordilheira e em meio do intrincado labirinto de canais, há os mais surpreendentes contrastes; uma vegetação que evoca a das regiões tropicais, circunscrita por braços de mar que arrastam em pleno verão enormes blocos de gêlo é embelezada pela alvoroçada linguagem do papagaio equatorial e pelo triste e monótono gemido do pinguim antártico.

Mais ao ocidente, esparramados aos pés da cordilheira como sentinelas avançadas, destaca-se uma infinidade de ilhotas, de recifes espectrais e fantásticos, em luta constante com as ondas enfurecidas do oceano, que contra êles se desfazem levantando formidáveis colunas de branca espuma, enquanto em sua base, corroídos pela fôrça demolidora do mar, profundas cavernas, antros solitários dão abrigo a milhares de nútrias, focas e leões marinhos, cujos rugidos apagam até o estrépito das ondas que se desfazem.

(Continua)



Éste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia - Avenida Beira-Mar, 436 - Edifício Iguaçu - Rio de Janeiro, D. F.

# Noticiário

#### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

#### Conselho Nacional de Geografia

DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL, DELEGAÇÕES PRESENTES — ÍNTEGRA DO DISCURSO DO DESEMBARGADOR FLORÊNCIO DE ABREU NA SOLENIDADE DE ABERTURA — RELATÓRIO LIDO PELO SECRETARIO-GERAL DO C.N.G. NA PRIMEIRA REUNIÃO PLENÁRIA — NOTAS SÓBRE AS SESSÕES PLENARIAS, CONFERÊNCIAS E MESAS-REDONDAS, SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO — HOMENACEADO O EMBAIXADOR MACEDO SOARES — DIVERSOS DISCURSOS PROFERIDOS NA OCASIÃO — RELATO DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA GERAL DO C.N.G. — Na primeira quinzena de julho, realizou-se a XIV sessão ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, ao mesmo tempo em que era levada a efeito a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Compõem-se as referidas Assembléias de delegados ministeriais e representantes das unidades federativas.

Os trabalhos da Assembléia Geral do C.N.G. foram dirigidos pelo desembargador Florêncio de Abreu, presidente do I.B.G.E., assessorado pelo Ten. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes e Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, respectivamente, secretário-geral e secretário-assistente do referido Conselho.

## DELEGAÇÕES

As representações federais e estaduais à referida Assembléia estavam constituídas dos seguintes delegados: — Ministério da Aeronáutica — Brig. Antônio de Azevedo Castro Lima; Cap. Av. Odair Fernandes de Aguiar (suplente); Ministério da Agricultura — Eng.º Alberto Ribeiro Lamego; Eng.º Alberto Idefonso Erichsen (suplente); Ministério da Educação (técnico) Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg (suplente); Ministério da Educação (rep. especial) Prof. Carlos Delgado de Carvalho; Prof. Victor Ribeiro Leuzinger (suplente); Ministério da Fazenda — Dr. Jesuíno de Freitas Ramos; Ministério da Guerra — Gen. Nélson de Castro Sena Días; Cel. Jacinto Dulcardo Moreira Lobato (suplente); Ministério da Marinha — Contra-Alte. Edmundo Jordão Amorim do Vale; Comte. Hélio Ramos de Azevedo (suplente); Ministério das Relações Exteriores — Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira; Ministério das Relações Exteriores — Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira; Ministério das Relações Exteriores (rep. especial) Ministério do Trabalho — Dr. Péricles Meio Carvalho; Ministério da Viação — Eng.º Flávio Vieira; Eng.º Hermelindo de Barros Lins (suplente); Conselho Nacional de Estatistica — Eng.º Moacir Malheiros Fernandes Silva; Prefeitura D.F. — Dr. Sebastião Nascimento; Amapá — José Ralmundo Barata; Guaporé — Dr. César Augusto Carvalho de Queirós; Rio Branco — Dr. Jerocílio Gueiros.

Instituições culturais — Alte. Jorge Dorsworth Martins; instituições técnicas — Eng.º João Antônio Neto. Delegação estadual: — Alagoas — Dr. Manuel Diegues Júnior; Amazonas — Prof. Leopoldo Peres Sobrinho; Prof. Elmacino Martins de Araújo Filho (suplente); Bahia — Eng.º Lauro de Andrade Sampaio; Ceará — Eng.º Paulo Torcápio Ferreira; Eppirto Santo — Eng.º Cicero Morais; Golás — Sr. Napoleão da Costa Ferreira; Maranhão — Prof.ª Maria José Sampaio de Freitas; Mato Grosso — Dr. José Vilanova Tôrres; Minas Gerais — Eng.º Valdemar Lobato; Pará — Prof. Francisco Cronje da Silveira; Paraíba — Dr. Hildebrando Meneses; Pernambuco — Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo; Piauí — Dr. José Lopes dos Santos; Rio de Janeiro — Eng.º Luís de Sousa; Rio Grande do Norte — Dr. Américo do Oliveira Costa; Rio Grande do Sul — Dr. Clândio Osório Pereira; Santa Catarina — Eng.º Carlos Büchele Júnior; São Paulo — Valdemar Lefèvre; Sergipe — Prof. Alfredo Montes de Araújo Pinto.

#### PRINCIPAIS FATOS

Na solenidade de abertura conjunta das duas Assembléias, o desembargador Florêncio de Abreu proferiu importante discurso-relatório, que vai publicado, integralmente, linhas abaixo.

Os Srs. Flávio Vieira e Mário Sinibaldi, em nome da representação federal das alas geográfica e estatística, saudaram os delegados regionais. Agradeceram, pelos delegados dos órgãos geográficos e estatísticos, respectivamente, os Srs. Luís de Sousa, representante do estado do Rio de Janeiro, e Clóvis Pena Teixeira, do território do Amapá.

Os trabalhos prolongaram-se por doze dias. Na parte da manhá, realizavam-se as sessões para o debate dos problemas de interêsse da Geografia nacional. As tardes eram dedicadas a reuniões das Comissões regimentais incumbidas de dar parecer nas proposições apresentadas em plenário, bem como à realização de conferências e mesas-redondas.

Duas foram as conferências promovidas, especialmente, para os participantes da Assembléia, a saber: "A vocação do Pianalto Central do Brasil", proferida pelo Prof. Francis Ruellan; "O valor da Geografia na formação intelectual dos jovens; o papel da Geografia na formação do cidadão; a Geografia aplicada" pelo geógrafo e professor francês Pierre Monbeig.

As três mesas-redondas realizadas no decorrer dos trabalhos tiveram como temas, respectivamente: — "Elaboração de um dicionário técnico de têrmos geográficos, geológicos e outros afins"; "O processo de cálculo das áreas estaduais, municipais e distritais" e, finalmente, "Problemas gerais do ensino da Geografia".

Como parte do programa cultural da Assembléia, foi levada a efeito uma excursão a Angra dos Reis a bordo do cruzador Tamandaré.

DISCURSO-RELATÓRIO LIDO PELO PRE-SIDENTE DO I.B.G.E. NA INSTALAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS-GERAIS DOS CONSELHOS NA-CIONAIS DE ESTATÍSTICA E DE GEOGRAFIA - Exulto com esta nova oportunidade que se me apresenta de ter o honroso privilégio, durante alguns dias, de presidir a Assembleia--Geral dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatistica. Reúnem-se aqui, neste ensejo, expoentes dessas especialidades fecundas, procedentes de todos os quadrantes do país, oferecendo um dos retratos do Brasil de corpo inteiro num dos seus aspectos mais interessantes e expressivos, pois configura um conjunto de atividades práticas da mais alta relevância para o exato conhecimento da realidade brasileira, de moide a proporcionar às elites dirigentes o instrumental imprescindivel para orientar, propelir e firmar em bases seguras o desenvolvimento do país.

No meu discurso de posse no Instituto His-tórico e Geográfico Brasileiro, no ano passa-do, referi-me à importância da criação do Conselho Nacional de Geografia para o progresso dos estudos geográficos no Brasil. Fundação em 1937, tornou-se êle desde então um grande propulsor de estudos especializados, que tomaram desde logo novo alento e novos rumos, atualizando-se em harmonia com os novos méto-dos, as novas aquisições, os novos horizontes da moderna ciência geográfica. "A Geografia se havia desmoralizado com as próprias mãos" rudemente conceituava o saudoso professor Everardo Backheuser; mas acrescentava que em razão da criação do Conselho Nacional de Geografia, de par com a instalação dos cursos especiais nas faculdades de Filosofia, a Geografia estava atravessando no Brasil uma fase eufórica "de extravasamento, de incandescente entusiasmo e de infiltração nas camadas sociais do país". E' que se passava a ter nítida compreensão do real valor, para o bem-estar e progresso humano, do incremento das pesquisas e estudos geográficos, sob a luz solar dos seus novos métodos. Como escreve Max Sorre, a Geografia assumiu hoje a posição de um instrumento de meditação da vida, que nos põe em presença dos mais agudos problemas da atualidade.

Pôsto que desde muito tempo melhor compreendida entre nós a importância da estatística, ainda no ano de 1926 o mesmo professor Backheuser, em seu conhecido trabalho intitulado "A estrutura política do Brasil", afirmava que, salvante a organização da estatística de caráter comercial por Joaquim Murtinho no Ministério da Fazenda, o nosso aparelha-mento censitário era simplesmente rudimen-tar; e, lamentando a carência de estatísticas, entendia que a curva rigorosa dos estágios da civilização na nossa pátria só seria desenhada a partir da abcissa correspondente aos tempos em que se começasse a ter o servico de estatística organizado. Ora, senhores delegados, parece-me lícito assegurar que a abcissa, nesse caso, teria sido obtida com a instalação e amplo funcionamento do nosso Instituto, mercê do eficaz aparelhamento de que dispõe e da competência e do devotamento dos seus servidores, que, diga-se a bem da verdade, vêm agindo com admirável espírito cívico em o desempenho do seu árduo mister.

Por outro lado, se faz ainda pouco tempo se aludia a certo atraso na apuração dos dados estatísticos, já agora nos foi possível o lançamento do "Anuário Estatístico", referente a 1953, em 15 de dezembro de 1953. Não se poderia exigir maior atualização. Ressalte-se ainda que o esquema de publicação básica do Conselho Nacional de Estatística ofereceu uma série de inovações com o objetivo de atender

à necessidade de mais pronta difusão das estatisticas brasileiras, de modo a poder inserir nesse mesmo "Anuário", no seu elenco de informações numéricas, elementos referentes ao próprio ano de 1953.

O aperfeiçoamento constante, porém, das estatísticas nacionais depende, essencialmen-te, do concurso de técnicos e cientistas profissionais bem formados e progressivamente especializados. Essa formação profissional encerra complexidade da maior monta, porque exige não apenas ponderáveis recursos materiais, como, especialmente, professôres universitários de larga experiência e comprovada cultura. Essas complexidades explicam porque, apesar das constantes recomendações de congressos internacionais e pan-americanos de estatística, nenhum país da América Latina, até hoje, ousou organizar e manter um estabelecimento de ensino superior de ciências estatísticas. A projeção cultural do Brasil, porém, entre os países dêste hemisfério, impunha a criação de uma escola dêsse gênero, para servir não somente à formação de técnicos patrícios, mas, também, às nações irmãs, através da concessão de bôlsas escolares. Dai, a auspiciosa criação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, o empreendimento mais arrojado do Instituto nos últimos tempos, em benefício da cultura brasileira.

Encontrei, de parte dos ilustres membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, o mais elevado espírito de cooperação e de compreensão, quando, em março de 1953, lhes propus a criação da Escola Brasileira de Estatística, a qual nesse mesmo ano já funcionava regularmente e dava ao Brasil a primeira turma de 33 estatísticos de nível intermediário, quase todos, hoje em dia, a serviço da entidade, em diferentes pontos do território nacional. Posteriormente se reconheceu a necessidade de expandir a Escola e de conformá-la à legislação orgânica do ensino superior, de forma a dar-lhe, consoante o recomendado por esta ilustre Assembléia-Geral, em 1953, o caráter de Faculdade. Graças, uma vez mais, à colaboração da Junta Executiva Central, da congregação da Escola e do professor Jurandir Lodi, diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, tornou-se possivel, a 29 de maio de 1954, no Dia do Estatístico, transformar a Escola Bra-sileira de Estatística em Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que ora mantém o curso intermediário e o curso superior.

Entreguei a sua direcão, com o aplauso unânime de sua ilustre congregação, a um ve-lho e devotado servidor da estatística brasileira, tantas vêzes delegado a esta Assembléia, o professor Lourival Câmara. Já eleitos seus membros na forma da lei, se encontram em plena atividade o Conselho Técnico, o Conselho Administrativo e a congregação da Escola, que, se constituem de personalidades eminentes do magistério superior do país. Representa a Escola, a meu ver, o marco definitivo no preparo da consciência do estudo da estatística como ciência em nosso país, obra patriótica por excelência, e indispensável ao Brasil, mas, ao mesmo tempo, obra das mais difíceis, cujo êxito reclama a nossa melhor atenção, o nosso desvêlo, a nossa cooperação e, sobretudo, idealismo consciente e realizador. A esta altura, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas já repercutiu no cenário interna-cional, a ponto, mesmo, de a Organização das Nações Unidas pleitear, com insistência, concessão de bôlsas para estudantes de diversos países. Isto significa que estamos sendo úteis, que estamos realizando obra honesta e séria, o que conforta e dignifica o Instituto. Paralelamente, e com análogo objetivo, teve o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografía importante iniciativa na esfera que lhe é peculiar. Ao ter a honra de assumir a presidência dêste benemérito Instituto, referi-me à diminuta cooperação de geógrafos, salientando então que a quase totalidade dos profissionais da Divisão de Geografía vinha sendo recrutada nas faculdades de Filosofía, tornando-se mister quase sempre certo estágio de treinamento no Conselho Nacional de Geografía, para que os geógrafos provenientes das faculdades se integrassem na profissão; e aludii. c m justo enc mão, à 12. M 3ão 16 mesmo Conselho que autorizara a respectiva Secretaria-Geral a admitir como estagiários para a Divisão de Geografía alunos do curso de Geografía das faculdades de Filosofía, Ciências e Letras.

Essa providência, porém, não seria bastante, pois se impunha ainda a instalação de um centro de aperfeiçoamento de geógrafos anexo à Secretaria-Geral, atenta à necessidade cada vez mais sensivel de geógrafos capazes de realizar, no território nacional, trabalhos de pesquisa, em conformidade com a moderna metodología geográfica e de molde a pôr os brasileiros ao corrente da plena realidade geográfica brasileira. Tenho, hoje, a nímia satisfação de anunciar a expedição, pelo Diretório Central, da resolução n.º 475, que criou o "Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos" na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografa e que será agora apreciada e, sem divida, aprovada pela egrégia Assembléia-Geral, tal o alcance da providência que nesta resolução se contém.

Apraz-me ainda comunicar aos senhores delegados haver o secretário-geral do mesmo Conselho tomado, por sua vez, uma iniciativa de grande alcance para o conhecimento oportuno, sistemático e progressivo da marcha das atividades da Secretaria-Geral, através de breves comunicações de seus diferentes técnicos junto ao Diretório Central. A partir de 1.º de setembro do corrente ano, pós em prática o secretário-geral a realização de pequenas pa-lestras perante os membros do Diretório Central, reunidos por ocasião de suas sessões or-dinárias. As palestras, de dez a quinze minutos de duração e proferidas por servidores do Conselho, visam a proporcionar o conhecimento da marcha dos trabalhos geográficos, cartográficos e culturais em andamento, ou já levados a efeito pelas Divisões Técnicas da Se-cretaria-Geral. Ficando diretamente a par da situação de tais serviços, pode o Diretório sentir, cada vez mais, os problemas e as realizações da instituição a que supervisiona, e, dessa forma, tomar com acêrto cada vez maior as providências que se fizerem necessárias à fiel execução dos programas elaborados ou a elaborar.

Os trabalhos da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografía vém-se desenvolvendo com louvável intensidade. Em atenção às determinações da Assembléia, a Secretaria-Geral tomou as providências necessárias à execução das vintes e cinco resoluções aprovadas, algumas das quais de relevante importância, a começar pela de n.º 414, prescrevendo a elaboração de um atlas do Brasil que traduza, gráficamente, todos os fenômenos de ordem física, humana, econômica e política, relativos ao território nacional. Levantado de conformidade com a metodologia geográfica moderna e representando, quanto possível, o estado atual dos conhecimentos geográficos do país, constitui a elaboração dêsse atlas providência há muito reclamada pela administração e pelos meios científicos em geral.

Em obediência ao art. 4.º da citada resolução, foi designada uma Comissão de cinco membros incumbida de organizar o plano geral do referido atlas, plano êsse, já aprovado pelo secretário-geral, compreendendo quatro partes principais: 1.\*) Cartografia e pesquisas geográficas de campo; 2.ª) Geografia Física e Biogeografia; 3.4) Geografia Econômica; 4.4) Geografia Regional. De acôrdo com as solu-ções oferecidas pela Comissão no que tange à execução do atlas, a coordenação do trabalho incumbe à Divisão de Geografia, por se tratar de assunto precipuamente geográfico, mediante uma "Unidade Coordenadora" organizada dentro da Divisão. Os assuntos serão, tanto quanto possível, representados num cartograma na escala de 1:10 000 000, vazado em folhas sóltas, o que facilitará a sua divulgação à medida que ficarem prontas, contribuindo destarte para que a matéria não perca a conveniente atualidade, especialmente a relativa à Geografia Econômica. O atlas será impresso em côres básicas chapadas e retículas, cumprindo estudar a melhor maneira de imprimi--lo com o mínimo de côres para melhor clareza do trabalho.

Acredito que não serão gastos mais de seis anos na sua execução; e já posso mesmo informar que foram entregues à Secção de Desenho da Divisão de Cartografia, para desenho ilnal e impressão, quatro fólhas referentes à densidade da população, à divisão regional do pais, ao clima e à vegetação original. Além dessas quatro fólhas entregues à Secção de Desenho, duas outras fólhas estão sendo encaminhadas à citada unidade de serviço, uma já pronta e relativa ao relêvo e hidrografia do Brasil, e outra aínda em desenho, ou seja, o mapa geológico do Brasil. Em conclusão, a Secretaria-Geral espera que, dentro de curto praço, possa ter a oportunidade de apresentar ao público, devidamente impressas as seis primeiras fólhas do atlas do Brasil de objetivo popular.

A necessidade urgente de se organizar e publicar o dicionário de têrmos técnicos relativos à Geografia, Geologia, Cartografia e ciências afins, levou a Assembléia-Geral a baixar, em 8 de julho de 1953, a resolução n.º 418. Considerando a conveniência de ser dado ao dicionário cunho nacional, a Assembléia autorizou a Secretaria-Geral do Conselho a elaborar o referido dicionário com o concurso dos Diretórios Regionais, consultores técnicos e to\_ dos os órgãos técnicos ligados aos mencionados assuntos. A fim de iniciar os trabalhos, o secretário-geral está dando os primeiros pas-sos nessa direção, intensificando para isso, bem como para outros fins, a atividade concernente so pleno funcionamento dos Diretórios Regionais, de cujo pronunciamento depende a fase final do trabalho preliminar, a extinguir-se em 31 de dezembro de 1954.

Dentro desse ponto de vista, a Secretaria-Geral, julgou melhor ouvir, numa das "mesas-redondas" programadas para a presente Assembléia-Geral, os pronunciamentos dos senhores delegados regionais interessados na discussão do importante assunto. Aliás, as "mesas-redondas", criadas pela resolução n.º 425 de 9 de julho de 1953, serão em número de três na presente reunião da Assembléia. Afora a discussão do tema relativo à elaboração do dicionário técnico de têrmos geográficos, geológicos e outros afins, figuram como assunto das "mesas-redondas" restantes, o debate acêrca do "Progresso do cálculo das áreas estaduais, municipais e distritais", e "Problemas gerais do ensino da Geografia". Finalmente, a orientação das mesas-redondas ficará a cargo das Divisões de Geografia, de Cartografia e Cultural da Secretaria-Geral.

A instituição dêsse tipo de debate anual decorreu da necessiadde de uma articulação mais íntima entre os órgãos técnicos da Secretaria-Geral e os órgãos executivos regionais, a fim de se dar maior unidade de orientação e de execução aos trabalhos geográficos e cartográficos. Os próprios problemas de administração, quando relacionados com a colaboração reciproca e mais estreita entre os órgãos da Secretaria-Geral e os órgãos regionais, poderão também ser considerados e discutidos nessas "mesas-redondas" anuais. Evidentemente, tais reuniões perderiam tôda a sua objetividade se o art. 2.º da resolução 425, que as institui, não estipulasse de modo taxativo que dos debates verificados deverão resultar conclusões objetivas, quanto à matéria em discussão, de modo a serem postas em prática tanto pela Secretaria-Geral quanto pelos órgãos regionais.

A falta de intercâmbio e de assistência financeira, era, com raras exceções, desanimadora a situação dos Diretórios Regionais. Desde 1952, porem, graças a uma nova compreensão do problema, e maior agudeza no exame dos reais interêsses e compromissos do Conselho Nacional de Geografia no plano nacio-nal, fol possível à sua XII Assembléia-Geral aprovar a resolução n.º 395, de 31 de outubro de 1952, dispondo sôbre a restauração e forta-lecimento dos Diretórios Regionais, mediante a inclusão no orçamento do Conselho de verba própria, destinada a prestar auxílio financeiro a êsses órgãos, na base de um mínimo anual de Cr\$ 25 000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros). Por fôrça dessa nova e objetiva diretriz, pode-se, desde 1953, observar um surto de interêsse e revitalização dos Diretórios Regionais, de que é expressivo reflexo a reorganização sofrida por cinco dêles e a crescente correspondência trocada entre êsses órgãos e a Secretaria-Geral do Conselho

Infelizmente, nem todos os Diretórios Regionais têm compreendido, de maneira conveniente, certos dispositivos regulamentares que regem a sua composição e garantem o seu pleno funcionamento. A resolução n.º 12, da Assembléia-Geral, datada de 17 de julho de 1937, que regula a constituição e o funcionamento do corpo de consultores técnicos, por exemplo, tem sido preterida por vários Diretórios. Pôsto que elementos de colaboração técnica dos Diretórios, consoante estipula o art. 3.º da ciada resolução, os consultores técnicos não são membros do Diretório, cumprindo ficar bem entendido que sómente éstes, e não aquêies, poderão ser credenciados como representantes das unidades federadas na Assembléia-Geral, como é expresso nos artigos 4.º e 5.º do Regimento da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Com base na legislação em vigor, respeitadas as normas regulamentares e tendo em vista os objetivos que norteiam, celebrou o Conselho, em anos anteriores, alguns convênios com os governos de certas unidades federativas e com importantes instituições públicas. Em consequência dos compromissos assumidos, a Secretaria-Geral, através da Divi-são de Geografia, executou vários trabalhos, nos têrmos dos respectivos acordos. Em 1953, dois geógrafos trabalharam permanentemente nos "Estudos de Recuperação Econômica da Baixada Fluminense". As atividades se desen-volveram em tôrno da organização do material recolhido nas pesquisas de campo e nas fontes de estatística. Foi redigido, outrossim, um texto para a apresentação ao público dos estudos empreendidos na referida Baixada, texto que constituirá um volume compreendendo 16 capítulos, além de uma introdução, e será enriquecido por diversas ilustrações. Esse trabalho já se encontra em sua fase final.

Prosseguindo, no decurso de 1953, os trabalhos de preparação das fólhas geomorfológicas referentes à bacia do São Francisco e terminados em dezembro do mesmo ano, pôde a Secretaria-Geral entregar à referida comissão os elementos do serviço que lhe coube executar, nos têrmos dos convénios e atos aditivos firmados entre a Comissão e o Conselho Nacional de Geografía. Releva especialmente referir que, em fins de novembro último, foram solenemente entregues os trabalhos do convênio firmado com a Comissão do Vale do Rio Doce.

Na esfera de atividades da Divisão de Cartografia, destacaram-se como trabalho de rotina: 1.º — A triangulação ao longo da linha Norte-Sul, atualmente no município de Euclides da Cunha, na Bahia; 2.º — O nivelamento de alta precisão nas áreas da Bahía e Espirito Santo; 3.º — Medição de bases e observações astronômicas nos pontos escolhidos, de acôrdo com o reconhecimento.

A Secção de Astronomia, Bases e Gravimetria deverá iniciar dentro do segundo semestre dêste ano as observações gravimétricas. Neste assunto, cumpre dizê-lo com franqueza, o Brasil está lamentàvelmente retardado, porque é das últimas nações americanas a iniciar tão importante trabalho. As primeiras determinações serão feitas com um gravimetro pertencente ao Observatório Nacional, enquanto se espera a cobertura cambial, já autorizada, para a aquisição de um outro para o Conselho Nacional de Geografia. As primeiras ob-servações serão feitas com o objetivo de estabelecer uma base que permita a calibração, não só dêsse instrumento, como dos que forem adquiridos ulteriormente. Não é demais insistir sôbre a necessidade e utilidade dêsse trabalho, porquanto dele muito dependem as prospecções geológicas e o Brasil terá necessariamente muitas surprêsas no que concerne a seus recursos naturais.

Os serviços de campo correram com a almejada regularidade, cumprindo o serviço programado, com insignificantes alterações. Os cálculos geodésicos levados a efeito no escritório acompanharam na medida do possível", as observações de campos; e digo "na medida do possível", por isso que a insuficiência financeira com que ainda luta a Secretaria-Geral não permitiu remover a deficiência do pessoal da Divisão Cartográfica. Verifica-se em todo caso que, nesta parte, o Conselho Nacional de Geografia vem cumprindo galhardamente a sua missão, com intensidade talvez não igualada por qualquer outra instituição do gênero.

A produção dos mapas segue o ritmo normal. Além das fôlhas da Carta, em escala de 1:1000 000, 1:500 000 e 1:250 000, estão sendo elaborados os mapas do Amazonas, da Hiléia e de Pernambuco.

Preparou a Divisão Cultural o plano de execução dos trabalhos para o "Anuário Geográfico do Brasil" e entrou em entendimentos para a contribuição do Conselho às comemorações do tri-centenário da restauração pernambucana. Foi elaborado e executado, outrossim, o plano do curso de férias para aperfeiçoamento de professõres de Geografia do ensino secundário em colaboração com a Facuidade Nacional de Filosofia. As principais atividades desenvolvidas pe-

As principais atividades desenvolvidas pela referida Divisão, especialmente pela Secção de Divulgação Cultural, convergiram para os trabalhos relacionados com o XI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Pôrto Alegre, onde o Conselho organizou uma exposição geográfica e curtográfica, muito apreciada pelos

visitantes, em número superior a dois mil, conforme registou o livro de presença. E' de salientar, também, que práticamente tôdas as publicações da Secretaria-Geral estão sendo postas em dia e que novos exemplares da Biblioteca Geográfica Brasileira foram já lançados ao público.

Os serviços a cargo do Conselho Nacional de Estatística também se desenvolveram satisfatòriamente no período compreendido entre a última Assembléia-Geral e esta que hoje se inaugura. Os inquéritos da alçada do sistema estatistico brasileiro processaram-se dentro dos prazos fixados e em perfeita concordancia com os critérios técnicos recomendados. A execução da XVIII campanha estatística alcançou resultados auspiciosos, pois lançada no início dêste ano, encontra-se, hoje, seis meses de-pois, pràticamente concluída. Em data de 15 de junho último, haviam sido coletadas quase 60 mil fôlhas do Caderno A e cêrca de 109 mil questionários, o que corresponde a mais de 97% e de 98%, respectivamente, da coleta efetuada. Dos totais de fôlhas e questionários recolhidos já haviam sido entregues, na data em aprêço, aos órgãos técnicos regionais incumbidos dos trabalhos de apuração, mais de 94% dos formulários, evidenciando o acêrto das providências tomadas pelas Inspetorias Regionais e pelas Agências Municipais de Estatistica, em cumprimento das determinações emanadas do órgão próprio da Secretaria-Geral do Conselho.

Os reflexos do bom andamento da coleta sôbre os trabalhos a cargo dos Departamientos regionais se fizeram sentir em escala apreciável, de vez que, a 15 de junho último, a Secretaria-Geral já havia encaminhado aos órgãos centrais federais contribuições pertinentes a 17 unidades federadas, num total de 543 tabelas de apuração. E êsse rápido processamento das tarefas compreendidas no plano da XVIII campanha estatística vai permitir, provávelmente, a inclusão de informações relativas aos diversos aspectos pesquisados e correspondentes ao ano de 1953 na próxima edição do "Anuário Estatístico do Brasil", programada para dezembro próximo.

Do esfôrço conjunto dos diversos órgãos que integram o sistema estatístico nacional vem dependendo, por completo, o feliz desempenho das tarefas atribuídas ao Conselho. Os inquéritos que se processam no interêsse das classes armadas e dos órgãos centrais federais continuam a ser executados normalmente, e no primeiro semestre dêste ano foram divulgados elementos correspondentes à produção industrial, relativa ao ano de 1952, de nove unidades da Federação. A divulgação em aprêço, fruto da colaboração da Secretaria-Geral e dos serviços de estatistica dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura, veio atender ao grande interêsse manifestado pelos estudiosos em tôrno da situação do parque industrial brasileiro, e deverá prosseguir de maneira a serem cada vez mais reduzidos os prazos entre a fase de coleta e a de apresentação dos resultados.

A criação de novos municípios vem onerando as disponibilidades da "Caixa Nacional de Estatística Municipai" e dificultando previsões no que se refere à melhoria da aparelhagem da rêde nacional de Agências de Estatística. A adoção, porém, de um regime de compressão de gastos propiciou condições financeiras para atender ao reajustamento dos salários dos servidores da Secretaria-Geral e tornou possível a extensão dêsse benefício ao pessoal do interior. A reestruturação dos quadros de pessoal, objeto de resolução da Junta Executiva Central, não se pôde completar até

o momento, com o enquadramento recomendado, em alguns casos, e com as promoções necessárias dos servidores que a isto fazem jus. Esta Presidência contudo, espera que a situação em breve esteja normalizada, a fim de que se adotem as medidas adequadas, objetivando a melhoria do nível de remuneração do pessoal da Secretaria-Geral, inclusive das Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatistica.

No setor censitário do Conselho, completou-se a série de "Seleções dos Principais Dados" do censo demográfico, de 1950, com a publicação dos volumes correspondentes aos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, seguindo-se, imediatamente, a divulgação referente ao Brasil. Prosseguiu, de forma regular, a publicação dos resultados dos censos econômicos, bem assim da documentação censitária de interêsse para estudiosos e responsáveis pelas operações vindouras.

Os elementos correspondentes ao censo de população do Brasil, de 1.º de julho de 1950, foram ratificados pelo govêrno federal, em outubro do ano passado, sendo de destacar-se a circunstância de, três anos depois de iniciada a coleta censitária, estarem divulgados os resultados definitivos das principais características da população do país. Com base nesses dados, o Laboratório de Estatística do Conselho procedeu a uma série de pesquisas, difundidas inicialmente em edições mimeográficas e, em alguns casos, através das revistas técnicas mantidas pela Secretaria-Geral.

Expostas, assim, em linhas gerais, as atividades dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatistica durante o transcurso de tempo entre a última e a presente reunião da Assembléia-Geral, tenho cumprido o indeclinável dever de prestar contas públicas do esfórço realizado pelo Instituto, durante êsses doze meses, a fim de corresponder à confiança que deve êle inspirar à nação. A exposição detalhada e minuciosa dos trabalhos levados a efeito, no referido decurso de tempo, os senhores delegados encontrarão nos relatórios que serão apresentados pelos senhores secretários-gerais.

A todos dirijo as minhas mais efusivas saudacões, cônscio de que os trabalhos da Assembléia-Geral alcançarão o mais perfeito êxito, para a consecução das altas finalidades do Instituto e engrandecimento de nossa pátria.

RELATÓRIO LIDO PELO SECRETARIO-GERAL DO C.N.G. — Após a instalação, as duas Assemblétas passaram a funcionar separadamente. Na primeira reunião plenária da Assembléta-Geral do C.N.G., o secretário-geral dessa entidade leu o discurso-relatório de praxe, cuja integra é a seguinte: "Em obediencia à provettosa praxe observada nas Assemblétas anteriores, tenho a grata satisfação de trazer ao conhecimento dos ilustres delegados à presente Assembléta, em breve relato, as atividades do Diretório Central e da Secretaria-Geral do Conselho, verificadas no período de julho de 1953 a junho último, ou seja, no interregno da sessão ordinária passada e a que ora se inicia.

#### I - Diretório Central

Deliberando ad referendum da Assembléia-Geral o Diretório Central, durante o período citado reuniu-se dezesseis (16) vêzes, das quais treze (13) em caráter ordinário e três extraordináriamente. Sua composição foi modificada com as seguintes substituições: na representação do Ministério da Marinha o Comte.

Eurico Bacelar da Costa Fernandes, substituiu o Comte. Alexandrino de Paula Freitas Serpa, em 4 de agôsto de 1953, sendo, por sua vez, substituido pelo Comte. Hélio Ramos de Azevedo Leite, em 1.º de dezembro de 1953; na representação do Ministério da Aeronáutica o Cap. Aviador Célio Pereira foi designado suplente do brigadeiro Castro Lima, e em 16 de março de 1954 foi substituído pelo Cap. Av. Odair Fernandes de Aguiar; na representação do Ministério da Fazenda, o Dr. Jenuino de Freitas Ramos foi nomeado delegado técnico em 20 de outubro de 1953, em substituição ao Eng.º Ulpiano de Barros; na representação do Ministério da Agricultura, em 2 de fevereiro de 1954, tomou posse o Eng.º Alberto Ribeiro Lamego, em substituição ao Eng.º Valdemar José de Carvalho; na representação da Prefeitura do Distrito Federal, em 6 de abril de 1954, tomou posse o Dr. Sebastião Nascimento, em substituição ao Dr. Guaraci Lopes de Sousa Castro, e finalmente, por ter sido empossado no cargo de diretor da Divisão de Cartografia, deixou o D. Central o Dr. Alírio Hugueney de Matos, representante do Ministério da Educação.

Das 26 resoluções aprovadas, numeradas de 451 a 476, e que serão apresentadas à presente Assembléia para a competente aprovação, merecem registro as de ns. 454, 455 e 457 que deram constituição, respectivamente, às Comissões de Difusão Cultural, de Cartografia e de Geografia, órgãos consultivos do Conselho, criados pela resolução n.º 443 de 28 de maio de 1953 e regulamentados pela resolução n.º 446 de 9 de junho de 1953, ambas do Diretório Central. Da deliberação em aprêço resultou a posse imediata dos titulares escolhidos, figuras representativas da elite cultural do país, técnicos e especialistas de renomado saber.

Foi aprovada para ser posta em execução quando se oferecer oportunidade, a resolução n.º 465 que dispõe sóbre uma exposição pública permanente das publicações do I.B.G.E. e dá outras providências.

Cabe-nos assinalar, também, nestes informes, a importância da resolução n.º 466 que deu regimento à Secretaria de Coordenação dos Orgãos Regionais e Entidades Filiadas, unidade de serviço da Secretaria-Geral, com a incumbência de executar os trabalhos que a esta cabe em virtude da sua função coordenadora das atividades dos Diretórios Regionais de Geografia e das instituições culturais e técnicas, que, com as normas regimentais, disciplinadas pelo ato deliberativo em aprêço, se aparelhou convenientemente para o desempenho de suas tarefas.

Enfeixando o merecido destaque aos atos deliberativos do Diretório Central, cumpre acentuar a oportuna iniciativa e conveniência das resoluções ns. 475 e 476. A primeira instituiu o Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos na Secretaria-Geral, destinado a atualizar os conhecimentos dos geógrafos nos seus trabalhos de pesquisa de acôrdo com a moderna metodologia geográfica: e a segunda que reestruturou a composição da Secção de Estudos Sistemáticos da Divisão de Geografía, dando-lhe maior unidade com a integração naquela unidade de serviço dos Setores de Geomorfologia, Climatologia, Biogeografía, Geografía Humana, Geografía Política e Geografía Econômica.

Empenhado em proporcionar ao Diretório Central o conhecimento cxato dos trabalhos geográficos, cartográficos e culturais levados a térmo ou em andamento no Conselho, o secretário-geral tomou a iniciativa de promover a realização de breves palestras de seus técni-

cos, durante as reuniões, de modo a que seus membros, ficando diretamente a par da situação real dos diversos serviços, melhor pudessem conhecer das conveniências da instituição, diligenciando no sentido da determinação das possíveis providências para fiel execução dos programas fixados. Iniciada a prática em 1.º de setembro do ano passado, já foram feitas as seguintes nove comunicações:

A primeira acêrca dos trabalhos realizados pela Divisão de Geografia, em conformidade com o convênio firmado entre o Conselho e a Companhia do Vale do Rio Doce S.A.; a segunda sôbre problemas do solo e da ocupação do território do Amapá; a terceira, em tórno dos trabalhos geodésicos das Secções de Campo, pela Divisão de Cartografia; a quarta, sôbre o plano para a execução do Pequeno Atlas do Brasil; a quinta, a propósito dos trabalhos feltos pela Divisão de Geografia, em obediência ao convênio entre o Conselho e a Comissão do Vale do São Francisco; a sexta, acêrca do plano de estudos de geopolítica pelo núcleo experimental do Conselho; a sétima, sôbre o plano e execução de trabalhos na região Centro-Oeste; a oitava, sôbre "Coordenadas geográficas por métodos astronômicos"; e a nona, sôbre uma "Excursão ao sul de Minas Gerais".

#### II - Secretaria-Geral

No que tange às atividades da Secretaria-Geral após a realização da última sessão or dinária, de iníclo, quero referir-me à atuação da Secretaria dos Órgãos Regionais e Entidades Filiadas, através da qual procuramos manter constante ligação com os Diretórios Regionais e serviços geográficos estaduais. Consoante as determinações contidas na resolução 424 da Assembléia-Geral foram convenientemente processados e concedidos os auxílios financeiros previstos, deles se beneficiando, por pedidos formulados, dos Diretórios Regionais do Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, território do Rio Branco, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Na esfera dos trabalhos da Divisão de Geografia, cumpre ressaltar a execução do atlas do Brasil, cometimento determinado pela Assembléia-Geral, de relevante importância, que traduzirá os aspectos geográficos, físicos, humanos e econômicos do país. Com referência ao atlas pode a Secretaria-Geral anunciar, com justificado orgulho, que já se encontram em fase de impressão quatro fôlhas referentes à densidade de população do Brasil, divisão regional do país, clima e vegetação original. Além dessas 4 fôlhas entregues, duas outras estão ultimadas, relativas uma ao relêvo e hidrografia do Brasil e a outra ao mapa geológico. Em conclusão, a Secretaria-Geral está se empe-nhando vivamente no sentido de que muito breve possa ter o ensejo de apresentar ao público, devidamente impressas as seis primeiras fôlhas do atlas do Brasil de objetivo popular e atendendo às exigências do livro didático.

Além cas atividades referidas impulsionamos na Divisão de Geografia os trabalhos de tôdas as suas unidades de serviço. Assim tivemos:

Na Secção Regional Norte, a elaboração de uma monografia sóbre o território do Rio Branco, que foi precedida de uma excursão de reconhecimento geográfico à região. Empenhou-se ainda a Secção Regional Norte na continuação dos estudos sóbre o povoamento e sua distribuição na zona bragantina; na elaboração de dois mapas para a Superintendência da Valorização da Amazônia; no prosseguimento do tra-

balho referente às causas das enchentes do rio Amazonas; e concluiu a monografia sôbre a pesca na ilha de Marajó.

Na Secção Regional Nordeste — Cabe destacar a colaboração que prestou ao Banco do Nodeste, no preparo de numerosos cartogramas econômicos, supervisionando a coleta e organização de dados estatísticos necessários à sua confecção. Além disso, a Secção Regional Nordeste preparou 10 cartogramas econômicos referentes ao Ceará, na escala de 1:2 000 000; organizou um mapa de vegetação e pesquisou dados sôbre o Maranhão e o Piauí.

Na Secção Regional Leste prosseguiram os trabalhos de gabinete, dentre os quais salientamos: a revisão e crítica do relatório sóbre a zona caucaueira do sul da Bahia; o preparo de um mapa geomorfológico preliminar de um trecho do sul de Minas, precedido por uma proveitosa excursão científica à região e, também, o resumo sóbre a geomorfologia e geologia do referido trecho. Preparou ainda, a Secção Regional Leste várias notas acêrca da bacia do São Francisco.

Na Secção Regional Sul concluiu-se um mapa de área média de propriedade no Rio Grande do Sul; organizou-se uma bibliografia sôbre o estado de São Paulo; terminou-se o trabalho referente ao simpósio sôbre a Geografia do estado de São Paulo; e desde o principio do ano em curso a Secção Regional Sul se empenhou no preparo dos elementos para a exposição de Geografia e Cartografia de Pôrto Alegre, tendo-se dedicado, quase inteiramente, aos trabalhos relativos ao XI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em maio, na capital gaúcha, sob os auspícios do Conselho.

Na Secção Regional Centro-Oeste foram confeccionados dois mapas da região Centro-Oeste na escala de 1:500 000 e um mapa físico da região do Pantanal; prosseguiu na preparação dos mapas de relêvo da região e, além de selecionar bibliografia referente ao Planalto Central, procedeu à revisão do trabalho "Geografia do Brasil — Região Centro-Oeste".

Na Secção de Estudos Sistemáticos foram elaboradas numerosas informações, além da realização de trabalhos sôbre o rio São Francisco e seus tributários, tendo completado ainda, um estudo referente à cultura e produção de arroz no sul do Brasil; foram confeccionados mapas de distribulção da população no Ceará, Pará, Goiás, Amazonas; estudcu-se o crescimento relativo da população nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Ceará; dedicou-se ao preparo de mapas acêrca da produção de carne bovina no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; além de outros pequenos comentários para o "Pequeno Atlas do Brasil" em elaboração.

Na Secção de Cálculos, além de tarefas especiais para o atlas executaram-se trabalhos de delimitação da rêde distrital segundo as leis estaduais, medição planimétrica e cálculo das áreas distritais do Amazonas, Pará, Guaporé, Acre, Rio Branco, Amapá, Mato Grosso e Golás; calcularam-se decis da população do Brasil e fizeram-se estudos dos centros de gravidade da população, levando-se a cabo também estudos comparativos da população rural e urbana e densidades da população.

Com referência aos trabalhos cartográficos, da Divisão Técnica competente é mister assinalar que os trabalhos de campo correram com a desejada regularidade. Numa visão de conjunto destacam-se as seguintes atividades:

- 1.º Triangulação ao longo da linha Norte-Sul, atualmente no município de Euclides da Cunha, no meridiano 51º;
- 2.º Nivelamento de alta precisão nas áreas da Bahia e Espírito Santo;
- 3.º Medição de bases e observações astronômicas em pontos escolhidos de acôrdo com o reconhecimento.

Quanto aos trabalhos da sede as Secções de Cálculo, de Compilação, de Desenho, de Retisão, de Restituição Aerofotogramétrica, de Documentação Cartografica e de Reproduções deram razoável rendimento de trabalho na órbita de suas tarefas.

Confeccionou-se êste ano um mapa em 4 folhas da área do Planalto Central determinada pelo Congresso Nacional, para a escolha do sítio da futura Capital Federal.

A Secção de Desenho, em especial, está agora empenhada na execução do atlas do Brasil, em estreita ligação com a Divisão de Geografia.

Cuida-se, por outro lado, do preparo das fôlhas da carta geral do Brasil, e da impressão, êste ano, de oito pelo menos.

No plano das atividades culturais do Conselho, a Divisão respectiva desenvolveu intenso trabalho relacionado com o XI Congresso Brasileiro de Geografia, patrocinado pelo Conselho, que, além de participar com numeros delegação de geógrafos, organizou uma exposição geográfica e cartográfica, bastante apreciada pelos visitantes, em número superior a 2000, conforme registro no livro de presença.

No que se refere às publicações editadas, cabe acentuar que o atraso de cêrca de dois anos em que se achavam está quase totalmente superado, pois já estamos com o 1.º trimestre do corrente ano da "Revista Brasileira de Geografia" no prelo.

No setor da administração do Conselho os trabalhos tiveram prosseguimento normal cumprindo salientar a construção de uma garage para os veículos do C.N.G. e a inauguração do Laboratório de Cinema e Fotografía.

Concluindo êste relatório, queremos manifestar à Assembléia-Ceral a satisfação de ter procurado cumprir fiel mente as suas determinações, conduzindo esta prestigiosa instituição com algumas realizações; e se mais não fizemos, foi devido aos nossos apoucados méritos."

### SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO

A sessão solene de encerramento foi pressidida pelo desembargador Florêncio de Abreu e contou com o comparecimento de figuras do mundo oficial. A ela compareceu o embaixador José Carlos de Macedo Soares, antigo presidente do I.B.G.E., que foi introduzido no recinto, sob uma salva de palmas, por uma comissão constituída dos Srs. Rubens Pôrto, Manuel Diegues Júnior e Alm. Dodsworth Martins.

#### SAUDAÇÃO DO DESEMBARGADOR FLORÊNCIO DE ABREU

Saudando o ilustre visitante, o desembargador Florêncio de Abreu proferiu o seguinte discurso: — "Ao defrontar a praça de São Pedro em Roma, a mais bela praça do mundo, com as suas colunatas em hemiciclo e as duas fontes monumentais, diante da solene fachada da Catedral do Príncipe dos Apóstolos, fiquei

naturalmente maravilhado, como todos quantos têm a inolvidável ventura de contemplá-la. Ao penetrar, porém, no interior da Catedral, a mais vasta, a mais imponente e grandiosa da Cristandade; diante da majestade do Templo, das gigantescas e harmoniosas proporções de suas linhas geométricas, dos seus mármores palpitantes de vida, dos seus monumentos esculturais, dos seus admiráveis quadros em mosalcos rutilantes, a que bem chamaram "pintura para a eternidade"; diante de tanta grandiosidade, tanta magnificiência, tanta beleza artística, o meu espírito extasiado acreditou por aiguns instantes que aquela maravilha não era obra de homens, mas um milagre de Deus.

E, contudo é obra de homens; da energia de um Júlio II, de um Paulo III, de um Sisto V, nas arrojadas iniciativas, da construção da Basílica; do espírito imortal de Michelangelo, na sua concepção arquitetônica e realização material. E', sem dúvida, por mais que pareça um milagre, trabalho humano, para hopra sempiterna da humanidade e, em especial, para a glorificação do gênio do cristianismo.

Assim, senhor embaixador, ao me pôr em contacto com êste edifício grandioso que é o Instituto Ibgeano; ante as proporções monumentais e harmônicas de sua concepção arquitetural e o trabalho arrojado de sua realiza-ção, compreendendo, nas suas fundações os três pilares da administração nacional — a União com os Territórios, os Estados, as Mucipalidades - e, na sua superestrutura, as vigas mestras dos Diretórios e Juntas Executivas, o complexo travejamento dos convênios que cobre todo o território nacional e a cúpula imponente da Assembléia-Geral; ante o pertinaz e resoluto ânimo de vencer resistências, resolver mil dificuldades e prover sôbre o mosaico de minúcias de tôda ordem, ao meu espírito também se afigurou tratar-se de emprêsa que assumia as proporções de um verdadeiro milagre. Porém, não; é simplesmente obra de homens que sabem querer, de talento criador, de clara visão dos problemas fundamentais da nacionalidade, tais como o senhor Getúlio Vargas, a quem V. Exa. se referiu, o senhor Teixeira de Freitas e V. Exa.; aquéle, provendo sòbre a iniciativa propulsora legal, e V. Exa. e Teixeira de Freitas concebendo e plasmando a grandiosa e fecunda instituição, que V. Exa. sàbiamente e exemplarmente também dirigiu como seu primeiro presidente.

Aqueles prelados ilustres e a Michelangelo, que não quiseram como recompensa senão a glória da Igreja e do excelso claviculário dos Céus, movia a flama do ideal cristão, como aos artifices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o ideal supremo de servir à pária. E em verdade, como já referi algures, sem idealismo não poderá haver construção que resista ao tempo e atinja o esplendor sonhado por seus artifices.

A V. Exa., portanto, senhor embaixador, apresento as expressões de minha homenagem admirativa e meu saudar efusivo, cordial e respettoso."

# DISCURSO DO CORONEL RENATO BARBOSA, REPRESENTANTE DO C.N.G.

Em nome do Conselho Nacional de Geografia, representante do Ministério das Relações Exteriores no Diretório Central do referido órgão, o Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira pronunciou estas palavras: "Creia V. Exa. que me sinto sumamente honrado com a incumbência de saudar a V. Exa. em nome do Conselho Nacional de Geografia e da sua Assembleia Geral, aqui reunida. Não é sem comoção que recordo neste momento os contactos que tive com V. Exa. quer no Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, quer no Itamarati, como consultor-técnico, quando V. Exa. desempenhou as altas funções de ministro de Estado das Relações Exteriores, onde prestou tão assinalados serviços ao Brasil e à América. V. Exa. representou um papel proeminente no restabelecimento de relações pacificas entre a Bolívia e o Paraguai, e no reconhecimento pelos outros países do govêrno surgido da revolução argentina, onde V. Exa. foi um verdadeiro mediador. Cito apenas êstes dois aspectos da atuação de V. Exa. nossa política internacional porque o tempo de que disponho não me permite apontar todos os resultados da sua fecunda administração no Ministério das Relações Exteriores.

A V. Exa. deve o Conselho Nacional de Geografia a sua fundação. Tive a felicidade de acompanhar os trabalhos iniciais que, para o criar e regulamentar, se efetuaram, sob a presidência de V. Exa. no Palácio Itamarati e mais tarde no edificio de "A Noite". Todos quantos tomaram parte nas memoráveis reuniões que então se realizaram tiveram logo a impressão de que V. Exa. era o timoneiro prudente e previdente, mas corajoso e firme, que havia de conduzir a novel instituição ao seu útil e desejado destino. E V. Exa. a conduziu! V. Exa. não foi só o timoneiro do barco, foi principalmente o seu construtor e deu-lhe um arcabouço tão forte e resistente que êle pôde singrar mares encapelados e atroantes seguir airoso em busca do pôrto seguro.

O Conselho Nacional de Geografia deve a Exa. Imorredoura gratidão. O nome de V. Exa. está ligado a todos os seus serviços. Do Diretório Central e das Assembléias-Gerais, V. Exa. foi o presidente constante e pontual, apesar dos seus múltiplos afazeres e os que tomamos parte nas suas reuniões guardamos a mais grata lembrança da sua grande capacidade de direção e coordenação a par de um espírito sereno, tolerante amistoso, mas sem fraquezas.

Nas relações com as outras instituições encarregadas de serviços análogos, foi V. Exa. um verdadeiro diplomata preocupado com a harmonia e o bem público. Por meio de acordos dignos e úteis. V. Exa. transformou rivalidades nascentes em profícua emulação e cooperação, definindo os campos de operações dos diversos organismos geográficos de modo que cada um pudesse desenvolver-se sem atritos e sem tropelos.

Senhor embaixador Macedo Soares, a exiguidade de tempo só me permitiu referências mui sintéticas aos grandes serviços que a Geografia e o Conselho Nacional de Geografia devem a V. Exa. Quando se escrever a história da nossa Geografia, sobretudo na parte relativa ao concurso prestado pelo Conselho Nacional de Geografia ao seu desenvolvimento, o nome e os serviços de V. Exa. hão de ser postos no justo relêvo que esta pálida e breve oração não pôde dar. Receba V. Exa. esta homenagem, que há muito lhe era devida, como a expressão de profundo reconhecimento e de admiração dos membros do Conselho Nacional de Geografia e da sua Assembléia Geral. Tenho dito".

#### DISCURSO DO ENG.º MOACIR M. F. SILVA

O Eng.º Moacir M. F. Silva, representante do Ministério da Viação na Junta Executiva Central do C.N.E., em nome dêsse órgão, dirigiu uma saudação ao embaixador J. C. de Macedo Soares, cuja integra é a seguinte: "Há alguns anos, quando tive a honra de ingressar na Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, como representante do Ministério da Viação, ao ser recebido na sala de trabalho dêsse órgão deliberativo, a qual, desde algum tempo é denominada, comjustiça, "Sala Teixeira de Freitas", duas coisas, no dominio material, despertaram logo a minha atenção de neófito: a forma de mesa, que é circular, e sôbre esta, ao centro, uma bela estatueta, que, representa um semeador, a qual, desde então, é mantida sempre voltada para o lugar que é ocupado pelo presidente desta instituição.

Tímido e discreto, por temperamento, e, no caso, muito mais ainda, dada a minha condição de iniciante em atividade totalmente nova para mim, não quis perguntar a ninguém quais as razões daquela mesa redonda e daquela formosa estatueta de semeador.

E, não sei bem porque, veio à minha lembrança a *Metafísica das Rosas*, aquela belissima página de Machado de Assis, em que o grande romancista afirmou que: "para as rosas, o jardineiro é *imortal*, pois em memória de rosa não consta que o jardineiro houvesse desaparecido..."

Passaram-se os tempos, e anos seguidos guardei comigo mesmo aquelas minhas dúvidas iniciais, que não impediram nem perturbaram a minha colaboração nos trabalhos da Junta Executiva, colaboração modesta, é verdade, mas que tem representado o máximo, que posso dar, nos estreitos limites de minhas insuficiências pessoals.

Hoje, ao ensejo desta honrosissima presença de V. Exa., senhor embalxador José Carlos de Macedo Soares, a esta solenidade do encerramento da XIV Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, suponho ter conseguido, ao menos para mim mesmo, a explicação da existência na sala da Junta daquela mesa circular e daquela estatueta do semeador, o simbolismo subjetivo daqueles dois sêres inanimados.

Mas, para prosseguir, voltemos para trás, por muitas voltas, por muitas vêzes, os ponteiros do grande relógio do tempo universal. Olhemos contudo o quadrante apenas no que se refere ao Brasil e a sua existência no seu ciclo de renovação político-social, ainda em plena marcha para conquistas mais altas, em todos os setores da atividade humana.

Quando o presidente renovador, o presidente Getúlio Vargas, criou esta instituição, houve por bem entregá-la, senhor embaixador Macedo Soares, em suas mãos hábeis, dando-lhe, ao mesmo tempo, as boas sementes que se continham nos dispositivos legais fundamentais.

E foi V. Exa., então, e por muitos anos, quem com, serenidade, prudência, sabedoria e acima de tudo, com o mais absoluto desinterêsse pessoal, foi, distribuindo essas sementes, vendo a instituição crescer, crescer, esgalharse, ramificar-se, florir, frutificar...

Foi V. Exa. o grande semeador do I.B.G.E. E hoje V. Exa. veio visitar esta Casa, que é sua, pois foi V. Exa. quem a construiu desde os alicerces, como um grande semeador que, passados alguns anos, tem curiosidade de rever aquilo que semeou, aquilo que plantou, aquilo que construiu, não para si mesmo, mas para os outros, para o bem alheio e no caso vertente, para o bem da coletividade brasileira, tanto vale dizer, para o bem presente e

futuro do Brasil.

E por que veio V. Exa. hoje a esta sua antiga Casa? Note V. Exa. que eu não disse

velha Casa, pois que esta é ainda nova e está crescendo em fórça e mocidade. Mas fol sua, e continuará sempre a ser sua, pelo menos sob ésse aspectos histórico que rememorei, de ter sido V. Exa. quem a levantou desde os alicerces

Mas por que veio V. Exa. a esta sua Casa hoje? Parece-nos haver uma razão, também histórica: é que as sessões solenes de abertura e encerramento das Assembléias-Gerais eram sempre no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que V. Exa. é o grande presidente.

E como não fôsse agora já o encerramento da Assembléia; então V. Exa. veio rever-nos aqui, como acontece, na vida comum, quando um pai afetuoso vai visita: um filho predileto.

Sim, porque, no invisível encadeamento das instituições culturais brasileiras parece-me haver alguns elos indisfarçáveis entre o Instituto Histórico e o I.B.G.F.

Assim como entre êste e a veneranda Sociedade Brasileira de Geografia. Coloco de permeio entre essas instituições culturais a Academia de Letras. E por algum tempo V. Exa. foi, simultâneamente, o presidente dessas quatro instituições nacionais. Foi assim o grande orientador, o grande condutor de tôdas quatro, o semeador de idéias e de formas várias de atividade. Sendo o I.B.G.E. o mais jovem, nesse grupo, e por isso mesmo e dados os seus aspectos multiplices, todos ligados a atividades de ordem prácica, eminentemente necessárias à vida do pais, é aquêle de maior dinamismo, de maior expansão no âmbito nacional.

Alguns espíritos inoficos que os há, infelizmente, sempre e por tôda parte supunham, então, porque não tinham a ventura e a honra de conhecê-lo pessoalmente, que V. Exa. havia atingido todos êsses vertíces alcantilados da Cultura Brasileira apenas porque em tôda a sua vida, a fortuna lhe havia sempre sorrido. Mas a que fortuna se refereriam. Quero, a propósito passar a palavra ao jornalista Carlos Pedrosa, também ibgeano, que, na Sociedade Brasileira de Geografia, ao ensejo da inauguração do busto de V. Exa., teve oportunidade de esclarecer nitidamente êsse aspecto.

"No seu gabinete de trabalho, no tradicional Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,
a evidente ausência de banqueiros e de chamados homens de negócio é suprida pela presença constante e fiel de tóda uma brilhante
e variada gama de intelectuais e artistas, cuja
linguagem não traduz, de modo nenhum, as
cotações cambiais do dia nem a variação dos
mercados.

"O ouro em curso nessas tertúlias, é aquêle ouro maciço com que se lavoram as jóias do espírito, ouro que só a inteligência pode apurar e fundir no cadinho do pensamento que, mesmo quando se inflama e se tortura, só o faz, em sublime holocausto, para melhor criar novas formas de eterna beleza. O senhor embaixador José Carlos de Macedo Soares é, realmente, um ajortunado pelo fervor com que serve a cultura".

Acrescentaria eu apenas que, sabido que Deus não completou a sua própria obra de criação universal, deixanco-a intencionalmente inconcluida, para que os homens a terminem, aperfeiçoando-a, embelezando-a, só aos grandes espíritos, só aos raros, só aos seus eleitos da as qualidades imprescindiveis para essa altissima e delicadíssima tarefa. E V. Exa. foi, ou melhor é um desses ajortunados do favor divino.

As obras que criou, que tem criado que tem embelezado, que tem aperfeiçoado são obras imperecíveis, são obras eternas.

Tal é, entre outras muitas, o I.B.G.E. E por isso os seus trabalhos se fazem em uma mesa circular, porque a circunferência de circulo, segundo a matemática mistica na antigüidade, é o símbolo da eternidade.

Seja benvido a esta Casa!

E honre-nos sempre com a sua presença! Estamos certos que a visão atual do que aqui deixou plantado há de lhe dar a mais viva alegria e satisfação, por ver que tudo cresceu, floriu, frutificou.

Principalmente porque vê, no seu lugar, à frente do I.B.G.E. outra grande figura do semeador, de floricultor espiritual: o senhor desembargador Florêncio de Abreu. E, já agora, nas outras figuras menores,

E, já agora, nas outras figuras menores, que aqui ajudamos a aparar as galhas espinhosas e estéreis, podemos, à vista da estatueta simbólica e da figura viva deste grande sucessor de V. Exa. dizer como as rosas de Machado de Assis: "O jardineiro é eterno!".

AGRADECIMENTO DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES — Em sequida, o homenageado levantou-se sob vivos aplausos da assistência, proferindo esta oração: "As palavras dos ilustres oradores Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira e Prof. Moacir Malheiros Fernandes Silva, que tão generosamente a mim se referiram, fizeram-me ouvir o som de um único sino, numa casa em que sempre se escutou o toque harmoniado de seu campanário. Se eu o aceitasse para mim só ouviria certamente o vozear da Justiça e o clamor da Verdade.

Desde os primeiros trabalhos estruturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a ação individual sempre foi fórça combinada para a obtenção de resultante almejada. Tudo no I.B.G.E. é feito em equipe, e qualquer elogio que tenha cabimento deve atingir a todos os que realizaram e produziram.

Quando o maior de todos nós, Mário Augusto Teixeira de Freitas discípulo amado do devotado Bulhões de Carvalho, intensificou a campanha pró estatística nacional, foi no ministro de Estado Juarez Távora — homem de inteligência clara e elevados sentimentos patrióticos — que Teixeira de Freitas encontrou a necessária acolhida para que fôsse possível a promulgação do decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística.

Mas, evidentemente foi a alta compreensão do chefe do Govêrno Provisório senhor Getúlio Vargas, que permitiu se corportasse a felicissima concepção de Teixeira de Freitas, da unicidade da triplice ordem governamental — federal, estadual e municipal — sem predominância nem prevalência de nenhuma delas

Só em 1936 graças à tenacidade do presidente Getúlio Vargas é que foi a instituição instalada no próprio Palácio do Catete. Muito lhe valeu então a ajuda de Luis Simões Lopes.

O decreto n.º 1527, de 24 de maio de 1937, criou o Conselho Brasileiro de Geografía, infciativa e trabalho de Cristóvão Leite de Castro.

Em 1938, com sua estrutura definitiva foram o Instituto Nacional de Estatistica e o Conselho Brasileiro de Geografia transformados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com duas alas; Conselho Nacional de Estatística e Conselho Nacional de Geografia, seguidas logo da ala censitária, constituídas tôdas elas de técnicos perficientes, forrados de excelentes patriotas.

Poderia referir-me a cada um dêles, pois todos bem serviram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desejo porém, destacar Heitor Bracet e Rubens Pôrto, que jamais falharam na continuidade administrativa quando exerceram a presidência nos impedimentos do titular efetivo.

Durante três lustros em várias crises de crescimento o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi decisivamente amparado pelo presidente Getúlio Vargas, mas em tôdas as horas de sua existência a fôrça propulsora de seus trabalhos foi Mário Augusto Teixeira de Freitas. Sem éle não teria sido possível a existência de um aparelho tão delicado, absolutamente inédito nos regimes políticos federativos. Sem a sua ação inteligente e agremiadora o êxito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estaria, em muitas ocasiões, sériamente comprometido.

Prestes a se aposentar como funcionário público, Teixeira de Freitas renunciou a Secretaria-Geral, deixando nela um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar. Deixou muito mais: o modêlo perfeito do condutor de homens criador da família ibgeana, quer dizer a fraternal ação comum, permitindo messe sôbre messe para a constituição do acervo valiosíssimo da gloriosa instituição.

Rafael Xavier seu substituto, já se consagrara, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica pelos excelentes serviços prestados no Conselho de Estatística e, depois nos trabalhos censitários. Rafael Xavier, fol o digno continuador do mestre de civismo. Ocupou em seguida a Secretaria-Geral o bonissimo Valdemar Lopes, alto espírito de ótimas maneiras, que tão bons serviços prestou no árduo pôsto.

No Conselho Nacional de Geografia Cristóvão Leite de Castro, com sua arguta inteligência e notável capacidade de trabalho, conseguiu entre nós e no estrangeiro surpreendentes êxitos. Seguiu-lhe os passos, embora interinamente. Virgílio Corrêa Filho.

O recenseamento de 1940 estêve a cargo do clarividente professor José Carneiro Filipe, o qual meticulosamente estudava, e bem resolvia, os mais insignificantes problemas surgidos no intenso labor censitário. Seus sucessores foram largamente beneficiados com tão belo modêlo de chefe. A inteireza moral e a notável capacidade de Carneiro Filipe serviram de norma para os inteligentes e dedicados moços que, brilhantemente realizaram o censo de 1950: Túlio Montenegro e Paulo Lara. Devo dizer que só estou me referindo aos excelentes servicores do Instituto Brasileiro de Geografía e Estatistica do nosso tempo.

Se eu tivesse agora de reduzir a um denominador comum os construtores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica, citaria três nomes: Getúlio Vargas, o criador e vigilante animador da grande instituição; Teixeira de Freitas, o genial criador da fórmula ibgeana e seu mais eficiente obreiro; e o de V. Exa. senhor presidente Florêncio Carlos de Abreu e Silva, que, timoneiro largamente experimentado, com inteligência, sabedoria e alto equilibrio, conseguiu levar a pôrto seguro, a barca ibgeana, que perigava em zona de recifes traiçoeiros.

Na hora presente cabem, com inteira justiça, a V. Exa. senhor desembargador Florêncio de Abreu as homenagens sinceras e entusiásticas de quantos acompanham carinhosamente a trajetória gloriosa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística."

Os secretários-gerais do C.N.G. e do C.N.E., Ten. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes e Dr. Maurício Filchtiner, leram após o relatório sucinto dos resultados das Assembléias-Gerais dos respectivos Conselhos. integra do relatório do secretá-RIO-GERAL do C.N.G. "Depois de doze dias de intensa atividade mental, eis-nos chegados ao término de nossos trabalhos. Muito fizemos e muito realizamos nestes dias de proficuo labor nos campos da Geografia e da Cartografia nacionals.

Houve, durante os debates em plenário e nas mesas redondas uma espécie de mútua prestação de contas.

Assim dando cumprimento à honrosa incumbência regimental de relatar as atividades da Assembléia-Geral da ala geográfica de Instituto, devo acentuar, de início, que, à semelhança das reuniões anteriores, esta de que vos darei notícia com justificado prazer, pela proficua atuação dos seus ilustres membros pela relevância de suas decisões, assegurou novas bases para o desenvolvimento das atividades geográficas no país, através do comportamento que houve por bem fixar para o Conselho Nacional de Geografia, órgão coordenador dessas atividades.

Empenhada, por outro lado, em possibilitar aos participantes da Assembléia-Geral, exacto conhecimento de aspectos da realidade geográfica brasileira, a Secretaria-Geral, como lhe cabla deu uma vez mais o melhor do seu esfórço no sentido que fóssem atendidas em tôda sua plenitude as elevadas finalidades do seu supremo órgão deliberativo. Assim, preparou e promoveu a realização, de duas notáveis conferências proferidas por dois cientistas de renome universal: o Prof. Francis Ruellan e o Prof. Pierre Monbeig. Na primeira sôbre o tema "A vocação do Planalto Central do Brasil", o Prof. Ruellan, com a autoridade de grande especialista que é, focalizou as condições excelentes sob o ponto de vista geográfico, da grande área central em que deverá ser edificada a futura Capital Federal.

Na segunda o Prof. Monbelg, mestre de invulgar cultura, dissertou sóbre o valor da Geografía na formação intelectual dos jovens; sóbre o papel da Geografía na formação do cidadão; finalizando o llustre conferencista suas sábias apreciações com o estudo da Geografía aplicada.

Iniciando oportuna e proveitosa prática, prevista em resolução da Assembléia-Geral passada, com o objetivo de estudar especificadamente problemas relacionados com a execução dos trabalhos de Geografia, de Cartografia, de ensino e divulgação geográfica, a Secretaria-Geral fêz realizar, durante a reunião dêste ano, três mesas redondas: a 1.4) sôbre processo de cálculo das áreas estaduais, municipais e distritais a 2.4 sôbre a elaboração de um dicionário técnico referente a têrmos geográficos, geológicos e outros afins, e finalmente a 3.4 sôbre problemas gerais do ensino da Geografia.

O elevado padrão dos debates verificados e o sentido objetivo emprestado às discussões, pelos técnicos e especialistas presentes, deram ensejo a proveitosas medidas visando ao equacionamento e solução dos problemas focalizados; cumprindo destacar a designação de comissões de estudo e várias providências cometidas à Secretaria-Geral do Conselho e aos seus órgãos regionais.

Como parte integrante do programa cultural da Assembléia, foi proporcionada sob os auspícios do senhor ministro da Marinha, almirante Renato Guillobel, a bordo do cruzador Tamandaré, uma excursão a Angra dos Reis.

A par do estudo da paisagem geográfica da região, tiveram os ilustres delegados, além do acolhimento de excepcional fidalguia, a feliz oportunidade de observar de perto, a grandiosa obra da nossa Marinha de Guerra e especialmente da Diretoria de Hidrografía e Navegação de cuja inestimável contribuição, no levantamento da costa litorânea, muito se têm valido os estudiosos e pesquisadores da ciência geográfica.

Disciplinando normas de trabalho; pronunciando-se de maneira eloqüente sóbre variados assuntos geográficos e afins; manifestando o seu sentimento coletivo, a Assembléia-Geral, com minha operosidade aprovou 18 resoluções numeradas de 429 à 446; 12 indicações e 3 moções. Dentre essas deliberações pela sua relevância, merecem registro especial.

As resoluções de ns.: 437 - que se pronuncia sôbre a situação da Geografia no currículo do curso secundário, em a qual a Assembléia expressa a sua preocupação pela tendência, apresentada por alguns planos de reforma do ensino, de desconhecer o papel formativo da Geografia, reduzindo-lhe o horário ou roubando-lhe a individualidade pela diluição nas chamadas "ciências sociais"; 439 — dispondo sôbre a contribuição a ser prestada pelo Conselho na organização e realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, de molde a que seja proporcionada aos ilustres congressistas proveitosa reunião científica, bem como lhes seja patenteado o vigoroso surto de de-senvolvimento geográfico e cartográfico no país, de que é um dos principais propulsores o Conselho Nacional de Geografia, como órgão coordenador dessas atividades 441 — que dispõe sôbre estudos relativos a Regiões geoconômicas do país; 440 — fixando, em definitivo, a estrutura orgânica da Secretaria-Geral e aprovando seu regimento; 445 — que institui prêmio para uma breve "História da Cartografia Brasileira".

Indicações — Uma sugerindo ao senhor presidente do I.B.G.E. que promova medida junto ao Govêrno Federal e às autoridades municipais no sentido de ser constituída uma Comissão destinada a elaborar e propor aos poderes competentes um plano de uniformização, sistematização e periódica revisão da divisão político-administrativa do Distrito Federal capaz de atender simultâneamente aos interêsses dos serviços municipais e federais.

Outra indicação encarecendo medidas para os estudos de Geografia Regional.

Outra ainda, sugerindo seja conferido diploma de benemerência aos consultores-técnicos do Conselho Nacional de Geografia.

Enfeixando num só pronunciamento, a Assembléia-Geral aprovou em resolução os atos, deliberações e resoluções, dos Diretórios Regionais, dados ao conhecimento do plenário pelos relatórios apresentados. Mereceram especial acolhida e louvor da Assembléia, as atividades geográficas desenvolvidas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo e Pará.

As Assembléias do Conselho Nacional de Geografia pelo clima superior em que se desenvolvem, pelos grandes e belos problemas que debatem em tórno da terra e do homem pelos conhecimentos geográficos que divulgam são verdadeiras reuniões de pura brasilidade, mas de brasilidade sem ufanismo, em que se estudam e focalizam realisticamente as nossas possibilidades e as nossas deficiências apontando-se rumos ou corretivos.

Concluindo êste breve relatório e como preito da mais lidima justiça, a Secretaria-Geral do Conselho manifesta os seus calorosos aplausos aos ilustres participantes da Assembléia, por havê-la conduzido na grande trilha de realizações, em prol do desenvolvimen-

to da ciência geográfica e do maior engrandecimento da Pátria!"

Discursaram, por fim, o almirante Jorge Dodsworth Martins e Dr. Rubens Pôrto, apresentando despedidas pela representação federal das alas geográfica e estatística. Agradeceram, em resposta, pela delegações regionais das respectivas Assembléias, os Srs. Manuel Diégues Júnior e Djalma Forjaz.

FALECIMENTO DO PROFESSOR FERNANDO ANTÓNIO RAJA GABAGLIA, CONSULTOR-TÉCNICO DO C.N.G. — Faleceu a 18 de
maio, nesta capital, o professor Fernando António Raja Gabaglia. Perdeu, assim, o magistério e as letras geográficas do país uma das
figuras de maior projeção. Era o professor Raja Gabaglia, consultor-técnico do Conselho Nacional de Geografia e membro do Conselho
Nacional de Educação, exercendo ao lado dessas funções a cátedra de Geografia do Colégio Pegro II e de lente da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafaiete e da Faculdade de
Direito da Pontificia Universidade Católica do
Rio de Janeiro.

Colaborador assíduo das publicações especilizadas do Conselho Nacional de Geografia — Boletim Geográfico e Revista Brasileira de Geografia — guardam estas inúmeros trabalhos de mérito de sua autoria, versando temas de interêsse científico e pedagógico. Nasceu no Distrito Federal, em 1897. Filho do Dr. Eugénio de Barros Raja Gabaglia, tam-

bém ilustre, educador e professor do Colégio Pedro II e da antiga Escola Politécnica, fêz preparatórios no antigo Colégio Aquino, na época um dos mais conceituados estabelecimento de ensino da capital da República. Ingressando depois na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, por esta bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais, ganhando a vida a princípio como advogado. Em 1917, venceu o con-curso para a cadeira de Geografia do Colégio Pedro II, logrando classificar-se em primeiro lugar. A tese que então defendeu, denominada "As fronteiras" é até hoje, havida como a mais completa no assunto, consagrou-o como autoridade na disciplina que ministrou. Em seguida, ingressou também por concurso no Instituto de Educação, passando a lecionar em ambos aquela matéria, ao mesmo tempo que exercia a livre-docência de Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Exerceu ainda o professor Raja Gabaglia o cargo de secretário-geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, sendo distinguido com a designação para re-presentar o Brasil no Congresso de Juristas, reunido em Haia.

Decano do Colégio Pedro II, era detentor de vários títulos e distinções honrosas, como o de comendador da Coroa da Itália. Deixou vários livros didáticos e outros versando assuntos de Geografia, História e Direito, dos quais se positivam a grande competência e o vasto cabedal de conhecimentos que o fizeram respeitado como uma das expressões da cultura brasileira.

O extinto era irmão do Prof. João Capistrano Raja Gabaglia, falecido em 1953, o qual foi também lente de Geografia no Colégio Pedro II e publicou diversas obras didáticas, entre as quais o "Curso de Geografia" em dois volumes, e diversas monografias sôbre Oceanografia, inclusive sôbre posquisas da salsugem da água do mar e Oceanografia Biológica.

જ

# CURSO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

O Conselho Nacional de Geografia realizou no mês de julho do corrente ano mais um Curso de Informações Geográficas, destinado ao aperfeiçoamento de professôres de Geografia de nível secundário.

A solenidade inaugural foi levada a efeito no auditório da Faculdade Nacional de Filosofia, presidida pelo Ten. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografía, estando presentes o Eng.º Virgílio Corrêa Filho, diretor da Divisão Cultural, o Prof. Antônio José de Matos Musso, chefe da Secção de Divulgação, a secretaria do Curso Prof. Magnólia de Lima, e o Prof. José Verissimo da Costa Pereira, que proferiu a aula inaugural.

Inscreveram-se 76 alunos, sendo 65 do Distrito Federal e 11 dos estados (2 do Espírito Santo, 6 do Rio de Janeiro, 1 do Rio Grande do Sul e 2 de São Paulo).

As aulas funcionaram do dia 1.º ao dia 23, das 9 às 11 horas e 50 minutos, tendo sido dado um total de 61 aulas, assim distribuídas:

— Geografía Física — Relêvo, Prof. Antônio Teixeira Guerra e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro; Elementos de Meteorología e Climatología, Prof.ª Lisia Maria Cavalcanti Bernardes; Solos, Prof. Antônio Teixeira Guerra; Vegetação, Prof. Walter Alberto Egler; Geografía Humana, Agricultura, o Extrativismo — Suas Bases Geográficas. Geografía das Indústrias, Prof.ª Eloísa de Carvalho; Geografía Regional, Conceitos e Métodos, Prof. Jorge Zarur; O Sertão do N. E. Brasileiro, Prof. Ney Strauch; A Planicie Amazônica, Prof. Antônio Teixeira Guerra; Metodologia da Ciéncia Geográfica, — Prof. José Verissimo da Costa Pereira; Elementos de Cartografía e Trabalhos Práticos: Prof. Héldio Xavier Lenz César.

Cumpriu-se também um programa de visitas a instituições de interêsse geográfico, que mantêm atividades ligadas com os assuntos tratados nas aulas, a saber: — a Divisão de Geologia do Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura; o Observatório Nacional, onde os alunos tiveram oportunidade de ver através do telescópico: Saturno, Marte, a Lua e o Cruzeiro do Sul; a Universidade Rural, onde, além de percorrer as suas diversas dependências, os alunos tiveram uma explanação sôbre o Centro Pan-Americano e os métodos ali utilizados para o estudo de solos pelo Prof. Antônio Arena, Assistiram, também, a uma aula do Prof. Assis Ribeiro sôbre "Recursos naturais — sua avaliação na concepção moderna de economía".

Os alunos compareceram também a três conferências levados a efeito no período do Curso, a saber: — "O valor da Geografia na formação intelectual dos jovens, o papel da Geografia na formação do cidadão; a Geografia aplicada" — Prof. Pierre Monbeig (no Conselho Nacional de Geografia — XIV sessão ordinária da Assembléia-Geral); "O capital como fator geográfico" — Prof. Pierre Monbeig (na Associação dos Geógrafos Brasileiros); "A vocação do Planalto Central do Brasil" — Prof. Francis Ruellan (no Conselho Nacional de Geografía — XIV sessão ordinária da Assembléia-Geral);

Dos alunos que prestaram as provas foram habilitados seis. Aos três primeiros colocados foram oferecidos, como prêmios, as assinaturas do Boletim Geográfico e da Revista Brasileira de Geografia: 1.º lugar — para os anos de 1953, 1954 e 1955; 2.º lugar — para os anos de 1953 e 1954; 3.º lugar — para o ano de 1953.

No dia 10 de agôsto realizou-se a sessão de encerramento, presidida pelo Ten. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes, na qual usaram da palavra o Prof. Antônio José de Matos Musso e a Srta. Maria Rita Gomes Ribeiro em nome dos alunos. Nessa ocasião foi feita a entrega dos certificados de aprovação e dos prêmios aos 1.º colocados.

REPERCUTE NO EXTERIOR A OBRA DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Muito tem concorrido o Conselho Nacional de Geografia para o maior conhecimento do país no estrangeiro.

Como testemunho dêsse fato, merece ser registrado o pronunciamento de prestigiosa organização científica americana que, em carta recebida, há pouco tempo pela Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia, se ma-nifesta nestes têrmos: — "Com os valiosos trabalhos do Conselho Nacional de Geografia o mapeamento do Brasil está-se tornando mais e mais uma realidade geográfica, fato êste que também está fazendo sentir-se no estrangeiro, onde o conhecimento carto-geográfico sôbre o Brasil está melhorando sensivelmente. Estamos convictos de que a edição na National Geographic Society de cerca de dois milhões de cartas do Brasil, distribuídas em quase todos os países, divulgará de maneira mui conveniente o progresso geográfico da terra brasileira, agora fixada em representação mais fiel do seu solo".

O MILITAR E O GEÓGRAFO — RELATÓRIO APRESENTADO AO SR. MINISTRO DA GUERRA PELO MAJOR RUI DE ALENCAR NOGUEIRA, REPRESENTANTE DO E.M.E. JUNTO AO C.N.G. — O RELATÓRIO DÁ CONTA DA PARTICIPAÇÃO DÊSSE OFICIAL NO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, REALIZADO EM PÓRTO ALEGRE, EM MAIO DO CORRENTE ANO — "Para julgarmos corretamente o potencial bélico de uma nação, indiscutivelmente teremos que levar em conta vários fatôres e, dentre êstes, não pode ser desprezado o geográfico.

E' que, apesar dos progressos da técnica, tôdas as operações militares realizam-se em terra ou dela dependem diretamente.

Em última análise, tudo se resume na conquista ou na perda de uma determinada área do terreno, seja por interferência direta das Fôrças Terrestres seja, ainda, pelo emprêgo destas com a cooperação das Fôrças Navais e coadjuvadas intensamente pelas Fôrças Aéreas.

Contudo, a atuação das Fôrças Navais, em virtude das suas limitações próprias, exige a utilização constante das bases, assim como a atuação das aeronaves está condicionada às instalações de terra.

Portanto, cada vez mais o estudo da Geografia impõe-se aos militares, não sômente aos componentes dos escalões de planejamento mas, igualmente, aos integrantes das unidades executantes das operações.

Na época atual, as improvisações sôbre serem improfícuas são por demais perigosas, porquanto conduzem a erros fundamentais, acarretando os desastres tantas vêzes consignados na história.

A preparação meticulosa das ações de uma Fôrça Armada principia pelo estudo da Geografia do país à qual ela pertence e, sobretudo, do território inimigo.

Há que conhecer, através dêsse trabalho, além da morfologia, a estrutura geológica, os agrupamentos orográficos, as relações tectônicas, as influências cósmicas, as condições climáticas, os sistemas hidrográficos e as disponibilidades dos recursos naturais. E' preciso saber os problemas culturais, sociais e todos demais pertinentes à vivência dos povos. No âmbito da Geografia Politica estabelecer-

-se-ão os cíclos orientadores das atividades do país, sua organização administrativa, suas condições materiais e possibilidades para a guerra.

Indubitàvelmente, não se podem modificar fundamentalmente os aspectos do terreno cabendo, portanto, às fórças atuantes, tirar o melhor proveito da faixa que lhes couberem nos combates em que se empenharem.

Não é possível transplantar cidades de uma para outra zona, arrasar montanhas, secar rios caudalosos, entulhar vales profundos à custa de mais férrea vontade do homem.

Por outro lado, a existência de recursos naturais próprios, mormente daqueles que condicionam a indústria de base e os que servem às exigências da guerra moderna, confere ao seu possuidor uma situação privilegiada na conceituação hodierna, porque esses recursos não surgem ao sabor dos desejos humanos, mas correspondem a determinadas imposições da natureza. Assim, por exemplo, o ponto de apoio da industrialização de qualquer pais está na existência, no seu solo, dos minerais ferrosos. Sem apoiar-se na sua produção de ferro, nenhum Estado poderá transformar-se de agrário em industrial.

No mundo em que vivemos, tumultuado pelo entrechoque das idéias e face às perspectivas de um novo conflito, não se poderá relegar a plano secundário a localização de uma nação, levando em conta a situação geográfica das que encabeçam o porvindouro conflito.

Ao tempo em que as guerras se circunscreviam às áreas limitadas, certamente que pouco valor isto poderia apresentar. Contudo, na hora presente, dada a viabilidade da intervenção dos grupos de nações afins pelos interêsses, pela tradição, pelo sentimento, pelas relações históricas e pela identidade de orientação política, torna-se impossível êsse alheamento.

Portanto, o militar, particularmente o integrante dos estados-maiores, não prescinde dos estudos da Geografia, muito embora não pretenda nem necessite ser geógrafo.

Pelas modalidades do seu trabalho e à vista dos elementos que precisa colhêr para o planejamento operacional, há que se tornar um apaixonado da Geografia.

Assim vem acontecendo também no Brasil, onde os militares se dedicam a essas questões, mantendo-se a par da nova orientação dada pelos órgãos especializados e inteirando--se das observações e das pesquisas realizadas.

Por esta razão, o Conselho Nacional de Geografia é quase um prolongamento do nosso ambiente de trabalho, tal o serviço que nos presta e os que ali servem sempre estão prontos a emprestar a mais decidida colaboração na consecução do objetivo comum, que é o de bem servir à Pátria."

#### ~

#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos índios

CELEBRAÇÃO DO 89.º ANIVERSÁRIO DO GENERAL RONDON — Ao transcurso do 89.º aniversário natalício do general Cándido Mariano da Silva Rondon, ocorrido aos 5 de maio do corrente ano, foram-lhe prestadas justas e significativas homenagens quer no Brasil, quer na França, onde o insigne brasiletro goza de reais simpatias e viva admiração. Assim em sua honra, realizaram-se várias solenidades.

Nesta capital, o Museu do Indio organizou uma exposição dos seus feitos, aberta durante todo o dia; a Sociedade Brasileira de Filosofia fêz-lhe entrega solene do diploma de sócio honorário que lhe foi conferido por unanimidade; em Pôrto Alegre rendeu-lhe homenagem a Comissão Organizadora do XI Congresso
Brasileiro de Geografia; em Paris, a Sorbona
promoveu no seu anfiteatro uma sessão sob o
patrocínio do govérno francês, na qual o general Jaguaribe de Matos falou sôbre a vida
e obra do grande sertanista, classificado entre
os 5 primeiros exploradores do mundo. Com
efeito, relevantes foram os seus serviços em prol

da Pátria e da Humanidade nas inúmeras comissões que desempenhou com abnegação e espírito de sacrificio, entre as quais avultam a atuação na pendência de Letícia que consequiu dirimir e os que vem desenvolvendo há cêrca de 50 anos como chefe do Serviço de Proteção aos índios, em que fiel aos ensinamentos da Política Positiva de Augusto Comte, põe em evidência de maneira concreta o contributo efetivo do Brasil ao principio do respeito às mínimas nacionalidades.

#### ×

# Unidades Federadas

PROFESSOR BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS — SEU FALECIMENTO NA CAPITAL MINEIRA — DADOS BIOGRÁFICOS — Faleceu a 3 de abril próximo passado, na cidade de Belo Horizonte, onde residia, perdendo assim o país uma das figuras de maior projeção no cenário geográfico e no magistério brasileiro.

Era o Prof. Benedito Quintino dos Santos Filho do Sr. Antônio Quintino dos Santos e de D. Celuta Andrade dos Santos, tendo nascido na cidade mineira de Ouro Prêto a 30 de julho de 1895.

O Prof. Benedito Quintino dos Santos fêz o curso secundário no Ginásio Mineiro. Diplomou-se na primeira turma de engenheiros formados pela Escola de Engenharia de Belo Horizinte. Foi secretário do Diretório Regional de Geografia do estado de Minas Gerais, representante désse estado em muitas das As-sembléias-Gerais do Conselho Nacional de Geografia. Exerceu outros cargos como: presidente do Instituto Histórico e Geográfico do estado de Minas; diretor do Departamento Geográfico de Minas Gerais; engenheiro da Co-missão de Projetos da Estrada de Ferro Rio Negro a Caxias, no Rio Grande do Sul; engenheiro do estado de Minas em obras e comissões de grande significação administrativa; representante da Sociedade Mineira de Engenheiros no Conselho Rodoviário do estado; membro das Comissões de Limites com os Esta-dos de Espírito Santo, Rio, São Paulo e Ba-hia. Foi também fundador e presidente da Associação Mineira de Municípios.

Até a véspera de sua morte ocupou as cátedras de Materiais de Construção, Tecnologia

#### MINAS GERAIS

#### Departamento Geográfico

e Processos Gerais de Construção da Escola de Engenharia de Minas Gerais. Era professor do Organização de Trabalho e Prática Profissional na Escola de Arquitetura, daquele mesmo estado, da qual foi um dos fundadores; diretor e professor da Escola Técnica "Alvaro da Silveira"; professor e fundador da Escola de Engenharia da Universidade Católica de Minas Gerais.

Possuía vários títulos honoríficos, tais como: comenda da ordem real Estrêla Polar, concedida pelo rei Gustavo V, da Suécia, em reconhecimento aos serviços prestados à expedição científica sueca, em março de 1947, para observação do eclipse solar; comenda da ordem do Leão da Finlândia, concedida por êsse país, pelo mesmo motivo. Deixou numerosos livros, artigos, conferências e relatórios söbre assuntos técnicos e geográficos.

Entre as homenagens póstumas prestadas à memória do Prof. Benedito Quintino dos Santos, destaca-se o voto de pesar, aprovado pelo Diretório Central do C.N.G. numa de suas sessões, voto êsse proposto pelo Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg. Na mesma reunião falaram sóbre a personalidade do extinto os Srs. Cel. Jacinto Dulcardo Moreira Lobato, Eng.º Moacir Malheiros Fernandes Silva, Ten. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes e Prof. José Verissimo da Costa Pereira, todos exaltando a atuação do ilustre mineiro em prol do desenvolvimento da ciência geográfica do país.

#### \*

# Certames

O deputado Lima Figueiredo é autor de um projeto de lei, em trânsito no Congresso, que dispõe sóbre a concessão de franquia postal e telegráfica para a correspondência da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia, a relizar-se nesta capital em agósto de 1956, por iniciativa da União Geográfica Internacional. O mesmo projeto trata da emissão de um sélo de propaganda alusivo ao certame. Transcrevemos do Diario do Congresso, edição de 29 de maio do corrente, as palavras que aquêle parlamentar proferiu da tribuna da Câmara dos Deputados, em explicação pessoal, ao encaminhar a sua proposição.

"Sr. Presidente, e Srs. Deputados, em 1924, o professor da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, Ellsworth Huntington, escreveu um livro; Civilization and Climate e, para fazer o esbóço désse livro e confeccionar um napa da civilização, enviou duzentos e treze

#### XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA

cartas-consultas a vários conhecedores de geografia especializada em todo o mundo. Recebeucento e trinta e oito respostas, dentre as quais escolheu cinqüenta e quatro, que foram tomadas como cooperação para o seu magnifico trabalho. De seis cartas dirigidas aos grandes conhecedores da ciência geográfica na América Latina, apenas duas, uma da Argentina e outra do Paraguai, obtiveram respostas. Assim, no notável livro de Huntington, conhecido no mundo todo nem de nome consta, no índice, a palavra Brasil, a nossa Pátria. Naquele tempo, a Geografia do Brasil ainda titubeava, ainda andava de gatinhas e não possuiamos, de fato, conhecedores do assunto, não só de maneira geral, como especial, no território brasileiro. Só depois de criado o Conselho Nacional de Geografia, êsse estudo tomou desenvolvimento e hoje contamos, na verdade, com mestres no assunto.

De tal modo se projetou o Brasil nos congressos realizados no mundo que foi escolhido para sede do XVIII Congresso Internacional de Geografia, em 1956. Há uma União Geográfica Internacional, na qual existe uma comissão nacional localizada em nosso país, reunindo geógrafos de todos os estados da União, com o intuito de fomentar o estudo dos problemas que se relacionam com a Geografia, incentivar e coordenar as pesquisas, promover discussões científicas e, depois, fazer a respectiva publicação: assegurar a realização dos congressos internacionais de Geografia, nomear comissões para os estudos dos problemas especiais no intervalo, entre os congressos. Estamos trabalhando ativamente para que o Congresso de 1956 seja de fato notável, porque, nessa ocasião teremos a visita dos homens eminentes da Geografia de todo o mundo, que poderão trazer suas luzes, para que os geógrafos nacionais possam progredir com vantagem para o país.

O ementário organizado é interessantissimo e inclui teses que, tenho certeza, irão agradar muito a êsses estrangeiros a elementos nacionais que participarão do debate. São de maior atualidades êsses temas escolhidos dos quais vamos dar alguns exemplos.

Ocorrência de enchentes extraordinárias. Sabemos que em todo o território brasileiro essas enchentes são ciclicas, não só no sul como no norte e no oeste do Brasil.

Determinar a interferência de fatôres físicos e humanos nessas enchentes.

O uso da terra e a economia da água nas regiões semi-áridas, problema para o qual, apesar de muito discutido, até agora não se apresentou cabal solução.

Industrialização e desenvolvimento agrícola, suas realizações reciprocas. Nós com agricultura que já vai avançando, com pecuária que pode ser contada entre uma das maiores do mundo, com rios e mares piscosos, ainda estamos no principio da industrialização dos gêneros alimentícios. Portanto, trata-se de as-

sunto atual, que merece ser estudado. Mudança de uma capital; problema da escolha de novo sitio: repercussão geográfica. Tôdas as nossas Constituições falam em mudança da capital para o Planaito Central ou outras regiões. Isso, porém, não sai do terreno das discussões. Comissões e mais comissões são nomeadas e não se vê um laivo, uma esperança de resolução dêsse problema.

Fol também organizado um programa de excursões geográficas, não só para os elementos nacionais como para os alienígenas que nos visitarão. Essas viagens de estudos geográficos terão vários itinerários: um para a Amazônia, outro para o Nordeste, outro para a Bahia, outro para o vale do rio Doce em Minas Gerais, mais outras para a planície costeira fluminense, para o Mato Grosso meridional, incluindo o pantanal para a frente pioneira e para o planalto meridional. Os geógrafos estrangeiros congregados em tórno dos nacionais, irão fazer uma inspeção, sôbre o território brasileiro. Estou certo de que, disso, muita colsa interessante resultará para o país, que, até agora só é conhecido lá fora, quando os footballers excursionam pela América do Norte, pela América do Sul ou pelo Velho Mundo. Assim através da ciência, vamos ter o nosso pais conhecido não só na Europa como na América e até na Asia.

A comissão organizadora dêsse Congresso terá de entrar em contacto com todos os geógrafos do país, quer estejam no Amazonas, quer no Rio Grande do Sul, em Pernambuco ou em Mato Grosso. Portanto, êles vão ter necessidade de se corresponder com êsses seus cor-

religionários de Geografía mandando telegramas e cartas.

Apresentel, então, projeto no sentido de lhes ser dada franquia telegráfica e postal, a fim de que possam fazer êsse serviço de modo eficiente. Peço também, que os elementos que vêm aqui trabalhar conosco, da União Internacional de Geografia, tenham de igual modo, franquia telegráfica, para que se possam entender com as sedes dos seus institutos científicos e, com mais facilidade, trazerem documentação que sirva de fonte, nos debates que irão, com tôda a certeza travar.

E para que êsse Congresso, que julgo de tantos benefícios para o país, tenha uma propaganda eficiente peço também no projeto que apresentei hoje à Mesa, que, até o fim dêste ano, o Departamento dos Correios e Télegrafos lance em circulação um sêlo de propaganda como chamariz aos geógrafos brasileiros e de todo o mundo, a fim de que, em 1956, compareçam ao Brasil, trazendo suas luzes para a Geografía nacional.

O Sr. Wolfram Metzler — Queria congratular-me com V. Ex.\* pela realização dêsse Congresso, do qual espero também influências muito benéficas. Na realidade, como V. Ex.\* diz temos já uma equipe de geógrafos que honram nosso país.

Infelizmente, são homens que falam sòzinhos. A opinião pública não toma conhecimento das sábias lições que têm dado, pois até hoje, não conseguiram influir na mentalidade reinante. Quer dizer, a destruição do manto florestal e dos outros recursos naturais, continua. Tenho algumas publicações, onde chamo a atenção dos responsáveis para os efeitos danosos de certa medidas que têm sido tomadas e ressalto o fato de que, até hoje ésses homens estão falando sòzinhos. Pode ser que, com a realização dêste Congresso, que conta com a presença de personalidades de fama internacional êles consigam despertar a atenção não só dos governantes como da opinião pública.

O Sr. Lima Figueiredo — V. Ex.ª tem razão em parte. Depois que foi criado o I.B.G.E., que reputo um dos grandes atos do primeiro govêrno do Sr. Getúlio Vargas, despertou-se a consciência geográfica do brasileiro. O embaixador José Carlos de Macedo Soares, que dirigiu com tanta proficiência o Institutó, lançou semente que frutificou. Temos conselhos geográficos nacionais em todos os estados, e essas entidades mandam suas informações e pesquisas para o I.B.G.E. Tais informações e pesquisas para o I.B.G.E. Tais informações são difundidas pela Revista Brasileira de Geografia que sai trimestralmente pelo Boletim Geográfico, mais uma publicação de detalhes, e pelo Anuário de Geografia que sai, como seu nome diz, uma vez por ano.

O Sr. Wolfram Metzler — V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. A plantinha está aí se desenvolvendo, mas ainda não conseguiu impressionar o povo.

O Sr. Lima Figueiredo — A campanha das coordenadas, levantadas pelo Conselho Nacional de Geografia, teve surto promissor. Assim, com caminhamentos expeditos e com coordenadas que fixem bem suas extremidades e certos pontos importantes désses levantamentos em breve teremos uma carta bem razoável que represente, de fato, o território da nossa Pátria.

Neste momento, devo também lembrar a cooperação prestada pelo Serviço Geográfico do Exército e pelo Serviço Geológico e Mineralógico, em São Paulo.

Foram duas instituições que muito trabalharam para melhor conhecimento do Brasil, porque sòmente conhecendo nosso país, poderemos amá-lo verdadeiramente. (Muito bem; muito bem).

# Relatórios de Instituições de Geografia

# e Ciências Afins

# Relatórios apresentados à XIII sessão ordinária da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia

#### SÃO PAULO

PRINCIPAIS TRECHOS DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA E DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO, EM 1952, APRESENTADO PELO RESPECTIVO DELEGADO ENG.º VALDEMAR LEFÉVRE.

# I — DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA

# a — ORGANIZAÇÃO.

Os Diretórios Regionais, cujas sedes se localizam nas capitais dos estados e dos territórios federais, são os órgãos executivos regionais do Conselho Nacional de Geografia, criado pelo decreto federal n.º 1 527, de 24 de março de 1937.

Estes Diretórios foram estruturados pelo Regulamento do Conselho baixado na conformidade do artigo 5.º do decreto acima referido.

O Diretório em São Paulo tem a sua origem em dispositivo do decreto estadual n.º 8 617, de 30 de setembro de 1937 e a reorganização conforme estabeleceu o decreto estadual n.º 10 748, de 29 de novembro de 1939.

#### b — DIRETÓRIOS MUNICIPAIS.

O estado de São Paulo está dividido em 369 municípios, conforme estabelece a lei quinquenal n.º 233, de 24 de dezembro de 1948, com vigência até 31 de dezembro de 1953. Até esta data acham-se instalados apenas 304 Diretórios.

# c - ATIVIDADES.

Durante o ano de 1952 realizaram-se quatro sessões ordinárias nos meses de abril, setembro, outubro e dezembro, sendo discutidas as questões apresentadas pela Secretaria e pelos membros do Diretório Regional.

Foi aberto concurso previsto na resolução 54, de 24 de setembro de 1945, que dispõe sôbre a concessão de prêmios a executores de trabalhos geográficos e geológicos de campo.

Discutiu-se sobre a contribuição a ser dada pelo Diretório aos festejos do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo, sóbre os trabalhos de levantamento aero-fotogramétrico que se vem fazendo do território do estado, por diversas entidades oficials; e sóbre o guia turístico referente ao Brasil e es-

pecialmente a São Paulo, e a sua organização por parte do Diretório Regional de Geografia.

Para a tomada de contas referente ao ano de 1951 foi nomeada a Comissão constituída dos senhores: Parisio Bueno de Arruda, Hugo Melo Matos de Castro e Moacir Teixeira.

#### II — INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO

Este órgão executivo estadual tem a sua origem na Comissão Geográfica e Geológica criada em 1886 pelo conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. O seu primeiro chefe foi o saudoso geólogo Orville Adalberto Derby.

O Instituto Geográfico e Geológico tem organização decorrente do decreto n.º 9 871, de 28 de dezembro de 1938. Conta atualmente com as seguintes dependências técnicas: Serviço de Geodésia, Serviço de Topografía, Secção de Estudos Geográficos, Serviço de Geologia Geral, Serviço de Geologia Econômica, Laboratório de Química, Laboratório Experimental de Tratamento Semi-Industrial de Minérios, Gabinetes de Desenho, Mapoteca e Fototécnica, Secção de Fiscalização, Concessão e Cadastro de Minas, e Museu Geológico. Dispõe ainda de várias secções e setores de caráter administrativo.

Ainda em obediência à já citada resolução da Assembléia-Geral passamos a relatar, de modo sucinto, os trabalhos realizados em 1952 pelo órgão geográfico estadual.

#### DIVISÃO GEOGRÁFICA

1 — SERVIÇO DE GEODÉSIA — sob a chefia do Eng.º Ludovico Taliberti.

#### a — TRIANGULAÇÃO GEODÉSICA.

Éstes trabalhos estiveram a cargo do Eng.º José de Almeida Castro e se desenvolveran ao longo da cadeia "Itaqueri-Ibitinga". Fêz-se ainda o reconhecimento para futura ocupação da cadeia Ribeiro dos Santos nos limites com Minas Gerais, acompanhando o paralelo 20º 30°. Esta cadeia se compõe de 27 vértices distribuídos em extensão de aproximadamente 200 quilômetros. Os vértices reconhecidos ficaram assinalados por marcos de concreto armado. Estes trabalhos de campo importaram em Cr\$ 62 553,40 ficando o vértice reconhecido em Cr\$ 2316,80.

Para se atender a pedido do Instituto Paulista de Oceanografia fêz-se reconhecimento, construção e ocupação de uma pequena rêde de triangulação, ao longo da costa de Cananéia. Este trabalho ficou concluído em princípio de 1952.

Gastaram-se Cr\$ 113 802,60 com os serviços de triangulação.

#### b — COORDENADAS GEOGRÁFICAS.

O Eng.º José de Oliveira Quintão determinou as coordenadas geográficas das 22 seguintes localidades: Campo de Cumbica, Vila Queirós, Arco Iris, Alto Alegre, Luiziana, Alfredo Marcondes, Usina Quatiara, Flora Rica, Guarani d'Oeste, Dulcinópolis, Salmourão, Macedônia, Nhandeara, Sud Menucci, Santa Albertina, Auriflama, Três Fronteiras, Cajuru, Orlândia, Ituverava, Itaoca de Baixo e Ribeirão Vermelho do Sul.

Todos os locais das observações ou de transporte das coordenadas ficaram assinalados por marcos de concreto armado. Estas determinações de coordenadas geográficas têm por fim dar o apoio aos levantamentos topográficos e ao aprimoramento do mapa geral do estado de São Paulo. Com os trabalhos de campo gastou-se a quantia de Crs 30 302,90 cabendo a cada ponto a despesa de Cr\$ 1 378,70

#### e - NIVELAMENTO DE PRECISÃO.

Sob a responsabilidade do Eng.º Ademar Colucci, quatro turmas de nivelamento de 1.ª ordem operaram ao longo das linhas "Assis-Rio Parana"; "Assis-Avaré"; "Santo Anastácio-Andradina"; "Moji-Mirim-Piracicaba"; "Icém-General Salgado" e outros pequenos trechos. O total das linhas niveladas e contraniveladas atingiu 744,9 quilômetros. Fara as necessárias referências colocamos 117 R. N. de concreto e 37 chapas de latão.

Os trabalhos de nivelamento importaram em Cr\$ 353 722,70 ou sejam Cr\$ 474,90 por qui-lômetro nivelado e contranivelado.

## d - TOTAL DAS DESPESAS DE CAMPO.

Com a realização dos trabalhos de campo, a cargo do Serviço de Geodésia, foram empregados Crs 497 858,20 (mão de obra, material de consumo e transporte).

2 — SERVIÇO DE TOPOGRAFIA — sob a chefia do Eng. $^{\circ}$  Eduardo Bernardes de Oliveira.

#### a — LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS.

Os trabalhos de campo são feitos no período da estiagem, que vai de abril a novembro. O período das águas é aproveitado para os trabalhos de escritório, cálculo e revisão de cadernetas de campo, desenhos, etc.

As 18 turmas de topógrafos encarregaram-se dos levantamentos nas regiões compreendidas pelas fólhas topográficas de Assis, Pompéia, Maracai, Ibitinga, José Bonifácio e Capão Bonito. Os levantamentos prosseguiram sob a responsabilidade dos Engs. Juvenal Felicissimo, Elon Rodrigues Alves, Trajano Pereira da Silva e Valdemar F. Godói Bueno.

Fôlha de Assis — Quatro turmas, durante a campanha, estando quase concluída. Os caminhamentos totalizaram 1 469 km. A área coberta é de 1 145 km². O custo médio do km² foi de CrS 378.80.

Fólha de Pompéia. Três turmas, sendo que apenas duas operaram durante tôda a campanha. Em fim de 1952 apenas metade da fôlha estava levantada. Os caminhamentos somaram

 $1\,367\,$  km. sendo de  $1\,053\,$  km² a área coberta na campanha de  $1952\,$ .

O  $km^2$  levantado ficou, em média, em Cr\$ 218,00.

Fôlha de Ibitinga — Duas turmas operaram durante a campanha. Esperamos concluir os levantamentos desta região, no decorrer de 1953. A produção em 1952 foi 1 013 km de caminhamento e 779 km² de área coberta. O custo médio do km² atingiu Cr\$ 214,00.

Fôlha de José Bonifácio — Uma turma operou durante cêrca de três meses nesta zona, iniciando o seu levantamento. A produção foi: 150 km. de caminhamentos e a área de 115 km², ficando em Cr\$ 330,00 o custo da unidade.

Fólha de Capão Bonito — Seis turmas operaram nesta região agreste e despovoada do estado. A organização desta fólha visa ao interêsse geológico e econômico que as ocorrências minerais oferecem. Esta é a região que encerra as maiores jazidas de calcário do estado. Os caminhamentos apenas somaram 961 km; a área levantada fol de 769 km². As dificuldades de penetração elevaram para Cr\$ 635,00 o custo médio do km² levantado.

Pequenos levantamentos topográficos foram ainda feitos para se atender às necessidades da geologia econômica.

As turmas de topografía percorreram  $6\,967\,$  km de caminhamento e levantaram a área de  $5\,239\,$  km².

#### b — DEMARCAÇÃO DE DIVISAS MUNI-CIPAIS.

Um técnico foi designado para, durante o ano proceder às demarcações de divisas, solicitadas pelos prefeitos municipais. Atenderam--se a 126 processos de demarcação.

# c — LIMITES SÃO PAULO — RIO DE JA-

O Govêrno do estado promulgou o decreto n.º 21 612, de 5 de agôsto de 1952, atribuindo ao Instituto Geográfico e Geológico a conservação dos marcos dos limites estaduais, bem
como a substituição dos marcos provisórios colocados nos limites com o estado do Rio de
Janeiro. Neste sentido já nos entendemos com
o Departamento Geográfico Fluminense, para
ainda neste ano iniciarmos a colocação dos
marcos definitivos, de concreto armado.

### d - LIMITES SÃO PAULO - PARANÁ.

Estão fixados pelas leis paulistas nº. 1736, de 27 de setembro de 1920 e n.º 1803, de 29 de novembro de 1921 e por lei paranaense.

Todavia esta linha de limites ainda não foi demarcada. A demarcação está prevista no Plano Quadrienal de Administração do governador Lucas Nogueira Garcês, e esperamos em breve poder acertar providências com as autoridades geográficas do estado do Paraná.

# e — LIMITES SÃO PAULO — MINAS GE-RAIS E SÃO PAULO — MATO

Estes limites são perfeitamente conhecidos e fixados por lei e demarcados. Todavia há ainda um problema a ser resolvido: a jurisdição estadual sóbre as ilhas fluviais dos rios Grande e Paraná. O critério está firmado. A ilha pertencerá ao estado de cuja margem estaja mais próxima. Falta tão sòmente o estudo da posição das ilhas para em seguida

ser firmada a jurisdição sôbre elas. Os estados de São Paulo e Minas Gerais estão, no momento, estudando o assunto para darem pronta solução, esperada pelas Secretarias da Fazenda dêstes estados. Infelizmente com o estado de Mato Grosso não nos foi possível iniciar os entendimentos.

#### f - TRABALHOS NA SEDE.

Estes foram variados, compreendendo cálculo e revisão de cadernetas, estudos, informações de autos, desenhos de mapas de progresso e de fólhas topográficas.

Entre êstes destacaram-se os que se relacionam com a elaboração do mapa geral do estado que pretendemos publicar em 1954, em comemoração ao quarto centenário da fundação de São Paulo de Piratininga, a capital do estado. Este mapa compor-se-á de onze fôlhas que abrangerão dois graus em longitude e grau e meio em latitude. O Serviço de Topografia, com a colaboração da Secção de Estudos Geográficos e do Gabinete de Desenho, está preparando as 114 fólhas na escala de 1:100 000, de meio grau de latitude por meio de longitude. Estas e as já publicadas e devidamente atualizadas serão reduzidas para o preparo do mapa a ser impresso em três côres e com o relêvo representado por curvas de nível equidistantes de 50 metros.

#### g - AUTOS ESTUDADOS.

Durante o ano transitaram pelo Serviço de Topografia, para estudo e informação, 198 autos, acarretando, a maioria dêles, vistorias e trabalhos de levantamento.

#### h - TOTAL DAS DESPESAS DE CAMPO.

Com os trabalhos a cargo do Serviço de Topografia, o Instituto despendeu a quantia de Cr\$ 1 770 000,00 (mão de obra, material de consumo e transporte).

3 — SECÇÃO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS — Sob a chefia da Eng.ª Zilda Sampaio Perroni.

Esta Secção, a mais nova do Instituto, ainda não conta com quadro de funcionários em número compatível com as suas complexas atribulções. Os seus trabalhos têm sido quase exclusivamente de escritório, ou sejam de estudos de divisas, de criação de distritos e de subdistritos, municípios e comarcas, revisão territorial, cálculos de áreas de circunscrições territoriais, informações sôbre a geografia do estado, etc. Cêrca de 250 autos foram informados pela Secção, referentes aos assuntos acima citados.

# a — ATUALIZAÇÃO DE MAPAS.

A Secção coube o trabalho de atualização das antigas fólhas topográficas, tendo em vista a publicação do mapa geral do estado na escala de 1250000. Reuniu os elementos referentes a alterações de estradas de ferro e de rodagem, bem como de outras alterações ocorridas no território paulista. Este árduo trabalho está prosseguindo.

#### b - ARQUIVO TÉCNICO.

Cadernetas: foram dactilografadas 6 335 flchas, das quais 1 815 com entrada por título, autor e número. Prosseguiu-se com a organização de fichas dos pontos de coordenadas geográficas e de mapas diversos, em número de 1 523. Foram ainda arquivadas 517 cópias de informações prestadas por esta Secção e pelo Serviço de Topografia, referentes a assuntos geográficos.

#### DIVISÃO GEOLÓGICA.

1 — SERVIÇO DE GEOLOGIA GERAL — Sob a chefia do Eng.º Plinio de Lima.

#### a - LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS.

Prosseguimos com os levantamentos geológicos na região compreendida pela fólha geológica de Jundiai e reiniciamos os da zona de Capão Bonito.

Três geólogos trabalharam nesse setor, perfazendo caminhamentos de 3 177 quilômetros com a média diária de 13 quilômetros. Nessa região foram assinaladas ocorrências de argila, caulim, areia, pedreguiho e quartzito, de valor econômico.

Ficou terminado o levantamento da fôlha de Jundiaí, que será brevemente publicada.

Na zona de Capão Bonito encontraram-se jazidas de galena, pirita, baritina e talco--chisto.

#### b — MINEROLOGIA E PETROGRAFIA.

Prepararam-se trinta coleções de minérios e rochas para se atender aos pedidos encaminhados a éste Instituto. Os estudos ao microscópio continuam paralisados, por faita de técnico especializado. Os trabalhos de caráter urgente estão sendo encaminhados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

#### c - PALEONTOLOGIA.

Foram catalogados e identificados nove exemplares de fósseis, sendo cinco invertebrados e quatro vertebrados. Sete invertebrados recentes, colhidos no sambaqui Sage Morretes. no município de Iguape, foram também catalogados e identificados. Todo êsse material foi enviado para o nosso museu geológico.

### d - ÁGUAS SUBTERRÂNEAS.

O estudo visando à captação de águas subterrâneas tem sido da competência do Serviço de Geologia Geral, enquanto os trabalhos de perfuração de poços profundos, para essa captação, vinha sendo feito pelo Serviço de Geologia Econômica.

A experiência demonstrou ser vantajosa a reunião dessas duas fases e a partir de 1952 todos os trabalhos referentes a águas profundas ficaram com a Geologia Geral.

Foram feitos 28 estudos para captação de águas profundas, atendendo-se assim a todos os pedidos.

Este Serviço dispõe de treze sondas para a abertura de poços profundos. Foram abertos quinze poços, com o emprégo de onze sondas, obtendo-se 1 440 metros de perfuração, ou sejam em média 96 metros de profundidade por poço.

Na cidade de Patrocínio Paulista, em poco com 142 metros obtivemos a maior vazão, que foi de 25 200 litros por hora.

#### e - VIAGEM DE ESTUDOS.

O chefe do Serviço foi designado para ir aos Estados Unidos estudar os problemas e soluções ligadas à produção de fertilizantes, nos quais se possa empregar a matéria prima mineral existente no país.

O relatório, contendo as suas conclusões, será entregue brevemente.

2 — SERVIÇO DE GEOLOGIA ECONÔMI-CA — Sob a chefia do Eng.º Teodoro Knecht.

Os estudos e pesquisas se relacionaram, especialmente, com os minérios e rochas a serem utilizados na fabricação de fertilizantes e de corretivos de terras ácidas, e, ainda, na indústria de cimento.

### a - PESQUISAS DE CALCARIO.

Foram realizadas pesquisas e prospecção na ocorrência de calcário situada na fazenda Ipanema. Encontrou-se reserva de calcário avaliada em 400 000 toneladas com média de 12% de residuo insolúvel e 5% de óxido de magnésio. Iniciou-se o estudo das reservas de calcário em Pirapora do Bom Jesus.

Outros estudos foram feitos em Bom Sucesso (município de Itararé), Guapiara, Salto de Pirapora, Mococa, Tapiratiba e no vale do Paraíba. Nestas jazidas foram colhidas amostras médias para estudo e análises quimicas.

reza do calcário, do seu teor e do volume, serão mais bem estudadas, para futuro aproveitamento.

#### b - MINÉRIO DE CHUMBO.

A mina de Lajeado, em Iporanga, estêve em lavra até setembro de 1952, com a assistência do Instituto Geográfico e Geológico. O minério forneceu 180 toneladas de chumbo e cêrca de 500 quilos de prata. Em Braço de Pescaria continuou-se com as pesquisas, por meio de galerias, apresentando o minério teor variável entre 15% e 19% de chumbo.

### c — MINÉRIO DE MANGANÊS.

O Instituto deu assistência técnica à emprêsa portadora de decreto de pesquisa, referente à jazida de Lajeado, município de Registro. Foram feitas seis sondagens. Os trabalhos prosseguem.

### d - PESQUISAS DE TALCO.

Há várias ocorrências de talco entre Ribeirão Branco e Guapiara.

Os estudos e sondagens nessa região deverão prosseguir para completo conhecimento dos depósitos. O crescente aumento de consumo de talco está merecendo a especial atenção dos técnicos que, auxiliando os mineradores da região, esperam concorrer substancialmente para o fornecimento desta matéria prima à nossa indústria. Os resultados até aqui obtidos são animadores.

Foram feitas amostragens de ocorrências de talco nos municípios de Juquiá e Miracatu.

### e - PESQUISAS DE VERMICULITA.

A vermiculita é a mais nova conquista da tecnologia, entre os minerais não metálicos. Ela é aplicada, vantajosamente, como material de construção destinado a produzir o isolamento de som e de calor. Pertence às micas, sendo biotita onde o potássio foi substituído por água. A única ocorrência paulista conhecida e a maior ocorrência brasileira encontrase no município de Tatuí e está sendo estudada e prospectada pelos técnicos do Instituto Geográfico e Geológico. Os resultados obtidos são de molde a justificar instalações para tratamento de 100 toneladas diárias do minério.

### f — ÁGUA MINERAL.

O Serviço de Geologia Econômica orientou a instalação da casa de captação das emergên-

cias de água mineral radioativa nas proximidades da cidade de Lindóia. A sua radioatividade é de 16,3 U.M.

### g — PESQUISAS DIVERSAS.

Os técnicos de Serviço de Geologia Econômica realizaram ainda vários estudos e pesquisas para primeiros conhecimentos de recursos minerais. Entre êstes bauxita, argilas refratárias, quartzito, arelas monazíticas, argilas altamente aluminosas, berilo, feldspato, caulim e argila caulinica.

#### ×

### SANTA CATARINA

PRINCIPAIS ASSUNTOS FOCALIZADOS NOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DO DIRECTORIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, APRESENTADO PELO RESPECTIVO DELEGADO ENG.º VICTOR A. PELUSO JÚNIOR

### DIRETÓRIO REGIONAL

Após a realização da última Assembléia Geral, o Diretório Regional reuniu-se a 13 de novembro de 1952, para resolver sôbre o quadro territorial a 2 de janeiro, para traçar o programa de trabalho do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, e a 27 de junho, para discussão do relatório que o representante do estado apresenta a esta Assembléia.

#### CARTOGRAFIA

Foram iniciadas, na escala 1:100 000, as fôlhas de Dionisio Cerqueira, Serra do Capanema, Serra da Fartura, Nascente do Lajeado Raso, Pôrto União, Valões, Mafra, São Bento do Sul, São Miguel d'Oeste, Rio das Antas, Rio Xapecó, Xanxerê, Hersiliópolis, Caçador, Lebon Régis, Espigão, José Boiteux, Itapiranga, Mondai, Xapecó, Concórdia, Juaçaba, Campos Novos, Curitibanos, Ponte Alta, Rio do Sul, Canasvieiras, Lajes e Lagoa.

Foram impressos os seguintes trabalhos (multilith):

Publicação n.º 1 — A cidade de Ituporanga, por Victor A. Peluso Jr.

Publicação n.º 2 — A bacia do Itajai, por Carlos Büchele Jr.

Relatório explicativo do Plano Diretor de Florianópolis

Aproveitamento do estreito do rio Uruguai

Além de fichas e circulares para a Diretoria de Obras Públicas e o Departamento Estadual de Estatística.

### TOPOGRAFIA

Os trabalhos desta secção foram efetuados em maior parte na cidade de Florianópolis, onde foi levantada a área do estreito. A secção calculou o levantamento efetuado, e desenhou 21 fôlhas do semi-cadastro do estreito.

Em janeiro foi iniciado o semi-cadastro da área urbana de Lajes, que não havia sido incluída no levantamento anterior. Este serviço foi sustado em fevereiro, devido à necessidade urgente de se proceder ao levantamento de Florianópolis. O levantamento semi-cadastral da cidade de Uruçanga, também iniciado em fevereiro, foi igualmente interrompido para o topógrafo trabalhar em Florianópolis.

Foi terminado o semi-cadastro da cidade de Tangará. O serviço está sendo calculado, antes de se iniciar o desenho das fólhas. A pedido do Sr. Prefeito Municipal de Rio

A pedido do Sr. Prefeito Municipal de Rio do Sul, a Secção de Topografia fêz o levantamento e preparou a planta do terreno destinado ao aeroporto daquela cidade.

Além dêsses serviços, prosseguiu o de determinação de altitude com aneróides.

### SECÇÃO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA REGIONAL

Esta secção procedeu aos seguintes estudos:

- a) Clima de Braço do Norte;
- b) Épocas de chuvas no estado de Santa Catarina;

c) Aspectos gerais do município de Xapecó:

- d) Casebres no estado de Santa Catarina;
- e) Análise de solos.

Foram feitas, durante o ano de 1952, as análises parciais de 21 amostras de solos, com os respectivos horizontes. As amostras foram colhidas em diferentes partes do estado, sendo que a maioria é da zona planaltina.

### ANEXOS

### DIRETÓRIO REGIONAL

### RESOLUÇÃO N.º 41

Autoriza o estudo de revisão do quadro territorial do estado.

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografía no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando que de acórdo com o artigo 3.º da lei ntº 22 de 14 de novembro de 1947, haverá, em 1953, a revisão do quadro territorial do estado;

Considerando que o Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografía é um órgão consultivo que tem por objetivo o estudo dos problemas ligados às atividades geográficas no estado.

### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica o Sr. Presidente autorizado a iniciar o estudo de revisão do quadro territorial, para ser entregue à Assembléia Legislativa em julho de 1953, como sua contribuição à lei a ser promulgada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único — O Departamento Estadual de Geografía e Cartografía ficará encarregado da parte executiva da presente resolucão.

Art. 2.º — O Sr. Presidente pedirá, à Assembléia Legislativa a designação de dois representantes, escolhidos entre os senhores deputados para acompanharem, na qualidade de observadores, os trabalhos em suas diferentes fases de execução.

Florianópolis, 13 de novembro de 1952, ano XVI do Instituto. — Conferido e numerado: Nélson Maia Machado, Assistente da Secretaria. Visto e rubricado: Victor A. Peluso Junior, Secretário. Publique-se, João Colin, Presidente.

Representação dirigida ao senhor governador do estado, em 11 de novembro de 1952:

### Senhor Governador:

O artigo 96 da Constituição do estado estabelece, como condições essenciais para a criação de município, a população mínima de 20 000 habitantes e a renda anual de Cr\$ 30 000,00. Tais exigências, por sua severidade, são das mais rigorosas da Federação, como se vê no quadro abaixo:

Condições mínimas para a criação de "município.

ESTADO	População mínima (habitantes)	Renda minima anual (Cr\$)
Amazonas. Pará Marauhão. Plauí Ceará Rio Grande do Norte. Paraiba. Pernambuco. Alagoas. Sergipe Bahia. Minas Gerais. Espírito Santo. Rio de Janeiro. São Paulo.	10 000 8 000 10 000 10 000 20 000 10 000 10 000 10 000 10 000 20 000 10 000 20 000 10 000 4 000	100 000 200 000 50 000 50 000 50 000 50 000 50 000 250 000 100 000 200 000 200 000 200 000 200 000 200 000
Pariniá Santa Cutarina Río Grande do Sul Mato Grosso Goiás (Zona Sul) Goiás (Zona Sul)	20 000 20 000 6 000 7 000 5 000	300 000 600 000 70 000 100 000 40 000

Agrupando os estados segundo as exigências de população, temos:

POPULAÇÃO		Número de estados		
Até De 5 000 a  10 000 >  15 000 >  Mínimo de	10 000 15 000 20 000	habitan	tes	1 3 9 1 4 (Não conhecemos as condições exigidas por Pará e Paraná)

O grupo mais numeroso é integrado pelos estados que estabelecem a população mínima de 10 000 habitantes (9 estados). Na realidade é êsse fato que se encontra quando se analisa o resultado do recenseamento de 1950. Grupando os municípios segundo as populações, como se fêz no quadro anterior, vemos que mais de um têrço dos municípios brasileiros tem população entre 5 000 e 15 000 habitantes:

POPULAÇÃO		Número de municípios	
Até 5 000	habitan	tes	64
De 5 900 a 10 000	»		345
➤ 10 000 × 15 000	>		346
> 15 000 > 20 000	70		266
> 20 000 > 25 000	>>		221
> 25 000 > 30 000	>>		180
> 30 000 > 35 000	D		122
> 35 000 > 40 000	>		87
→ 40 000 » 45 000	>		45
> 15 000 > 50 000	>>		39
<ul> <li>mais de 50 000</li> </ul>	>		172
Não foram registrados	os dado	s de 3 mu-	1
nicípios			1 887
nicipios			1 857

Agrupando os estados segundo as rendas mínimas exigidas, o grupo que mais se salienta é da renda de Cr\$ 200 000,00:

		RENDA	MÍNIMA	Número de estados
Cr\$	20	000.00		1
Cr\$				
Cr\$	50	000,00		
Cr\$				
				. 5 (Inclusive Goiás, Zo-
Crs	200	000 00		na Sul)

O artigo 96 da Constituição do estado, afastando-se das condições médias dominantes em nosso país, traz considerável prejuízo à coletividade. Quando parte da população de um município, devido à mobilidade de expansão, própria de país novo, diferencia-se do núcleo original de que faz parte, é indispensável que obtenha autonomia, constituindo um mu-nicípio que contenha tôda a população com os mesmos interêsses. E' extremamente dificil, porém, que isso se torne possível com a exigência constitucional em vigor. Para que se componham municípios com a devida unidade econômica e social, é necessário que se dade economica e social, e necessario que se abaixe para 10 000 habitantes a população mí-nima exigida para êsse fim. Poderá ocorrer, talvez, que velhas sedes municipais entrem em decadência. Isso, porém, jamais será con-seqüência direta do desmembramento do território; êste poderá, quando muito, acelerar o processo já em curso, frequentemente mascarado pelo emprêgo, em benefício da sede, das rendas arrecadadas em áreas que exigem sua autonomia. E' um desperdício que cumpre, evitar, e que traz prejuízo a grupos cujos interêsses se distanciam dos que caracterizam o velho município.

A participação do município no impôsto de renda é outro aspecto relevante da divisão territorial. Segundo o que dispõe o parágrafo 4.º do artigo 15 da Constituição Federal, 10% da arrecadação geral do impôsto de renda é distribuído, em partes iguais, a todos os municípios brasileiros. Em 1948 havia, no país, 1703 unidades municípais, elevadas, em 1950, para 1890. Minas Gerais, que criou 72 municípios, recebeu mais Cr\$ 17 989 200,00; São Paulo, com 64 município, aumentou sua parte de mais Cr\$ 15 990 400,00, enquanto Santa Catarina, que criou sòmente 7, teve o acréscimo de ....... Cr\$ 1748 950,00. E' evidente que não se deve criar municípios sòmente para aumentar o número de quotas; será, porém, êrro igual deixar de obter êsse aumento, quando novos municípios constituem aspirações das populações

locais, com base econômica para permitir rendas suficientemente elevadas. Uma vez que corra adensamento humano com interêsses econômicos e sociais que o distingam dos que com êle formam um municiplo, e que êsse grupo contribua com impostos municipais suficientes para gozar de autonomia, essa população está sendo prejudicada da parte a que tem direito na divisão da importância do impôsto de renda que cabe aos municípios. E' de se notar que, não obstante o aumento do número de quotas, estas crescem anualmente, mercê da ascensão do próprio impôsto:

ANO	Quota po município em Cr\$
1948	116 541,00
1949	249 850,00
1959	256 558,00
1951	299 280,00
1952	434 319.00

Tratando-se de permitir que as populações, que estejam em condições de gozar de autonomia, formem municípios novos, tal permissão contribuirá para que essa mesma população receba sua participação na arrecadação
do impôsto de renda, melhorando sua capacidade de enfrentar os problemas que não podem ser resolvidos pelo município de que fazem parte.

Baseado nos argumentos expostos, sou de parecer que se baixem os limites de população e de renda exigidos para criação de município, de 20 000 para 10 000 habitantes, e de Cr\$ 300 000,00 para para Cr\$ 200 000,00

### LEI N.º 80

Aprova lei municipal.

O deputado Volney Colaço de Oliveira, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

Faz saber a todos os habitantes dêste Estado, que a Assembléia Legislativa decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1." — Fica aprovada a lei n.º 183, de 19 de janeiro de 1953, oriunda da Câmara Municipal de Concórdia, criando o distrito de Volta Grande.

Art. 2.º — O distrito a que se refere o artigo anterior, será instalado em dia que o chefe do Poder Executivo designar.

Art. 3.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 18 de junho de 1953.

Volney Colaço de Oliveira, Presidente. Lenois Vargas Ferreira, 1.º Secretário. Elpídio Barbosa, 2.º Secretário.

## Bibliografia

### e Revista de Revistas

# Registos e Comentários Bibliográficos

### Livros

I CENTENÁRIO DAS FERROVIAS BRASILEIRAS — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1954.

Associando-se às comemorações que em todo o país assinalaram o transcurso do centenário da primeira estrada de ferro do Brasil, lançou o Conselho Nacional de Geografia esta obra que reúne trabalhos de vários autores sóbre os diferentes aspectos do desenvolvimento ferroviário brasileiro.

O volume é prefaciado pelo Ten. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes, secretário-geral do C.N.G. que exalta a figura de Mauá, construtor da Estrada de Ferro Rio-Petrópolis, a primeira inaugurada no território pátrio. em 1854, com apenas 14 quilômetros de extensão.

Façamos ligeira referência aos seis estudos que constituem a obra.

O primeiro dêles intitula-se "Geografia das Estradas de Ferro do Brasil". Tem como autor o Eng.º Moacir M.F. Silva e versa sôbre a distribuição atual das ferrovias brasileiras.

O segundo artigo na ordem de apresentação, assinado pelo Eng.º Flávio Vieira, sob a denominação "Os caminhos ferroviários brasileiros", dá uma notícia sucinta acêrca de cada uma das estradas de ferro brasileiras.

O outro trabalho "Nossos caminhos de ferro elétricos" é do Eng.º Dermeval José Pimenta. Trata do problema da eletrificação de nossas ferrovias.

O Eng.º Virgílio Corrêa Filho apresenta duas excelentes contribuições: "Grandes vultos da nossa engenharia ferroviária" e "Evolução ferroviária brasileira".

O Eng.º Honório Bezerra escreve sôbre o tema: "A altimetria nas ferrovias brasileiras".

Encerra o volume uma lista de efemérides. Enriquecem-no numerosas ilustrações, gráficos e mapas.

A.V.L.

\*

ASPECTOS DA GEOGRAFIA RIO-GRANDENSE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — 1954.

Com o lançamento dêste volume quis o Conselho Nacional de Geografia assinalar a realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade de Pôrto Alegre.

Reúne trabalhos extraídos do Boletim Geográfico e da Revista Brasileira de Geografia, assinados, com exceção de dois, por geógrafos experimentados nos métodos de pesquisa e observação inaugurados pelo C.N.G.

A distribuição dos assuntos obedece à seguinte ordem: — Geografia Física: — Origem das terras pretas de Bajé, por José Setzer; Algumas notas sôbre a distribuição do campo e da mata no sul do país e a fixidez do limite que os separa, pelo Pe. Geraldo Pauwels; Vegetação campestre do planalto meridional do Brasil, por Edgar Kuhlmann; Campos de criação do Rio Grande do Sul, Lúcio de Castro Soares; Geografia Humana: - Principios da colonização européia no sul do Brasil, por Leo Waibel; Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul, por Orlando Valverde; O gaúcho, por Lindalvo Bezerra dos Santos; Colonização no município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, por Nilo Bernardes; Geografia Econômica: --

O trigo no Brasil, por Eloísa de Carvalho; A produção de batata inglêsa no sul do país, por Eloísa de Carvalho; Produção de uva no Rio Grande do Sul, por Ruth Matos Almeida Simões; Notas sôbre a distribuição da produção de carnes e banha no Rio Grande do Sul, por Nilo Bernardes.

A. V. L.

ZEDAR PERFEITO DA SILVA — O vale do Itajaí - Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — Rio, 1954.

Com o presente trabalho — 6.º da série "Documentário da Vida Rural" o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, oferece uma interessante contribuição ao conhecimento do vale do Itajaí, quer pelo aspecto sociológico quer do ponto de vista econômico. O estudo do Sr. Zedar Perfeito da Silva desenvolve-se em mais de 180 páginas, nêle examinando o autor o elemento humano relacionado com o meio, nas suas atividades e características, bem como os aspectos culturais e geofísicos da região focalizada.

Divide-se o trabalho em sete capítulos, nas quais desdobra o autor considerações sôbre os seguintes assuntos: I. Aspectos geográficos (localização e dados sôbre as diversas colonizações); II. Os elementos humanos e seu desenvolvimento (técnica agrícola, atividades exercidas, habitação, alimentação, vestuário, higiene); III. Geografia econômica do vale; IV. O papel social da venda e sua evolu-Transportes e comunicações. O crédito e os bancos. As indústrias. Os líderes; V. O casamento e a família. Educação e instituições educativas. Religião e igrejas. Competição e confli-

to. Cooperação e relações de vizinhança. Instituições políticas e govêrno. VI. O tradicionalismo; VII. Generalidades.

O volume traz um prefácio assinado por José Irineu Cabral e uma nota prévia do autor. Ilustram-no gráficos, fotografias e desenhos fixando tipos e aspectos da região estudada.

ESTADO DE SÃO PAULO (Censo Demográfico) — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — Rio, 1954.

Editada pelo I.B.G.E., como contribuição dêste órgão ao IV centenário de São Paulo, reúne esta publicação os dados gerais do censo demográfico de 1950, referentes àquela unidade federada. Abre o volume uma introdução pelo desembargador Florêncio de Abreu, presidente do I.B.G.E., condensando uma exposição dos conceitos e critérios que serviram de base à elaboração dos censos nacionais e os aspectos abrangidos pela operação, bem como sôbre o seu mecanismo e organização dos respectivos serviços.

As considerações desenvolvidas pelo presidente do I.B.G.E. na nota introdutória abarcam: I — Recenseamentos Gerais; II — Acordos Internacionais; III — Fundamento Legal; — IV — Sigilo Censitário; V — Esquema da Operação; VI — Organização Censitária; VII — Divisão Territorial; VIII -- Base Geográfica; IX -- Características Investigadas; X — Data de Referencia; XI - Métodos e Duração da Coleta; XII — Instrumentos de Coleta; XIII — Conceituação dos Aspectos Investigados: XIX — Família e Domicílio.

J.R.S.

# LEGISLAÇÃO FEDERAL

# Integra da legislação de interêsse geográfico

### Leis

### LEI N.º 1 945, DE 18 DE AGÔSTO DE 1953

Autoriza o Poder Executivo a erigir na cidade de Belém, Estado do Pará, um monumento em memória de Pedro Teixeira.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos têrmos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte lei:

Art. 1.°. E' o Poder Executivo autorizado a erigir na cidade de Belém, Estado do Pará, um monumento em memória de Pedro Teixeira, como sinal de reconhecimento do povo brasileiro pelo muito que fêz em prol da incorporação da Amazônia ao território nacional. Art. 2.º. Fica o Poder Executivo autori-

Art. 2.3. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de Cr\$ 2000000,00 (dois milhões de cruzeiros) para a execução desta lei.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de agôsto de 1953. — João Café Filho.

Diário Oficial - 21-8-1953.

### Decretos

### **DECRETO N.º** 35 370, DE 12 **DE ABRIL DE 1954**

Regulamenta as operações de seguro agrário.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o artigo 32, da lei n.º 2 168, de 11 de janeiro de 1954, decreta:

Art. 1.º — O seguro agrário, instituído pela lei n.º 2168, de 11 de janeiro de 1954, destinase à cobertura das diversas colheitas, ou rebanhos, contra os riscos que lhes são peculiares.

- § 1.º As operações de seguros agrários serão planejadas em diversas modalidades, tendo em vista a diversidade e a natureza dos risços a segurar, a técnica securatória pertinente à matéria e, ainda, a capacidade do mercado segurador brasileiro.
- § 2.º Os planos das diversas modalidades do seguro agrário serão executados progressivamente, na medida da conveniência nacional e das possibilidades técnicas, abrangendo as diferentes coberturas, tipos e condições de apólices e tarifas de prêmios de seguros.
- Art. 2.º A exploração das operações de seguro agrário será exercida pela Companhia Nacional de Seguro Agrícola, a que se refere o artigo 21, da lei n.º 2 168, de 11 de janeiro de 1954, e companhias sujeitas ao regime do decreto-lei n.º 2 063, de 7 de março de 1940.
- Art. 3.º A Companhia Nacional de Seguro Agrícola, não poderá reter, em cada risco isolado, responsabilidade superior a cinco por cento (5%) do capital social realizado e reservas patrimoniais.

Parágrafo único — O limite estabelecido neste artigo, aplicar-se-á também às Sociedades Seguradoras que operarem no seguro agrário, respeitado o disposto nos artigos 67 e 70, do decreto-lei n.º 2 063, de 7 de março de 1940.

- Art. 4.º Entende-se como um só risco isolado o conjunto de responsabilidades assumidas, num mesmo estabelecimento agricola ou pecuário, para cada modalidade do seguro agrário.
- § 1.º Para fins de conceituação de risco isolado, entende-se como "um mesmo estabelecimento", a propriedade imóvel ou propriedades imóveis contíguas, rurais ou não, nos quais se localizem os riscos segurados, imóveis êsses pertencentes a um mesmo proprietário ou sob uma mesma administração ou gerência.
  § 2.º Constituem, também, um risco iso-
- § 2.º Constituem, também, um risco isolado as colheitas ou rebanhos localizados no mesmo estabelecimento, embora, pertencentes a colonos, arrendatários, meeiros, parceiros ou terceiros interessados na exploração agro-pecuária.
- § 3.º As responsabilidades assumidas nas condições previstas nos parágrafos precedentes constituirác um só risco isolado, aínda que seguradas em nome de pessoas ou entidades diversas.
- Art. 5.º Tôdas as responsabilidades que não forem retidas pelas sociedades seguradoras ou pela Companhia Nacional de Seguro Agrícola serão resseguradas no Instituto de Resseguros do Brasil, na forma da legislação em vigor e do artigo 5.º da lei n.º 2168, de 11 de janeiro de 1954.
- § 1.º As sociedades poderão ressegurar em outras sociedades no país ou na Companhia Nacional de Seguro Agricola as responsabilidades excedentes de suas retenções, quando o Instituto de Resseguros do Brasil não tenha

aceito ou haja cancelado o resseguro das aludidas responsabilidades.

- § 2.º Não encontrando as sociedades de seguros ou a Companhia Nacional de Seguro Agrícola colocação, no país, para os resseguros das responsabilidades a que se refere êste artigo, poderão fazê-lo no estrangeiro, por intermédio do Instituto de Resseguros do Brasil. ou diretamente, se êste se recusar a intervir na operação.
- Art. 6.º As entidades de economia mista, bancárias e autárquicas que concedem ou venham a conceder financiamentos às atividades rurais deverão apresentar, oportunamente, ao Poder Executivo, sugestões para a efetiva-ção do que dispõe o artigo 2.º da lei n.º 2 168, de 11 de janeiro de 1954.
- Art. 7.º O Instituto de Resseguros do Brasil enviará ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e à Compa-nhia Nacional de Seguro Agrícola ou à sua Comissão Organizadora, até o dia dez de cada mês, relatório mensal detalhado sôbre o andamento dos trabalhos que lhe foram atribuídos pela lei que instituiu o seguro agrícola.
- Art. 8.° O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1954; 133.º da Independência e 68.º da República.

> GETÚLIO VARGAS. Hugo de Araújo Faria. João Cleofas.

Diário Oficial, 12-4-1954.

### DECRETO N.º 35 447-A, DE 30 DE ABRIL DE 1954

Declara monumento histórico nacional o trecho ferroviario que indica.

O Presidente da República, tendo em vista a exposição de motivos que lhe foi dirigida pelos Ministros de Estado dos Negócios da

Viação e Obras Públicas e de Educação e Cultura, e

Considerando a conveniência de assinalar--se a passagem do primeiro centenário das estradas de ferro brasileiras, de forma expressiva e que se mantenha na tradição como penhor de reconhecimento das gerações sucessivas à memória dos antepassados que dotaram o país dêsse meio de transporte, de tão decisiva significação no desenvolvimento econômico nacional, decreta:

- Art. 1.º E' declarado monumento histórico nacional o trecho ferroviário localizado no recôncavo da baía de Guanabara, entre o antigo pôrto de Mauá e a parada do Fragoso, no qual, a 30 de abril de 1854, foi iniciado o tráfego público de viação férrea no Brasil.
- Art. 2.º A Estrada de Ferro Leopoldina incumbir-se-á do alargamento da bitola atual desse trecho para a da locomotiva n.º 1, de-nominada "Baronesa", da extinta Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Petrópolis.
- Art. 3.º A Estrada de Ferro Central do Brasil fará, oportunamente, entrega à Diretoria do Património Histórico e Artístico Nacional, da locomotiva "Baronesa", cessando, assim a sua guarda e conservação da velha locomotiva n.º 1.
- Art. 4.º A linha ferroviária do trecho Mauá-Fragoso, e seus pertences, bem como a locomotiva "Baronesa" serão entregues à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para sua guarda e conservação, deven-do, quando fôr julgado conveniente, ser expostos à visitação pública.
- Art. 5.º Enquanto não houver dotação orcamentária específica, na Diretoria do Patri-mônio Histórico e Artístico Nacional, para a manutenção e conservação da linha e seus per-tences e da locomotiva "Baronesa" ficarão êsses encargos à conta da Estrada de Ferro Leopoldina.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS. José Américo. Antônio Balbino.

Diário Oficial - 6-5-1954.

# Câmara Federal dos Deputados

### PROJETO N.º 4484, DE 1954

Concede franquia postal e telegráfica para a correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional e dá outras providências.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Gozará de franquia postal e telegráfica a correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional.

Parágrafo único. A medida é extensiva à Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia, a realizar-se no Brasil em 1956.

Art. 2.º O Departamento de Correios e Telégrafos emitirá, até 31 de dezembro de 1954, um sêlo de propaganda com referências ao XVIII Congresso Internacional de Geografia.

Parágrafo único. O desenho e o valor do sêlo serão fixados pelo Departamento de Correios e Telégrafos, após consulta à Secretaria Executiva da Comissão Organizadora do referido certame.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### JUSTIFICAÇÃO

- A União Geográfica Internacional tem como programa:
- 1 Informar o estudo dos problemas que se relacionam com a Geografia;
- 2 Incentivar e coordenar as pesquisas que exijam a cooperação de vários países e promover a sua discussão científica e publicação:
- 3 Assegurar a realização dos congressos internacionais de Geografia;
- 4 Nomear comissões para o estudo de problemas especiais no intervalo entre os congressos.

Segundo os estatutos da União Geográfica Internacional, a adesão dos países-membros é feita através de suas academias de ciências, conselhos nacionais de pesquisas, outras instituições similares ou sociedades científicas ou grupamento de tais instituições ou sociedades. No caso do Brasil, a adesão se faz por intermédio do Conselho Nacional de Geografia.

Além da organização aderente, exigem os estatutos da União Geográfica Internacional que em cada país-membro se constitua uma Comissão Nacional, entidade não-governamental onde possam ser representadas, em amplas bases nacionais, os principais núcleos geográficos do país. Esta Comissão foi criada pela resolução n.º 389, da Assembléta-Geral do Conselho Nacional de Geográfia de 29 de outubro de 1952 e instalada a 20 de novembro de 1953.

A Comissão Nacional, para cuja presidência foi eleito o professor Aroldo de Azevedo, da Universidade de São Paulo, está assim constituída: Prof. Silvio Fróis Ábreu, diretor do Instituto Nacional de Tecnologia, representante da Academia Brasileira de Ciências; Ten. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes, representante do Conselho Nacional de Geografia; Cmt. Sílvio Azambuja Maurício de Abreu, da Comissão de Demarcação de Fronteiras; Prof. Carlos Delgado de Carvalho, da Universidade do Brasil; Eng.º Virgilio Corrêa Filho, representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Prof. Joaquim Alfredo Fonseca, representante das universidades particulares; Prof. Ari França, da Universidade de São Paulo; Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, representante da Sociedade Brasileira de Geografia; Eng.º Alírio H. de Matos, diretor da Divisão de Cartografia do C.N.G.; Prof. Má-rio Lacerda de Melo, representante das universidades federais; Eng.º Vítor Antônio Peluso Júnior, secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina; Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, representante da Associa-cão dos Geógrafos Brasileiros: Prof. Lauro Sampaio, da Universidade da Bahia; um re-presentantes dos institutos históricos e geográficos dos estados; Prof. João Dias da Silveira, da Universidade de São Paulo; Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg, na qualidade de vice-pre-sidente da União Geográfica Internacional; Prof. Orlando Valverde, do Conselho Nacional de Geografia e da Comissão Nacional de Política Agrária.

Orgão de estrutura realmente nacional, cujos membros foram recrutados nas várias regiões do país, a êle cabe importante função de intercâmbio interno do domínio geográfico. O envio de publicações da U.G.I., ctrculares e boletins noticiosos constituirá a principal forma, por que se desincumbirá dessa função de vincular os geógrafos dos mais remotos recantos do Brasil aos trabalhos realizados nos mais avançados centros geográficos do mundo.

à vista da aceitação formal do convite brasileiro, durante a última Assembléia-Geral da U.G.I. realizada em Washington no ano de 1952, urge realizar uma conjugação de esforços, sem precedentes em nossos meios geo-gráficos, e efetuar um trabalho eficiente, demorado e impessoal, para que o próximo congresso traga ao país as grandes vantagens que dêle se esperam. Com efeito, o temário é dos mais intressantes e a discussão dos tópicos nêle contidos por parte de personalidades da maior estatura científica deverá fornecer subsídios de maior valia ao administrador. São da maior atualidade os temas escolhidos, como por exemplo: A ocorrência de enchentes extraordinárias e sua explicação: interferência de fatôres físicos e humanos; o uso da terra e a economia da água nas regiões semi-áridas; Industrialização e desenvolvimento agrícola:

suas relações recíprocas; Mudança de uma capital - problemas da escolha de novo sítio e repercussões geográficas.

Um dos mais fecundos resultados para o país advirá certamente, das excursões progra-madas para o Congresso, figurando no programa as seguintes excursões:

- a) Amazônia:
- b) Nordeste;
- c) Bahia;
- d) Vale do rio Doce e Minas Gerais;
- e) Planície costeira fluminense;
- f) Mato Grosso Meridional e Pantanal;
- g) Frente pioneira; h) Planalto Meridional .

A Comissão Organizadora cuja presidência é ocupada pelo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no desempe-nho de sua tarefa, terá que expedir volumosa correspondência (articulações com os meios científicos e governamentais dos Estados, boletins de adesão, circulares de propaganda, etc.).

Urge, pois, facilitar a tarefa patriótica e árdua da Comissão Nacional e da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia, concedendo-lhes o privilégio da franquia postal e telegráfica.

Sala das sessões, 28 de maio de 1954. — Lima Figueiredo.

# LEGISLAÇÃO ESTADUAL

# Íntegra das leis, decretos e demais atos de interêsse geográfico

### Leis

LEI N.º 575, DE 16 DE SETEMBRO DE 1953

Cria o município de Itapebi, desmembrado do de Belmonte e dá outras providências.

O Governador do Estado da Bahia:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta, e eu saciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica criado o município de Itapebi, desmembrado do de Belmonte com os seguintes limites:

Com o Estado de Minas Gerais:

Começa no divisor de águas entre os rios Buranhém e Jequitinhonha, no marco fronteiro à nascente do córrego da Ribeira, e segue pela linha divisória interestadual até a extremidade inferior da cachoeira do Salto Grande, no rio Jequitinhonha.

### Com o Município de Macarani:

Começa na extremidade inferior da cachoeira do Salto Grande, no rio Jequitinhonha, por êste abaixo até a foz do córrego da Gameleira; sobe por êste até a foz do córrego Séco e por êste acima até a sua nascente, no divisor de águas entre as bacias dos rios Pardo e Jequitinhonha.

### Com o Municipio de Potiraguá:

Começa no divisor de águas entre as bacias dos rios Pardo e Jequitinhonha, na nascente do córrego Séco, segue pelo mesmo divisor até o marco do extremo da reta, de direção sul, tirada na nascente do córrego do Surubim, nas proximidades da nascente do córrego da Cotinguiba.

### Com o Município de Belmonte:

Começa no divisor de águas entre as bacias dos rios Pardo e Jequitinhonha, no marco próximo à nascente do córrego da Cotinguiba, desce por êste até sua nascente no rio Jequitinhonha; pelo talvegue dêste abaixo até a foz do córrego Jacarandá, pelo qual sobe até sua nascente, de onde alcança, em reta, o marco próximo, no divisor de águas entre os rios Jequitinhonha e Santo Antônio.

Com o Município de Santa Cruz Cabrália: Começa no divisor de águas entre os rios Jequitinhonha e Santo Antônio, no marco próximo à nascente do córrego Jacarandá e segue por êste divisor de águas e pelo que separa as bacias dos rios Jequitinhonha e João d eTibas até o marco próximo à nascente do córrego Duas Barras.

### Com o Municipio de Pôrto Seguro:

Começa no divisor de águas entre as bacias dos rios Jequitinhonha e João de Tibas, no marco próximo à nascente do córrego Duas Barras e segue pelo divisor de águas entre os rios Jequitinhonha e Buranhém até o marco próximo à nascente do córrego da Ribeira.

Art. 2.º — O município criado pela presente lei, será instalado a 7 de abril de 1955, procedendo-se à eleição para Prefeito e Vereadores, simultâneamente com as eleições gerais de 1954.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado da Bahia, 16 de setembro de 1953. — Luís Régis Pacheco Pereira — Expedito Pereira da Cruz.

Diário Oficial do Estado da Bahia, de 19-9-1953.

### \* LEI N.º 599, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1953

Cria o município de Tremedal, desmembrado do de Condeúba e dá outras providências.

O Governador do Estado da Bahia:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica criado o município de Tremedal, desmembrado do de Condeúba, com os seguintes limites:

### Com o Municipio de Brumado:

Começa no marco no lugar Sapé, daí em reta até o marco no lugar Poções, na margem do riacho Montes Claros; sobe por êste até o marco no lugar Montes Claros; sobe daí em reta até o centro da lagoa do Gentio, nascente do riachão do mesmo nome; descendo por êste até sua foz no rio Gavião;

<sup>\*</sup> Reproduzida por ter saído com incorreções.

Com o Município de Vitória da Conquista:

Começa na foz do riachão do Gentio, no rio Gavião; por êste acima até a foz do córrego Caititu; sobe por êste até sua nascente na serra do mesmo nome; segue pelo divisor das águas desta em tôda sua extensão, de cujo extremo alcança em reta, o marco da passagem do Agreste; daí, por outra reta, até o marco do Estreito de Casimiro Dias; daí, ainda, em reta, até o marco no lugar Serrinha, nos limites do Estado de Minas Gerais;

### Com o Município de Condeúba:

Partindo da linha divisória com o Estado de Minas Gerais, no lugar de cruzamento do córrego Tapiocanga, em rumo reto até as nascentes do rio Sant'Ana, que servirá de divisor natural entre os dois municípios até a sua confluência no rio Gavião, dessa confluência ainda, em rumo reto ao morro de Massa Clara; e, finalmente, dessa última referência, sempre em linha reta, até fazer perpendicular com a linha divisória com o município de Brumado, no marco do Sapé.

Art. 2.º — O município de Tremedal terá dois distritos: o de Tremedal (sede) e o de Caraíbas .

Parágrafo único — Os limites interdistritais serão os seguintes: começa na foz do córrego Sant'Ana, no rio Gavião descendo por êste até a foz do córrego Caititu.

Art. 3.º - Vetado.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado da Bahia, 5 de novembro de 1953 - Luís Régis Pacheco Pereira - Expedito Pereira da Cruz.

Diário Oficial do Estado da Bahia -22-11-1953.

### LEI N.º 604, DE 1.º DE DEZEMBRO DE 1953

Cria o municipio de Serra Preta, demembrado do de Ipiará.

O Governador do Estado da Bahia:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica criado o município de Serra Preta, desmembrado do de Ipiará, com os seguintes limites:

Com o Município de Ipiará:

Começa no ponto mais alto da serra da Melancieira, seguindo em reta até as nascen-tes do rio das Pedras, atingindo o travessão (linha divisória) que limita o atual distrito de Serra Preta e o município de Riachão do Jacuípe;

Com o Municipio de Riachão do Jacuípe:

Começa na junção da reta que vem da serra da Melancieira com o marco divisório dêste município com o atual distrito de Serra Preta, seguindo daí em reta até o rio Jacuípe, na foz do riachão dos Tocós;

Com o Município de Tanquinho:

Começa na foz do riachão dos Tocós, no rio Jacuipe, desce por êste até o marco no Poco de Laie:

Com o Municipio de Feira de Sant'Ana: Começa no marco do Poço de Laje, no rio Jacuípe, daí em reta até o ponto mais alto do morro das Almas e daí em reta até o extremo norte da serra dos Cágados.

Com o Município de Santo Etêvão:

Começa no extremo norte da serra dos Cágados, daí em reta até o ponto mais alto do morro de Zumbi, daí em reta ainda até alcançar o ponto mais alto da serra da Melan-

Art. 2.º - O município criado pela presente lei será instalado a 7 de abril de 1955, procedendo-se à eleição para Prefeito e Vereadores, simultâneamente com as eleições de 1954.

Art, 3.º - Revogam-se as disposições em contrário

Palácio do Govêrno do Estado da Bahia, 1.º de dezembro de 1953. - Luís Régis Pacheco Pereira -- Expedito Pereira da Cruz.

Diário Oficial do Estado da Bahia --6-12-1953.



5

A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

# Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

### CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

### Diretório Central

# Íntegra das Resoluções ns. 448 a 460 de 1953

Resolução n.º 448, de 16 de junho de 1953

Autoriza a participação do Conselho no II Congresso Latino-Americano de Sociologia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografía, usando de suas atribuições, e Considerando que se realizará entre os dias 10 e 17 de julho próximo, cumulativamente nesta capital e na capital do Estado de São

nesta capital e na capital do Estado de São Paulo, o II Congresso Latino-Americano de Sociologia promovido pela Associação Latino-Americana de Sociologia.

Considerando que o referido certame se realizará sob o patrocínio do govêrno brasileiro e contará com os auspícios de várias instituições educacionais e culturais do país, principalmente com o apoio e a cooperação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, em cujo órgão diretor está o I.B.G.E. representado;

Considerando que o programa do referido certame inclui temas de marcante e oportuno interêsse no domínio da ciência geográfica;

Considerando, outrossim, o alto significado do intercâmbio cultural entre os países do continente resultante dos trabalhos e conclusões do mencionado Congresso;

Considerando, finalmente, o convite feito oficialmente pela Comissão Nacional Organizadora do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, para que o Conselho Nacional de Geografia participe dêsse conclave, eminentemente científico que reunirá estudiosos em sociologia, etnologia e antropologia da América Latina,

### RESOLVE:

Art. 1.º — Autoriza a Secretaria-Geral a promover a participação do Conselho Nacional de Geografia no II Congresso Latino-Americano de Sociologia a ser promovido, nesta capital e na capital do Estado de São Paulo, pela Associação Latino-Americana de Sociologia.

Art. 2.º — As despesas, porventura necessárias à participação do Conselho no Congresso em aprêço correrão por conta da verba do seu orçamento, referente à participação do mesmo nos certames culturais.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: José Verissimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 449, de 16 de junho de 1953

Fixa os vencimentos do cargo em comissão de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que, pela sua resolução n.º 404, de 11 de dezembro de 1952, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística fixou o padrão CC-1 para os vencimentos do Secretário-Geral, do referido Conselho;

Considerando, ainda, que pelo art. 12 do anexo à resolução n.º 404, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatistica, a gratificação instituída pela resolução n.º 113, daquele órgão deliberativo foi fixada em Cr\$ 2000.00;

Considerando que os vencimentos atuais do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia foram fixados no padrão CC-2, pela re-solução n.º 368, de 9 de agôsto de 1950, do Diretório Central;

Considerando que na conformidade da mesma deliberação, foi assegurada ao Secretário--Geral a gratificação mensal de Cr\$ 1000,00, a título de representação;

Considerando que as atribuições da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geogrados à sua coordenação, são análogas às que competem à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, conforme estabeleceu o art. 2.º, da lei n.º 756, de 8 de junho de 1949; Considerando, finalmente, o disposto no

art. 8.º da referida lei n.º 756,

### RESOLVE:

Artigo único — Ficam fixados no padrão CC-1 (Cr\$ 15000,00), quinze mil cruzeiros, os vencimentos do cargo em comissão de Secre-tário-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Parágrafo único - A gratificação de representação instituída para o Secretário-Geral pela resolução n.º 368, de 9 de agôsto de 1950, do Diretório Central, fica fixada em ...... Cr\$ 2000,00 (dois mil cruzeiros), mensais.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1953, ano XVIII de Janeiro, la de Junio de 1993, inicia XVIII de Janeiro, — Conferido e numerado: José Verissimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 450, de 16 de junho de 1953

Autoriza a Secretaria-Geral a promover a participação do Conselho no Congresso de História de Petrópolis.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que será levado a efeito en-tre 24 de setembro a 2 de dezembro dêste ano, na cidade de Petrópolis, o I Congresso de História promovido pelo Instituto Histórico de Petrópolis:

Considerando que além de outros assuntos de interêsse geográfico no respectivo tema figura o que versa sôbre a história das gran-des vias de comunicação, como sejam a rodovia União e Indústria e a Estrada de Fer-ro de Petrópolis, de marcante caracterização geográfica;

Considerando que a Comissão Organizadora do mesmo certame já incluiu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entre os membros natos do mesmo;

Considerando que o Diretório, em sua última reunião, já atribuiu ao Conselho o encargo de realizar atos comemorativos ao ensejo do próximo transcurso do 1.º centenário de instalação da viação férrea no Brasil,

### RESOLVE:

Art. 1.º - Fica a Secretaria-Geral autorizada a promover a participação do Conselho no Congresso de História, a realizar-se em Petrópolis, sob o patrocínio do Instituto Histórico da mesma cidade.

Art. 2.º — Recomenda que o Prof. Moacir Malheiros Fernandes Silva, membro dêste Di-retório e consultor-técnico da Secção de Geografia dos Transportes do Conselho, elabore uma tese relativa à história da estrada União e Industria e da Estrada de Ferro de Petrópolis, a ser presente àquele certame.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: José Veríssimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. -- Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 451, de 1 de setembro de 1953

Adere ao Congresso Comemorativo do IV Centenário da Fundação de São Paulo.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica foi classificado como membro do Congresso de História comemora-tivo do IV centenário da fundação de São Paulo, patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

Considerando o aprêço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pelas duas instituições patrocinadoras do mesmo,

Artigo único — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia autorizada a

aderir ao Congresso de História comemorativo do IV centenário da fundação de São Paulo, patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Parágrafo único - As despesas com a adesão correrão pelas verbas próprias do orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: José Verissimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 452, de 1 de setembro de 1953

Autoriza a solicitação de abertura de crédito especial.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e Considerando a exposição de motivos de 3-12-51, da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, relativamente à aquisi-ção e reforma do Edifício Iguaçu, sede da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia ;

Considerando que a Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística incluiu na proposta orçamentária para 1953 dotação destinada especificamente a um primeiro pagamento das quantias destacadas do fundo "Caixa Nacional de Estatistica Municipal";

Considerando, entretanto, que o DASP houve por bem deduzir a citada importância da dotação atribuída ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica:

Considerando, consequentemente, a inoperância da resolução n.º 366, de 1950, do Diretório Central:

Considerando, por outro lado, que subsiste a obrigação relativa ao fundo "Caixa Nacional de Estatistica Municipal":

de Estatistica Municipal"; Considerando a finalidade específica que o decreto-lei 4 181/52, reserva a êsse fundo; Considerando a conveniência de permane-

Considerando a conveniência de permanecer o Edifício Iguaçu no patrimônio do Instituto;

Considerando finalmente que, em virtude de haver o DASP excluido a dotação pedida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não dispõe a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia de recursos or çamentários que a habilitem a repor ou a pagar, a qualquer título, importâncias destinadas a compensar a imobilização de quantias destacadas do fundo da "Caixa Nacional de Estatistica Municipal".

#### RESOLVE:

Artigo único — Fica a Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística autorizada a solicitar ao Exmo. Senhor Presidente da República a abertura de crédito especial destinado a repor as somas destacadas do fundo "Caixa Nacional de Estatística Municipal", para aquisição e reforma do Edificio Iguaçu, sede da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: José Verissimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente — Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 453, de 1 de setembro de 1953

Dispõe sôbre pagamento de adicionais por tempo de serviço.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que a administração do Conselho Nacional de Geografía vem adotando como norma aplicar aos seus servidores as leis federais que disciplinam os direitos e deveres do funcionário e do extranumerário federais, quer por meio de decisões em processos, quer, de forma mais geral, através de resoluções dos seus órgãos deliberativos;

Considerando que a administração do Instituto procura assegurar aos seus servidores os benefícios da gratificação adicional por tempo de serviço, por ser tendência de Direito Administrativo — traduzida nos próprios diplomas legais, como demonstra a lei 1711/52 — equiparar, quanto a direitos e deveres, todos os servidores públicos;

Considerando que não existe no atual orcamento do Conselho Nacional de Geografia dotação destinada a atender a despesa de gratificação adicional por tempo de servico:

tificação adicional por tempo de serviço; Considerando o parecer do Sr. Consultor Jurídico do Conselho Nacional de Geografia no processo C.N.G./8591/52 e a informação do Secretário-Geral interino dêste Conselho no referido processo;

Considerando, finalmente, que o Presidente do Instituto, tendo em vista a informação do Secretário-Geral interino submeteu o caso do pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço à apreciação dêste Diretório Central,

### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica reconhecido aos servidores do Conselho Nacional de Geografía o direito à gratificação adicional, por tempo de serviço, de que tratam os artigos 145, item XI e 146, da lei n.º 1711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 2.º — O pagamento das gratificações adicionais, no corrente exercício, será atendido por meio de recursos obtidos com destaques de verbas do orçamento do Conselho, que possam suportá-los sem prejuizo dos serviços dêsse órgão.

Art. 3.º — No orçamento futuro deverá ser prevista dotação específica para ocorrer a tais pagamentos.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: José Veríssimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 454, de 22 de setembro de 1953

Constitui a Comissão de Difusão Cultural, criada pela resolução 443/53, do Diretório Central.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que a resolução n.º 443, de 28 de maio de 1953, do Diretório Central, fixou a estrutura orgânica da Secretaria-Geral do Conselho:

Considerando o disposto na Secção II, do Capitulo III, do Regimento da Secretaria-Geral do Conselho, baixado, em caráter experimental, pela resolução n.º 421, de 8 de julho de 1953, da Assembléia-Geral,

### RESOLVE:

Art. 1.º — A Comissão de Difusão Cultural, criada pela resolução n.º 443, de 28 de maio de 1953, e regulamentada pela resolução

n.º 446, de 9 de junho de 1953, ambas do Diretório Central, constitui-se dos Srs.: General José Lima Figueiredo, Prof. Silvio Fróis Abreu, Eng.º José Carlos Junqueira Schmidt, Dr. Jokomorira Brandão Castelo Branco, além do Secretário-Geral do Conselho e do Diretor da Divisão Cultural, membros natos da mesma, na forma do art. 10 da referida resolução n.º 446.

Art. 2.º — Fica estipulada em duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) a gratificação de presença a caca um dos membros da Comissão, estranhos ao quadro de servidores do Conselho.

Parágrafo único — Os técnicos convidados, na forma do parágrafo 4.º, do art. 10, da re-

solução n.º 446, de 9 de junho de 1953, também farão jus à mesma gratificação de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00), per capita.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: Paulo Augusto Alves, Secretário-Assistente, substituto. — Visto e rubricado: José Verissimo da Costa Pereira, Secretário-Geral, substituto. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 455, de 20 de outubro de 1953

Constitui a Comissão de Cartografia, criada pela resolução n.º 443/53, do Diretório Central.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografía, usando de suas atribuições, e

Considerando que com a nova estrutura orgânica da Secretaria-Geral, fixada pela resolução n.º 443, de 28 de maio de 1953, do Diretório Central, foi instituida a Comissão de Cartografía;

Considerando o disposto na Secção II, do Capítulo III do Regimento da Secretaria-Geral do Conselho baixado em caráter experimental pela resolução n.º 446, de 9 de junho de 1953, do Diretório Central, revigorado nas condições previstas na resolução n.º 421, de 8 de julho de 1953. da Assembléia-Geral,

#### RESOLVE:

Art. 1.º -- A Comissão de Cartografia a que se refere o art. 1.º da resolução n.º 443, e os arts. 8.º e 10 da resolução n.º 446, ambas do Diretório Central, fica constituída do Secretário-Geral do Conselho e do Diretor da Di-

visão de Cartografia, como seus membros natos, e mais dos senhores Tenente-Coronel Luís Eugênio de Freitas Abreu, Capitão de Fragata Alexandrino de Faula Freitas Serpa e Capitão Célio Pereira.

Art. 2.º — Fica estipulada em duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) a gratificação de presença de cada um dos membros da Comissão, estranhos ao quadro de servidores do Conselho.

Parágrafo único,— Os técnicos convidados na forma do parágrafo 4.º do art. 1.º da resolução n.º 446, do Diretório Central, também farão jus à mesma gratificação de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00), cada um.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: José Veríssimo da Costa Pereira, Secretário-

Assistente. — Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 456, de 3 de novembro de 1953

Autoriza destaques e suplementações de verbas no orçamento vigente do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que, por várias circunstâncias, diversos quantitativos das verbas constantes do orçamento em vigor, não foram aplicados;

Considerando que, em consequência, resultaram, daí, disponibilidades financeiras capazes de permitir melhor redistribuição das dotações orçamentárias do Conselho, referentes ao presente exercício;

Considerando, por outro lado, as reais necessidades da Secretaria-Geral em determinadas rubricas, no tocante a pessoal, serviços e instalações, indispensáveis ao bom andamento dos trabalhos em curso;

Considerando, finalmente que do reajustamento das verbas inclusas no orçamento atual, através de destaques e suplementações apropriadas, não decorre qualquer aumento de despesa,

### RESOLVE:

Artigo único — Ficam autorizados os destaques e as suplementações das verbas abaixo especificadas, no orçamento vigente do Conselho

### DESTAQUES

### VERBA 1 - PESSOAL

Consignação I -- Pessoal Permanente

01-a	Pessoal	em Comissão	 160 000,00
01-с —	Quadro	Suplementar	 80 000,00

### Consignação II - Pessoal Extranumerário

04 — Contratados	 15 000,00
06 — Mensalistas	 500 000,00
	 80 000,00
08 — Estagiários	 20 000,00

### Consignação III — Vantagens

13 Funções gratificadas	100 000,00
15a — Gratif. de representação	4 500,00
19 — Gratif, por trabalho em con-	
dições insalubres	300 000,00

### Consignação V — Diversos

31 — Diferença de	vencimentos	10 000,00
33 — Substituições		20 000,00

### VERBA 2 --- MATERIAL

### Consignação I — Material Permanente

03 — Automóveis	300 000,00
06 — Mat. de acamp. e campanha	10 000,00
10 — Aparelhagem para geografia	
de gabinete	20 000,00
11 — Aparelhagem para reprodu-	
ções de mapas	10 000.00

### Consignação II — Material de Consumo

13 — Artigos de expediente	50 000,00
17 — Medicamentos e material de penso	10 000,00
20 — Mat. para construção de mar-	40 000,00

### VERBA 4 — ENCARGOS DIVERSOS

### Consignação I — Encargos Gerais

01 Aluguel de bens imóveis	50 000,00
05 — Despesas miúdas	40 000,00
80 — Expedições científicas	30 000.00

Consignação II — Encargos Específicos	VERBA 2 — MATERIAL
Consignação II — Encargos Espectificos	
16 — Assistência aos órgãos regio- nais	Consignação II — Material de Consumo  15 — Material de consumo para fo- tografias, cin. e cópias 40 000,00
20 — Campanha das coordenadas geográficas 20 000,00	VERBA 3 — SERVIÇOS DE TERCEIROS
34 — Encargos com o preparo e im-	Consignação I — Conservação e Reparos
pressão de mapas 100 000,00	01 — Ligeiros reparos 106 500,00
2 149 500,00	Consignação III — Taxas de Serviços Públicos
	13 — Iluminação, fôrça motriz, gás
$S\ U\ P\ L\ E\ M\ E\ N\ T\ A\ C\ O\ E\ S$	e água
VERBA 1 — PESSOAL	
	Consignação IV — Transportes e Viagens
Consignação I — Pessoal Permanente	19 — Acondicionamento
01-b — Quadro Permanente 450 000,00	
	VERBA 4 — ENCARGOS DIVERSOS
Consignação II — Pessoal Extranumerário	Consignação III — Outros Encargos
05 — Diaristas 500 000,00	38 — Obras e aparelhamento de ofi-
Consignação III — Vantagens	cinas e depósitos
Contain nayar 111 validayens	da sede
17 — Gratificação por serv. extra-	50 — Despesas diversas com os ser-
ordinários 200 000,00	viços de campo 60 000,00
Consignação IV — Indenizações	2 149 500,00
27 — Diárias 50 000,00	
O CONTROL VI Diverse	Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1953, ano
Consignação V — Diversos	XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: Paulo Augusto Alves. Secretário-Assistente. —
32 — Salário-família 40 000,00	Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos An-

### Resolução n.º 457, de 1 de dezembro de 1953

200 000,00

Constitui a Comissão de Geografia criada pela resolução n.º 443/53, do Diretório Central.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

34 - Indenização por outras despe-

sas de pessoal .....

Considerando que pela resolução n.º 443, de 28 de maio de 1953, que fixou nova estrutura para a Secretaria-Geral do Conselho, foi criada a Comissão de Geografia, como órgão consultivo da entidade;

Considerando o disposto na Secção II, do capítulo III, do Regimento da Secretaria-Geral do Conselho, baixado em caráter experimental com a resolução n.º 446, de 9 de junho de 1953, do Diretório Central, revigorada nas condições previstas pela resolução n.º 421, de 8 de julho de 1953, da Assembléia-Geral,

### RESOLVE:

Art. 1.º — A Comissão de Geografia de que trata o art. 1.º da resolução n.º 443, e os arts. 8.º e 10 da resolução n.º 446, ambas do Diretório Central, fica constituída do Secretário-Geral do Conselho e do Diretor da Divisão

de Geografia, como seus membros natos e mais dos senhores professores Carlos Delgado de Carvalho, Hilgard O'Reilly Sternberg e do Major Hugo de Sá Campelo Filho.

tunes, Secretário-Geral. - Publique-se: Florên-

cio de Abreu, Presidente.

Art. 2.º — Fica estipulada em Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros mensais) a gratificação de presença de cada um dos membros da Comissão, estranhos ao quadro de servidores do Conselho, na conformidade do disposto no parágrafo 5.º, do art. 10, da resolução n.º 446,

do Diretório Central.

Parágrafo único — Os técnicos convidados na forma do parágrafo 4.º do art. 10, da
resolução n.º 446, do Diretório Central, farão jus, igualmente, à mesma gratificação de
Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), cada um.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: José Verissimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: Decolécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 458, de 22 de dezembro de 1953

Refunde as resoluções sôbre os Cursos de Férias organizados em colaboração com a Faculdade Nacional de Filosofia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando a conveniência de o Conselho Nacional de Geografia prosseguir na co-

operação com os Cursos de Férias mantidos pela Faculdade Nacional de Filosofia, em virtude de resoluções da Assembléla-Geral e do Diretório Central, tendo em vista o êxito alcançado nos anos anteriores;

100 000,00

250 000,00

Considerando o interêsse manifestado pelos Diretórios Regionais de Geografia quanto à vinda de professôres de Geografia dos Esta-dos para os cursos referidos;

Considerando que o Conselho deve incentivar o aperfeiçoamento dos professôres do ensino secundário;

Considerando as vantagens da difusão no

país da moderna metodología geográfica; Considerando, também, que o número de bólsas (32) instituídas pela resolução n.º 378, de 23 de outubro de 1952, da Assembléia-Geral, presentemente é muito elevado em relação à verba destinada ao mesmo curso e ao número de pedidos chegados anualmente e inferior a 20;

Considerando que o limite de Cr\$ 2000,00 (dois mil cruzeiros) para cada bôlsa é insuficiente em face do aumento do custo de vida, sobretudo na capital do país,

Art. 1.º - O Conselho Nacional de Geografia aceita o patrocínio das cadeiras de Geografia nos Cursos de Férias organizados pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Art. 2.9 — As bôlsas de estudo para professores do ensino secundário no Curso de Férias a se realizar em janeiro, fevereiro de 1954, serão em número de vinte e cinco (25).

Art. 3.º - A distribuição das bôlsas será feita pelo Secretário-Geral do Conselho, que deverá atender, em primeiro lugar, a pelo menos um candidato de cada unidade da Federação.

Art. 4.º - A bôlsa distribuída a cada professor terá o valor de Cr\$ 3 000,00 (três mil cruzeiros), ficando o candidato contemplado obrigado a freqüência e a prestação de tôdas as provas exigidas no Curso.

Art. 5 ° — As despesas decorrentes desta resolução correrão por conta da verba pró-pria do orçamento do Conselho.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1953, ano XVIII do Instituto. - Conferido e numerado: José Verissimo da Costa Pereira, Secre-tário-assistente. — Visto e rubricado: Deoclé-cio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

VERBA 4 - ENCARGOS DIVERSOS

Consignação II — Encargos Específicos

SUPLEMENTAÇÕES

VERBA I - PESSOAL

### Resolução n.º 459, de 28 de dezembro de 1953

Autoriza destaques e suplementações de verbas no orçamento vigente do Conselho.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando as reais necessidades da Secretaria-Geral em determinada rubrica, no tocante a pessoal:

Considerando que, do reajustamento das verbas inclusas no orçamento atual, através de destaques e suplementações apropriadas, não decorre qualquer aumento de despesa,

### RESOLVE:

Artigo único - Ficam autorizados os destaques e as suplementações das verbas abaixo especificadas, no orçamento vigente do Conselho:

### DESTAQUES

### VERBA 1 - PESSOAL

Consignação I - Pessoal Permanente

01 - Pessoal Permanente

a) Pessoal em Comissão ... 49 287.80

Consignação II — Pessoal Extranumerário

07 — Tarefeiro ..... 22 896.20

Consignação III — Vantagens

17 - Gratificação por serviços extraordinários ..... 77 816 00

Consignação I — Pessoal Permanente 01 - Pessoal Permanente

16 — Auxílio aos órgãos regionais

C.N.G.

b) Quadro Permanente .... 230 000,00

Consignação II — Pessoal Extranumerário

20 000,00 250 000,00

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e nu-merado: José Verissimo da Costa Pereira, Se-

cretário-Assistente. — Visto e rubricado: Deo-clécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

### Resolução n.º 460, de 28 de dezembro de 1953

Fixa o orçamento do Conselho para 1954.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando a autorização que lhe foi dada pela resolução n.º 406, de 3 de julho de 1953, da Assembléia-Geral em seu artigo único,

RESOLVE:

Artigo único — O recursos orçamentários, no total de Cr\$ 47 336 080 (quarenta e sete

milhões e trezentos e trinta e seis mil e oitenta cruzeiros), atribuídos ao Conselho Nacional de Geografia, pelo orçamento geral da República, segundo anexo, da lei n.º 2135, de 14 de dezembro de 1953 e destinados a atender as despesas dos serviços e encargos supe-rintendidos pelo Conselho, serão aplicados no exercício de 1954, de acôrdo com a seguinte distribuição:

VERBA 1 — PESSOAL	05 — Máquina e aparelhos de foto-
Consignação I Pessoal Permanente	grafia e filmagem e respec- tivo material 100 000,00
01 — Pessoal Permanente	06 — Material de acampamento e
a) Pessoal em Comissão 1500 000.00	campanha; animais para trabalho e outros fins 80 000,00
b) Quadro Permanente 12 500 000,00 c) Quadro Suplementar 520 000.00	07 — Material de ensino e educa-
	ção; mapas e plantas topo- gráficas; insígnias e bandei-
14 170 000,00	ras 18 000,00
Consignação II — Pessoal Extranumerário	08 — Móveis em geral; máquinas, equipamentos e utensílios
04 — Contratos 450 000,00	de escritório e de desenho;
05 — Diaristas	material didático e de labo- ratório; material elétrico;
07 — Tarefeiros 950 000,00	utensílios de copa e cozi-
08 — Estagiários	nha; aparelhagem médico- -cirúrgica 300 000,00
8 600 000,00	10 — Aparelhagem para geografia de gabinete
Consignação III — Vantagens	11 — Aparelhagem para reprodu-
12 — Auxílio para diferença de	ções e cópias de mapas e documentos
caixa	grant and the state of the stat
15 — a) Gratificação de represen-	1 543 000,00
tação (Res. 368 — 9/8/50) 24 000,00 b) Gratificações especiais de	Consignação II — Material de Consumo
representação (Res. 428,	13 — Artigos de expediente, dese-
de 4/9/52 do D.O.) 100 000,00 17 — Gratificação por serviços ex-	nho, ensino e educação; fi- chas e livros de escritura-
traordinários 100 000,00	ção, impressos e material de
18 — Gratificação por trabalho téc- no ou científico 100 000,00	classificação; material de apuração mecânica 400 000,00
19 — Gratificação por trabalho em	14 — Combustíveis; material de lu-
zona ou condições insalu- bres	brificação e limpeza de má- quinas; material para con-
20 — Gratificação adicional pro-	servação de instalações de
-tempore 240 000,00	máquinas e aparelhos; so- bressalentes de máquinas e
1 922 000,00	viaturas; artigos de ilumi-
Consignação IV — Indenizações	nação e eletricidade 1 900 000,00 15 — Material de consumo para a
26 — Ajudas de custo 200 000,00	Secção de Reproduções 100 000,00
27 — Diárias 1 150 000,00	16 — Material de refeitório e objetos de copa e cozinha; ma-
1 350 000,00	terial de limpeza e desin-
Consisuação V. Dinamos	fecção
Consignação V — Diversos 31 — Diferença de vencimentos 90 000,00	penso; produtos químicos e
32 — Salário-família 250 000,00	farmacêuticos; material de higiene e desinfecção 40 000,00
33 — Substituições	18 — Vestuário, uniformes e equi-
sas de pessoal 150 000,00	pamentos; artigos e peças accessórias; roupa de cama,
35 — Despesas com alimentação das turmas de campo 1 100 000,00	mesa e banho; tecidos e ar-
36 — Abono de emergência (Lei n.º	tefatos
1 765 de 18/12/52): a) Abono de emergência 8 000 000,00	marcos 140 000,00
b) Salário-família 1 486 080,00	2 720 000,00
11 101 080,00	TOTAL DA VERBA 2 —
TOTAL DA VERBA 1	MATERIAL 4 263 000,00
PESSOAL 37 143 080,00	
VERBA 2 — MATERIAL	VERBA 3 — SERVIÇOS DE TERCEIROS
Consignação I — Material Permanente	Consignação I — Conservação e Reparos
01 — Aparelhagem para cartografia	01 — Ligeiros reparos, adaptações, conservação de bens móveis
de gabinete	e imóveis
para trabalho de campo 300 000,00	Consignação II Parklinia do Bultimo
03 — Automóveis, autocaminhões, camionetas, veículos para	Consignação II — Publicidade e Publicações 04 — Assinaturas de órgãos oficiais
serviço de campo; material	e aquisição de publicações
flutuante e accessórios; utensílios e aparelhos me-	periodicas
cânicos para consêrto 650 000,00	blicação de editais e avisos 10 000,00
04 — Livros, fichas bibliográficas impressas, revistas e outras	07 — Serviços de encadernação 20 000,00
publicações especializadas . 15 000,00	37 000,00

Consignação III — Taxas de Serviç  12 — Assinatura de telefone e cai- xa postal; telefonemas in- terurbanos	50 000,00 120 000,00 10 000,00 180 000,00	b) Faculdade Nacional de Filosofia para fealiza- zação dos cursos de geo- grafia regional e carto- grafia (Res. n.º 332, de 25-2-49 do D.C.) 40 000,00 c) Associação dos Geógrafos Brasileiros (Res. n.º 399 de 31-10-52) 50 000,00 d) Sociedade Brasileira de Geografia (Res. 399 de
Consignação IV — Transportes e	Viagens	31-10-52) 50 000,00
<ul> <li>19 — Acondicionamento e embalagens, armazenagens, fretes carretos, estivas e capata-; zias; aluguel e alojamento de animais e de seus tratadores; estada de veículos em garage</li> <li>21 — Passagens, transporte de pessoal e sua bagagem</li> </ul>	100 000,00 150 000,00	25 — Indenização de despesas com a convocação, instalação e funcionamento da Assembléia-Geral do C.N.G
	250 000,00	
Consignação V — Outros Serviços d	le Terceiros	Consignação III — Outros Encargos
<ul> <li>26 — Custeio de lavagem e engomagem de roupa; serviço de asseio e higiene</li> <li>28 — Despesas bancárias com remessa e transferência</li> </ul>	2 000,00	38 — Obras de construção e aparelhamento de oficinas e depósitos
	17 000,00	I.B.G.E.: a) Gabinete da Presidência 240 000,00
TOTAL DA VERBA 3 — SERVIÇOS DE TERCEI- ROS	634 000,00	440 000,00
VERBA 4 — ENCARGOS DIVI Consignação I — Encargos Go 01 — Aluguel de bens imóveis 05 — Despesas miúdas de pronto pagamento	erais	TOTAL DA VERBA 4 — EN- CARGOS DIVERSOS 5 246 000,00 VERBA 5 — EVENTUAIS
06 — Despesas pela participação em	10 000,00	01 — Despesas imprevistas 50 000,00
certames e exposições; rea- lizações culturais	40 000,00	TOTAL DA VERBA 5 — EVENTUAIS 50 000,00
gens e homenagens 11 — Publicações periódicas, seria-	30 000,00	RESUMO
das e avulsas da entidade	1 400 000,00	VERBA 1 — PESSOAL 37 143 080,00
	2 486 000,00	VERBA 2 — MATERIAL 4 263 000,00
Consignação II — Encargos Esp 16 — Assistência ao órgãos regio-	ecíficos	VERBA 3 — SERVIÇOS DE TERCEIROS
nais do C.N.G	625 000,00	VERBA 4 — ENCARGOS DI- VERSOS
cooperação com as organi-	105 000 00	VERBA 5 — EVENTUAIS 50 000,00
zações regionais	125 000,00	47 336 080,00
geográficas	30 000,00	<del></del>
<ul> <li>a) Faculdade Nacional de Filosofia para realiza- ção do Curso de Férias (Res. 332, de 25/2/49 do D.C.)</li> </ul>	100 000,00	Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1953, ano XVIII do Instituto. — Conferido e nu- merado: José Verissimo da Costa Pereira, Se- cretário-Assistente. — Visto e rubricado: Deo- clécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente